

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 111.º



COIMBRA
1948

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	<i>Director da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA	» » 3. ^a »

DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha, n.º 1

COIMBRA

O INSTITUTO

VOLUME 111.º

Composto e impresso nas oficinas da «Coimbra Editora, L.da»

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 111.º



COIMBRA

1948

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

OS PROBLEMAS DA PROFISSÃO DOCENTE E A UNIVERSIDADE

O recente decreto relativo à reforma do ensino secundário alude, acidentalmente, à criação, num futuro mais ou menos próximo, de um Instituto Superior das Ciências da Educação. Nas considerações gerais que precedem a exposição das disposições legais, o redactor do documento exprime-se da seguinte maneira: «Um assunto que é fundamental sobre recrutamento de professores é o da verificação da sua idoneidade, porque, com professores menos idóneos, não é possível obter êxito qualquer reforma (...) Entende o Governo que o problema só ficará plenamente resolvido quando se puder criar um Instituto de Ciências Pedagógicas, onde, a par do ensino e do exame rigoroso dos candidatos a professores, se faça, como em institutos similares estrangeiros, investigação científica.» (parág. 13 do texto preliminar do decreto n.º 36:507 de 17 de Setembro de 1947).

O projecto a que se refere o legislador oferece-nos uma ocasião oportuna para passar em revista um certo número de problemas implicados na criação de um Instituto Superior de Pedagogia. Estes problemas são numerosos, de importância variável, de origem mais ou menos recente, de solução mais ou menos delicada. Limitar-nos-emos aqui a examinar os aspectos principais destes problemas, sem entrar em considerações demasiado pormenorizadas e técnicas, que se não harmonizariam com a finalidade destas páginas: informar o público em geral e provocar a reflexão daqueles que, directamente, estão interessados nos assuntos pedagógicos.

Os problemas que levanta o parágrafo acima citado, pode, segundo nos parece, formular-se resumidamente da forma seguinte:

1. Quais as qualidades exigidas, primeiro duma *maneira geral* e, depois, no caso do *ensino secundário* e no das *escolas portuguesas*, para se ser um *bom professor*?

Será possível diagnosticar estas qualidades antes da formação profissional? No caso afirmativo, *quando e como*?

2. Qual a situação actual, *em geral*, e para *este país* em particular, no que respeita à *selecção* e à *preparação* dos professores do ensino secundário?

Será satisfatória esta situação? No caso negativo, que fazer para *melhorá-la*?

3. De que maneira podem os Institutos Pedagógicos Universitários contribuir para a *formação profissional* dos professores e para a *solução dos problemas escolares*, favorecendo ao mesmo tempo a *investigação psico-pedagógica*?

I. A PSICOLOGIA DOS PROFESSORES

Qualquer que seja o grau de ensino em que um professor é chamado a trabalhar, existe um certo número de exigências comuns que resultam do facto de o ensino se dirigir a seres em estado de aprendizagem e constituir uma função eminentemente social. A natureza da função — trata-se duma *maiûtica* no sentido socrático da palavra — e as responsabilidades que implica — trata-se quase dum *sacerdócio* —, explicam que os professores, desde a escola primária até à Universidade, devem ser pessoas cuidadosamente escolhidas.

Ainda que uma tal escolha se inspire em elementos em parte diferentes, certas qualidades de base reputam-se indispensáveis a qualquer futuro professor. Estas qualidades são de ordem moral, intelectual e física. Não dependem, ou dependem muito pouco, duma aquisição sistemática. Existem ou não existem. Determinam a personalidade inata.

Estas observações iniciais podem parecer lugares comuns, e talvez o sejam. Mas há lugares comuns que nunca é por demais repetir, porque implicam mais que verdades especulativas a admitir, exprimem regras de conduta a aplicar. Lembramo-las, pois, para chamar a atenção, desde já, sobre a necessidade duma orientação profissional séria em matéria de ensino e sobre o carácter complexo desta orientação. Temos o direito de sermos particularmente exigentes no que respeita ao acesso às funções educativas e docentes. É a sociedade que, em última análise, é juiz na matéria, pois que nela está tão interessada. E, por outro lado, o problema da *preparação* dos professores está, em parte, subordinado ao da *selecção*. É normal. Não se trata de nada mais que duma aplicação da lei geral de economia. «Que significa a acumulação das regras relativas à formação dos mestres, se, previamente, não temos uma ideia clara daquele que deve ser formado? Nem todos os indivíduos são susceptíveis de se tornarem educadores e mestres. Esta profissão está ligada a certas condições espirituais, e só quando conhecermos estas condições é que saberemos quem deve ser «formado». Formação profissional supõe uma psicologia da adaptação profissional. A possibilidade duma formação específica deve ser o ponto de partida de qualquer estabelecimento de preparação profissional» (1).

Antes de elaborar de forma precisa as linhas orientadoras da *pedagogia do professor*, é, pois, necessário proceder a uma análise sistemática da função professoral.

Esta análise foi muitas vezes realizada, mas, habitualmente, de forma bastante empírica, isso é inegável. Entre os estudos pormenorizados e precisos da actividade profissional na oficina e as monografias correntes do professor, a diferença é sensível. Esta diferença provém, sem dúvida, não só da própria natureza das actividades em jogo, mas

(1) G. Kerchensteiner, *El alma del Educador*, pág. 6.

também do facto de o interesse utilitário dum exame aprofundado do trabalho do professor ser muito menor. O rendimento não se exprime aqui em valores económicos ou financeiros, não directamente pelo menos, donde um certo desinteresse numa época essencialmente utilitarista e pretensamente realista.

Dois métodos gerais são possíveis para nos permitir determinar as características fundamentais do bom professor: o método dedutivo e o método indutivo. O primeiro consiste em definir previamente a missão do professor e em deduzir desta definição as características do bom professor. Tal método, porém, não nos pode dar grande coisa de aproveitável: uma série de conceitos deduzidos logicamente mas a que falta um valor representativo concreto. Ficamos no abstracto, na pedagogia especulativa. O pensamento reflexivo é incapaz, neste caso, de resolver satisfatoriamente o problema. O outro método, o indutivo, parte do exame da função educativa e docente, mas personificada na realidade viva do educador. Uma observação atenta deste, quando é bem sucedido na sua tarefa, indicar-nos-á os factores do êxito e a maneira como actuam e revelar-nos-á as causas do insucesso num educador que fracassa no seu trabalho.

Até há pouco, limitavamo-nos quase ao método histórico, que consistia em estabelecer o catálogo das qualidades de um bom mestre, fazendo, de certa maneira, o inventário das personalidades que, na história, foram unânimemente reconhecidas como excelentes educadores. É também observação, mas a distância, e, sem contar que este método é fatalmente vago, porque indirecto, limita-se, por assim dizer, às virtudes morais e intellectuais do professor — é puramente descritiva e não funcional. As virtudes são importantes, sem dúvida, mas não representam tudo. O professor é também um *técnico* e como tal, aplica de forma pessoal e concreta, um certo número de princípios que ele próprio estabeleceu ou que lhe foram comunicados. Um estudo objectivo do trabalho do professor, das condições de êxito

deste trabalho, dos factores de fracasso, pressupõe necessariamente uma observação directa e actual. Aquele estudo foi empreendido nos últimos anos, por meio de técnicas inspiradas na psicologia e na sociologia, mais ou menos objectivas, mais ou menos perfectíveis, e cujos resultados apresentam um incontestável interesse, quando se comparam as monografias actuais com as antigas, revelando-se aquelas muito mais pormenorizadas e concretas. Acrescentemos que certo número delas, além de indicarem, por um coeficiente, a importância relativa de cada traço, sublinham, entre as aptidões exigidas pela profissão, as que são naturais e as que são sobretudo o resultado duma aprendizagem. A distinção é importante no que respeita à selecção e à formação do pessoal docente.

Tentemos dar uma ideia de algumas das conclusões que se desprendem dos trabalhos realizados neste campo.

Em primeiro lugar, existem disposições de ordem moral que condicionam a eficácia da acção multiforme do professor. A primeira destas disposições parece ser a *aptidão para se impor aos jovens*. Não se trata duma autoridade tirânica, resultante do uso da força ou da ameaça — semelhante autoridade, possui-a, num alto grau, o domador de feras —; consiste numa irradiação da personalidade inteira, que espontaneamente atrai os alunos. Este dom de autoridade é difícil de explicar. Não está ligado à ciência, pelo menos exclusivamente, pois vêem-se certos mestres muito sábios que não sabem, de forma nenhuma, impor-se; não resulta da força física, visto haver professores de saúde débil com mais autoridade que gigantes; depende antes do coração, da faculdade de compreender as aspirações dos alunos, de viver os seus problemas, de se pôr ao seu alcance, de ser sincero com eles — numa palavra: consiste numa atitude de compreensão simpática. Podia dizer-se paradoxalmente que, para ser um chefe, é preciso esquecer que o somos pela imposição de um decreto ou pelo privilégio da idade. Um chefe, um verdadeiro chefe, não é mais afinal

do que a personificação e a condensação das vontades e aspirações legítimas dos que são mandados. «Tenho de lhes obedecer, dizia um político, pois sou o chefe deles». Esta virtude acompanha-se naturalmente doutros traços que lhe são subordinados: domínio de si, «controle» deliberado das situações que se apresentam, iniciativa, propensão para experimentar, no sentido lato da palavra, perseverança apesar dos fracassos passageiros e das dificuldades permanentes, paciência em aturar muitos defeitos que não são outra coisa senão o sinal duma falta de maturidade, a sociabilidade, a igualdade de humor... Como se vê, estas diversas características constituem um tipo de personalidade bem determinado. Se procurarmos na terminologia dos caracterólogos modernos uma expressão que possa definir este tipo, podíamos, creio eu, escolher a designação de *extravertido*, oposto ao *introvertido*. Este último, concentrado sobre si mesmo, estranho para os que o rodeiam, só se interessando com problemas estritamente pessoais, não é indicado para a função docente, de tendência predominantemente social. Se a tendência para a introversão puder ser descoberta bastante cedo, conviria afastar desde então do magistério aquele que a revela.

Os pedagogos alemães insistiram muito sobre estes aspectos da personalidade do mestre e sobre a sua importância capital. Já citámos Kerchensteiner, pedagogo tão teórico como prático, que escreveu sobre o assunto um livro cujo título por si só indica suficientemente o conteúdo: *A alma do educador*. A insistência é tão grande sobre a necessidade da escolha dos mestres, que a questão de formação quase se torna secundária. Pestalozzi personifica, segundo eles, o educador ideal. A salvação da escola está nele e não em Kant, como o proclama alto Kerchensteiner. Podíamos citar muitos outros representantes da pedagogia alemã, cuja orientação é idêntica, quer tenham estado, quer não, em contacto directo com a prática escolar.

Dilthey, cuja influência foi tão profunda sobre o pensamento filosófico e pedagógico deste século, descreveu em

termos que se aparentam muito com os empregados por Kerchensteiner — o qual provavelmente se inspirou no seu pensamento — a personalidade do verdadeiro educador. O dom pedagógico é, para Dilthey, tão original como o dom poético. É feito de impulsões espontâneas que se desencadeiam no contacto com as almas. Comporta um conhecimento intuitivo e simpático, mais do que propriamente intelectual, da natureza e das aspirações das crianças. Para o pedagogo, tanto como para o filósofo, é preciso partir, para retomar a sua expressão, duma «*erlebnis*», duma experiência vivida. Na prática, esta impulsão associa-se ao espírito de iniciativa e de invenção. Similitude muito grande, pois, entre o poeta e o educador. A espontaneidade criadora apoia-se nos dois sobre o concreto, a realidade vivida, tanto actual como histórica.

Uma disposição natural que também tem a sua importância para um professor é a facilidade de expressão — qualquer que seja a disciplina ensinada, o factor verbal inter-vém numa certa medida. Um professor que não se exprima com desembaraço ver-se-á muitas vezes atrapalhado e diminuído nas suas exposições. Ora, a facilidade de elocução pouco depende da aprendizagem, é em grande parte inata, e, se as pessoas que a possuem podem abusar dela e cair na verbosidade, têm, no entanto, uma vantagem séria sobre aqueles que são incapazes de comunicar o pensamento com clareza e simplicidade.

Outras conclusões que resultam das múltiplas observações e experimentações feitas nos que ensinam são as seguintes: não existe um tipo invariável do bom professor; se as qualidades fundamentais que indicamos, associadas a uma boa inteligência e a uma saúde robusta, são uma base indispensável para ensinar com proveito, existem modalidades de realização individual, como há também formas mais ou menos variáveis, conforme o lugar e a época de trabalho. Assim é que o factor tempo, por exemplo, tem incontestavelmente a sua importância. O professor de hoje deve ser em parte diferente do professor de há cem anos

para cá. Deve possuir certas aptidões especiais de que, outrora, podia ser dispensado: as modificações profundas das condições sociais, os desenvolvimentos da técnica, os progressos das ciências, as variações dos programas escolares, tudo isso tem incontestavelmente uma influência sobre a *técnica* pedagógica no sentido lato e, por conseguinte, sobre as disposições exigidas por esta técnica.

Os critérios quanto à escolha dos candidatos ao ensino e os aspectos da formação profissional variam pois com a época histórica.

Outros factores intervêm também que modificam parcialmente o conceito de bom mestre. O lugar geográfico e o meio social, as matérias a ensinar, pois cada grupo de conhecimentos tem exigências metodológicas diferentes; um bom professor de ciências não será necessariamente um bom professor de história; um bom professor de línguas não dará forçosamente boas lições de matemática, etc.

A análise das disciplinas escolares sob o aspecto psicológico tem revelado que os mecanismos mentais que intervêm na aprendizagem de cada uma delas, tanto da parte de quem aprende como de quem dirige a aprendizagem, são às vezes muito diferentes.

O sexo dos alunos determina igualmente certas exigências pedagógicas: já se notou que é mais fácil ensinar um grupo de raparigas do que uma turma de rapazes, sendo as outras condições iguais. Há menos variabilidade no primeiro caso e, por conseguinte, a adaptação da acção do professor à média é mais fácil. Uma individualização mais acentuada será necessária com alunos masculinos.

Um dos factores mais importantes que influi sobre a técnica pedagógica, e cuja consideração se impõe portanto de forma especial na preparação dos professores, é a *idade* dos alunos com que o professor terá de lidar. É a insistência sobre este elemento que caracteriza a pedagogia moderna e justifica a maior parte dos aspectos da metodologia escolar actual. Os alunos não são adultos em miniatura. O ensino tem de se adaptar às possibilidades, à experiência e às

modalidades do trabalho dos seres em evolução que são os escolares.

Detenhamo-nos um instante no exame deste factor pedagógico: a *idade* dos alunos. A selecção dos professores e a sua preparação pedagógica são tanto mais necessárias quanto se trata de ensinar seres mais novos. Um professor de Universidade tem estudantes que atingiram — ou deviam ter atingido — a maturidade mental; por conseguinte, existe uma similitude muito maior entre o mestre e o aluno, sob o ponto de vista dos hábitos intelectuais, dos interesses, dos modos de compreensão, numa palavra: da *mentalidade*. Não se deve no entanto, afirmar apressadamente que há identidade, pois que, se a razão alcançou a maioridade, a vida afectiva imprime-lhe certas tendências e, por outra parte, a experiência do estudante universitário é ainda muito restrita.

À medida que se descem os níveis de idade, o aluno diferencia-se cada vez mais do adulto quanto à sua capacidade geral e quanto às formas da actividade, e os riscos de incompreensão aumentam. É mais difícil ministrar convenientemente a educação e o ensino a crianças de 6 anos do que a adolescentes. O que não significa, aliás, que seja necessário mais tempo para formar uma «jardineira» de jardim-escola do que para preparar um professor de Universidade, pois há dois aspectos na preparação do ensino: a formação científica e a formação pedagógica. A primeira será tanto mais longa e a segunda tanto mais curta, quanto o grau de ensino for mais elevado. Mais curta mas não inexistente. Todavia não concordamos com certas pessoas que julgam a pedagogia completamente supérflua na Universidade. Muitos são os que consideram preocupação mesquinha o facto dum professor universitário pensar em pedagogia. A competência científica não confere, por uma virtude como que imanente, a arte de ensinar e de formar discípulos. Os exemplos são bastante numerosos, pensamos nós, para comprová-lo. Quantos mestres, eminentes pelo saber, nunca criaram escola e foram, em todo o decurso da

carreira, sábios admirados mas professores simplesmente tolerados. Se a Universidade é a escola do trabalho essencialmente pessoal, do domínio individual dos métodos e do saber, ainda é necessário que o professor seja bastante hábil para orientar, bastante entusiasta para criar interesses potentes entre os estudantes, suficientemente modesto e dedicado para acompanhar estes nas suas tentativas, para os animar, para viver da própria vida deles. Todas estas qualidades são elementos da personalidade e não saberes adquiridos. É por isso, segundo nos parece, que os méritos científicos dum homem não deviam ser, exclusivamente, os motivos determinantes duma carreira no *ensino* universitário. É uma condição necessária mas não suficiente. Dizemos o ensino, pois que a *investigação* não representa o mesmo género de trabalho e não exige as mesmas aptidões.

Há professores universitários que consideram como um dogma a necessidade de manter uma atitude olímpica em relação aos estudantes. Não pensam, aparentemente, senão no seu prestígio, bem frágil, deve dizer-se, se só assenta sobre a diferença de nível que dista entre a cátedra do lente e as carteiras dos estudantes! Respeitar as distâncias, eis, para alguns, a regra intangível. Crer-se-iam diminuídos se autorizassem a mínima familiaridade aos discípulos. Não concederão explicações suplementares, não admitirão a mínima dúvida sobre o que ensinam, sendo para eles o seu magistério infalível. Exigirão dos estudantes tarefas impossíveis crendo, desta forma, dar a medida da força deles e ignorando que outros professores também têm o direito de exigir exercícios e leituras... A influência dum professor universitário reside menos nas lições que faz do alto da cátedra, por mais perfeitas e brilhantes que possam ser, do que no contacto directo que estabelece com os estudantes nos trabalhos comuns de laboratório ou de seminário, nas conversas familiares fora das horas de serviço oficial. Um discípulo do grande historiador Pirenne confessava um dia que as lições mais proveitosas do mestre tinham sido para ele aquelas, pouco académicas sem dúvida, que constavam

de reuniões familiares e animadas num café próximo da Universidade onde, de tempos a tempos, o professor levava alguns dos seus discípulos à saída duma aula. O mestre tornava-se companheiro e o pequeno grupo, neste ambiente sem constrangimento, discutia um ou outro assunto que tinha sido exposto na lição anterior.

Claro, ninguém vai concluir que conviria instalar a Universidade no café, mas, a «moralidade da história» é que o professor só pode lucrar em influência e em rendimento pondo-se ao alcance dos seus alunos. Aliás, não será esta, mais ou menos, a fórmula adoptada pelos «maîtres de conférence» da Escola Normal Superior de Paris, esta instituição tão respeitada pelo valor da formação intelectual que lá se ministra e pelo espírito que lá reina? A conversa, a discussão livre, têm uma prioridade nítida sobre o monólogo professoral. O método, em qualquer grau de ensino, é em parte, o próprio homem; na Universidade é sobretudo isso.

A maior parte dos alunos das escolas secundárias agrupam-se entre as idades dos 11 ou 12 anos até aos 18 ou 19. Este período do desenvolvimento apresenta características mais originais do que habitualmente se pensa. É, pelo menos, a opinião de muitos psicólogos actuais. E as suas afirmações parecem concordar com diversos factos de observação corrente do comportamento adolescente. H. Wallon, do Colégio de França, e psicólogo de reputação internacional, exprimia-se mais ou menos nos seguintes termos, há pouco:

Alguns psicólogos têm afirmado, baseando-se em testes aplicados a milhares de indivíduos, que o desenvolvimento espontâneo da inteligência acabava bastante cedo, aos 14 anos, até, segundo alguns. Depois disso, só se trataria de variações nas aquisições, na bagagem intelectual. Esta conclusão é falsa, diz Wallon, e explica-se pelo facto de os psicólogos em questão não encontrarem, depois duma determinada idade, testes mentais que dessem resultados variáveis duma idade para a outra, donde a impressão de que os indivíduos

alcançavam o nível intelectual máximo bastante cedo. Mas, diz o psicólogo francês, a partir dos 12 13 anos, a evolução consiste sobretudo na emergência de disposições intelectuais especiais. A diferenciação individual efectuar-se-ia sobretudo nesta altura, donde a necessidade de começar então a orientação escolar: as tendências literárias, ou científicas, ou técnicas, afirmar-se-iam pouco a pouco nos adolescentes. É com fundamento nestas verificações, que Wallon propõe, para a futura organização da escola francesa, um ciclo de *orientação* (12 a 15 anos) com cursos comuns e outros de opção, seguido dum ciclo de *determinação* (15 a 18 anos) em que o aluno se orientaria nitidamente para uma forma determinada de estudos adaptados à sua personalidade. Durante o ciclo de orientação, os professores, recorrendo à observação dos jogos, a exercícios especialmente previstos, a testes prognósticos, procurariam descobrir o tipo de cada criança.

Não implicam estas observações, que se nos afiguram justas e susceptíveis de modificar a organização das escolas, a necessidade, para o professor do ensino secundário, de ser um psicólogo prático, dotado do sentido da observação humana, com bastante imaginação para descobrir os meios de semelhante observação e bastante habilidade para os pôr em acção?

Para saber o que é concretamente indispensável para bem ensinar, convém combinar os resultados de observações directas com os dados obtidos por inquéritos e questionários. No que respeita à observação directa, deve ser suficientemente demorada, senão conduz a erros e confusões. Os factos recolhidos devem ser interpretados e, muitas vezes, com a ajuda dos próprios observandos. Não nos apressemos em classificar sob a mesma etiqueta professores cujo ensino nos parece idêntico na sua mediocridade, ou igualmente eficaz. Um rendimento bom ou mau pode explicar-se de muitas maneiras, porque os factores que intervêm na sua produção são numerosos. Em primeiro lugar, é conveniente considerar o material humano sobre que um professor actua.

«*Quod Deus non dat, Salmantica non praestat...*» O melhor dos professores fica incapaz de dar inteligência a um aluno! E a composição das classes varia por vezes consideravelmente neste aspecto. Um professor que tem alguns anos de prática, sabe quanto o valor médio duma turma pode ser diferente dum ano para outro. Um professor só revelará a sua verdadeira medida com grupos homogêneos de bons alunos ou, pelo menos, com grupos de inteligência média. Sublinhamos isso para chamar a atenção sobre a necessidade de bem verificar todas as condições duma experiência antes de tirar conclusões. Acrescentemos que há professores duma deficiência irremediável, que não dão conta das suas deficiências, que não possuem as qualidades requeridas e nunca as adquirirão. Outros são temporariamente deficientes: sentem muito bem o que lhes falta, são capazes dum exame de consciência objectivo e aperfeiçoam-se pouco a pouco. Outros ainda só são eficientes por intermitência ou resignam-se a ser professores duma mediocridade permanente; possuem tudo o que é necessário para desempenhar normalmente a tarefa, excepto a vontade de a fazer; por preguiça ou por indiferença, desprezam o trabalho.

Foram feitos numerosos inquéritos sobre os motivos que impelem os rapazes e as raparigas para a carreira professoral, sobre as causas que explicam os fracassos, sobre as aspirações habituais da corporação docente, sobre as dificuldades a vencer no início da profissão, etc. Os resultados desses inquéritos não concordam perfeitamente, o que provém, sem dúvida, do facto das condições escolares serem parcialmente diferentes dum país para o outro e o processo dos inquéritos nem sempre ser muito rigoroso. No entanto, as verificações comuns são numerosas e podem servir para aperfeiçoar a orientação, a formação e a selecção dos professores.

Estes inquéritos foram realizados junto dos interessados ou junto dos alunos. Ainda que a opinião destes últimos não seja sempre determinante, as observações que eles fazem, os desejos que manifestam, as atitudes que

revelam, contribuem para esclarecer o problema que nos preocupa.

Entre os motivos que justificam a escolha da profissão, um inquérito inglês recente, aos rapazes e raparigas que se destinam ao ensino secundário, indica os seguintes: os mais fortes são a esperança dum trabalho estável (1.º nos rapazes e 2.º nas raparigas) e o interesse para as crianças e os adolescentes (1.º nas raparigas e 2.º nos rapazes). Ao lado destes dois móveis principais, existem muitos outros, tais como o gosto para uma determinada disciplina, o desejo de continuar a própria formação, o amor ao ensino, a perspectiva de férias, os desejos dos pais... Verifica-se também que a tendência para entrar na profissão é muito mais precoce nas raparigas que nos rapazes. A decisão é também mais rápida nelas.

Um professor da Universidade de Cambridge, Valentine, tendo realizado um inquérito do mesmo género sobre a *vocação para o ensino*, verificou que 40 estudantes em 100 escolhiam a profissão docente no fim dos estudos universitários, porque não havia para eles outro remédio. O ensino não lhes interessava sobremaneira, mas não havia outra coisa a fazer senão resignar-se. Semelhante verificação é lastimável. E muitos, infelizmente, estão nesta disposição quando entram no ensino. A culpa de tal estado encontra-se sobretudo na organização social actual.

No que respeita às causas de fracasso, um vasto inquérito americano revela 25, cuja gravidade é, aliás, variável conforme o grau de ensino. Indiquemos as principais segundo a ordem de importância: falta de disciplina — falta de juízo e de instrução — maus métodos — preparação diária insuficiente — falta de simpatia — nervosismo — falta de espírito social — número exagerado de interesses exteriores à escola — ausência de «controle» — negligência habitual no porte — ideias religiosas contrárias às do meio — frequência dos divertimentos duvidosos. Muitas vezes, algumas destas causas estão associadas, quer estejam ligadas naturalmente, quer sejam provocadas uma pela outra.

Um outro inquérito feito no mesmo país sobre os factores de êxito agrupa também estes sob tais rubricas. Não vamos analisar os resultados desta investigação. Basta dizer que as mais importantes condições de êxito, sobretudo no que respeita ao ensino secundário, derivam em suma da disposição fundamental que indicámos no princípio destas considerações: irradiação activa da personalidade. Com efeito, termos tais como os seguintes, empregados para agrupar os dados do inquérito, não são mais de que especificações desta disposição: adaptabilidade — atracção pessoal — tacto e delicadeza — espírito de cooperação — constância — entusiasmo — magnetismo — engenho — espírito progressivo e aberto — extensão dos interesses (colectividade, profissão, alunos)...

Em 1935, foi empreendido um inquérito junto de alguns milhares de professoras inglesas, com o fim de saber se a carreira escolhida lhes agradava ou não, sendo a satisfação no exercício da profissão considerada como um dos principais indícios do êxito na mesma profissão. Eis algumas das conclusões a que chegou a organizadora da investigação:

A maior proporção das professoras satisfeitas encontra-se nas encarregadas de cursos gerais e de educação física, a menor proporção entre as professoras de ciências domésticas, de arte e de música. Teria sido interessante discernir os motivos profundos daquela situação. O facto de pertencer a uma família onde já há professores influi fortemente sobre a escolha da profissão. Foi achada uma correlação significativa entre o facto de ter gozado dum ambiente feliz durante a infância e o êxito no ensino. Um grande número daquelas que não estão satisfeitas criticam as condições em que trabalham. Mas 22%, pode afirmar-se, estariam descontentes e inadaptadas em qualquer profissão. Um número bastante importante de professoras acham que se não lhes oferece bastantes oportunidades de dar prova de iniciativa. Mais de um quarto das «insatisfeitas» queixam-se do tipo de educação ministrado aos alunos: demasiado académico, insuficientemente ligado à vida; os defeitos do sistema são

sobretudo atribuídos a obrigação, para os alunos, de fazer exames fora das escolas onde estudam e para os professores a necessidade de os preparar para tais exames.

Uma das críticas mais apontadas é que a vida do professor era isolada de mais, pouco favorável aos contactos sociais, e esta deficiência provém, no espírito de muitos, do facto da profissão docente não ser apreciada como devia ser pela opinião pública. Os médicos, os advogados são muito mais considerados — afirma-se. Uma espécie de complexo de inferioridade nasce, desta forma, em certos professores, da atitude do público para com eles.

Outra causa de desadaptação revelada, é que, bastantes vezes, o professor sente mais interesse pela matéria ensinada de que pelas crianças cujo contacto permanente detesta. Como tal contacto se torna, no entanto, indispensável para a obra educativa, pode-se concluir que o professor tem de possuir tendências paternas muito desenvolvidas e uma forte estabilidade emotiva.

A opinião da investigadora é que a maior parte dos professores escolhem a profissão sem uma ideia clara do que ela exige. Entrevêem algumas dificuldades mas sobrestimam o seu poder de adaptabilidade ou então esperam que poderão evitar aquelas dificuldades ou modificar as condições existentes (1).

Relevar-se-á o facto de termos insistido sobre a análise da função docente e sobre as modalidades do seu exercício nas condições concretas. A vantagem duma análise deste género — e devia evidentemente ser mais demorada e mais localizada para as necessidades da prática — é de nos fazer entrever as exigências duma *orientação* e duma *selecção* sistémicas e objectivas e a necessidade duma *preparação* técnica adequada.

É possível formular, desde já, algumas sugestões que se deduzem do que dissemos anteriormente.

(1) Cf. M. Birkinshaw: *The Successful Teacher*. Londres, 1935.

Uma orientação profissional, dizíamos, é indispensável. Quando é que se deve realizar? Quais os principais elementos em que ela deve assentar?

Na nossa opinião, a orientação para o ensino, quer primário quer secundário, não se deve fazer cedo de mais. Com efeito, certas aptidões exigidas para o desempenho frutuoso da profissão só se revelam de forma nítida a partir duma certa idade. É até possível, como o apontaram certos autores, que haja regressão de aptidões. F. Baumgarten fala de «transmutações»: certas disposições existiriam durante a primeira infância para desaparecerem na puberdade e darem lugar a outras. Qualquer que seja a profissão, parece indicado que nenhuma orientação se faça de forma definitiva antes de terminar o período da puberdade.

Acrescentemos que um rapaz ou uma rapariga devem ter uma maturidade de espírito suficiente para compreender perfeitamente o que deles será exigido, e uma ideia clara da natureza e da importância social da sua missão. Objectar-se-á, sem dúvida, que uma orientação exageradamente adiada, digamos até aos 19 ou 20 anos, para o ensino secundário, ameaça complicar muito o problema da formação profissional. Não se pode, com efeito, impor um prazo exagerado para o exercício duma profissão. Isso é verdade. Uma maneira de remediar em parte este inconveniente seria de combinar orientação e selecção a partir do período escolar. Expliquemo-nos. Alguns adolescentes podem manifestar muito cedo o gosto para o ensino, revelar as aptidões requeridas, possuir as capacidades intelectuais desejáveis, assim como as disposições morais necessárias. Pode-se então prepará-los condicionalmente para as funções docentes. Se, a partir duma certa altura, por iniciativa própria, mudarem de opinião e de gosto, ou se aqueles que os orientam verificarem que o caminho que eles pensavam seguir já não lhes convém, serão então orientados para uma outra carreira. É aliás assim que deve ser concebida toda a orientação profissional humana: nem irremediável, nem única. É preciso manter portas de saída eventuais e novas portas de entrada.

A preocupação de seleccionar antes mesmo de entrar definitivamente e oficialmente na actividade profissional aparece em certas práticas adoptadas nalguns países. Em Genebra, por exemplo, os professores primários são submetidos a estágios de duração variável antes de receberem o diploma que os habilita definitivamente ao exercício da profissão. Encontramos a mesma preocupação neste país, concretizada no estágio imposto aos candidatos do ensino secundário e também aos professores primários. Mas, sem contar que só uma minoria de professores do ensino secundário fazem o referido estágio, podíamos perguntar se, praticamente, a organização do estágio neste país está em harmonia com a finalidade encarada. Voltaremos ao assunto.

Eis o que declarava, há dois anos, um professor universitário suíço: «Depois de quatro anos de estudos universitários, é praticamente muito difícil fechar aos novos licenciados a porta da carreira docente. É antes do início dos estudos que o estágio devia ser colocado, quando o estudante se matricula na Faculdade e declara que preparará uma licenciatura de Estado (obrigatória para os futuros professores). Devia então ser examinado por uma comissão constituída, por exemplo, por um professor de francês, um professor de ciências, um psicólogo especializado na pedagogia, e eventualmente um médico. Sob parecer favorável, o candidato seria colocado por algumas semanas num colégio em que lhes seriam entregues duas ou três turmas inferiores. O professor ordinário da classe assistiria à metade das lições e a comissão indicada mais acima surgiria, inesperada, duas vezes pelo menos. O resultado ficaria sem apelo. Assim seria eliminado um grande número de insuficientes» (citado por Dottrens R. in *Education et Démocratie*, pág. 224).

Talvez a fórmula seja um pouco sumária, mas exprime uma ideia justa: seria aconselhável diagnosticar antes da escolha definitiva, a fim de afastar do ensino aqueles que não têm o mínimo exigido de disposições naturais.

Não se deve objectar que a selecção se realiza automaticamente na própria profissão, afirmar que aqueles que não têm vocação abandonam, em regra geral, o ensino para outro sector mais bem adaptado às suas possibilidades. Casos destes encontram-se, sem dúvida, mas são raros, como as estatísticas o demonstram. O homem torna-se, numa grande medida, prisioneiro da profissão que escolheu. E admitindo mesmo que os mestres que não têm vocação deixem o ensino no fim dum tempo variável, ainda ficava o facto de algumas crianças sofrerem durante um certo tempo as consequências prejudiciais deste erro de previsão, e é também um aspecto para ponderar.

Dissemos mais acima que as exigências vocacionais para a profissão docente variam numa certa medida com factores tais como a idade dos alunos, o momento histórico, as matérias a ensinar, o lugar geográfico, etc.... Existiriam exigências especiais no que respeita a Portugal? É sobretudo em matéria de *formação* profissional que as diferenças se marcam dum país para o outro. Cada nação tem as suas necessidades particulares no domínio da instrução como em qualquer outra. Portugal, tendo a sua organização escolar própria, os seus programas, os seus tipos de escolas, o seu clima espiritual, etc., terá necessariamente de encarar todos estes elementos na preparação científica e pedagógica dos seus mestres. E, na nossa opinião, seria um erro querer modelar-se exageradamente sobre o estrangeiro. Se é verdade que certas deficiências podem ser supridas pela imitação do que se faz lá fora, em países mais adiantados pedagogicamente, há certas feições que seria lastimável abandonar por não sei que padrão internacional. É da máxima importância distinguir entre defeitos autênticos e modalidades próprias, explicáveis pelo lugar e pela história. Os primeiros devem ser combatidos, as outras, mantidas e aperfeiçoadas.

Existirão disposições originais prévias que seriam de desejar nos futuros professores portugueses? Pela nossa parte, consideramos como importante que qualquer candidato ao ensino seja autênticamente português. Não se trata,

é claro, da certidão de nacionalidade, sem o que se não pode ingressar nas funções públicas, mas sim duma maneira de sentir e de pensar concorde ao génio e à história da raça. Por outras palavras, convém que um educador de jovens portugueses esteja profundamente enraizado no meio cultural e moral do país, que viva plenamente do património espiritual acumulado pelas sucessivas gerações que têm feito a grandeza do país e seja, ele próprio, movido por um desejo intenso de continuar esta obra. Reparem bem: não se trata, no nosso espírito, de tendências políticas ou religiosas, pois a variedade destas não impede necessariamente a unidade nacional, assente na consciência colectiva duma pátria comum. Cada nação procura, com razão, guardar a sua originalidade, o sentido das tradições, e os seus professores contribuem, numa larga medida, para esta acção.

Talvez se possa também desejar de todos os professores portugueses uma disposição razoável para a aprendizagem das línguas estrangeiras. O português, isso é inegável, não é uma língua de grande cultura como o francês, o inglês ou o alemão. Afirmar o contrário seria cair num nacionalismo mesquinho. O intelectual que não tem outro recurso linguístico senão o idioma luso, fica fatalmente diminuído e um professor mais do que qualquer outro, visto que tem de ficar ao par da sua especialidade. A aptidão linguística, revelada num grau suficiente, seria pois muito para desejar em todos os portugueses do ensino secundário.

Um factor que pode contribuir bastante para melhor recrutamento de professores tem de ser indicado aqui. Não se trata dum elemento psicológico. Trata-se da reclassificação social e económica da profissão docente. Surgiram queixas em diversos países contra a inferioridade, no plano social e material, do professorado. É necessário dignificar, na opinião pública, a significação e o valor do trabalho dos educadores. Demasiadas vezes, o professor é considerado como parente pobre em relação às outras profissões liberais, sobretudo na nossa época materialista. «Quem souber fazer alguma coisa que o faça, quem não souber que ensine!»

disse mais ou menos Bernard Schaw. Este dito traduz o estado de espírito de muita gente. É claro que uma semelhante atitude do público pode afastar da profissão muitos rapazes que têm a vocação, mas que hesitam em ingressar numa classe que goza de tão pouca consideração. Os inquéritos revelam serem muitos os professores que sofrem desta injusta depreciação. Um meio de aumentar no público a estima pelos educadores é garantir-lhes um nível económico digno. Sem dúvida, o caminho do professorado nunca será indicado para quem quiser tentar fortuna, mas convém, no entanto, que um professor possa viver conforme a sua condição e responsabilidades, que não esteja constantemente preocupado com problemas materiais que contrariam fatalmente o exercício fecundo da tarefa. É um cálculo errado, a nosso ver, da parte do Estado e dos organismos particulares limitar demasiadamente os vencimentos dos professores. Muitos vêem-se então tentados ou obrigados a procurar fora das ocupações oficiais um acréscimo que lhes permita realizar um equilíbrio suportável no orçamento. Se o mundo docente for razoavelmente retribuído, poder-se-á exigir muito mais dele. Além disso, os novos bem dotados entrarão então com mais gosto numa profissão que desprezam muitas vezes presentemente, para se orientarem para um trabalho mais remunerador. O heroísmo é admirável, mas não se pode exigir de toda gente, nem mesmo de todos os educadores.

Voltemos ao problema da orientação e da selecção. Onde, e quando, serão os elementos aptos, discriminados e aconselhados? Cremos que é já no limiar da universidade que a tarefa pode ser iniciada. Como se trata tanto, senão mais, de características morais do que de capacidades intellectuais e de aptidões especiais, estas características só podem ser descobertas por uma observação demorada do comportamento, das qualidades do coração, do sentido prático, da sociabilidade dos estudantes. Quem pode realizar esta observação com proveito, são os professores cujos contactos com os estudantes são numerosos e prolongados. Durante

as aulas, as sessões de laboratório ou de seminário, das conversas particulares, a personalidade revela-se pouco a pouco sob os seus múltiplos aspectos. Certos rapazes que sentem gosto pelo ensino poderão também ser esclarecidos sobre as suas aptidões reais, pois o gosto nem sempre é sinal certo e suficiente de vocação. Outros, que nunca pensaram em vir a ser professores, mas que possuem inegáveis disposições, poderão ser aconselhados e estimulados. Só seria no termo dos estudos universitários, ou quase, que os estudantes desejosos de ingressar no ensino se tornariam oficialmente candidatos, e esta candidatura seria então examinada por uma comissão de professores sucessivos que decidiriam, baseados em elementos recolhidos de diversas fontes, se a profissão a que se destinam lhes convém realmente. Também poderia recorrer-se a certos testes prognósticos. Já existe um certo número destas provas na América, mas a sua validade não está ainda, em regra, absolutamente comprovada.

O que propomos é um método humano, um diagnóstico progressivo e adicional, o qual, evidentemente, nunca seria isento de fraquezas ou de erros, mas apresentaria, no entanto, mais garantia do que os processos empregados até hoje, se é que existe qualquer processo!

A prioridade das qualidades pessoais, do valor *humano*, sobre os dotes de inteligência, em matéria de selecção de professores, está confirmada actualmente por muitos factos, tal como o seguinte: na Inglaterra, em virtude das vagas produzidas pela guerra e das novas exigências contidas na lei escolar de 1944, torna-se necessário um grande número de professores suplementares. Elaboram-se projectos para um recrutamento muito mais largo: entre pessoas que fizeram os mais diversos estudos, entre os homens que regressaram das fileiras, que abandonaram uma profissão que exerciam às vezes há muito tempo. Estes candidatos, que, em regra geral, têm uma experiência directa e já rica da vida, são submetidos a uma preparação o menos livresca possível, a um período de adaptação (íamos dizer de «novi-

ciato») em que se esforçam para se conhecer a si próprios e conhecer os outros. Um comité formado para estudar o recrutamento e a formação dos mestres (Mc Nair) encarou a supressão dos Training Colleges (Escolas Normais). Metade dos membros deste comité era de opinião que a Universidade devia assumir a responsabilidade de tratar da formação de todos os professores, dos diversos graus de ensino e dos diversos tipos de escola. Esta formação consecutiva a uma selecção feita nas bases que indicamos, seria sobretudo prática e nitidamente pedagógica. Voltaremos mais adiante ao papel da universidade e mais particularmente dos Institutos Superiores das Ciências da Educação no que respeita a formação dos professores.

II. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Suponhamos resolvido o problema da selecção e da orientação dos futuros professores. Trata-se de os preparar para a sua tarefa, de lhes assegurar um rendimento tanto quanto possível elevado, para o dia em que lhes for confiada inteira responsabilidade dum cargo docente.

A formação dos professores do ensino secundário (como aliás dos outros graus de ensino) comporta uma preparação *científica* e uma preparação estritamente *pedagógica*. Esta última apresenta, por outro lado, dois aspectos: é teórica e prática. Durante muito tempo, e ainda hoje em certos países, só é encarada a preparação científica. Fica a preocupação dominante dos futuros professores e daqueles que são encarregados da sua formação. As considerações em que se apoiam para justificar esta orientação podem resumir-se da seguinte forma: ensinar é transmitir conhecimentos e realizar a educação intelectual das crianças e dos adolescentes. Esta tarefa será plenamente desempenhada por qualquer professor inteligente que conheça perfeitamente o que deve ensinar. Não se parece ter em conta o facto de que o professor é mais do que um *instrutor*, que as capacidades intelectuais, por mais brilhantes que sejam, não chegam

para formar um aluno, que a criança e o adolescente têm interesses diferentes dos do adulto, uma lógica especial, capacidades limitadas, etc. Esquecem que nem o dom, nem a intuição, nem o pensamento reflexivo são capazes de resolver todos os problemas que surgem na prática escolar e até, que para descortinar estes problemas, a simples inteligência não basta.

Não se trata, evidentemente, de discutir a necessidade da preparação científica dos futuros professores, mas é conveniente sublinhar que a sua importância é relativa e que, de qualquer maneira, tem de ser realizada em função da sua finalidade prática: o ensino. Estudar uma ciência e ensinar a mesma ciência são duas coisas bastante diferentes e saber muito não implica ensinar bem. A adaptação da ciência, quantitativa e qualitativamente, à capacidade dos que a hão-de receber, é, na verdade, o que mais importa. Verifica-se muitas vezes que um professor que sabe muito abusa facilmente da sua erudição. Ensina demais sem mesmo dar por isso. Acontece que professores liceais repetem em frente de adolescentes as sábias lições recebidas na Universidade. Um professor muito especializado esquece facilmente que aquilo que ensina não é tudo, que há outras ciências úteis e necessárias. Esquece que a função do ensino secundário não é formar especialistas, mas garantir uma cultura geral e hábitos de trabalho pessoal. Acaba por afogar os alunos no seu poço de ciência... Certos mestres ainda, têm tendência mais para exhibir o seu saber do que para o comunicar. Comprazem-se em exposições pormenorizadas e eruditas que provocarão, talvez, admiração nos alunos, mas não terão nenhum proveito real. Uma formação demasiado especializada pode ser perigosa, sobretudo nas classes inferiores das escolas secundárias. Limita exageradamente o círculo de interesses do professor e enferma do perigo deste esquecer os fins verdadeiros da formação escolar. Um professor deve ter uma visão completa, senão pormenorizada, dos objectivos da educação e dos meios de a realizar. Deve possuir uma cultura bastante vasta e bas-

tante variada para evitar que o seu ensino constitua uma espécie de peça solta na formação dos alunos mas sim que se integre naturalmente no conjunto da obra educativa escolar.

A preparação científica deve ser pois acompanhada ou seguida duma formação profissional. Em que consiste? Comporta um certo número de saberes teóricos e a aquisição de hábitos práticos, como a iniciação para qualquer mister. Um professor deve receber uma cultura pedagógica suficiente, saber tirar proveito dela no exercício da profissão e habituar-se a ensinar.

No que respeita à formação profissional dos professores primários, compreenderam, geralmente, em todos os países, que era indispensável e, ainda que a duração e as modalidades desta formação variem, as escolas de magistério primário apresentam grandes similitudes de organização. Já não se pode dizer o mesmo em relação à formação dos professores do ensino secundário. Como já o observámos, esta formação é de instituição muito mais recente; é ainda descuidada muitas vezes e varia sensivelmente de país para país.

Qual é, de facto, a situação actual nos principais países? Se lançamos uma vista de olhos sobre a maneira como os outros conceberam e realizaram a formação dos professores do ensino secundário, não é, de forma nenhuma, para procurar modelos, mas simplesmente exemplos. Pois, se o problema apresenta aspectos comuns, qualquer que seja o lugar em que aparecer, as soluções têm que se inspirar em parte nas condições históricas, étnicas, sociais, económicas, etc., de cada colectividade nacional. É assim, por exemplo, que a tendência dominante da educação francesa fica intelectualista ao passo que a tendência americana é antes utilitarista. Estas distinções explicam-se em parte por causas históricas e também sociais. Estudar o que se faz lá fora pode trazer sugestões, revelar métodos a adaptar às condições que são as nossas e, muitas vezes, convencer-nos de que, em matéria de educação, de ensino e de formação

profissional, os grandes países não estão, sempre, mais adiantados que os pequenos e têm os mesmos motivos que estes últimos para olhar de vez em quando fora das suas fronteiras.

A América é a cada passo citada como estando no primeiro plano em matéria de realizações pedagógicas. Talvez haja um perigo nesta admiração, muitas vezes sem bases objectivas. Se é certo que os Norte-Americanos têm trazido uma contribuição enorme à pedagogia moderna, sobretudo no domínio da técnica, o certo é que não podemos aceitar o conjunto das novidades sem fazer primeiro um inventário crítico. Aliás, os próprios Americanos nem sempre foram sucedidos com certas inovações.

Como se apresenta nos Estados Unidos o problema que nos ocupa: a formação dos professores? Observemos, primeiro, que não há regras uniformes quanto à formação dos professores do ensino secundário. Varia de Estado para Estado. Muitos rapazes e raparigas que se destinam ao ensino começam, como nos nossos países, por conquistar um grau universitário e, depois, matriculam-se num curso de formação profissional na própria Universidade onde conquistaram o diploma. Algumas Universidades criaram uma secção que funciona como Escola Normal Superior e concede um diploma comparável à licenciatura de ensino em França. Em outras Universidades existem Escolas Superiores de Pedagogia, muito mais desenvolvidas, cujo corpo docente é constituído por psicólogos e pedagogos profissionais e por representantes das diversas secções universitárias, especialistas das matérias que os futuros professores terão de ensinar. A mais conhecida destas Escolas Superiores é o «Teachers College» da Universidade de Columbia em Nova Iorque.

Um grande número de professores do ensino secundário, no entanto, exercem as funções docentes sem ter realizado qualquer aprendizagem profissional. O Estado de Califórnia era o único, antes da guerra, que exigia de todos os professores das escolas secundárias um padrão

uniforme, um «college degree» seguido de um ano de formação pedagógica. A atenção dispensada à *profissionalização* das matérias estudadas pelos futuros professores, especialmente nos «Teachers Colleges» em que os estudos duram 3 anos, ou quatro no caso dum grau especial, é uma das características do esforço americano para realizar uma aprendizagem eficiente do trabalho docente. Esta profissionalização consiste essencialmente em elaborar a psicologia das diversas disciplinas, para uma melhor adaptação dos programas e métodos. Insistem sobre a história das disciplinas e a evolução dos métodos, sobre o valor educativo de cada disciplina e da sua finalidade prática actual. Dispensam muita atenção à escolha e à organização do material didáctico, às dificuldades específicas do ensino de cada matéria, à preparação dos cursos, dos manuais, dos testes escolares para verificar o rendimento.

O curso de 3 anos nos Teachers Colleges abrange matérias gerais, um grupo de cadeiras profissionais ligadas à disciplina que o estudante pretende ensinar no futuro, e exercícios práticos. A justificação dum tal programa assenta na necessidade de garantir aos futuros professores uma cultura integrada, de realizar uma síntese e não uma mosaica de elementos sem relações como acontece geralmente nos Colégios ordinários. As condições de entrada nos Teachers Colleges universitários são um tanto diferentes conforme os Estados, mas, como a afluência se tornou grande há alguns anos para cá, reforçaram a selecção por meio de concursos.

Uma formação técnica muito desenvolvida do professor parece ser, pois, a preocupação dominante nas Universidades americanas. Segundo a opinião de diversos críticos, entre os quais Americanos, esta preparação profissional é levada demasiadamente longe, à custa da preparação científica. Verificar-se-ia, dizem, uma falta de equilíbrio cuja causa estaria principalmente no facto de ter confiado aos Teachers Colleges a formação exclusiva dos professores, tanto científica como pedagógica.

Na Inglaterra, uma grande parte dos professores do ensino secundário não recebem treino específico.

Aqueles que se matriculam na secção universitária que prepara para o magistério secundário, fazem-no depois de ter conseguido o «Higher School Certificate» que corresponde mais ou menos ao nosso certificado do último ciclo liceal: especialização em ciências ou letras. A maior parte destes alunos e alunas que se destinam à profissão docente obtêm bolsas de estudo que lhes são conferidas mediante o compromisso de terminar o curso na Universidade e ingressar depois no ensino. Geralmente, estes futuros professores cursam primeiro um «honours course» que leva ao grau «honours degree» depois de três anos de estudos bastante especializados. Eis, por exemplo, o programa geral dum «honours course», o de química:

Física — Matemática (ou botânica ou zoologia) — Química inorgânica e geral — Química orgânica — Química física (inclusive a electro-química) — Química física superior (ou orgânica) — Bacteriologia ou química dos microorganismos (inclusive a fermentação).

O curso de história abrange além da história desde a antiguidade e nos diversos países, o estudo das doutrinas políticas (desde Platão até Rousseau), a história da economia, o estudo do latim e do francês.

Os estudantes que não conseguem terminar o seu «honours course» abandonam-no para tentar obter um «ordinary degree». A diferença é que este último é menos especializado e menos intensivo. O estudante que segue o «ordinary course» fica no entanto na secção pedagógica mas já não pode aspirar, pelo menos em direito, ao ensino secundário.

Depois dos três anos de formação científica, literária, ou histórica, os estudantes candidatos a professores recebem durante um ano uma formação profissional para obter o diploma de professor, que lhes é conferido pelo «Department of Education» da Universidade. O curso comporta

disciplinas de pedagogia, de psicologia escolar, de sociologia, e é exigido, em princípio, um estágio de 12 semanas.

Ao lado das secções pedagógicas das Universidades existem numerosos «Training Colleges» (Escolas Normais) completamente independentes, sob o ponto de vista administrativo, da Universidade. Preparam, em princípio, para o magistério nas escolas elementares. Para ser admitido, é necessário ter acabado os estudos gerais secundários (School Certificate). O curso é de dois ou três anos, conforme se trata do ensino geral ou das ciências domésticas ou da educação física. A formação é teórica e prática, cultural e profissional. Os alunos têm de fazer um exame no fim dos estudos perante um júri em que a Universidade está representada. Aqueles que são aprovados recebem o certificado que os habilita ao ensino nas escolas elementares. A maior parte dos estudantes provenientes dos Training Colleges tornam-se professores nas escolas elementares, primárias e pos-primárias.

Mas, — e é aqui que se revela uma das características do sistema educativo inglês, — não há distinção absolutamente nítida entre os professores do ensino secundário e os do ensino primário. É assim que muitos professores não «graduados», que saem dos Training Colleges, ensinam em escolas secundárias (trabalho não especializado) e, por outro lado, muitos «honours graduates» aceitam colocação no ensino primário, porque as vagas não são bastante numerosas nos estabelecimentos de grau superior. A tendência fundamental da educação pedagógica ministrada nas secções universitárias é de ter sobretudo em conta as exigências gerais da profissão docente e não tanto as diferenças que resultam das matérias a ensinar ou da idade ou adiantamento dos alunos ensinados. Os seus programas são mais ou menos idênticos aos das escolas normais, no que respeita a formação pedagógica. Esta tendência opõe-se, como se vê, à profissionalização das matérias, tal como se pratica nos Estados Unidos. Esta tendência aparece ainda mais nitidamente hoje do que no passado. São prova disso as sugges-

tões feitas actualmente sobre as reformas a realizar no quadro da Nova Carta educativa inglesa de 1944. É assim que o Comité nomeado pelo *Board of Education*, para estudar o problema da formação dos professores, propôs a criação dum Instituto pedagógico em cada Universidade. Estes institutos consistiriam numa federação orgânica dos estabelecimentos aprovados de formação pedagógica e ficariam responsáveis pela preparação profissional de todos os professores primários, técnicos e secundários. Sendo variáveis os estudos anteriores, a formação pedagógica de 2 ou 3 anos seria praticamente idêntica para todos e levaria ao diploma de professor habilitado (*qualified teacher*)⁽¹⁾. Ao lado das secções pedagógicas universitárias, existem 5 Training Colleges que se ocupam especialmente da formação dos professores do ensino secundário. São todos femininos.

Em resumo, tenta-se harmonizar tanto quanto possível a preparação científica, a preparação pedagógica e a preparação prática.

Na Escócia, são exigidos do candidato dois anos de exercício, numa escola aprovada antes da habilitação oficial e definitiva.

A França é talvez o país da Europa onde a preparação pedagógica dos professores do ensino secundário está mais descuidada — quase se podia afirmar que não existe, pois os cursos teóricos de psicologia e de pedagogia organizados para os aspirantes ao professorado nos liceus reduzem-se a uma meia dúzia de lições sem relação directa com o trabalho educativo, e o estágio a que têm de se submeter para o concurso de «agregação», muito curto aliás, não representa mais do que uma formalidade. Esta situação foi criticada muitas vezes por representantes da Universidade

(1) Cf. *Teachers and Youth Leaders*. H. M. S. O. London, 1944. Ver também as sugestões contidas na brochura *Training of Teachers in University*. London, 1943.

francesa mas os seus protestos não têm tido, até hoje, muito eco nem resultados práticos.

O corpo docente dos liceus franceses representa uma selecção rigorosa, sem dúvida, mas baseada unicamente nas capacidades intelectuais e na preparação científica ou literária. A tendência dominante do ensino francês tem sido e continua a ser o intelectualismo. A seguinte proposição é implicitamente ou explicitamente admitida como um dogma: um rapaz que se especializou de forma notável na ou nas matérias que se propõe ensinar, e que revelou a sua competência nessas matérias, fica automaticamente apto a ensinar, e a aptidão será tanto mais alta quanto mais brilhante for o candidato. A pedagogia é uma preocupação de primário. «O intelectual francês está convencido, no fundo, — é o sr. Bouglé, director da Escola Normal Superior que fala — do seguinte: desde que uma pessoa tomou contacto com os mais altos espíritos da Antiguidade, fica provida para a vida, dum espécie de viático bom para tudo (...). O educador, alimentado de letras clássicas e dotado por elas dum espírito de finura suficiente para todas as adaptações não tem uma necessidade premente das luzes que a ciência pedagógica lhe pode dispensar, útil esta última, sobretudo aos mestres do ensino primário». Porque manter, então, a preparação prática para as profissões liberais? Se o argumento de Bouglé é válido, a cultura humanista podia da mesma forma, quer dizer unicamente pela sua virtude, produzir bons médicos, bons advogados e bons oficiais. A mesma atitude de espírito é apontada igualmente por Millot, antigo professor de pedagogia na Sorbona. «Eles (os futuros professores) parecem contar mais com os instintos — guias que os orientam novas nas condições de existência ou, de forma mais simples, crêem que a inteligência e a prática, lhes permitirão adaptarem-se rapidamente. Experimentam, em relação à pedagogia, um desprezo e uma desconfiança que podem persistir ao longo de toda a carreira e que exprimem, muitas vezes, sem a mínima reserva. Não hesitam em apontar o

pedagogo como um pedante, que exagera para se dar importância ou, pelo menos, como um ingénuo cheio de boas intenções e que vem a ser o próprio logrado. Na realidade, a pedagogia serve unicamente para dispensar uma ampla matéria, base de discussões vãs e de livros maçadores. Não traz nenhum auxílio indispensável. Pode-se ser um educador notável sem nunca ter lido uma página de pedagogia, sem nunca ter recebido esta preparação especial que se reputa tão necessária» (1).

Deve-se notar, no entanto, que a Comissão de reforma do ensino francês, que terminou há pouco os seus trabalhos, sugere sérias modificações no que respeita à formação dos professores. Eis algumas das propostas que faz:

a) Os mestres do ensino primário serão formados na Universidade. A antiga distinção entre professores do grau primário e do grau secundário será substituída pela distinção entre professores de matérias comuns e professores de especialidades.

b) Os professores de propedêutica: a agregação é necessária mas uma agregação reformada (conhecimentos especializados e cultura pedagógica) que será preparada nas Escolas Normais Superiores; os conhecimentos serão literários e científicos, pedagógicos e técnicos.

c) Para os professores do ensino superior um doutoramento reformado também se revela necessário.

A França universitária é muito orgulhosa da qualidade dos seus professores e, de facto, a multiplicação dos concursos torna muito difícil a entrada no ensino oficial. O que se pode discutir, no entanto, é o conteúdo da palavra *qualidade*. Se para ser excelente professor, basta possuir a ciência num grau notável, saber escrever sobre ela de forma pessoal, saber expô-la com muita clareza e lógica, então toda a gente estará de acordo em admitir que o nível dos

(1) A. Millot, *L'éducateur et l'action éducatrice*. Paris, 1941, pág. 70.

professores «agregados» é mais elevado que em muitos países. Mas se nos basearmos nos resultados *gerais* do ensino e da formação que aqueles professores ministram, a unanimidade já não existirá. A finalidade do ensino secundário não é só preparar os melhor dotados para as Escolas Superiores; estes constituem uma minoria e desenvolvem-se até com professores medíocres. O ensino secundário deve garantir à maior parte dos que o frequentam uma formação intelectual e uma educação moral que lhes permitam adaptar-se convenientemente às condições da vida moderna, serem, em suma, «honnêtes hommes». Um quadro exacto do rendimento dum sistema escolar tem de considerar não só a elite dos alunos que entram nele, os «brillants parvenus», mas o conjunto dos resultados conseguidos. Quem se atreveria a afirmar que, consideradas as coisas sob este ângulo, a escola francesa apresenta um balanço mais vantajoso que o doutros países? O verdadeiro mérito duma corporação docente está em dotar toda a juventude que lhe confiam, de uma cultura honesta; não é só comunicar conhecimentos mas ainda, e sobretudo, formar espíritos e caracteres.

Praticamente, a entrada no professorado secundário é organizada da seguinte maneira. Em princípio, os professores de liceu têm de ter o título de «agregado». A agregação é um concurso muito especializado e particularmente difícil, versando sobre uma ou outra categoria de disciplinas ensinadas nas Universidades. A matrícula para a «agregação» é por outro lado, subordinada às seguintes condições: o candidato tem de possuir uma *licenciatura especial de ensino, o diploma de estudos superiores* e ter efectuado um *estágio* de pelo menos 3 semanas num liceu. A licenciatura de ensino difere da licenciatura simples no facto de abranger mais matérias. Para a Faculdade de Letras, por exemplo, comporta um grupo de 4 ou 5 certificados de disciplinas especiais entre os grupos seguintes: Filosofia — Letras — História — Línguas vivas. O diploma de Estudos Superiores coroa a preparação duma dissertação escrita; a defesa pública

desta tese e interrogatório relativo às disciplinas em conexão com ela. Como o número de agregados é geralmente inferior ao de vagas, uma parte do ensino fica a cargo, nos liceus departamentais, de simples licenciados que se evidenciaram pelo seu valor pedagógico. O concurso de agregação comporta provas escritas e orais sobre os programas do ensino secundário em relação com as matérias estudadas, uma ou duas lições *perante os membros do júri*, lições em que é muito mais apreciado o valor científico do candidato, do que as suas qualidades pedagógicas.

Ao lado dos liceus mantidos e dirigidos pelo Estado, existem colégios a cargo das cidades. Nestes estabelecimentos, o título de *agregado* não é exigido para ensinar. O recrutamento realiza-se, às vezes, por meio de concurso: certificado de aptidão ao ensino secundário.

Toda a gente sabe que existe uma Escola Normal Superior em Paris. Até existem duas, uma para raparigas em Sèvres, mas é a de rapazes, a Escola da rua de Ulm, que se tem sempre em vista quando se fala da Escola Normal Superior. Qual é o lugar e o papel deste estabelecimento pedagógico na formação dos professores do ensino secundário?

A Escola Normal Superior data do princípio do século XIX. Nos estatutos da sua fundação, lê-se que «o estabelecimento tem por fim formar alunos internos na arte de ensinar as letras e as ciências». É pois um internato onde os estudantes que se destinam em princípio ao ensino secundário, são admitidos depois dum concurso. Passam lá 3 ou 4 anos, a cargo do Estado, durante os quais frequentam os cursos das Faculdades de Letras e de Ciências da Universidade de Paris, com vista às diferentes licenciaturas, preparam o seu «diplôme d'études supérieures» e o concurso de agregação. A própria Escola Normal não confere nenhum título ou grau. Não é uma Faculdade. Tem, no entanto, os seus professores ou, mais exactamente, «maîtres de conférence» cujas lições se destinam a grupos restritos de estudantes e, por isso, adoptam uma forma mais

familiar. A principal finalidade da Escola é formar os rapazes para o trabalho pessoal e prepará-los seriamente para a licenciatura e para a agregação. A Escola ainda tem esta vantagem: possuir uma das mais ricas bibliotecas da França, onde os estudantes podem trabalhar livremente. O lugar reservado à pedagogia teórica é muito restrito. Praticamente, o «normalista» faz, como todos os outros candidatos à agregação, um estágio de algumas semanas num liceu de Paris.

A Escola Normal Superior goza em França dum grande prestígio e, se não confere diplomas, o simples facto de ter passado nela coloca os «normalistas» entre o escol intelectual de França. Cousin, Taine, Pasteur, Fustel de Coulanges, Durkheim, Bergson, Péguy, Herriot... e tantas outras personalidades ilustres receberam a alta formação desta instituição. Em teoria, é uma escola que prepara para o magistério, mas, na realidade, deu homens que se notabilizaram nas carreiras mais variadas: diplomacia, indústria, finanças, política, administração, jornalismo... Primeiro independente, foi profundamente modificada em 1903 e ligada administrativamente à Universidade de Paris.

A Escola Normal de Sèvres foi criada muito mais tarde. Depende da Direcção do ensino liceal. Ao contrário da outra, possui um liceu anexo para a preparação pedagógica-prática das alunas. Tem, em suma, um carácter mais acentuadamente pedagógico do que a escola masculina. Acrescentemos que existem em França para a formação do pessoal docente das escolas primárias superiores (traço de união entre o ensino primário e o secundário) e das escolas do magistério primário, duas escolas normais superiores, uma para rapazes em Saint-Cloud, outra para raparigas em Fontenay-aux-Roses.

O que caracteriza, pois, o sistema francês de recrutamento e de formação do corpo docente, é uma selecção rigorosa operada no início, assentando em bases exclusivamente intelectuais, e a preparação muito cuidada mas quase exclusivamente científica e não pedagógica. Os professores

dos liceus constituem, como já dissemos, uma elite intelectual, consciente da sua superioridade e ciumenta dos seus privilégios. Mas devia fazer-se a prova de que o rendimento pedagógico desta corporação docente no seu conjunto, está ao nível do seu saber. Alguém definiu o professor francês como um homem que escreve, escreveu ou escreverá um livro. Resta saber se produzir livros é tão urgente e socialmente tão importante como produzir homens. Há alguns anos um universitário francês pôde salientar a *faillite do ensino* (1) condenando, afinal, o intelectualismo excessivo do francês e a separação da instrução e da educação. Poderão os seus compatriotas refutar completamente as suas críticas?

Na Bélgica, as disposições legais no que diz respeito à formação dos professores do ensino secundário são as seguintes: em primeiro lugar, é de notar que existe um ensino secundário do grau inferior (*écoles moyennes*) que corresponde mais ou menos ao ensino primário superior em França, e um ensino secundário do grau superior (*athénées*) cuja sanção final é o certificado de humanidades clássicas ou modernas. Os colégios livres (humanidades clássicas, modernas, escolas médias...) têm uma população escolar muito mais numerosa que a dos estabelecimentos oficiais e gozam dos mesmos privilégios que as escolas do Estado. Conferem diplomas legais. Os professores do ensino médio, do grau inferior, ou regentes de escolas médias, são formados nas «*Ecoles Normales Moyennes*». Os alunos entram nelas depois da escola normal primária ou estudos secundários. A duração do curso é de 2 anos. Há uma secção literária e uma secção científica. A preparação propriamente pedagógica é assegurada por cadeiras de psico-pedagogia, de metodologia, de história da educação e por exercícios práticos numa escola anexa.

(1) J. Payot: *La faillite de l'enseignement*.

Os professores do ensino secundário do grau superior são formados, em princípio, na Universidade, sendo certas condições físicas verificadas num exame médico que tem sobretudo em atenção os órgãos vocais e respiratórios e as aptidões visuais e auditivas. Os estudantes que satisfazem estas condições e que possuem o grau de licenciados em filosofia e letras ou em ciências, recebem um certificado de «agrégé de l'enseignement moyen du degré supérieur» depois de se terem dedicado pelo menos um semestre ao estudo especial da pedagogia e de terem feito um estágio da mesma duração num estabelecimento de ensino secundário reconhecido pela Universidade. Os cursos teóricos actualmente ministrados são os seguintes: pedagogia experimental, história da pedagogia, metodologia geral e especial — esta última ao cargo dos catedráticos das diversas cadeiras na Universidade. A estes cursos obrigatórios vêm-se juntar cadeiras livres.

Se as necessidades de recrutamento de professores assim o exigirem, podem ser contratados simples licenciados ou até pessoas que não têm este título. O caso é bastante frequente para os anos inferiores dos «athénées».

A situação na Alemanha era a seguinte antes da guerra: Depois dos estudos universitários, o candidato ao ensino secundário, devia fazer um exame de Estado «pro facultate docendi». Os estudos universitários duravam, em geral, quatro anos, habitualmente efectuados em diversas universidades. A preparação pedagógica comportava dois anos de estágio numa escola secundária. Durante este estágio, os futuros professores (geralmente em número de 8) eram agrupados num seminário, na própria escola. A escolha dos estudos universitários obedecia às exigências do exame de Estado. Certas cadeiras eram obrigatórias para todos os candidatos: a filosofia, a moral, a psicologia da adolescência, a lógica e a epistemologia. Fora destes cursos, o estudante podia escolher entre 4 grupos de disciplinas ensinadas nos «gymnasiums» (3 grupos maiores: *Hauptfächer* e 1 grupo

menor: *Nebenfach*). Além disso, existia um certo número de cursos de opção (*Zusatzfächer*). A partir de 1925 há de se acrescentar a esta preparação um treino prático na ginástica e cursos teóricos sobre a educação física.

Durante o estágio, ao lado dos exercícios práticos de ensino e de observação, algumas horas por semana eram dedicadas ao estudo das matérias profissionais: história da educação, especialmente da educação alemã, metodologia das disciplinas estudadas na Universidade, psicologia, moral e higiene social. A participação nos exercícios físicos e nas actividades sociais era obrigatória. No fim de dois anos, os estudantes que tinham conseguido apreciações satisfatórias do director e dos professores da escola eram admitidos ao exame pedagógico, oral, escrito e prático (*Pädagogische Prüfung*) cujo resultado, cuidadosamente comparado com as notas alcançadas anteriormente, habilitava definitiva e oficialmente para o ensino.

Com o advento do nacional-socialismo, foram realizadas certas modificações na organização existente. Visavam todas elas, afinal, a reforçar a selecção numa base social, e em orientar a formação, segundo o tipo de apóstolo que Hitler desejava. Assim é que todos os futuros professores, sem excepção, começavam os estudos por um estágio em comum em «*Hochshülen für Lehrerbildung*», internatos instalados fora das grandes cidades. Eram submetidas a um treino ideológico, físico e pedagógico. A selecção entre futuros professores primários e futuros professores secundários era feita num ano de ensaio. A formação dos primeiros terminava no mesmo estabelecimento, ao passo que os outros ingressavam numa Universidade.

O carácter dominante na formação dos professores na Alemanha, tanto antes como depois do nacional-socialismo, nota-se pois, na selecção numa base sobretudo moral e na preparação muito prática e nacionalista.

Na Itália — até há pouco pelo menos o sistema era assim — os professores do ensino secundário, público e parti-

cular, recrutam-se por um concurso que, se for vencido, dá direito ao diploma de habilitação. Os professores são nomeados nos liceus por ordem de mérito e na medida das vagas. Aqueles que não conseguem colocação nos liceus oficiais têm direito de ensinar nos estabelecimentos particulares. A matéria do concurso é constituída por um grupo de disciplinas, podendo a mesma matéria entrar em diversos agrupamentos. Mas, em geral, as matérias são conexas. Há, por exemplo, uma habilitação para as matérias literárias das classes inferiores do ensino secundário, uma habilitação para a história e para o italiano e outra para o latim e para a história, etc. Tal organização foi adoptada por motivos de ordem prática: aumentar a variedade dos tipos de professores.

Não existe, pois, nenhuma preparação pedagógica sistemática dos professores do ensino secundário. Ao lado das escolas normais primárias existem no entanto 3 «Istituti Superiori di Magistero» mas o seu papel é o de formar professores de filosofia para as escolas médias (intermediários entre o primário e o secundário) directores de escola e inspectores do ensino primário. Os estudos têm a duração de 4 anos, não comportando, aliás, nenhum lugar para o ensino pedagógico propriamente dito. A formação é puramente cultural, sendo a ciência da educação exigida exclusivamente aos professores de filosofia das escolas do Magistero primário. Estes troços de organização escolar são aqueles que caracterizaram o período fascista. Uma reorganização está actualmente em curso na Itália, mas ainda temos poucas informações precisas a seu respeito. Elaboraram-se planos, mas o período de ensaios ainda não terminou. Antes da guerra parece que as autoridades contavam, sobretudo, para o êxito profissional do professor, com o entusiasmo e o zelo, com as convicções políticas, e com o interesse pelas matérias ensinadas. Compreender-se-á que a técnica pedagógica tenha sido completamente desprezada se se pensar nas concepções filosóficas do grande reformador da escola italiana, G. Gentile. Para este filó-

sofo idealista, com efeito, a pedagogia não pode existir como ciência independente e teria sido absurdo fazer dela o objecto dum ensino autónomo.

Desta rápida vista geral sobre a formação dos professores nalguns países, pode-se concluir que as fórmulas variam sensivelmente e que se inspiram ora em considerações culturais ou sociais, ora políticas, ora ainda filosóficas, mais frequentemente talvez que em considerações essencialmente pedagógicas. Notar-se-á também que a proporção dos professores que recebem uma formação profissional pedagógica é, afinal, bastante reduzida se se pensar no número total dos educadores. Quase sempre, só os que se destinam ao ensino oficial é que são legalmente obrigados a esta preparação. Ora, em muitos países, o ensino particular tem tantas escolas como o ensino do Estado, e até mais, e muitos professores ensinam nas primeiras sem nunca ter recebido a mínima formação pedagógica.

Resta-nos apreciar o regime português tal como existe actualmente e que data de 1936. A sua estrutura geral assemelha-se bastante à do sistema alemão tal como se podia observar antes do advento do nacional-socialismo. Com efeito, encontrámos neste país um estágio de dois anos que um exame pedagógico de Estado sanciona e durante o qual o aspirante a professor recebe um ensino teórico da pedagogia e um treino prático no exercício da sua futura profissão. A diferença importante é que não existe uma integração tão forte no sistema português como no antigo sistema alemão. O curso pedagógico (psicologia geral e psicologia escolar, história da educação, higiene escolar, pedagogia e didáctica) é ministrado pela Universidade, a formação prática, os exercícios de seminário, os relatórios escolares, as palestras, etc., ficam a cargo dos professores-metodólogos dos liceus normais de Lisboa e de Coimbra.

Que vale esta organização? Comparada com o que existe noutros países, o sistema não nos parece inferior.

Pode-se até afirmar que é superior ao regime de muitos países, no que respeita à selecção dos candidatos e à duração da iniciação prática. Evitemos, pois, denegrir, de forma inconsiderada e por princípio, as realizações nacionais. Contradição e negação não representam necessariamente espírito crítico. Não se pode negar que dois anos de preparação intensiva sob a direcção de práticos escolhidos e experimentados, em contacto permanente com a realidade concreta do ensino, constituem uma vantagem considerável sobre o pretenso «estágio» intermitente, muito curto e formal, exigido na maior parte dos países europeus. Mas afirmar que o nosso regime é superior a muitos outros não significa que representa a perfeição e que não se possa tentar melhorá-lo. Considerado duma forma absoluta, apresenta ainda muitas deficiências. Uma organização só vale verdadeiramente pelo espírito que a anima. A teoria pode afigurar-se-nos excelente mas a realização ficar deficiente.

As principais críticas que se podem, na nossa opinião, dirigir ao sistema actual português são as seguintes:

Em primeiro lugar, como já o indicámos, não há uma integração suficiente entre a formação pedagógica-teórica e a formação prática. Os contactos praticamente não existem entre os catedráticos dos cursos universitários e os professores metodólogos dos liceus. A natureza, já por si muito teórica, dos cursos universitários, fica assim ainda mais acentuada. Os estudantes que os seguem, consideram-nos, em geral, como matérias sem utilidade directa. O seu único interesse, para muitos, reside na possibilidade de conseguir, na altura dos exames, notas favoráveis que eventualmente virão a melhorar a média das notas do estágio. Para outros, estas cadeiras têm um interesse intrínseco, louvável, com certeza, mas que não se relaciona com o domínio da actividade docente. As ciências pedagógicas, sobretudo a história da educação e a psicologia, constituem um sector da alta cultura de que é depositária e dispensadora a Universidade. A este título, interessam a todos os estudantes ansiosos de cultura geral, que se destinem ou não ao ensino. Mas um

ensino pedagógico destinado a professores ou futuros professores tem de ser explicitamente *pedagógico*, quer dizer, ministrado de forma a aperfeiçoar no ouvinte o professor. Ora, os encarregados dos cursos universitários de pedagogia não conhecem, em geral, o meio em que trabalham os estagiários, as suas ocupações e preocupações. A consequência duma tal situação é que a matéria que ensinam corre o risco de não ter mais que ligações muito afastadas com a vida concreta, com as tarefas educativas. O ensino pedagógico das Universidades torna-se facilmente apedagógico, simplesmente cultural. Acrescentemos ainda que a falta de integração entre o que se faz por um lado na Universidade e o que se realiza no liceu normal por outro lado, aparece reforçada entre as secções do «curso pedagógico». Na realidade, não se pode falar em *um* curso pedagógico mas sim em *cinco* cursos, entre os quais os laços orgânicos não são suficientemente aparentes.

No que respeita ao curso pedagógico das Universidades, destinado em princípio aos futuros professores, há outras observações a fazer. Supondo mesmo que exista entre as diversas partes desta secção uma unidade perfeita, que as linhas de orientação sejam idênticas, que os professores se concertem entre si para realizar a harmonia desejável, ainda ficaria o facto de as disposições relativas à matrícula nestes cursos tornarem difícil a integração proposta. Expliquemo-nos. A admissão aos cursos pedagógicos não está subordinada a outra exigência senão a de ter os estudos secundários completos, o que explica que rapazes ou raparigas muito novos, que por vezes falharam no exame de aptidão à Universidade, se matriculam nas pedagógicas, por não terem outra oportunidade ou para ganharem tempo, na esperança de conseguirem êxito mais tarde no exame de aptidão. Nenhuma intenção pedagógica, pois, os anima, visto não terem podido ainda pensar seriamente numa eventual carreira professoral, faltando-lhes aliás muitos elementos para encararem esta última em pleno conhecimento da sua natureza e responsabilidade. Matriculam-se, um pouco

como se comprassem um bilhete na lotaria, com a esperança de terem mais uma probabilidade de êxito ante a vida. Se o curso não serve para nada, pelo menos isso não faz mal, pensa-se. O que vem agravar o mal é o facto de os certificados, sendo independentes para cada disciplina, serem adquiridos com intervalos de muitos anos. Um estudante, por exemplo, preparará os seus exames de psicologia e de história da educação e ficará quatro anos ou mais antes de se matricular nas cadeiras restantes. Que acontece fatalmente? É que, no intervalo, as matérias estudadas em primeiro lugar estão praticamente apagadas, tanto mais que não houve interesse de maior em estudá-las. O candidato aborda, pois, assuntos naturalmente ligados aos primeiros que já não conhece ou cujas recordações são muito vagas. A semelhante formação teórica falta evidentemente coesão; produz-se uma disjunção completa entre elementos que deviam apoiar-se mutuamente. O conjunto dos cursos pedagógicos deveria ficar uma unidade, tanto no espírito de quem as estuda como na própria organização das matérias. Uma tal unidade, na nossa opinião, não se pode realizar enquanto se permitir a toda a gente matricular-se nestes cursos e não se fixar um limite cronológico para as assimilar. Visto estas disciplinas terem por finalidade ajudar aqueles cujas tarefas têm ou terão relação com a educação e o ensino, deviam ser reservados exclusivamente para eles. Deviam coroar estudos anteriores puramente científicos, ou já pedagógicos mas com uma finalidade prática. Um diploma especial devia sancionar os estudos pedagógicos mas sem os dissociar.

Outro inconveniente resulta ainda da organização actual do curso pedagógico. É permitido conseguir as habilitações sem assistir às aulas, matriculando-se como alunos voluntários. Sabemos bem que há certas considerações de ordem prática que justificam a distinção entre alunos ordinários e alunos voluntários, mas a qualidade dos estudos sofre inevitavelmente com esta tolerância. Os alunos voluntários deviam ser a excepção, mas é justamente

o contrário que acontece com os cursos pedagógicos. E que podemos esperar da maior parte dos alunos que não acompanham regularmente o ensino? Uma preparação muito livresca e reduzida cronologicamente às duas ou três semanas (quando não são dias) que precedem os exames.

Mas voltemos aos estagiários. A selecção que se opera no início do estágio probatório é severa, ninguém o contestará. Mas não será o concurso que está na base desta selecção de natureza demasiadamente científica ou literária? Não se tratará dum como que repetição de todos os exames passados anteriormente na Universidade? É pelo menos a impressão que dão aqueles que se preparam para tal. Procedem a uma revisão intensiva e febril dos programas universitários da sua especialidade. Não haveria maneira de reduzir a importância deste exame teórico em benefício dum exame mais especificamente pedagógico? Não teve a Universidade a responsabilidade de verificar o valor científico dos candidatos? E, visto uma formação científica séria e uma inteligência superior à média serem requisitos indispensáveis para um professor, por que não reservar o acesso ao magistério secundário aos estudantes que alcançarem pelo menos a distinção na Universidade? Mas como esta condição não parece suficiente, podia-se exigir além dela a posse daquelas qualidades que temos indicado anteriormente, e cuja presença seria revelada pelos diversos meios sugeridos também nas páginas precedentes. Pode-se objectar que o estágio tem justamente por finalidade descobrir estas virtudes naturais nos candidatos e que a habilitação definitiva ao professorado só se torna efectiva depois do exame de Estado que termina os dois anos de estágio. Mas, sem contar que os casos de fracasso são extremamente raros, e é humano que assim seja, não seria preferível evitar aos jovens que não têm vocação, um ou dois anos de trabalho inútil e dispendioso que complicarão bastante a vida e poderão fazer deles irritados e desadaptados? Uma selecção, feita em tempo, e esclarecida por uma

orientação prévia, pode evitar muitas das dificuldades individuais e muitos danos sociais.

A selecção tal como a entendemos, também não devia ser demasiadamente adiada. É normalmente à saída da Universidade que se devia realizar. Nalgumas circunstâncias, esta regra pode evidentemente sofrer excepções. Vê-se por exemplo actualmente na Inglaterra recrutar professores em diversas profissões e que já não são rapazes. São as vagas criadas pela guerra no corpo docente, e o prolongamento da obrigação escolar, que explicam esta prática passageira. Mas, por motivos pedagógicos e sociais, é no limiar da profissão, a seguir à preparação científica, de que pode aliás ser completamente separado, que o estágio tem de se situar.

Sendo o recrutamento dos professores oficiais garantido pelo Estado, e responsabilizando-se este exclusivamente pela preparação dos mesmos professores, pode-se perguntar se, nas circunstâncias actuais, existe de facto um tipo uniforme de preparação e se há identidade de critério nos dois centros do país em que se realiza a dita preparação. Sem dúvida, que a designação dos programas teóricos é idêntica nos dois lugares, mas não apresentará o conteúdo dos mesmos programas variações bastante sensíveis entre as universidades? É verdade que não se pode fixar de forma exageradamente rígida a composição dum programa, principalmente ao nível universitário onde o espírito conta mais do que a forma, mas em matérias tão complexas, tão vastas e tão discutidas como as ciências psicológicas e pedagógicas, seria talvez oportuno precisar um pouco mais a matéria que convém ensinar a futuros práticos, que não serão, salvo muito excepcionalmente, profissionais da investigação. É sobretudo no domínio da psicologia que conviria especificar os tópicos de que um futuro educador deve ser razoavelmente informado. Que o estudante possua uma vista de conjunto desta disciplina, muito bem. Isso ajudá-lo-á a situar cada problema e a melhor estruturar e compreender. Mas, neste conjunto, só os assuntos que têm um interesse realmente

pedagógico devem ser retidos. Há uma diferença a estabelecer entre um curso de psicologia destinado a alunos da secção de ciências histórico-filosóficas e um curso de psicologia para estudantes do curso pedagógico. O primeiro representa uma especialidade cultural, acidentalmente pedagógica talvez, enquanto com o segundo se dá o contrário. Mais adiante voltaremos a falar sobre este aspecto da adaptação dos cursos à finalidade profissional.

A solução ideal para evitar diferenças demasiado sensíveis entre os centros de formação pedagógica, e visto se tratar de estudos que conduzem a funções oficiais, seria uniformizar unificando. Isso nem sempre é possível, sobretudo em grandes países, em que um único organismo não teria mãos a medir. No entanto, esta unificação existe mais ou menos em países como os Estados Unidos onde cada estado goza duma autonomia muito grande, ou em França, por exemplo, graças a um concurso único. Em países relativamente pequenos como Portugal é possível, cremos nós, confiar a uma instituição central o cuidado da preparação pedagógica, aumentando, é claro, o pessoal docente, criando outro, encarregado desta, e ampliando as instalações. Uma unidade realizada desta forma contribuiria também para criar mais unidade no espírito e na técnica do ensino secundário. Seria também para desejar que os professores encarregados da preparação pedagógica, mesmo teórica, dos candidatos a professores secundários, tivessem uma certa experiência do ensino secundário. Como adaptar, pois, convenientemente, as matérias de estudo sem conhecer bem o domínio em que têm de ser aplicadas?

Impõe-se agora outra observação. Nas condições actuais — provisórias, dizem, como todas as instituições humanas — as exigências relativas às ciências psico-pedagógicas são idênticas para todos aqueles que são obrigados por lei ao estudo destas matérias — professores liceais e das escolas técnicas, médicos escolares, empregados nas obras de protecção à infância, etc. Se, no entanto, existe uma regra pedagógica importante, e que vale para qualquer categoria

de escola, consiste em adaptar o ensino aos interesses e às necessidades de quem o recebe. Um médico pouco se interessará pela didáctica e por diversas questões da história da pedagogia, e isso é perfeitamente compreensível e legítimo. Em contrapartida, a higiene escolar, a psicologia genética, as bases orgânicas da educação física, o problema da fadiga... prenderão com força a sua atenção. Cada profissão tem as suas exigências e até, dentro duma determinada profissão, a de professor particularmente, existem ainda muitas exigências especiais conforme o papel exacto a desempenhar.

Dizíamos que o Estado põe, no que respeita às suas escolas, condições de entrada no serviço docente. É o estágio que representa concretamente estas condições. Mas, se se estabelecer a proporção dos mestres que receberam esta preparação, teórica e prática, aparece bastante reduzida. O ensino secundário não é representado exclusivamente pelos liceus, existe uma quantidade de colégios particulares que realizam a mesma obra social e nacional. Dá-se a mesma situação na maior parte dos países em que o ensino particular é autorizado. Ultrapassaria o Estado os seus direitos exigindo dos professores do ensino secundário particular as mesmas garantias que exige dos professores oficiais? Longe de nós a ideia de apregoar a limitação da iniciativa particular em matéria de ensino, mas o exercício duma liberdade individual que toca de tão perto os interesses da colectividade, como é o caso para a liberdade de ensino, deve normalmente ser subordinado a condições prévias. E se o Estado impõe obrigações no domínio da higiene, da moralidade, das construções, etc., aos estabelecimentos particulares, não se vê bem porque é que se lhe recusaria o direito de se preocupar também com o valor profissional dos educadores, não só sob o ponto de vista das garantias científicas mas também das capacidades pedagógicas.

Uma última observação. Os aspectos económicos não são estranhos aos problemas pedagógicos e, muitas vezes, vêm complicar a sua solução. A maior parte dos portugueses não é gente muito rica; a vida é dura para muitos,

inclusivamente para aqueles que se destinam ao ensino secundário. A Universidade reflecte com bastante verdade a situação económica dos habitantes do país: por um estudante que vive desafogadamente, sem preocupações materiais no presente e no futuro, há dez cuja vida é a dos pais, urdida de muitas dificuldades. Dois anos de estágio que vêm juntar-se para certos estudantes aos estudos universitários, vêm agravar a sua situação: não só podem ganhar nada oficialmente, mas ainda gastam. Uma compensação parece pois justa. Ou os estagiários deviam ser alojados e alimentados gratuitamente durante o estágio, aqueles pelo menos cujas condições de fortuna são modestas, ou então deviam receber uma retribuição que lhes permitisse viver sem sacrifícios exagerados durante os dois anos da formação profissional. Tal prática não seria aliás inovação. Existia antes da guerra na Itália e o sistema da Escola Normal de Paris, de que falámos, inspira-se na mesma ideia concedendo gratuitamente alojamento e comida aos seus pensionistas. A ideia também foi realizada neste país mas abandonaram-na para adoptar o sistema de bolsas aos mais classificados.

* * *

Dissemos o que era a formação actual dos professores e o que se devia pensar dela. Tentaremos esboçar agora o que podia ser esta formação para responder de forma adequada às exigências da profissão na época actual.

No que respeita às matérias teóricas, o programa de estudos pedagógicos desejável para um professor do ensino secundário devia abranger, na nossa opinião, as seguintes disciplinas: a filosofia da educação — noções de psicologia pedagógica e outras ciências relativas à criança e ao adolescente — o estudo da sociologia e da história nas suas relações com a educação — um conhecimento razoável da pedagogia experimental e da didáctica. Todos estes ensinamentos devem obedecer, antes de mais nada, a um critério educativo e pragmático e não a preocupações de erudição.

1. Uma filosofia encontra-se necessariamente na base da educação, seja ela qual for. Explicitamente ou implicitamente, a escola e os educadores aderem a uma concepção de vida e o seu trabalho é orientado neste sentido. Um educador sem convicções filosóficas não pode ser um bom educador. Deve considerar-se não só como um distribuidor de lições mas sim e essencialmente como um formador de homens, o que implica a adopção dum ideal educativo claramente concebido e constantemente procurado. Não é indispensável, aliás, exteriorizar as suas convicções a todo o momento. A educação é uma filosofia vivida e esta informa toda a conduta do mestre, confere um sentido profundo às suas actividades.

Mas, poder-se-á falar *duma* formação filosófica prática, quando as concepções neste domínio são tão variadas? Será lícito impor um sistema determinado de ideais educativos quando, na realidade, as opiniões dos pais, de quem os educadores não são mais que os mandatários, não são unânimes? Este é, de facto, um problema debatido há muito. Em geral, resolveram-no pela neutralidade religiosa das escolas oficiais. Esta solução, no entanto, foi combatida muitas vezes, nos países em que predomina uma população católica. Acham que a neutralidade em matéria religiosa é impossível, pois quem diz neutro diz indiferente e a indiferença é, num certo sentido, uma negação. Então, reclamam, ao lado das escolas oficiais neutras, escolas católicas onde se possa ensinar e educar catolicamente, e, visto o Estado reconhecer a liberdade de educação, tem obrigação de sustentar materialmente tais escolas se tiverem um número suficiente de alunos. É mais ou menos a situação na Bélgica em que o ensino oficial e o ensino livre vivem paralelamente com os mesmos direitos, senão os mesmos recursos materiais. Em países como Portugal em que a quase totalidade da população é católica, pelo menos de tradição, as discussões sobre a orientação religiosa das escolas nunca tiveram a acuidade que revestiram em outros países.

Católicos praticantes, ou não praticantes, indiferentes em matéria religiosa, concordam praticamente em que o ensino oficial secundário e primário tenha uma feição católica. É mais fácil para um aluno educado segundo as normas duma determinada religião, abandoná-las mais tarde, se assim o entender, do que para um aluno educado fora dum ambiente religioso determinado, regressar mais tarde a este ambiente.

Afinal de contas achamos que a dificuldade de nos entendermos neste domínio é mais teórica do que prática. Devemos evitar qualquer fanatismo. A verdade é que os povos ocidentais, apesar das diferenças que podem apresentar sob o ponto de vista político e religioso, assentam num fundo moral idêntico, aspiram aos mesmos fins humanos, compartilham de idênticos *princípios da educação*. Os direitos da pessoa humana, o livre desenvolvimento das suas potencialidades, a solidariedade e a ajuda mútua, a tolerância, a justiça imparcial, o direito ao trabalho e a uma vida digna, etc., tais são alguns dos princípios tão frequentemente afirmados e que constituem o fundo desta herança cristã de que vive o Ocidente. E a necessidade de defender e de promover estas fecundas verdades aparece hoje mais imperativa, depois da crise que sofreram as mesmas e que continuam a sofrer em certos países. Como o notava não há muito ainda J. Maritain, na abertura da sessão geral da UNESCO em Novembro passado, pode facilmente existir o acordo sobre muitos princípios práticos, ainda que as pessoas divirjam quanto à justificação, à explicação teórica destes princípios. É o que permite à maior parte das nações cooperar em matéria de educação. Acima das religiões e dos credos políticos, podemos entrever e realizar uma comunidade de pontos de vista, baseada nos direitos da pessoa humana (1). Concluiremos, pois, que é possível adoptar um programa de filosofia prática da educação, aceitável por todos,

(1) Cf. *Synthèses*, n.º 9. Dezembro, 1947. «L'unité de l'esprit».

e que os futuros professores podem, neste particular, receber uma mesma orientação, ficando cada um com a liberdade de a completar com um suplemento religioso. Convém abstermo-nos de todo o sectarismo, insistir no que aproxima os homens, mais do que no que os divide.

Um curso dos *princípios de educação*, indispensável aos professores, terá como finalidade essencial pôr em relevo os valores permanentes da vida humana e provocar uma adesão íntima que se reflectirá no comportamento do futuro mestre. Será, ao mesmo tempo, um curso de deontologia profissional. Mostrará ao estudante a responsabilidade da sua missão, as suas obrigações, a sua significação profunda.

Este ensino devia, para conseguir plenamente o seu fim, apresentar-se sob forma de círculo de estudos mais do que como curso expositivo, mais como matéria para viver do que para reter na memória. É conveniente que aquele que dele seja encarregado encontre as objecções eventuais e lhes responda, que não tema a discussão, que a procure até, que use do método comparativo, por outras palavras, que oponha as consequências práticas das diversas doutrinas pedagógicas.

2. Em matéria de psicologia, convém fazer uma escolha entre a quantidade dos problemas que esta ciência comporta. O que interessa, antes de mais, a um professor é o estudo do comportamento humano sob o seu aspecto evolutivo. Saber o que caracteriza a criança e o adolescente nas diversas fases do seu desenvolvimento é indispensável para uma adaptação conveniente da acção educativa. O facto das variações individuais importa igualmente no mais alto grau, pois a educação dirige-se para seres concretos particulares; não podendo e não devendo ser niveladas as diferenças de um ao outro, exigem uma maleabilidade correspondente no tratamento pedagógico. Um curso de psicologia pedagógica tem pois de insistir sobre a psicologia individual, sobre os meios de diagnosticar a individualidade, numa palavra, sobre a psicologia clínica.

Indiquemos ainda alguns outros pontos particulares interessantes: o estudo da influência do factor escolar sobre a psicologia da criança e do adolescente, a medida das aptidões, o vasto problema da aprendizagem que é o problema central e fundamental da pedagogia, certos aspectos anormais do comportamento (sem que se trate de psiquiatria), o estudo pormenorizado da evolução de algumas funções mais directamente em relação com o trabalho escolar, particularmente a linguagem e o pensamento. Estes diversos problemas não constituem sectores independentes. Compenetram-se um ao outro e esta compenetração, esta unidade da vida mental deverá também fixar a atenção do futuro professor. Com efeito, o estudo da psicologia não deve paradoxalmente tornar-se contraproducente, quer dizer, afastar do real — o que ainda acontece às vezes — em virtude duma concepção fragmentária, atomística, da actividade psíquica. O homem e o adolescente constituem uma unidade funcional onde se podem distinguir múltiplos aspectos, sem dúvida, mas intimamente ligados uns aos outros. O estudo da psicologia positiva não se concebe sem observações directas, sem uma confrontação contínua com a realidade concreta. É por isso que *exercícios práticos de psicologia* devem acompanhar as aulas teóricas. Estes ajudarão a fixar as noções adquiridas e, sobretudo, habituarão o aluno ao que ele sabe e a completá-lo.

Ao lado dos conhecimentos psicológicos, ou mais exactamente, em conexão com eles, serão estudadas também certas noções de psicologia, de biologia, de higiene, indispensáveis para a compreensão do comportamento dos alunos e do trabalho prático do educador. A questão de dosagem obedece também aqui à finalidade pedagógica do programa. Não se trata de formar médicos ou biólogos, ou homens de laboratório, mas sim educadores. Em matéria de fisiologia, por exemplo, o desejável parece ser a exposição elementar da estrutura e do funcionamento do sistema nervoso, ligado mais directamente à actividade psíquica. E talvez, para evitar a confusão tão frequente entre o fisiológico e o

psicológico conviesse separar no programa os dois ensinamentos, começando, é claro, pelo primeiro. No que respeita à higiene, o que parece necessário para qualquer educador é respeitar praticamente as regras da higiene individual e colectiva, tanto para ele como para os alunos: princípios de ventilação e de aquecimento, de iluminação, higiene dos sentidos, atitude corporal, aspectos higiénicos do mobiliário e do material didácticos, dos manuais, etc. Um professor, qualquer que seja a sua especialidade, deve ser capaz de verificar as condições higiénicas escolares, poder remediá-las nos casos habituais, ajudar os alunos a viver uma vida sã, tanto na escola como na família. Assuntos especializados de higiene, como por exemplo o estudo médico das doenças escolares, os métodos científicos de exame corporal, as bases racionais da alimentação, as prescrições higiénicas relativas à arquitectura escolar, etc., não nos parecem indispensáveis num curso de higiene escolar destinado a futuros *professores*. Talvez todos estes problemas apresentem certo interesse, mas impõem-se limites. Um programa enciclopédico é de rejeitar por motivos práticos e pedagógicos. É claro que as noções pormenorizadas e científicas de higiene, se não são exigíveis do professor, o são para outras categorias de pessoas ligadas ao ensino, nomeadamente para os médicos escolares e os professores de higiene, mas os primeiros não são educadores profissionais e para os outros estes conhecimentos fazem parte da sua preparação científica, e não estritamente pedagógica.

3. A sociologia está geralmente excluída dos programas de formação dos futuros professores. O seu estudo teórico e prático revela-se, no entanto, indispensável e é com razão que hoje se insiste em toda parte sobre a necessidade de inscrever esta matéria nos programas de estudos pedagógicos. A escola, com efeito, tem um fim social, está integrada na sociedade, evolui parcialmente com as condições desta sociedade. Como, pois, poderia um professor desempenhar plenamente a sua missão, se não conhece as princi-

país características da sociedade actual, os factores que as explicam e as modificam, as necessidades essenciais dos cidadãos? Fala-se muito da escola *para a vida e pela vida*. A realização da fórmula só se torna possível por uma iniciação do professor nas ciências sociais. Tal iniciação tem de comportar o estudo da psicologia social. Quais os efeitos da sociedade sobre o comportamento individual, e vice-versa? quais as causas da desorganização social moderna? quais os traços salientes da estrutura social de hoje no que respeita à família, à profissão, ao Estado? O estudo destas questões, e doutras do mesmo género, conduz a uma sociologia da educação. Em resumo, não pode haver uma verdadeira adaptação da escola à vida social se o professor (tipo social) ficar, ele próprio, estranho àquela vida. E quando falamos de condições sociais, temos sobretudo na mente as condições particulares deste país e a educação como serviço social nestas condições, o que não impedirá de examinar as condições forasteiras e de as comparar.

Conviria ainda que o conhecimento dos factos sociais não fosse exclusivamente teórico mas que o futuro professor fosse iniciado nos métodos dos estudos sociais. Inquéritos sobre as particularidades do meio local, em relação com a educação, investigações sobre a opinião pública relativamente a um assunto determinado, visitas a determinadas realizações sociais, no campo do trabalho, da higiene, da organização dos lares... actividades deste género fixariam as ideias fundamentais da sociologia. Uma participação em certas actividades sociais integrariam de forma mais real o professor na vida da comunidade e serviriam de traço de união entre a escola e a família.

A história da educação pode naturalmente associar-se à sociologia. A evolução dos programas, dos métodos de ensino, dos tipos de organização escolar reflectem, mais talvez que outros factos, as mudanças sociais que se sucederam no decorrer dos tempos. Se se estudar, pois, sob este ângulo, a evolução pedagógica, o interesse e o proveito desta disciplina serão muito maiores. Será uma nova demonstração

do laço inseparável que une a escola à sociedade e uma incitação a favorecer actualmente uma tal aproximação. Baseada neste princípio, a história da pedagogia limitar-se-á para os educadores, aos homens e aos factos essenciais da evolução pedagógica e insistirá sobretudo nas modalidades nacionais desta evolução, visto serem estas que melhor podem servir a esclarecer o presente.

4. A formação pedagógica comportará ainda a didáctica e a pedagogia experimental. É a parte do programa que mais directamente está em relação com a técnica do ensino. A didáctica, geral e especial, é constituída por um conjunto de regras sistematizadas, deduzidas da experiência e da experimentação e relativas à aprendizagem escolar. Fez bastantes progressos no decurso dos últimos anos, mas não deve, no entanto, ser considerada, como um código rígido e absoluto. É susceptível de revisão, orienta mais a acção do professor do que fornece receitas preparadas, que se poderiam aplicar sempre e em qualquer parte. Deve ela ficar maleável, em virtude das numerosas variações das circunstâncias escolares: os alunos, o professor, o momento, o lugar.

A pedagogia experimental, ou a verificação científica dos factos pedagógicos, acostumará o futuro professor a verificar objectivamente o resultado do seu ensino, a analisar pormenorizadamente as situações que se apresentam, a procurar as causas, numa palavra: a evitar a rotina, para trabalhar com o espírito científico, sem o qual nenhum progresso é possível.

No domínio da didáctica, numerosos são os recursos que o progresso da técnica moderna tem posto ao serviço do educador: cinema, rádio, colecções pedagógicas, aparelhos diversos... Sem adoptar cegamente as novidades porque são novidades, o educador moderno não pode alhear-se dos novos processos e invenções que podem ajudá-lo a melhor realizar as tarefas que lhe são confiadas.

5. Formularemos ainda uma sugestão. Acusou-se, por vezes, o professor do ensino secundário de ter uma formação exageradamente especializada e por isso interesses bastante limitados. O seu ensino ressentia-se disso. Esquece-se facilmente que a formação geral dos alunos do ensino secundário requer uma harmonia, um equilíbrio entre as diversas disciplinas. E só os professores que têm uma extensa cultura geral é que podem compreender e realizar tal harmonia. Por isso, deve-se prever, na formação pedagógica, os meios de garantir esta cultura geral aos futuros professores. Um curso de história da civilização, por exemplo, seria sob este ponto de vista, muito útil. Serviria de elemento de síntese e manteria vivo um certo número de interesses não directamente ligados com a especialidade profissional. Para realizar o mesmo fim, também propuseram cursos à opção dentro duma lista bastante variada. O sistema permite que cada um escolhe assuntos fora das matérias que já teve de estudar no seu programa especial.

O programa que acabamos de esboçar não é mais de que um programa teórico, a não ser a iniciação social prática a que fizemos alusão. Mas há também a aprendizagem prática da profissão, como em qualquer outro ramo. A fórmula tão apregoada «learning by doing», aprender fazendo, vale tanto para o mestre como para o aluno. Esta preparação prática é, como vimos, variável dum país para outro. Devia ser, na nossa opinião, bastante demorada para constituir um verdadeiro estágio, digamos pelo menos seis meses, de forma a apresentar todos os aspectos, ou quase, da prática escolar. Devia realizar-se nas condições naturais do ensino, quer dizer numa escola ordinária, do tipo daquelas em que o futuro professor será chamado a trabalhar. Devia ser paralela à formação teórica pedagógica. O aprendiz deve participar de forma muito pessoal nesta iniciação, aprender a «controlar-se», a fazer um exame de

consciência, a fixar hábitos para o futuro. Esta aprendizagem devia também, numa certa medida, ser individualizada, o que supõe, da parte do director responsável, um conhecimento exacto e concreto dos estagiários. Não existe fórmula invariável para a preparação técnica de um professor. Sempre é preciso ter em conta as disposições especiais de cada um, utilizá-las ao máximo e não querer impôr a ninguém métodos para os quais não está fadado. Uns têm talentos especiais que podem utilizar, sem abusos deles no entanto; quem tiver uma habilidade particular para o desenho poderá recorrer frequentes vezes à ilustração no quadro preto; outro que tem grande facilidade de elocução será capaz de descrever pessoalmente cenas que um outro se resignará a ler; um professor com uma letra ilegível (o que não devia acontecer, mas que é impossível evitar por completo) não deve socorrer-se muito do quadro preto; será preferível pedir a um aluno mais bem dotado sob este aspecto que o substitua quando for necessário.

Por mais seriamente que seja organizado o estágio, não pode formar práticos perfeitos. O exercício da profissão aperfeiçoa sempre numa certa medida a actividade profissional. Continuamos a aprender todos os dias. Mas o estágio não é por isso menos importante, pois cria as condições prévias do progresso ulterior (conhecimento prático de nós próprios e da profissão, medida das nossas possibilidades, das nossas deficiências) e evita apalpadelas iniciais, mais ou menos longas, de que os alunos são os primeiros a sofrer.

A fim de conseguir mais perfeitamente os diversos objectivos que acabamos de mencionar, tanto no que respeita à preparação teórica como à preparação prática dos professores, sugeriram que, às vezes, o regime de internato conviria mais. Que pensar disso? É incontestável que o internato tem sérias vantagens. A vida em comum dos futuros educadores do ensino secundário, em condições tão familiares quanto possível, apresentaria benefícios sob o ponto de vista da formação social, do espírito de grupo, do traba-

lho em comum, das relações mais íntimas entre mestres e estudantes, da unidade da formação. Admitiram-se estas vantagens, desde há muito, no que respeita à formação dos sacerdotes, por exemplo, ou dos oficiais. Mas o problema não é puramente pedagógico. Complica-se num aspecto económico e em considerações de ordem prática, o que torna difícil, nas condições presentes, a adopção do regime.

Uma objecção surgirá provavelmente no espírito de muitos e, em primeiro lugar talvez, nos próprios professores. É que a preparação profissional, tal como a temos esboçado, vai exigir muito tempo. Se se adicionar aos anos da preparação científica aqueles que têm de ser dedicados à formação pedagógica, a carreira docente vai desanimar muitas boas vontades, visto impor um prazo demasiadamente longo antes do pleno exercício. Antes de chegar ao limiar, será necessário muito esforço e muito dinheiro. Além disso, não haverá uma desproporção entre os estudos científicos e os estudos pedagógicos? Que responder a estas objecções? Cremos que, em dois anos, o que representa a duração actual do estágio, é possível garantir a preparação pedagógica, teórica e prática. Trata-se de repartir racionalmente o conteúdo do programa por estes dois anos e de utilizar o tempo previsto sem perdas exageradas. Actualmente, com os exames de entrada no estágio, perde-se praticamente um trimestre e um outro também no fim dos dois anos. Se acrescentarmos 4 ou 5 de estudos universitários anteriores, chegaremos a um total de 6 ou 7 anos. Será isso verdadeiramente excessivo? Se se comparar a duração dos estudos deste género ao tempo exigido pela formação dum engenheiro ou dum médico, verificar-se-á que não lhe é superior. Pelo contrário. Ora, não terão as funções dum professor secundário uma importância social igual? Não apresentarão uma responsabilidade tão grande como a de um médico ou de um engenheiro? Além disso, como as exigências da profissão aumentam constantemente com o progresso científico e com transformações sociais, não será razoável que isso seja ponderado na formação dos professores como na preparação das

outras profissões? Se se quer melhorar a qualidade do corpo docente no seu conjunto, e por conseguinte o rendimento da escola nacional, é absolutamente impreterível aceitar estas premissas: selecção mais rigorosa, preparação mais longa, e mais completa. Em contrapartida tratar-se-á de reabilitar social e economicamente, como já o dissemos, a profissão docente.

O problema da formação dos professores é hoje debatido em muitos países, porque se sente a necessidade de renovar um sistema que não satisfaz na época em que vivemos. Propõem-se muitas soluções. Porque não tentarmos, neste país, uma solução que seja *nossa*? Porque termos de esperar que os outros tenham adoptado uma organização que nos sirva de exemplo ou de modelo? Sem alardear pretensões descabidas, é legítimo e possível realizar obra original em que outros se possam também inspirar.

Talvez não seja inútil, para pôr ponto final a estas considerações relativas à formação dos professores do ensino secundário, reproduzir aqui as recomendações formuladas sobre o assunto pelas Conferências Internacionais de Educação que se reuniam periodicamente em Genebra até há pouco, mas cuja missão parece agora assumida em grande parte pelo organismo internacional recentemente criado, a U. N. E. S. C. O. (1).

«Considerando que, em quase todos os países, o ensino secundário é actualmente o objecto de importantes refor-

(1) Ver Publicação n.º 86, 1944, do «Bureau Internacional da Educação: *Recommendations of the International Conf. on Public Education*.

Com o intuito de aperfeiçoar a técnica pedagógica, a UNESCO resolveu organizar durante o verão de 1948 três estágios de estudos em que participarão educadores dos 41 Estados membros. Um destes estágios será dedicado aos problemas da *formação dos professores*. Duma duração de seis semanas terá lugar em Londres em Julho e Agosto próximo.

mas e, por vezes até, de completa reorganização, e que é importante ter isso em conta para aperfeiçoar a preparação profissional e puramente pedagógica dos futuros professores do ensino secundário, ao mesmo tempo que a sua preparação geral, a Conferência.

1.º) Chama particularmente a atenção das autoridades escolares para a importância do problema;

2.º) Reconhece a necessidade de garantir aos futuros mestres do ensino secundário uma preparação científica conveniente em institutos universitários ou estabelecimentos de ensino superior; por conseguinte admite que esta preparação científica exige uma certa especialização; mas

3.º) crê, no entanto, que tal especialização não deve ser nem estreita, nem precoce demais, que a preparação dos futuros professores do ensino secundário não pode ser exclusivamente limitada às matérias que terão de ensinar, mas que deve comportar além disso:

a) uma preparação moral sistemática para os deveres do educador;

b) um estudo sistemático desenvolvido das matérias conexas;

c) estudos pedagógicos teóricos de que deseja sublinhar a importância e que incidiriam principalmente sobre a psicologia do adolescente, sobre os métodos modernos de verificação dos resultados do ensino; e

d) uma preparação prática, não menos essencial, que devia ser realizada quer em escolas de aplicação, quer por meio de estágios sistematicamente organizados.

4.º) Exprime a esperança de que, na preparação das professoras, se terá em consideração o papel que as suas almas terão de desempenhar no lar, e que se reservará por conseguinte um lugar, na sua formação, como no desenvolvimento dos programas das escolas secundárias, à economia doméstica, à higiene, à puericultura e à educação familiar.

5.º) Faz votos para que a duração dos estudos seja suficiente para permitir a conciliação entre as exigências

duma preparação geral e a duma preparação pedagógica, teórica e prática e para que provas adequadas sejam organizadas de forma a poder eliminar, antes do diploma final, os estudantes que não possuam as qualidades naturais indispensáveis.

6.º) Recomenda considerar nas nomeações, não só os conhecimentos teóricos do novo professor mas, de forma especial, o seu carácter e as suas aptidões profissionais.

7.º) Chama particularmente a atenção das autoridades escolares para a necessidade de proporcionar aos professores já em exercício das suas funções, a oportunidade de melhorarem a sua situação profissional».

III. A PEDAGOGIA E A UNIVERSIDADE

A missão da Universidade resume-se no seguinte: comunicar a ciência — formar profissionais — fazer investigação, ou, por outras palavras, comunicar conhecimentos, ensinar a aplicá-los, enriquecê-los. Em matéria de pedagogia, encontramos estes três aspectos como em qualquer outro sector. A única diferença é que a pedagogia transpôs mais tarde o limiar das universidades. A explicação disso é que este grupo de ciências é mais novo, que não se apresenta com uma independência tão nítida como as outras disciplinas, que o estudo sistemático da pedagogia não era exigido de forma obrigatória, até há relativamente pouco, senão para o magistério primário, que a investigação científica foi durante muito tempo e ainda é por vezes, considerada como irrealizável ou indesejável neste domínio.

Hoje, as ciências pedagógicas tomaram, nas universidades, um desenvolvimento, em certos casos, considerável, sobretudo em certos países. Este desenvolvimento manifesta-se sobretudo na criação de Institutos universitários de psicologia e de pedagogia. Seria longo, e aliás supérfluo, descrever aqui o movimento intenso e sempre crescente das ciências psico-pedagógicas desde o momento em que toma-

ram lugar entre as disciplinas universitárias, quer dizer, no princípio deste século, aproximadamente. O interesse de que beneficiaram explica-se em parte pela renovação da psicologia e pela criação de numerosos laboratórios, e também por motivos sociais: novos e importantes problemas escolares e profissionais que surgiam um pouco em toda a parte.

É sobretudo sob a influência dos psicólogos e pedagogos alemães que o gosto destes estudos se espalhou nos outros países e particularmente na América do Norte. No início, no entanto, as preocupações dos centros de investigação são mais teóricos do que práticos e mais psicológicos do que propriamente pedagógicos. Na hora actual, os Estados Unidos apresentam incontestavelmente o quadro mais rico e mais completo em realizações deste género. Todas as universidades têm o seu centro de investigação e, ao lado delas, muitas instituições independentes procuram o mesmo fim.

Na Europa continental, o centro mais conhecido hoje é o Instituto J. J. Rousseau, anexo à Universidade de Genebra, de finalidade ao mesmo tempo teórica e prática, fundado em 1912 pelo falecido Ed. Claparède. Contribuiu grandemente para uma melhor preparação profissional do corpo docente do cantão de Genebra, deu origem a um conjunto notável de trabalhos psicológicos e pedagógicos e exerceu uma influência considerável sobre o movimento pedagógico na Europa ocidental e na América do Sul. É bom, no entanto, acrescentar que foram sobretudo as doutrinas da educação nova que de lá irradiaram e a existência em Genebra do B. I. E. N. (Bureau International des Ecoles Nouvelles) que contribuíram muito para esta difusão.

Depois da primeira guerra mundial, a Bélgica seguiu o exemplo americano e suíço. Sucessivamente as quatro Universidades foram criando a partir de 1919, a sua Escola Superior de Pedagogia, enquanto Escolas particulares de mesma finalidade, mas de feição mais teórica, apareciam igualmente. A partir de 1947, as Escolas das Universidades

tomaram a denominação oficial de *Institutos Superiores das Ciências Pedagógicas*, em consequência dos desenvolvimentos sofridos, especialmente em matéria de orientação profissional.

Para dar uma ideia da organização e da orientação destes Institutos universitários de pedagogia, descrevemos rapidamente como se apresenta o da Universidade de Lovaina que é actualmente o mais desenvolvido e o mais frequentado. Data de 1923. Sob o nome de Escola de Pedagogia e de psicologia aplicada à educação, foi, ainda que autónomo, anexado à Faculdade de Filosofia e Letras. Sofreu em 1944 uma transformação importante e chama-se, desde então, *Instituto de Psicologia e de Pedagogia*. Assim como o precisava o reitor quando da criação da Escola em 1923, esta tinha por finalidade própria «o estudo dos problemas de pedagogia experimental, a preparação dos professores de pedagogia das escolas normais primárias e secundárias e a de todos aqueles chamados a assumir de qualquer forma a direcção do ensino primário e secundário. Poderá também garantir um complemento de formação aos futuros professores de humanidades. Enfim, o seu programa comporta lições que poderão receber com proveito todos aqueles que, como juizes ou médicos, terão de tratar da infância ou, como chefes de indústria, de se interessar pelos assuntos de orientação profissional».

Pode dizer-se que o mesmo pensamento orientou a reorganização de 1944. Mas, dada a extensão actual dos domínios de aplicação da psicologia fora da educação, a crescente importância social que a opinião pública lhes reconhece, os organizadores acharam indispensável estabelecer duas especializações em vez de uma: estudos de psicologia aplicada por um lado, e estudos pedagógicos por outro lado. A finalidade da primeira é formar psicólogos especialistas nos seguintes campos: indústria, publicidade, medicina, justiça, imprensa, certos serviços do Estado, tal como o exército, a polícia... O Instituto de Pedagogia conserva a finalidade que lhe foi fixada em 1923. O seu programa foi, no entanto, ampliado.

A organização dos estudos numa ou noutra secção, prevê duas categorias de estudantes: os que, tendo terminado os estudos secundários, se dedicam exclusivamente à pedagogia ou à psicologia e aqueles que, tendo cursado ou cursando outros estudos na Universidade, desejam, adquirir uma formação pedagógica ou psicológica suplementar com o fim de adquirir uma especialidade. Em consequência, o programa, em cada secção, é duplo: ordinário e especial.

Um grande número de disciplinas são comuns às duas secções. O programa ordinário comporta essencialmente:

a) Como matéria principal, a *psicologia*, ensinada e praticada em todos os seus ramos;

b) Uma série de cursos de *filosofia* e de *ciências positivas*;

c) Uma série de disciplinas relativas às diversas especialidades profissionais;

d) Um grande número de cursos de opção que dão a cada estudante a faculdade de completar, conforme as suas preferências pessoais, a formação geral.

Mas, ao lado do ensino, o Instituto propõe-se também fazer investigação e preparar para esta os estudantes. Por isso um certo número de cadeiras do programa de licenciatura facilitam o estudo aprofundado de problemas particulares. O professor expõe, com pormenores científicos, um ou outro ponto das suas próprias investigações. O estudante exercita-se assim a examinar uma hipótese, a criticá-la, a completá-la. Os trabalhos de seminário e a preparação da dissertação da licenciatura constituem a segunda fase da preparação científica. O estudante familiariza-se com as técnicas de investigação, habitua-se a consultar as fontes, a elaborar sistematicamente uma bibliografia, a iniciar-se nas exposições científicas. A última fase da educação científica é a preparação do doutoramento, reservado aos melhores estudantes, praticamente àqueles que conseguiram pelo menos a distinção na licenciatura.

Diversos laboratórios e clínicas estão ligados ao Instituto. Citemos o Instituto de orientação profissional, o Laboratório de psicologia experimental, o Laboratório de psicologia pedagógica com um Centro de consulta pedagógica anexo ao Laboratório de didáctica experimental. Colégios e outros estabelecimentos da cidade servem de escolas de aplicação para os exercícios práticos de ensino.

Tal é, nas suas linhas muito gerais, a organização do Instituto de Psicologia e de Pedagogia da Universidade de Lovaina (1).

Como se vê, um Instituto Superior de Pedagogia ou de Psicologia prepara práticos para diversas profissões e investigadores profissionais. É por isso que os programas são tão variados e tão maleáveis. O problema da adaptação põe-se com mais urgência do que em qualquer outra secção universitária, porque se verifica que um grande número de profissões, tendo mais ou menos directamente o homem por objecto, podem ser aperfeiçoadas pelo estudo da psicologia e da pedagogia. Mas cada uma destas profissões tem exigências especiais no que respeita a tal estudo.

Surge aqui um outro problema. Será para desejar que os futuros professores e educadores sejam iniciados na investigação pedagógica e participem nela no exercício da profissão?

O problema já há muito foi posto mas sob uma forma mais geral. Não haverá incompatibilidade entre as funções do professor e as do investigador? São muitos os que, invocando os benefícios duma divisão racional do trabalho, desejam ver realizar-se a investigação independentemente do ensino. Um professor, afirmam eles, tem por missão transmitir a ciência; o papel do investigador é elaborá-la. As duas funções requerem aptidões especiais; encontram-se

(1) Para mais pormenores, ver: E. Planchard, «Novas orientações no ensino universitário da psicologia» in *Bol. do Inst. de Orient. Profs.*, Lisboa, 1945.

por vezes reunidas na mesma pessoa, mas, regra geral, o investigador é demasiado especializado e está muito ocupado para ser um bom professor. Além disso, a missão da Universidade não é tanto preparar investigadores de profissão como formar médicos, advogados, engenheiros, professores, etc. A formação destes práticos exige, antes de mais nada, o estudo geral das matérias úteis para a profissão e a capacidade de as aplicar. Só um número muito reduzido é que tornará a especializar-se na pesquisa, unicamente aqueles que têm verdadeira vocação. A sociedade, aliás, não necessita dum grande número de investigadores puros, precisa, sobretudo, de *práticos*. Um professor de Universidade deve ser um especialista, sem dúvida, mas não exageradamente limitado, pois uma limitação excessiva, afirma-se, como a que os investigadores revelam cada vez mais nos tempos presentes, faz perder de vista a finalidade do ensino. O investigador, necessariamente especializado num domínio muito restrito duma ciência particular, tem tendência a fazer lições muito especializadas, estudando com pormenores um ou outro problema e desprezando tudo o resto. A formação dos seus discípulos carece então de equilíbrio. Um professor deve possuir o dom de síntese e de vulgarização, de vulgarização séria sem dúvida, o poder de tornar acessíveis à maioria dos estudantes os elementos das diversas ciências. Um investigador, mesmo que tenha as disposições requeridas, está ocupado e preocupado demais para empreender estudos de síntese e de vulgarização.

Existem, no entanto, outros pontos de vista. Os partidários da união do professor e do investigador na mesma pessoa justificam a sua maneira de ver, afirmando que o professor da Universidade deve possuir um saber original. Deve publicar trabalhos pessoais e deve, por conseguinte, fazer investigação. Para bem ensinar, é preciso entusiasmo, acrescentam. Se se tiver entusiasmo por uma especialidade, sentir-se-á a necessidade de investigações nesta matéria. E esta tendência será mais ou menos acentuada conforme

as disciplinas. Em ciência naturais, em história, em geografia, parece mais compreensível. Em outros domínios, a originalidade é mais difícil: em filosofia, em literatura, em psicologia... nas ciências do espírito em geral.

Em nossa opinião, não se deve apresentar como um dogma a necessidade de produzir. Insistindo exageradamente na realização de trabalhos pessoais, talvez se incorra no perigo do estorvo e da futilidade. Não se pode negar que esta tendência tem levado a publicar em revistas especializadas uma quantidade de artigos que não adiantaram num passo a ciência de que tratavam. Ou só repetem o que foi dito por outros, ou então esforçam-se por resolver com grande aparato de técnicas científicas pseudo-problemas. Afirma-se que nas Universidades americanas, os novos professores adoptaram a fórmula «Publish or perish». Não subscrevemos, quanto a nós, este princípio. Se se realizasse o inventário dos milhares de trabalhos elaborados nos diversos domínios científicos, e apresentados nas revistas ou nos Congressos para «o progresso das ciências», encontrar-se-ia, na verdade, muita palha e pouco grão. Gasta-se afinal muito dinheiro e muitos esforços, que podiam ser utilizados com mais proveito. Repare-se bem: não queremos de forma nenhuma propor a supressão dos trabalhos de laboratório, das clínicas, dos seminários. Não protestamos contra as publicações de carácter pedagógico e informativo. Chamamos simplesmente a atenção para a mania de querer a todo transe descobrir novidades, procurar a originalidade só por ser originalidade. Um técnico não é necessariamente um investigador. Um técnico é aquele que sabe utilizar, para fins práticos, os métodos, os processos da ciência. Não encara, directamente pelo menos, um progresso da ciência pura.

As duas actividades, *ensinar e fazer trabalho científico*, não são de todo incompatíveis, mas não há por isso necessidade de as associar constantemente na mesma pessoa. No domínio das ciências naturais, particularmente da física e da química, há actualmente uma tendência para não exigir aos investigadores que ministrem ensino, a não ser a gru-

pos muito restritos, a privilegiados, àqueles que, tendo já a preparação geral, virão a ser discípulos e colaboradores.

No que respeita à pedagogia, o problema põe-se em termos um tanto diferentes. Um professor, qualquer que seja o grau de ensino em que trabalha, deve ser, numa certa medida, investigador, porque a investigação há-de servir-lhe para o seu aperfeiçoamento na própria profissão, para aumentar o rendimento profissional. Quando convenientemente conduzido, o próprio ensino é uma sucessão de experiências. A matéria sobre que incide a investigação é, neste caso, a própria matéria que o professor tem por missão modificar num determinado sentido. Quanto melhor ele conhecer esta matéria (aqui os alunos e os factos pedagógicos) mais eficaz será a sua acção. Encontra-se, em suma, numa posição idêntica à dum médico junto dos doentes. Nos dois casos uma observação atenta e, às vezes, a aplicação de métodos experimentais, são necessárias. Mas, em qualquer dos casos, também não se trata de desviar a atenção dos práticos para a investigação pura, de os afastar do papel concreto e humano que deve ser o deles. A investigação, pois, deve ter, como ponto de partida e como finalidade o indivíduo particular, objecto da solicitude do educador ou do médico. Não se trata de fazer profissão de cientista, mas sim de possuir um senso agudo de observação, de ser capaz de analisar uma situação, de diagnosticar objectivamente e de apropriar a acção aos factos verificados.

Não concordamos, por isso, com a instalação de *laboratórios* de psicologia nas escolas normais primárias, que certos reformadores às vezes têm sugerido. Sem contar que um futuro professor primário não está suficientemente preparado para o estudo da psicologia experimental, e que não é desejável que o esteja, estes laboratórios podiam ter como consequência fazer esquecer a finalidade prática das escolas do magistério: formar pedagogos práticos e não pseudo-cientistas. É preferível, e mais económico, preparar os futuros educadores para a observação e experimentação, sem o recurso a técnicas complicadas e aos aparelhos dis-

pendiosos, habituando-os a apreender as reacções das crianças tais como se manifestam no ambiente natural da escola e da família, nos jogos, nas conversas, no trabalho. Se é bom empregar os testes, deve aconselhar-se a utilização das formas mais económicas, os testes «papel e lápis» como os designava Binet, pois o preço do material não constitui em si um elemento de êxito. É necessário combater esta superstição ainda tão espalhada, de que não existe outra psicologia válida senão a que se cultiva nos laboratórios. Além disso, convém chamar a atenção dos educadores que realizam experiências, para o interesse que há em encarar mais o aspecto pedagógico do comportamento dos alunos, do que o lado estritamente psicológico. É bem desta forma que os pedagogos, que não perderam o sentido das realidades concretas e das tarefas necessárias, encaram a preparação profissional dos mestres. Evitemos transformar os adolescentes, que se preparam para o ensino, em pedantes que tivessem perdido a consciência de educadores, para se tornarem maníacos da experimentação pretensiosa e vã.

Haverá oportunidade em criar em Portugal um Instituto Superior de Ciências Pedagógicas? Partimos da hipótese de um *único* Instituto, pois que a intenção do Governo parece ser adoptar, pelo menos actualmente, esta solução. Não abordaremos aqui a questão de saber se se deve limitar a *um* Instituto e *onde* tem de ser instalado. Numa discussão deste género, arriscar-nos-íamos facilmente a ser parciais, a inspirar-nos em motivos que não são de natureza estritamente pedagógica. Em toda objectividade, cremos que *um* Instituto chega para as necessidades actuais, visto que o país é pequeno, o pessoal especializado ainda pouco numeroso e a empresa uma inovação nacional. No que respeita à sua sede, argumentos válidos podem ser apresentados para justificar a instalação em Lisboa, tanto como em Coimbra. Lisboa é a capital; a colaboração podia lá estabelecer-se imediatamente com os institutos congéneres já existentes (Instituto de Orientação Profissional e Instituto

Aurélio da Costa Ferreira); os contactos com o estrangeiro seriam mais fáceis, a centralização dos meios menos complicado, etc. Por outro lado, pode-se invocar a favor de Coimbra o facto de o meio ser mais favorável para a preparação pedagógica, a vida ser mais económica, a cidade do Mondego possuir a Universidade tradicional portuguesa e não ter ainda nenhuma instituição de natureza psicopedagógica, ligada à Universidade ou independente dela; pode-se também sublinhar que Coimbra ocupa uma posição intermediária entre Lisboa e Porto...

No caso de, mais tarde, dois Institutos serem criados, estas discussões cessariam evidentemente, a não ser que o Porto também reivindique, por sua vez, o seu Instituto...

Mas que haja conveniência em estabelecer, desde já, um Instituto deste género, isso é incontestável. Não significa, porém, que deva ser modelado exactamente pelo que existe no estrangeiro. É útil inspirar-se na experiência dos outros, não tanto para imitar, como para descobrir os determinantes desta experiência e para apreciar em que medida responde aos fins dos que a empreenderam. Em realizações deste género, as necessidades e as possibilidades *nacionais* devem ser sempre considerações de primeiro plano. Parece-nos, por conseguinte, que a tarefa prévia para a organização dum Instituto de Pedagogia deve ser um inquérito paciente e objectivo sobre as modalidades desejáveis duma tal empresa. É certo que, em Portugal como em toda a parte, os problemas escolares têm tomado, há uns anos para cá, uma importância renovada. Os progressos da psicologia, a instrução obrigatória, as exigências cada vez maiores e mais variadas da escola, a complexidade crescente das tarefas sociais, a especialização das profissões, a racionalização da actividade humana em todos os sectores, tudo isso torna evidente a necessidade de sistematizar o estudo dos problemas psicológicos e pedagógicos e de confiar este estudo a organismos especializados. Quando, em todos os campos da organização humana, se apregoam métodos adequados aos tempos modernos, e cientificamente verificados, não se vê bem por-

que é que o domínio da educação e do ensino continuaria deixado ao empirismo e à estagnação. Investigações, coordenação dos resultados, organização de equipas de trabalhadores especializados, eis o lema que se ouve e se lê hoje quase todos os dias. A comissão nomeada na Inglaterra para estudar a reforma dos programas escolares, termina o seu longo relatório por apelos repetidos ao estudo experimental dos problemas: «Muitos recusam-se ainda a abrir à experimentação este campo em que dominaram durante tanto tempo teorias inverificadas. Mas um tal método para tentar resolver os nossos problemas sociais redundou numa série de catástrofes, e agora é mais do que tempo de substituir os preconceitos pela razão. No campo da educação, cada sector exige uma investigação experimental — programas — métodos — tipos de escolas, etc. Há, sobretudo, necessidade de estudos coordenados sobre o desenvolvimento da criança — estudos que nos hão-de dar uma informação objectiva sobre as condições necessárias para o desenvolvimento progressivo e completo das crianças» (1).

(1) *The Content of Education (The interim Report of the Council for Curriculum Reform)*, Londres, 1945, pág. 190. Citemos ainda algumas linhas: «What is needed is a carefully planned co-ordinated research. This demands a Research Institution, free from any teaching duties, but having close functional connection with all University Training Colleges. The workers at such an Institute could allocate researches, prevent duplication and overlapping, and record results. (...) Education needs its aircraft carriers from which to launch its messengers, and an effective, well-equipped, and adequately-staffed Research Institute would be to education what the aircraft is to the Navy. (...) Need for research, here is the major conclusion at which the Council has arrived. Expressed briefly, it is that the need for research is urgent; that every part of the educational field requires investigation; that de various sub-fields are so inter-related that solutions arrived at in one will assist in the solution of problem in another; and that the work can be carried out only in that thorough fashion wích its importance warrants when educational research in this country is adequately endowed. (págs. 191-192).

Entre os problemas que preocupam mais especialmente este país, parece-nos que se podem indicar aqueles que dizem respeito ao ensino primário, ao ensino técnico e profissional, à orientação profissional. O analfabetismo continua a ser um mal persistente. Por motivos geográficos, sociais, económicos, este mal deve ser atacado por métodos diferentes dos adoptados em outros países. A obrigação escolar, sancionada por lei, não é meio suficiente, a experiência demonstrou-o. A organização do ensino técnico está nos seus primeiros passos e ainda serão necessárias muitas experiências antes de chegar a soluções satisfatórias; as escolas de aprendizagem são pouco numerosas, o pessoal docente também; a orientação profissional está longe de ser organizada em serviço nacional. O estudo exacto e pormenorizado do terreno em que trabalha a escola portuguesa dos diversos graus só muito parcialmente está realizado. A análise crítica do rendimento dos tipos de organização, dos programas, dos métodos mal foi iniciada. São numerosas as opiniões, bastantes raros os factos verdadeiramente verificados. Em resumo, as tarefas são múltiplas e muitas vezes complicadas.

Para levar esta obra a bom termo, parece, pois, indicada a colaboração de um Instituto central e especializado. Para tanto, semelhante Instituto deve, ao mesmo tempo que assume a sua função universitária de ensino e de investigação pedagógica, manter um contacto estreito com as realidades escolares existentes e coordenar os seus esforços com os de outros organismos que já funcionam e que têm uma finalidade do mesmo género. Sendo o país relativamente pequeno, e as tarefas, apesar de tudo, limitadas, será bastante fácil, pensamos nós, centralizar a actividade. Será sempre possível, mais tarde, quando a necessidade de tal se manifestar, aumentar, como dissemos, o número de centros.

A missão muito variada de um Instituto Pedagógico, a necessidade de ficar em contacto com o exterior, exigem uma autonomia bastante larga no quadro universitário. Se

frequentemente acontece no estrangeiro estes institutos estarem isolados da vida escolar do país, ignorando pois os seus problemas, ou pelo menos não contribuindo directamente para a sua solução, isso provém, em grande parte, de serem integrados, de forma demasiadamente acentuada, na própria Universidade e de muitos professores que lá ensinam não se interessarem suficientemente pelos problemas concretos.

Quais serão, praticamente, as funções de um Instituto de Ciências Pedagógicas? Começemos pelo papel que pode desempenhar na formação do professor dos liceus, visto ser sobretudo sob este ângulo que a reforma do ensino liceal o encara.

Em primeiro lugar, podia ser-lhe confiada a selecção dos futuros professores. Ajudando-se dos diversos meios que indicamos atrás, formularia uma opinião sobre os candidatos desejosos de ingressar na carreira docente. Trata-se, pois, aqui, duma missão de orientação e de selecção profissional, mas num campo limitado. Semelhante actividade permitir-lhe-ia afinar, pouco a pouco, os melhores métodos de prognóstico. Registando, de ano para ano, os resultados das selecções operadas, podiam as técnicas de escolha ser modificadas com base objectiva.

O Instituto trataria depois da preparação profissional dos candidatos admitidos. Esta preparação teórica e prática comportaria os cursos e exercícios a que já nos referimos. É claro que esta preparação seria parcialmente diferente, conforme o destino final dos estudantes, e a parte prática realizar-se-ia em colaboração com os estabelecimentos externos, servindo de escolas de aplicação. Estas escolas de aplicação representariam, na medida do possível, os diversos graus e tipos de ensino para que se preparam os futuros professores. O edifício principal do Instituto seria de preferência separado dos outros edificios universitários e equipado com uma biblioteca especializada, de natureza pedagógica e psicológica, de salas de conferência, de laboratórios

de psicologia escolar e de pedagogia. Seria também para encarar a criação dum grau especial em ciências pedagógicas, senão no princípio, pelo menos de aqui a alguns anos. A licenciatura seria por exemplo exigida aos professores de pedagogia das escolas normais, aos directores e inspectores do ensino, aos investigadores especializados. O doutoramento levaria ao ensino superior destas matérias. O país vizinho, a Espanha, organizou há três anos, dentro da Faculdade de Filosofia e Letras, uma secção desta natureza. Depois de 2 anos de estudos comuns, seguem-se 3 anos de especialização com os cursos seguintes: Filosofia da educação — Psicologia geral — Princípios da Metodologia — Pedagogia geral (problemática e princípios gerais) — Técnica da investigação pedagógica — Psicologia da criança e do adolescente — Pedagogia experimental (individual e social) — Didáctica — História da pedagogia — Práticas pedagógicas — Pedagogia racional — Pedagogia diferencial — Orientação profissional — Higiene escolar — Prática da inspecção.

Uma das escolas de aplicação podia ser organizada em Escola experimental, em que se realizaria o ensaio de certos métodos, onde seriam elaborados diversos testes, que serviriam depois para investigações extensivas, onde os estudantes se exercitariam na observação directa dos alunos... Tratar-se-ia, por conseguinte, dum laboratório prático, o que não prejudicaria em nada a educação normal dos alunos desta escola. As realizações deste género, feitas no estrangeiro, mostram que é possível conciliar as vantagens da experimentação com as exigências habituais em matéria escolar.

O Instituto seria um organismo central de investigações relativas à educação nacional. Quantos problemas ficam em estagnação por serem complicados demais e ninguém ter a competência ou o tempo necessário para os resolver! O trabalho de «*équipe*» tão apregoado hoje, justifica-se talvez mais no campo pedagógico do que em qualquer outro. E, no entanto, não será nele que menos se verifica esta forma de actividade? Os professores e os estudantes dum

Instituto de Ciências Pedagógicas encontrariam nos múltiplos problemas escolares que surgem, uma ampla e interessante matéria de estudo, cujo benefício não seria limitado ao Instituto, mas cujos resultados seriam aproveitados para aperfeiçoar a escola nacional.

O Ministério da Educação podia tomar a iniciativa de certos inquéritos e confiar a sua realização ao Instituto. Este podia apresentar sugestões fundamentadas quando se tratasse de elaborar uma reforma de programas ou de métodos, ou de organização, dar o seu parecer depois de uma análise minuciosa sob o aspecto pedagógico, dos manuais escolares, e talvez encarregar-se da elaboração dos manuais... Só desta forma é que a instituição seria verdadeiramente um organismo de utilidade nacional. Aliás, há certos trabalhos de fôlego, que, exigindo muitos anos, só um instituto permanente pode realizar. Tal é o caso, por exemplo, de verificar sistematicamente, no decurso de vários anos, os efeitos dum determinado factor, de registar os resultados efectivos duma reforma, de acompanhar na vida grupos de alunos submetidos a um determinado regime, etc.

Ao lado destes trabalhos de interesse geral, o Instituto empreenderia, evidentemente, investigações mais particulares, relativas aos múltiplos problemas postos pela psicologia da criança e do adolescente, a aprendizagem escolar, o material didáctico, etc. É claro que devia existir uma colaboração efectiva, neste domínio, com os centros especializados já existentes, tais como o Instituto de Orientação Profissional e o Instituto Aurélio da Costa Ferreira.

O Instituto podia ainda tornar-se um centro de renovação para os professores já em serviço. Estes assistiriam, de vez em quando, a semanas ou dias pedagógicos que ali seriam organizados. Actualizariam assim os seus conhecimentos em matéria de psicologia pedagógica, de didáctica, numa palavra, ficariam ao par da evolução pedagógica.

Eventualmente, o Instituto podia publicar uma revista (que tanta falta faz hoje) em que se publicariam estudos teóricos e práticos, os trabalhos realizados, as notícias rela-

tivas ao movimento pedagógico e psicológico no estrangeiro...

Tudo isto não são mais do que sugestões. Podem-se discutir, podem-se fazer outras. Mas é por aí que se deve começar, segundo nos parece. É a discussão das ideias que tem de trazer um pouco de luz aos projectos, e provocar experiências. Convém, aliás, evitar a elaboração de projectos exageradamente minuciosos e ambiciosos. Repitamos mais uma vez que é preciso ter em conta as necessidades e as possibilidades do país. É prudente começar modestamente, preferir serviços que funcionem realmente em vez de traçar no papel planos miríficos. Construir no abstracto é sempre fácil, mas bastante fútil. Não se improvisa quando se trata da realidade. Toda a obra tem o seu início. E se olharmos para o que se passou lá fora, verificaremos que não houve gerações espontâneas, mas sim desenvolvimentos progressivos. Se desde o início uma obra visar alto demais, corre o risco de fracassar. Impõe-se, pois, um aperfeiçoamento contínuo. Para retomar uma imagem de Binet, precisamos não de «uma máquina brilhante, complicada, mas que não funciona», mas sim de uma máquina modesta, «por medida» e que funcione. Será com o aparecimento sucessivo dos novos problemas, com a extensão das necessidades práticas, com a multiplicação do pessoal especializado, que o Instituto se desenvolverá. Neste domínio, como em qualquer outro, é preferível uma evolução prudente e séria a uma revolução mais ou menos cega.

Coimbra, Dezembro de 1947.

EM. PLANCHARD

SUR LE MOUVEMENT DES PLANÈTES TROYENNES

Le mouvement des planètes troyennes qui gravitent au voisinage des centres de libration du système Soleil-Jupiter peut être envisagé de diverses manières.

1.^o — On peut se proposer de calculer les perturbations des éléments elliptiques de ces planètes par une méthode purement numérique, susceptible par conséquent de fournir une grande précision quelles que soient les excentricités et les inclinaisons, mais les calculs devront être repris pour chaque planète et ne pourront s'appliquer qu'à une période de temps assez restreinte.

Dans cet ordre d'idées il nous paraît tout indiqué de développer en séries de Fourier les seconds membres des équations qui fournissent les dérivées des éléments par rapport au temps.

Cette méthode très laborieuse quand il s'agit d'obtenir des développements faisant intervenir comme arguments les anomalies moyennes des deux planètes troublante et troublée devient d'une application particulièrement simple quand les deux anomalies sont peu différentes et elle présente sur les autres méthodes numériques l'avantage de laisser subsister le temps sous forme de symbole, ce qui permet son application à des dates quelconques s'étendant sur plusieurs révolutions.

2.^o — On aurait pu appliquer à ce cas particulier les méthodes générales qui fournissent les perturbations des éléments elliptiques en fonction du temps suivant des formules dans lesquelles les données relatives à l'une quelconque de ces planètes peuvent s'introduire à des instants quelconques.

Il est à prévoir que les cas particulier envisagé constituera une simplification des méthodes classiques, mais que l'égalité des moyens mouvements de la planète troublante et de la planète troublée introduira des perturbations séculaires peu conformes à la nature oscillatoire du mouvement et qui après un laps de temps suffisamment long fausseraient complètement le résultat; on ne pourra donc appliquer numériquement les formules ainsi obtenues que pendant une période de temps limitée, notablement plus longue cependant que celle de la méthode précédente.

Il est à prévoir également que les valeurs importantes des excentricités et des inclinaisons de certaines de ces planètes ne pourront laisser espérer qu'une convergence médiocre des développements, mais malgré ces inconvénients, il ne nous paraît pas inutile d'indiquer cette méthode si naturelle qui, une fois les formules établies, est parfois susceptible de fournir avec un minimum de peine des résultats précis.

3.^o — Au lieu de considérer le mouvement des planètes troyennes comme s'effectuant sur une orbite elliptique perturbée, on peut aussi l'assimiler à un mouvement oscillatoire autour du centre de libration qui est pour la planète une position d'équilibre stable et cette méthode se rattache aux travaux de Poincaré sur la détermination d'un mouvement au voisinage d'une solution périodique.

Cette dernière méthode n'introduit dans la solution que des termes périodiques conformes à la nature du problème, on peut donc espérer en poursuivant suffisamment les développements qu'il sera possible d'obtenir une solution valable pendant un très long espace de temps — des milliers d'années peut être — mais bien que la précision soit alors indépendante du temps, ce qui constitue un avantage considérable par rapport à la méthode précédente, il est à craindre que cette précision reste faible dans le cas où de fortes inclinaisons et de fortes excentricités écartent beaucoup la planète de son centre de libration.

Le présent article a pour but d'indiquer brièvement le principe des trois théories qui nous paraissent le mieux correspondre à chacun des buts indiqués ci dessus.

Les deux premières son inédites et nous souhaitons que leur exposé incite un chercheur à en faire soit l'application numérique à un cas concret, soit le développement analytique; quant à la troisième, elle a fait l'objet de notre thèse de doctorat (*Théorie analytique du mouvement des planètes troyennes*, Gauthier Villars, Paris 1925). Mais comme elle n'a pas été publiée dans un périodique et qu'elle n'a été que fort peu diffusée, elle est pratiquement inconnue, sa publication est aussi nécessaire que celle des théories précédentes car le principe de cette dernière méthode peut trouver son application dans de nombreux problèmes de mécanique céleste.

Enfin nous ne manquerons pas de rendre hommage à la mémoire de notre éminent maître Henri Andoyer dont nous avons souvent reçu les conseils éclairés.

Preliminaires

Les éléments osculateurs de l'orbite d'une planète troyenne à une date donnée t_0 sont:

$$M, \omega_1, \Theta_1, j_1, \varepsilon = \sin \varphi, a \text{ et } n \text{ avec } n^2 a^3 = f$$

qui représentent respectivement l'anomalie moyenne, la longitude du périhélie, la longitude du noeud ascendant, l'inclinaison, l'excentricité, le demi grand axe et le moyen mouvement.

Nous chercherons le mouvement de cette planète de masse nulle sous l'influence du Soleil de masse prise pour unité et de Jupiter de masse m en supposant invariables les éléments de son orbite:

$$M', \omega'_2, \Theta', j', \varepsilon' = \sin \varphi', a' \text{ et } n'$$

avec

$$n'^2 a'^3 = f (1 + m) = \frac{f}{1 - \mu}$$

Quelle que soit la méthode utilisée, il y a lieu tout d'abord de modifier les éléments osculateurs de la planète en

substituant au coefficient d'attraction f le coefficient $\frac{f}{1 - \mu}$

et en exprimant qu'à l'instant t_0 la position et la vitesse sont les mêmes pour les deux systèmes; on pourra utiliser à cet effet la méthode indiquée par Andoyer (*Mécanique Céleste*, Gauthier Villars, Paris 1923, t. I, p. 311).

Nous rapporterons en outre les éléments de la petite planète au plan de l'orbite de Jupiter, l'axe origine étant le rayon vecteur issu du Soleil et passant par le périhélie de cette planète.

A la même date t_0 les éléments osculateurs de la petite planète deviennent alors

$$M, \omega, \Theta, j, \varepsilon = \sin \varphi, n \text{ et } a \text{ avec } n^2 a^3 = \frac{f}{1 - \mu}$$

sa longitude moyenne est $l = \omega + M = l_0 + nt$, ceux de Jupiter se réduisent à

$$M', \varepsilon' = \sin \varphi', n' \text{ et } a' \text{ avec } n'^2 a'^3 = \frac{f}{1 - \mu}$$

sa longitude moyenne est $l' = M' = l'_0 + n't$

La planète troyenne a pour coordonnées X, Y, Z par rapport à un système d'axes rectangulaires de directions fixes $S X Y Z$ ayant pour origine le Soleil S , le plan

des X Y étant le plan de l'orbite de Jupiter, l'axe des X étant dirigé vers le perihélie de Jupiter.

Soient r et r' les rayons vecteurs de la planète et de Jupiter dont les coordonnées par rapport aux mêmes axes sont X', Y', Z' et soit d la distance Planète-Jupiter; les équations du mouvement de la planète sont:

$$\frac{d^2 X}{dt^2} = -\frac{f X}{r^3} + f m \left(\frac{X' - X}{d^3} - \frac{X'}{r^3} \right)$$

.

que l'on peut écrire

$$\frac{d^2 X}{dt^2} = -f \frac{(1+m) X}{r^3} + f m \left(\frac{X' - X}{d^3} + \frac{X}{r^3} - \frac{X'}{r'^3} \right) =$$

$$= \frac{\partial (U + V)}{\partial X},$$

avec

$$U = f \frac{1+m}{r}, \quad V = f m \left(\frac{1}{d} - \frac{1}{r} - \frac{r \cos \widehat{r, r'}}{r'^2} \right).$$

On a déjà remplacé le coefficient f par f (1 + m) dans le mouvement non troublé et la nouvelle fonction perturbatrice est V.

Application de la théorie de l'interpolation par les séries de Fourier au calcul numérique des perturbations des éléments elliptiques des planètes troyennes

Nous utiliserons les équations classiques qui expriment les dérivées des éléments par rapport au temps après y avoir remplacé j par

$$\gamma = 2 \sin \frac{j}{2}$$

ce qui permet d'écrire les équations

$$\frac{dn}{dt} = F_n = -\frac{3}{a^2} \frac{\partial V}{\partial l},$$

$$\begin{aligned} \frac{dl}{dt} = n + F_l = n - \frac{2}{na^2} a \frac{\partial V}{\partial a} + \frac{\cos \varphi \sec^2 \frac{\varphi}{2}}{2na^2} \varepsilon \frac{\partial V}{\partial \varepsilon} + \\ + \frac{\sec \varphi}{2na^2} \gamma \frac{\partial V}{\partial \gamma}, \end{aligned}$$

$$(1) \quad \frac{d\varepsilon}{dt} = F_\varepsilon = -\frac{1}{\varepsilon} \frac{\cos \varphi}{na^2} \frac{\partial V}{\partial \omega} - \varepsilon \frac{\cos \varphi \sec^2 \frac{\varphi}{2}}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial l},$$

$$\frac{d\omega}{dt} = F_\omega = \frac{1}{\varepsilon} \frac{\cos \varphi}{na^2} \frac{\partial V}{\partial \varepsilon} + \frac{\sec \varphi}{2na^2} \gamma \frac{\partial V}{\partial \gamma},$$

$$\frac{d\gamma}{dt} = F_\gamma = -\frac{1}{\gamma} \frac{\sec \varphi}{na^2} \frac{\partial V}{\partial \theta} - \gamma \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\frac{\partial V}{\partial l} + \frac{\partial V}{\partial \omega} \right),$$

$$\frac{d\theta}{dt} = F_\theta = \frac{1}{\gamma} \frac{\sec \varphi}{na^2} \frac{\partial V}{\partial \gamma}.$$

Nous introduirons les inconnues auxiliaires ρ et ω qui, dans le cas des planètes troyennes, restent la première voisine de 1, la seconde de 0

$$(2) \quad \rho = \frac{r}{r'}, \quad \omega = \frac{d^2}{r'^2} - 1 = \frac{r^2 + r'^2 - 2rr' \cos \widehat{r.r'}}{r'^2} - 1,$$

$$\begin{aligned} \omega = \rho^2 - 2\rho \cos \widehat{r.r'} = \rho [\rho - 2 \cos (W - W') + \\ + \gamma^2 \sin (W - \theta) \sin (W' - \theta)], \end{aligned}$$

en designant par W et W' les longitudes dans l'orbite de la planète et de Jupiter, on a donc

$$W = \omega + V \quad W' = V'$$

V et V' étant les anomalies vraies.

Nous remplacerons V par R en posant

$$(3) \quad V = \mu n'^2 a'^2 R,$$

$$\text{d'où} \quad \frac{r'}{a'} R = (1 + \omega)^{-\frac{1}{2}} + \frac{\omega}{2} - \left(\frac{1}{\rho} + \frac{\rho^2}{2} \right).$$

R ne dépend que de ρ et de ω et l'on a

$$(4) \quad \frac{\partial R}{\partial \rho} = \rho' = \frac{a'}{r'} \left(\frac{1}{\rho^2} - \rho \right),$$

$$\frac{\partial R}{\partial \omega} = \omega' = \frac{a'}{2r'} \left[1 - (1 + \omega)^{-\frac{3}{2}} \right],$$

ω ne dépend des éléments de la planète que par l'intermédiaire de ρ et de W

$$(5) \quad \begin{aligned} \frac{\partial \omega}{\partial \rho} = \rho'' &= 2\rho - 2 \cos (W - W') + \\ &+ \gamma^2 \sin (W - \theta) \sin (W' - \theta) = \frac{\omega}{\rho} + \rho, \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \frac{\partial \omega}{\partial W} = \omega'' &= \rho [2 \sin (W - W') + \\ &+ \gamma^2 \sin (W' - \theta) \cos (W - \theta)], \end{aligned}$$

enfin ρ et W ne dépendent eux mêmes que des trois éléments l , ε et ω ; voici les expressions classiques de leurs dérivées partielles par rapport à ces éléments:

$$\begin{aligned} \frac{\partial \rho}{\partial l} &= \frac{a}{r'} \operatorname{tg} \varphi \sin (W-\omega) & \frac{\partial W}{\partial l} &= \frac{a^2}{r^2} \cos \varphi \\ (6) \quad \frac{\partial \rho}{\partial \varepsilon} &= -\frac{a}{r'} \cos (W-\omega) & \frac{\partial W}{\partial \varepsilon} &= \left(\frac{a}{r} + \frac{1}{\cos^2 \varphi} \right) \sin (W-\varphi) \\ \frac{\partial \rho}{\partial \omega} &= -\frac{a}{r'} \operatorname{tg} \varphi \sin (W-\omega) & \frac{\partial W}{\partial \omega} &= 1 - \frac{a^2}{r^2} \cos \varphi \end{aligned}$$

Ces diverses formules permettent de calculer les dérivées partielles de R par rapport aux éléments:

$$\begin{aligned} \frac{\partial R}{\partial a} &= \rho' \rho + \omega' (\rho^2 + \omega) \\ \frac{\partial R}{\partial l} &= (\rho' + \omega' \rho'') \frac{\partial \rho}{\partial l} + \omega' \omega'' \frac{\partial W}{\partial l} \\ \frac{\partial R}{\partial \varepsilon} &= (\rho' + \omega' \rho'') \frac{\partial \rho}{\partial \varepsilon} + \omega' \omega'' \frac{\partial W}{\partial \varepsilon} \\ (7) \quad \frac{\partial R}{\partial \omega} &= (\rho' + \omega' \rho'') \frac{\partial \rho}{\partial \omega} + \omega' \omega'' \frac{\partial W}{\partial \omega} \\ \frac{\partial R}{\partial \gamma} &= \omega' \rho \gamma [\cos (W - W') - \cos (W + W' - 2\theta)] \\ \frac{\partial R}{\partial \theta} &= \omega' \rho \gamma^2 \sin (W + W' - 2\theta) \end{aligned}$$

et par conséquent les valeurs numériques des seconds membres des équations (1) en fonction du temps et des éléments elliptiques de la planète, supposés constants.

Ces fonctions F peuvent être considérées comme des fonctions du temps par l'intermédiaire des longitudes moyennes l et l' des deux planètes troublante et troublée

$$F(l, l') = F(l_0 + nt, l'_0 + n't).$$

Remplaçons nt par $n't + (n - n')t$. Dans le cas qui nous occupe n est voisin de n' et nous n'appliquerons les résultats qu'à une période de temps suffisamment courte pour que l'on puisse négliger les termes du troisième ordre en $(n - n')t$, termes qui comprennent d'ailleurs le coefficient μ .

Nous aurons ainsi pour l'une quelconque de ces fonctions:

$$F(l, l') = F[l_0 + n't + (n - n')t, l'_0 + n't]$$

$$= F_{n=n'} + \frac{n-n'}{1} t \left(\frac{\partial F}{\partial l} \right)_{n=n'} + \frac{(n-n')^2}{2} t^2 \left(\frac{\partial^2 F}{\partial l^2} \right)_{n=n'}$$

$$F_{n=n'}, \left(\frac{\partial F}{\partial l} \right)_{n=n'}, \left(\frac{\partial^2 F}{\partial l^2} \right)_{n=n'}$$

étant des fonctions périodiques du temps de périodes $\frac{2\pi}{n'}$ dont on peut écrire les développements en séries de Fourier

$$F_{n=n'} = C_0 + C_1 \cos l' + C_2 \cos 2l' + \dots + C_k \cos kl' + \dots$$

$$+ S_1 \sin l' + S_2 \sin 2l' + \dots + S_k \sin kl' + \dots$$

$$(9) \quad \frac{n-n'}{1} \left(\frac{\partial F}{\partial l} \right)_{n=n'} = C'_0 + C'_1 \cos l' + C'_2 \cos 2l' + \dots$$

$$+ C'_k \cos kl' + \dots$$

$$+ S'_1 \sin l' + S'_2 \sin 2l' + \dots + S'_k \sin kl' + \dots$$

$$\begin{aligned} \frac{(n-n')^2}{2} \left(\frac{\delta^2 F}{\delta l^2} \right)_{n=n'} &= C''_0 + C''_1 \cos l' + C''_2 \cos 2l' + \dots \\ &+ C''_k \cos kl' + \dots \\ &+ S''_1 \sin l' + S''_2 \sin 2l' + \dots + S''_k \sin kl' + \dots \end{aligned}$$

La dérivée par rapport au temps de chacun des éléments de la petite planète est de la forme :

$$\Sigma \left[(S_k + S'_k t + S''_k t^2) \sin kl' + (C_k + C'_k t + C''_k t^2) \cos kl' \right]$$

et les perturbations de cet élément sont représentées par l'intégrale

$$\begin{aligned} &\int_{t_0}^t \Sigma \left[(S_k + S'_k t + S''_k t^2) \sin kl' + C_k + C'_k t + \right. \\ &\quad \left. + C''_k t^2 \right] \cos kl' dt \\ (10) \quad &= \Sigma \left[(s_k + s'_k t + s''_k t^2) \sin kl' + c_k + \right. \\ &\quad \left. + c'_k t + c''_k t^2 \right] \cos kl' \Big|_{t_0}^t \end{aligned}$$

avec

$$\begin{aligned} s''_k &= \frac{C''_k}{k n'} & s'_k &= \frac{C'_k - 2c''_k}{k n'} & s_k &= \frac{C_k - c'_k}{k n'} \\ (11) \quad c''_k &= \frac{S''_k}{k n'} & c'_k &= \frac{S'_k - 2s''_k}{k n'} & c_k &= \frac{S_k - s'_k}{k n'} \end{aligned}$$

Les angles étant exprimés en radians, les coefficients des termes des séries (6) s'obtiennent facilement jusqu'à

l'ordre N quand on connaît pour chacune des fonctions que l'on se propose de développer les valeurs numériques qui correspondent au partage de la circonférence en $2N$ parties égales. On trouvera les formules dans un article de Le Verrier, Tome I des Annales de l'Observatoire de Paris p. 107 à 146.

Déterminons les valeurs numériques des fonctions F dans lesquelles on donne à l' des valeurs également réparties sur la circonférence et à l les trois valeurs correspondantes

$$l = l_0 + l' - l'_0 - (n - n') T$$

$$l = l_0 + l' - l'_0$$

$$l = l_0 + l' - l'_0 + (n - n') T$$

T étant choisi suffisamment petit pour qu'on puisse négliger les termes du troisième ordre en $(n - n') T$, mais suffisamment grand pour qu'on puisse obtenir de bonnes déterminations des termes du premier et du second ordre. Les trois valeurs de F obtenues successivement étant F' , F , F'' , on pourra écrire :

$$F' = F_{n=n'} - \frac{n - n'}{1} T \left(\frac{\partial F}{\partial l} \right)_{n=n'} +$$

$$+ \frac{(n - n')^2}{2} T^2 \left(\frac{\partial^2 F}{\partial l^2} \right)_{n=n'}$$

$$F = F_{n=n'}$$

$$F'' = F_{n=n'} + \frac{n - n'}{1} T \left(\frac{\partial F}{\partial l} \right)_{n=n'} +$$

$$+ \frac{(n - n')^2}{2} T^2 \left(\frac{\partial^2 F}{\partial l^2} \right)_{n=n'}$$

d'où

$$\begin{aligned} (n - n') \left(\frac{\delta F}{\delta l} \right)_{n=n'} &= \frac{F'' - F'}{2T}, \quad \frac{(n - n')^2}{2} \left(\frac{\delta^2 F}{\delta l^2} \right)_{n=n'} = \\ &= \frac{\frac{1}{2} (F'' + F') - F}{T^2} \end{aligned}$$

Afin d'obtenir les perturbations des éléments de la planète troyenne pendant une certaine période, il y a lieu de calculer tout d'abord, d'après les observations, des éléments moyens au cours de la période considérée dont le milieu est l'époque t , et soit l , la longitude moyenne de la planète à cette époque.

On calcule successivement les valeurs numériques des fonctions $F_n, F_1, F_\varepsilon, F_\omega, F_\gamma, F_\theta$ en donnant aux éléments de la planète leurs valeurs moyennes, en attribuant successivement à la longitude moyenne de Jupiter l' les seize valeurs également réparties sur la circonférence:

$$0, \frac{\pi}{8}, \frac{2\pi}{8}, \frac{3\pi}{8}, \dots, \frac{15\pi}{8}$$

et en faisant correspondre à chacune de ces valeurs les trois longitudes moyennes de la planète:

$$l = l_1 + l' - l'_0 - (n - n') T, \quad l = l_1 + l' - l'_0,$$

$$l = l_1 + l' - l'_0 + (n - n') T$$

T étant choisi de manière que le produit $(n - n') T$ soit égal à 1° .

On calcule successivement les 16 valeurs de l' , w' , $\log r'$ et les 48 valeurs de $1 - \omega$, w , $\log r$, $\log \rho$, $\log \omega$, ρ' etc. . . . et enfin des fonctions F dont on déduit les 16 valeurs de

$$(n - n') \frac{\partial F}{\partial l}, \quad \frac{(n - n')^2}{2} \frac{\partial^2 F}{\partial l^2}$$

enfin les valeurs des coefficients des séries (9) par les formules de Le Verrier. L'intégration des équations (1) par les formules (10) et (11) résoud complètement la question, mais il y a lieu cependant de remarquer qu'ayant obtenu les perturbations de n par la première des formules (1) soit δn , il faut intégrer la deuxième de la manière suivante:

$$l = n t + \int \delta n dt + \int F_1 dt$$

Les perturbations des six éléments seront ainsi obtenues sous la forme de développements en séries de Fourier d'argument l' et poussés jusqu'au huitième ordre, les coefficients étant des expressions du second degré par rapport au temps.

Il nous paraît inutile de calculer les perturbations du second ordre, ces résultats n'étant valables que pendant une période de temps limitée, mais il est cependant très facile, sans effectuer aucun calcul nouveau de tenir compte des perturbations du second ordre que résultent des inégalités séculaires du premier ordre de la longitude moyenne.

Application des méthodes classiques de la mécanique céleste à la détermination analytique des perturbations des éléments elliptiques des planètes troyennes.

On effectue dans les seconds membres des équations (1) des changements de variables que facilitent les développe-

ments tout en rendant les équations symétriques

$$(13) \quad \begin{aligned} \varepsilon_1 &= \frac{\varepsilon}{2} e^{-i\omega} & \gamma_1 &= \frac{\gamma}{2} e^{-i\theta} \\ \varepsilon_2 &= \frac{\varepsilon}{2} e^{i\omega} & \gamma_2 &= \frac{\gamma}{2} e^{i\theta} \end{aligned}$$

e étant la base des logarithmes népériens et i le module des imaginaires.

Après substitution des nouvelles variables $\varepsilon_1, \varepsilon_2, \gamma_1, \gamma_2$ aux anciennes $\varepsilon, \omega, \gamma, \theta$, les équations (1) deviennent:

$$(14) \quad \begin{aligned} \frac{dn}{i dt} &= -\frac{3}{a^2} \frac{\partial V}{\partial il} \\ \frac{dil}{i dt} &= n - \frac{2}{na^2} \left(a \frac{\partial V}{\partial a} \right) + \frac{\cos \varphi \sec^2 \frac{\varphi}{2}}{2na^2} \left(\varepsilon_1 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_1} + \right. \\ &\quad \left. + \varepsilon_2 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_2} \right) + \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\gamma_1 \frac{\partial V}{\partial \gamma_1} + \gamma_2 \frac{\partial V}{\partial \gamma_2} \right) \\ \frac{d\varepsilon_1}{i dt} &= -\frac{\cos \varphi}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_2} - \varepsilon_1 \frac{\cos \varphi \sec^2 \frac{\varphi}{2}}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial il} - \\ &\quad - \varepsilon_1 \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\gamma_1 \frac{\partial V}{\partial \gamma_1} + \gamma_2 \frac{\partial V}{\partial \gamma_2} \right) \\ \frac{d\varepsilon_2}{i dt} &= \frac{\cos \varphi}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_1} - \varepsilon_2 \frac{\cos \varphi \sec^2 \frac{\varphi}{2}}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial il} + \\ &\quad + \varepsilon_2 \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\gamma_1 \frac{\partial V}{\partial \gamma_1} + \gamma_2 \frac{\partial V}{\partial \gamma_2} \right) \\ \frac{d\gamma_1}{i dt} &= -\frac{\sec \varphi}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial \gamma_2} - \gamma_1 \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\frac{\partial V}{\partial il} - \varepsilon_1 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_1} + \varepsilon_2 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_2} \right) \end{aligned}$$

$$\frac{d\gamma_2}{i dt} = \frac{\sec \varphi}{2na^2} \frac{\partial V}{\partial \gamma_1} - \gamma_2 \frac{\sec \varphi}{2na^2} \left(\frac{\partial V}{\partial i l} - \varepsilon_1 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_1} + \varepsilon_2 \frac{\partial V}{\partial \varepsilon_2} \right)$$

Remplaçons encore dans ces dernières équations l par λ avec

$$(15) \quad \lambda = e^{il}, \quad \frac{\partial V}{\partial i l} = \lambda \frac{\partial V}{\partial \lambda}$$

et V par R d'après les formules (3). Utilisons encore les inconnues auxiliaires ρ et ω ainsi que les expressions de ρ' et ω' définies par les formules (2) et (4) avec

$$\begin{aligned} \omega = & \rho^2 - \rho (1 - \gamma_1 \gamma_2) [e^{i(w-w')} + e^{-i(w-w')}] - \\ & - \rho [\gamma_1^2 e^{i(w-w')} + \gamma_2^2 e^{-i(w-w')}] \end{aligned}$$

les dérivées partielles de R par rapport aux nouvelles variables sont:

$$a \frac{\partial R}{\partial a} = \rho' \rho + \omega' (\rho^2 + \omega)$$

$$\lambda \frac{\partial R}{\partial \lambda} = \rho' \lambda \frac{\partial \rho}{\partial \lambda} + \omega' \lambda \frac{\partial \omega}{\partial \lambda}$$

$$\frac{\partial R}{\partial \varepsilon_1} = \rho' \frac{\partial \rho}{\partial \varepsilon_1} + \omega' \frac{\partial \omega}{\partial \varepsilon_1}$$

$$\frac{\partial R}{\partial \varepsilon_2} = \rho' \frac{\partial \rho}{\partial \varepsilon_2} + \omega' \frac{\partial \omega}{\partial \varepsilon_2}$$

$$\frac{\partial R}{\partial \gamma_1} = \omega' \rho [\gamma_2 e^{i(w-w')} + \gamma_2 e^{-i(w-w')} - 2\gamma_1 e^{i(w+w')}]$$

$$\frac{\partial R}{\partial \gamma_2} = \omega' \rho [\gamma_1 e^{i(w-w')} + \gamma_1 e^{-i(w-w')} - 2\gamma_2 e^{i(w+w')}]$$

En vue de développer les seconds membres des équations suivant les puissances des excentricités et des inclinaisons, on utilise les développements classiques du rayon vecteur et de l'anomalie vraie

$$r = a \left[1 - \varepsilon \cos M - \frac{\varepsilon^2}{2} (\cos 2M - 1) - \right. \\ \left. - \frac{\varepsilon^3}{8} (3 \cos 3M - 3 \cos M) + \dots \right], \\ V = M + 2\varepsilon \sin M + \frac{5}{4} \varepsilon^2 \sin 2M + \\ + \frac{\varepsilon^3}{12} (13 \sin 3M - 3 \sin M) + \dots \left. \right],$$

dans lesquels les lignes trigonométriques de M et de ses multiples sont

$$\cos M = \frac{1}{\varepsilon} (\lambda \varepsilon_1 + \lambda^{-1} \varepsilon_2), \quad \sin M = \frac{1}{i\varepsilon} (\lambda \varepsilon_1 - \lambda^{-1} \varepsilon_2), \\ \cos 2M = \frac{2}{\varepsilon^2} (\lambda^2 \varepsilon_1^2 + \lambda^{-2} \varepsilon_2^2), \quad \sin 2M = \frac{2}{i\varepsilon^2} (\lambda^2 \varepsilon_1^2 - \lambda^{-2} \varepsilon_2^2), \\ \dots \dots \dots$$

d'où

$$r = a \left[1 - (\lambda \varepsilon_1 + \lambda^{-1} \varepsilon_2) - (\lambda^2 \varepsilon_1^2 + \lambda^{-2} \varepsilon_2^2 - 2\varepsilon_1 \varepsilon_2) + \dots \right].$$

La relation $W = 1 + v - M$ permet d'écrire le développement

$$e^{iW} = \lambda \left[1 + i \frac{(v-M)}{1} - \frac{(v-M)^2}{2} - i \frac{(v-M)^3}{6} + \dots \right]$$

$$= \lambda \left[1 + 2 (\lambda \varepsilon_1 - \lambda \varepsilon_2) + \frac{9}{2} \lambda^2 \varepsilon_1^2 - \frac{1}{2} \lambda \varepsilon_2^2 - \right. \\ \left. - 4 \varepsilon_1 \varepsilon_2 + \dots \right]$$

et on aurait un développement analogue pour e^{-iW}

$$e^{-iW} = \lambda^{-1} \left[1 - 2 (\lambda \varepsilon_1 - \lambda \varepsilon_2) - \frac{1}{2} \lambda^2 \varepsilon_1^2 + \frac{9}{2} \lambda \varepsilon_2^2 - \right. \\ \left. - 4 \varepsilon_1 \varepsilon_2 + \dots \right]$$

Comme il suffit d'accentuer les lettres pour avoir les développements relatifs à Jupiter, on obtient facilement les expressions de $e^{i(W-\omega)}$, $e^{-i(W-\omega)}$, $e^{i(W+\omega)}$, $e^{-i(W+\omega)}$, mais ce qui constitue la particularité de la présente théorie, c'est que l'on utilise également des développements suivant les puissances de ω le développement de départ étant celui de ω' déduit de (4)

$$\omega' = \frac{3a'}{4r'} \left(\omega - \frac{5}{4} \omega^2 + \frac{35}{24} \omega^3 + \dots \right).$$

Nous développerons ainsi les seconds membres des équations (14) et quant à l'ordre de grandeur des divers termes, la règle adoptée peut être différente suivant la planète à laquelle on se propose d'appliquer la théorie, mais comme d'une manière générale les inclinaisons sont supérieures aux excentricités ($\gamma = 0,37$ pour 617 Patrocle, $\varepsilon = 0,15$ pour 588 Achelle, $\varepsilon' = 0,05$), on peut prendre d'une manière générale ε d'ordre γ^2 , ε' d'ordre γ^3 , μ d'ordre γ^6 .

Ces divers développements pourront être notablement simplifiés dans le cas qui nous occupe par le fait que la

différence des longitudes moyennes l et l' reste sensiblement constante; posons:

$$e^{i(l-l')} = \beta = \frac{\lambda}{\lambda'}$$

et remplaçons dans tous les développements qui précèdent λ par $\beta\lambda'$. On remarquera que β est sensiblement constant et que

$$1 - \beta - \beta^{-1} = 1 - 2 \cos(l - l')$$

reste une petite quantité que nous considérerons comme étant du même ordre de grandeur que ε .

Ayant obtenu les développements des seconds membres des équations (14) faisons $a = a'$, $n = n'$ et considérons β comme constant et égal à $e^{i(l_0 - l'_0)}$ dans les termes du pre-

mier degré en ε , et comme égal à $e^{\pm i \frac{\pi}{3}}$ dans les termes du seconde degré ou d'ordre supérieur, par exemple.

L'intégration des équations (14) fournira les perturbations du premier ordre qui comporteront, comme on peut le prévoir, des termes séculaires importants; il sera donc nécessaire de calculer les termes du second ordre et à cet effet on intégrera de nouveau les mêmes équations après avoir: 1.° corrigé le grand axe a et le moyen mouvement n de l'erreur commise tout d'abord en les prenant respectivement égaux à a' et n' ; 2.° remplacé les éléments qui avaient été supposée constants par leurs expressions déduites de la première approximation.

Application aux planètes troyennes des méthodes générales de Poincaré sur la détermination d'un mouvement au voisinage d'une solution périodique

Comme dans les théories précédents le rayon vecteur et les coordonnées de la planète n'interviennent que sous la forme de rapports dont le dénominateur est le rayon

vecteur de Jupiter r' ; la variable indépendante n'est plus le temps, mais l'anomalie vraie de Jupiter V' ; la position de la planète est rapportée à un système d'axes mobiles ayant pour origine le centre de libration, deux de ces axes étant situés dans le plan de l'orbite de Jupiter, l'un d'eux coïncidant avec la rayon vecteur Soleil-Centre de libration.

Nous chercherons donc en fonction de V' les expressions des trois coordonnées de la planète qui restent indéfiniment de petites quantités.

L'intégration est conduite par la méthode de Hill et Brown.

Une simplification importante résulte de la remarque suivante faite par M. Nechvile professeur à l'Université de Prague.

Les équations du mouvement de la planète étant toujours

$$\frac{d^2 X}{dt^2} = \frac{\delta (U + V)}{\delta X}$$

prenons comme nouvelles variables x, y, z avec

$$x = \frac{X}{r'}, \quad y = \frac{Y}{r'}, \quad z = \frac{Z}{r'}$$

comme variable indépendante v' et cherchons ce que deviennent les équations. On a toujours:

$$r' = \frac{a' (1 - \varepsilon'^2)}{1 + \varepsilon' \cos v'} = a' h'^2 \sigma' \text{ avec } h' = \sqrt{1 - \varepsilon'^2}$$

$$\text{et } \sigma' = \frac{1}{1 + \varepsilon' \cos v'}$$

l'équation des aires permet d'écrire

$$\frac{dv'}{dt} = \frac{n'}{\sigma'^2 h'^3}$$

d'où

$$\frac{dX}{dt} = \frac{a' n'}{h'} \left[\frac{1}{\sigma'} \frac{dx}{dv'} - x \frac{d\left(\frac{1}{\sigma'}\right)}{dv'} \right]$$

et

$$\frac{d^2 X}{dt^2} = \frac{a' n'^2}{\sigma'^3 h'^4} \left[\frac{d^2 x}{dv'^2} - x \sigma' \frac{d^2\left(\frac{1}{\sigma'}\right)}{dv'^2} \right] = \frac{1}{\sigma' h'^2} \frac{d(U + V)}{dx}$$

On a l'identité

$$\sigma' \frac{d^2\left(\frac{1}{\sigma'}\right)}{dv'^2} = \rho - 1 \quad \text{avec} \quad \rho = \frac{r}{r'}$$

et les équations du mouvement deviennent

$$\frac{d^2 X}{dv'^2} = \frac{\partial}{\partial x} \left[\frac{\sigma'^2 h'^2}{n'^2 a'^2} (U + V) + \frac{1}{2} (\sigma' - 1) \rho^2 \right] = \frac{\partial U_1}{\partial x}$$

Telle est l'importante remarque qui permet de tenir compte simplement de l'excentricité de Jupiter.

Faisons tourner les axes de l'angle $v' + \psi$, ψ pouvant être suivant les cas égal à $\pm 60^\circ$; les coordonnées de la planète par rapport à ces nouveaux axes sont:

$$r' (1 + \xi'), \quad r' \eta', \quad r' \zeta'$$

qui se déduisent de x, y, z par les formules

$$x = (1 + \xi') \cos (v' + \psi) - \eta' \sin (v' + \psi),$$

$$y = (1 + \xi') \sin (v' + \psi) - \eta' \cos (v' + \psi),$$

$$z = \zeta'$$

Afin de simplifier les calculs nous poserons encore

$$\xi' = \xi, \quad \eta' = \frac{\eta}{i}, \quad \zeta = \frac{\zeta}{i}, \quad \chi = \mp i \sqrt{3}$$

suivante que $\psi = \pm 60^\circ$

et nous prendrons comme variable indépendante

$$\sigma = i v'$$

Les équations du mouvement deviennent

$$\frac{d^2 \xi}{dt^2} + 2 \frac{d \eta}{dt} = -(1 + \xi) - \frac{\partial U_1}{\partial \xi} = - \frac{\partial U_2}{\partial \xi}$$

$$\frac{d^2 \eta}{dt^2} + 2 \frac{d \xi}{dt} = -\eta + \frac{\partial U_1}{\partial \eta} = \frac{\partial U_2}{\partial \eta}$$

$$\frac{d^2 \zeta}{dt^2} = \frac{\partial U_1}{\partial \zeta} = \zeta + \frac{\partial U_2}{\partial \zeta}$$

avec

$$U_1 = \frac{\sigma'^2 h'^2}{n'^2 a'^3} (U + V) + \frac{1}{2} (\tau' - 1) \rho^2, \quad U_2 = U_1 + \frac{1}{2} \rho^2$$

$$\rho^2 = (1 + \xi)^2 - \eta^2 - \zeta^2, \quad f(1 + m) = n'^2 a'^3, \quad f m = \mu n'^2 a'^2$$

On a

$$\frac{d^2}{r'^2} = 1 + \rho^2 - 2 \rho \cos \widehat{r. r'} = 1 + \omega,$$

$$2 \rho \cos \widehat{r. r'} = \rho^2 - \omega = 1 + \xi - \chi \eta$$

$$U + V = \frac{n'^2 a'^3}{r'} \left\{ \frac{1}{\rho} + \mu \left[(1 + \omega)^{-\frac{1}{2}} - \frac{1}{\rho} - \frac{1}{2} (\rho^2 - \omega) \right] \right\}$$

Poson encore $\rho^2 = 1 + \sigma$, on a l'expression de U_2

$$U_2 = (i - \mu) \sigma' \left[\frac{1.3}{2.4} \tau^2 - \frac{1.3.5}{2.4.6} \tau^3 + \frac{1.3.5.7}{2.4.6.8} \tau^4 + \dots \right] \\ + \mu \tau' \left[\frac{1.3}{2.4} \omega^2 - \frac{1.3.5}{2.4.6} \omega^3 + \frac{1.3.5.7}{2.4.6.8} \omega^4 + \dots \right]$$

$$\text{avec } \sigma = 2\xi + \xi^2 - \eta^2 - \zeta^2 \quad \omega = \xi + \chi\eta + \xi^2 - \eta^2 - \zeta^2$$

La partie de U_2 indépendante de ε' et du plus bas degré en ξ, η, ζ est

$$U_0 = \frac{3}{2} (1 - \mu) \xi^2 + \frac{3}{8} \mu (\xi + \chi\eta)^2 = \frac{\xi^2}{2} \left(3 - \frac{9}{4} \mu \right) + \\ + \frac{3}{4} \mu \chi \xi \eta - \frac{9}{4} \mu \frac{\eta^2}{2}$$

Si l'on fait $U_2 = V_0 + s$ afin d'introduire dans les équations du mouvement les termes du premier degré en ξ et μ on a les équations définitives

$$\frac{d^2 \xi}{dt^2} + 2 \frac{d\eta}{dt} + \left(3 - \frac{9}{4} \mu \right) \xi + \frac{3}{4} \mu \chi \eta + \frac{\partial S}{\partial \xi} = 0,$$

$$\frac{d^2 \eta}{dt^2} + 2 \frac{d\xi}{dt} - \frac{3}{4} \mu \chi \xi + \frac{9}{4} \mu \eta - \frac{\partial S}{\partial \eta} = 0,$$

$$\frac{d^2 \zeta}{dt^2} - \zeta - \frac{\partial S}{\partial \zeta} = 0.$$

Négligeant tout d'abord S , on a des équations linéaires du second ordre à coefficients constants et sans second membre dont nous chercherons une solution de la forme

$$\xi = \alpha e^{nt}, \quad \eta = \beta e^{nt}, \quad \zeta = \gamma e^{ft}$$

f étant racine du système

$$\alpha \left(f^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu \right) + \beta \left(2f + \frac{3}{4} \mu \chi \right) = 0$$

$$\alpha \left(2f - \frac{3}{4} \mu \chi \right) + \beta \left(f^2 + \frac{9}{4} \mu \right) = 0$$

ou encore de l'équation caractéristique obtenu en éliminant α et β

$$f^4 - f^2 + \frac{27}{4} \mu (1 - \mu) = 0$$

qui admet deux racines positives réelles quand

$$1 - 27 \mu (1 - \mu) > 0 \quad \text{ou} \quad \mu < \frac{1}{25}$$

ce qui se trouve vérifié puisque μ est voisin de 0,001.

Ayant adopté la valeur $\log \mu = \bar{4},9794916$, les deux racines f_1 et f_2 sont

$$f_1 = 1 - \frac{27}{8} \mu - \frac{3213}{128} \mu^2 + \dots = 0,99675753$$

$$f_2 = \frac{3}{2} \sqrt{3 \mu} \left(1 + \frac{23}{8} \mu + \dots \right) = 0,08046387$$

f' est racine de l'équation $f'^2 - 1 = 0$ qui admet la racine positive

$$f' = 1$$

Les inconnues ξ, η, ζ sont obtenues sous forme de développements suivant les puissances des huit quantités

$$\alpha_1, \alpha - 1, \beta_1, \beta - 1, \gamma_1, \gamma - 1, \varepsilon_1, \varepsilon' - 1$$

avec

$$\alpha_1 = \alpha e^{iF} \quad \beta_1 = \beta e^{iG} \quad \gamma_1 = \gamma e^{iH} \quad \varepsilon'_1 = \frac{\varepsilon'}{2} e^{iv'}$$

$$\alpha_{-1} = \alpha e^{-iF} \quad \beta_{-1} = \beta e^{-iG} \quad \gamma_{-1} = \gamma e^{-iH} \quad \varepsilon'_{-1} = \frac{\varepsilon}{2} e^{-iv'}$$

$$F = f v' + F_0 \quad G = g v' + G_0 \quad H = h v' + H_0$$

$\alpha, \beta, \gamma, F_0, G_0, H_0$ étant les six constantes d'intégration déduites des conditions initiales.

Le terme général de ces développements est un monome tel que

$$M = \alpha_1^{p_1} \alpha_{-1}^{p_{-1}} \beta_1^{q_1} \beta_{-1}^{q_{-1}} \gamma_1^{r_1} \gamma_{-1}^{r_{-1}} \varepsilon'_1^{s_1} \varepsilon'_{-1}^{s_{-1}}$$

qui est toujours associé avec un monome conjugué M' de telle sorte que $\xi, \frac{\eta}{i}, \frac{\zeta}{i}$ soient des quantités réelles

$$\xi = \dots (a + ia') M + (a - ia') M' + \dots$$

$$\eta = \dots (b + ib') M + (b - ib') M' + \dots$$

$$\zeta = \dots (c + ic') M + (c - ic') M' + \dots$$

d'où

$$\xi = \dots + \alpha^{p_1+p_{-1}} \beta^{q_1+q_{-1}} \gamma^{r_1+r_{-1}} \left(\frac{\varepsilon'}{2}\right)^{s_1+s_{-1}}$$

$$\left\{ \begin{array}{l} 2 a \cos [(p_1 - p_{-1}) F + (q_1 - q_{-1}) G + (r_1 - r_{-1}) \\ - 2 a' \sin [\dots \\ \dots \\ H + (s_1 - s_{-1}) v'] \end{array} \right\} + \dots$$

$$\frac{\eta}{i} = \dots + \alpha^{p_1+p_{-1}} \beta^{q_1+q_{-1}} \gamma^{r_1+r_{-1}} \left(\frac{\varepsilon'}{2}\right)^{s_1+s_{-1}}$$

$$\left\{ \begin{array}{l} 2 b \sin [\dots] \\ + 2 b' \cos [\dots] \end{array} \right\} + \dots$$

$$\frac{\zeta}{i} = \dots + \alpha^{p_1+p-1} \beta^{q_1+q-1} \gamma^{r_1+r-1} \left(\frac{\epsilon'}{2}\right)^{s_1+s-1}$$

$$\left\{ \begin{array}{l} 2 c \sin [\dots] \\ + 2 c' \cos [\dots] \end{array} \right\} + \dots$$

La solution est ramencé à la détermination des valeurs numériques de f, g, h et des coefficients a, a', b, b', c, c', etc....

L'un des coefficients de α_1 , β_1 et γ_1 peut être choisi arbitrairement, nous prendrons donc les coefficients de α_1 et de β_1 dans η , le coefficient de γ_1 dans ζ égaux à 1 et on a pour les termes du premier ordre de η et de ζ

$$\eta = \alpha_1 - \alpha_{-1} + \beta_1 - \beta_{-1} \quad \zeta = \gamma_1 - \gamma_{-1}$$

ce qui détermine les termes du premier ordre de ξ puisque le rapport entre le coefficient de l'un de ces termes dans ξ et le coefficient du même terme dans η est égal à

$$-\frac{2f + \frac{3}{4} \mu \chi}{f^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu}$$

La partie du premier ordre de ξ est alors

$$\begin{aligned} \xi = & \alpha_1 \left(-\frac{2f_1 + \frac{3}{4} \mu \chi}{f_1^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu} \right) + \alpha_{-1} \left(-\frac{2f_1 - \frac{3}{4} \mu \chi}{f_1^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu} \right) + \\ & + \beta_1 \left(-\frac{2f_2 + \frac{3}{4} \mu \chi}{f_2^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu} \right) + \beta_{-1} \left(-\frac{2f_2 - \frac{3}{4} \mu \chi}{f_2^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu} \right) \end{aligned}$$

On porte ces expressions de ξ , η , ζ dans les termes du seconde des équations du mouvement qui sont intégrées

par les méthodes générales d'intégration des équations différentielles linéaires avec seconds membres. Ayant ainsi obtenu les termes du second ordre, on détermine par la même méthode ceux du troisième et ainsi de suite.

Il y a cependant une difficulté quand le coefficient de σ dans l'exposant de l'un des termes du second membre est racine d'équation caractéristique, car l'application des méthodes générales introduirait dans la solution des termes séculaires en contradiction avec la nature périodique du mouvement.

Une telle difficulté se présente quand le monome considéré est équivalent à $\alpha_1, \alpha_{-1}, \beta_1, \beta_{-1}, \gamma_1, \gamma_{-1}$ c'est à dire quand le rapport de ce monome à l'un de ces derniers est constant.

On peut encore dans ce cas satisfaire aux équations du mouvement en prenant pour ces monomes des coefficients nuls dans η et ζ et en développant f, g, h , suivant les monomes M qui sont constants

$$f = f_0 + f_\alpha \alpha_1 \alpha_{-1} + f_\beta \beta_1 \beta_{-1} + f_\gamma \gamma_1 \gamma_{-1} + f_\epsilon \epsilon'_1 \epsilon'_{-1} + \\ + f_{\alpha\beta} \alpha_1 \alpha_{-1} \beta_1 \beta_{-1} + \dots$$

$$g = g_0 + g_\alpha \alpha_1 \alpha_{-1} + \dots$$

$$h = h_0 + h_\alpha \alpha_1 \alpha_{-1} + \dots$$

On prendra comme parties principales de f, g, h

$$f_0 = f_1, \quad g_0 = f_2, \quad h_0 = +1$$

La méthode général d'intégration est celle des coefficients indéterminés. Soit par exemple M_p et $M_{p'}$ des monomes quelconques, M_p ayant pour coefficient A_p et B_p dans ξ et η , $M_{p'}$ ayant pour coefficient $C_{p'}$ dans ζ .

$$\xi = \sum A_p M_p, \quad \eta = \sum B_p M_p, \quad \zeta = \sum C_{p'}$$

Le coefficient de τ dans l'exponentielle du monome est

$$K = (p_1 - p_{-1}) f + (q_1 - q_{-1}) g + (r_1 - r_{-1}) h + s_1 - s_{-1},$$

dont la partie principale est

$$K_0 = (p_1 - p_{-1}) f_0 + (q_1 - q_{-1}) g_0 + (r_1 - r_{-1}) h_0 + s_1 - s_{-1}$$

En remplaçant dans les équations ξ, η respectivement par $A_p M_p, B_p M_p, \zeta$ par $C_{p'} M_{p'}$ on peut écrire les équations suivantes en ne conservant que les termes faisant apparaître le monome considéré.

$$A_p \left(K_0^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu \right) + B_p \left(2K_0 + \frac{3}{4} \mu \chi \right) + X_p = 0$$

$$A_p \left(2K_0 - \frac{3}{4} \mu \chi \right) + B_p \left(K_0^2 + \frac{9}{4} \mu \right) + Y_p = 0$$

$$C_{p'} \qquad \qquad \qquad -Z_{p'} = 0$$

Ces équations sont résolues par rapport aux coefficients inconnus $A_p, B_p, C_{p'}$.

$$B_p = \frac{(2k_0 - \frac{3}{4} \mu \chi) X_p - (k_0^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu) Y_p}{k_0^4 - k_0^2 + \frac{27}{4} \mu (1 - \mu)},$$

$$A_p = \frac{-X_p - (2k_0 + \frac{3}{4} \mu \chi) B_p}{k_0^2 + 3 - \frac{9}{4} \mu},$$

$$C_{p'} = \frac{Z_{p'}}{1 - k_0^2}$$

Le calcul est impossible si $k_0 = \pm f_0$ ou $\pm g_0$, dans ce cas qui se présente exactement autant de fois qu'il y a de coefficients tels que f_α, f_β etc., dans f et g , le numérateur

de B_p égalé à zéro détermine justement l'un des coefficients et de plus on prend $B_p = 0$ suivant la convention faite.

Si $K_0 = \pm 1$ on a $C_{p'} = 0$ et l'équation $Z_p = 0$ détermine l'un des coefficients h_α, h_β etc. du développement de h .

Il reste encore des difficultés quand K_0 est voisin de ± 1 car les dénominateurs de B_p et de C_p contiennent en facteur une certaine puissance de μ , en général le numérateur contient la même puissance de μ . Il y a cependant une exception quand le dénominateur

$$K_0^4 - K_0^2 + \frac{27}{4} \mu (1 - \mu)$$

est d'ordre supérieur à μ , c'est à dire quando K_0 est racine de l'équation caractéristique à un certain degré d'approximation, le dénominateur de B_p est d'ordre supérieur à μ tandis que son numérateur est seulement d'ordre μ , la méthode général que nous venons d'indiquer laisserait donc en dénominateur un coefficient d'ordre $\sqrt{\mu}$ au moins que l'on peut faire disparaître par une modification des constantes d'intégration avec introduction des termes séculaires, mais sans doute vaut-il mieux le conserver, ce qui permet d'obtenir le mouvement de la planète sous une forme entièrement périodique.

Telles sont les grandes lignes des diverses méthodes qui nous paraissent les plus propres à la détermination du mouvement des Planètes Troyennes soit au point de vue numérique, soit au point de vue théorique.

M. E. PALOQUE

Directeur de l'Observatoire de Toulouse

CERVANTES EM PORTUGAL

POR

D. JOSÉ TORIBIO MEDINA

O notável historiador e erudito chileno nasceu em 1852 em Santiago, onde morreu em 11/12/1930. Quando cheguei ao Chile, em 1928, como Ministro, convidei-o naturalmente para o primeiro banquete diplomático. Desculpou-se gentilmente, informando-me que os velhos da sua idade (tinha 76 anos) morrem se saírem de noite! Com efeito, estando Santiago a 600 metros de altitude, rodeada pelos Andes que vão até 6.000, cobertos de neve, são frequentes as pneumonias ao menor resfriamento.

No meu regresso do Chile ofereceu-me alguns exemplares da monografia Cervantes em Portugal, que dedicara ao seu velho amigo Antonio de Salazar Moscoso, Cônsul Geral de Portugal naquele país e editada em 1926 pelo meu amigo açoreano Carlos Nascimento, pedindo me para a tornar conhecida em Portugal, visto nela fazer um apelo aos nossos mais notáveis investigadores de assuntos históricos. Fiz já esse apelo, durante o período das celebrações do IV Centenário de Cervantes, no jornal República de 15/11/47, o único que gentilmente aceitou a minha graciosa colaboração. Como Toribio Medina estudou o controvertido assunto com documentada proficiência, estando o seu livro esgotado, venho agora traduzir na íntegra o seu para nós tão interessante trabalho, precedendo-o dalguns dados biográficos.

Cita naturalmente, de maneira exaustiva, as referências a Portugal nas obras de Cervantes, explicando-as e contraditando as más interpretações dos seus predecessores, especialmente o biógrafo inglês de Cervantes, Fitzmaurice-Kelly, que acusa de infiel.

Em 1923 a Universidade do Chile celebrou com grande solenidade o cinquentenário do labor intelectual do fecundo

escritor, que até àquela data tinha publicado 264 obras, continuando depois infatigavelmente. Em 1925 doou ao Estado a sua magnífica biblioteca, composta de 40.000 volumes, e em 1929, pouco antes de falecer, ainda fez a longa viagem do Chile a Sevilha para tratar da impressão em facsimile das Cartas de Pedro de Valdivia ao Imperador Carlos v. Passou então por Lisboa cuja Torre do Tombo consultou pela última vez. Visitou várias vezes os Estados Unidos e muitas capitais da Europa e América Latina. Foi diplomata do seu país, impondo se sempre pela sua admirável faculdade poligráfica. Explorando sistematicamente as bibliotecas e arquivos das principais cidades europeias e americanas, produziu um imenso trabalho, reconstituindo nos seus múltiplos aspectos a vida histórica, cultural e institucional da América Colonial, quer com obras históricas, bibliográficas, arqueológicas, linguísticas e etnográficas, quer com a publicação de documentos, dando provas da maior sensibilidade como crítico e filólogo.

As suas obras de maior fundo, hoje fontes para todo o género de estudos sobre a América Latina, são: *História da Literatura Colonial no Chile (1878—3 vols.)*; *resenhas bibliográficas sobre o desenvolvimento da Imprensa em todos os países americanos*; *vários volumes sobre a História da Inquisição no Chile, México, Peru, Argentina, etc.*; *estudos sobre as moedas e medalhas chilenas e americanas (1912)*; *edições e documentários, crónicas, poemas, viagens, referentes ao Novo Mundo, até à monumental Coleção de Historiadores e de Documentos relativos à História do Chile (1900-1909, 37 vols.)*.

Existem sobre ele os livros: *Biblioteca Medina (Santiago, 1907)* e *Epitome das publicações de J. Toribio Medina (1914)*, de V. M. Chiappa; e *Vida de J. T. Medina (1915)* de A. Donoso. Pertencia a muitas sociedades científicas e literárias da América, Espanha, França e Inglaterra, e era condecorado por Portugal.

Escreveu a *História de Fernão de Magalhães*, pelo que foi assistir à inauguração da estátua que celebrou o seu IV Centenário na cidade de Magalhães, sobre o Estreito por ele descoberto e que perpetua o seu nome; estátua esta de que o

Governo do Chile nos prometeu há anos oferecer uma cópia para a praça que dedicámos ao Chile, em Lisboa. Nessa cerimónia encontrou-se Medina com o Dr. Alberto d'Oliveira que, como Embaixador especial de Portugal, foi assistir àquela inauguração e que então produziu um notável discurso.

Lisboa, Janeiro 1948.

AMADEU FERREIRA D'ALMEIDA

Antigo Ministro no Chile

Gran-Cruz da ordem chilena «Al Mérito»

Entre os vários pontos obscuros que se nos apresentam na vida de Cervantes, o sr. Cotarelo y Mori adverte que devem contar-se a «comissão breve e especial aos domínios espanhois de África. Em 22 de Maio de 1581 obteve uma comissão em Orán, e estava de volta em Cartagena em 25 de Junho. Foi depois a Mostagán em época que não consta exactamente, e de ali trouxe cartas e avisos políticos. A sua campanha militar em Portugal, de que ele mesmo dá testemunho no seu memorial ao Rei, de 1590, dizendo que tinha servido também com o Marquez de Santa Cruz na Ilha Terceira».

Entrando mais a fundo neste terreno, o crítico a que nos referimos cita as duas passagens que seguem, que tomou da *Vida de Cervantes*, de Morán: «Tem-se dito que, apenas Cervantes voltou à pátria, entrou no exército e seguiu militando na guerra de Portugal e outros lugares. Isto parecia verosimil, porque assim o fez o seu irmão Rodrigo; mas já não pode sustentar-se depois que appareceu a dupla cédula real de 21 de Maio de 1581, assinada em Tomar (Portugal), onde se achava Filipe II, para apoderar-se daquele reino, conquistado num mês pelo Duque de Alba.

«Nela se manda pagar a Cervantes 50 ducados, parte da ajuda de custo para a missão que o levava a Orán. Recebeu-os mesmo em Tomar dois dias depois e seguiu para o seu destino. Já estava de volta em Cartagena em 26 de Junho, onde apresentou a outra cédula real também de 50 ducados, à ordem de Juan Fernandez de Espinosa, pagador das armas, que lhos entregou.»

Quanto à determinação das datas em que nada se sabe de positivo da carreira de Cervantes, o autor citado fixa-as «nos dois anos que vão de fins de 1581 a 1583». E entrando em detalhes sobre isso mesmo, escreve: «As efemérides não registam notícia alguma sua desde a volta de Orán a Cartagena (26 de Junho de 1581) até que no *Romancero* de Pedro de Padilla, publicado em 1583, aparece um soneto seu. Supõem-no em meados desse ano em Madrid, em vista de num documento de venda outorgado por D. Madalena de Cervantes a Napoléon Nomelín (Pérez Pastor, Doc. Cervant. 1, 15) de certos panos, se dizer que «haverá dois anos, pouco mais ou menos, Miguel de Cervantes, seu irmão, por ordem da dita D. Madalena, empenhou a Lomelín». Como complemento a esta resenha cronológica, adverte-se que no primeiro de Fevereiro de 1584 foi aprovada a *Galatea*.

Saindo deste campo árido de simples indicações de datas, vejamos como discorre, baseado nelas, D. Ramón León Mainez no seu livro *Cervantes y su época*, (Jerez, 1901, fol., p. 119-221):

«Ao regressar Cervantes à pátria, sabendo que seu irmão Rodrigo estava incorporado no seu terço na conquista de Portugal, é muito possível que procurasse ver como normalizava a sua própria situação e se obtinha alguma lícita recompensa dos seus bem provados serviços. Teve de intentar então a viagem ao país vizinho, e deve esta ter-se verificado nos primeiros meses do ano 81. Talvez, além dos certificados que levava legalizados e em forma, como abonadores indubitáveis dos seus méritos, contasse também com a assistência ao lado do Rei do seu Secretário Vazquez, que seguramente visitaria, ainda que não fosse senão em sinal de respeito e como prova de amizade. Não cremos que Cervantes tivesse sido destinado ao seu antigo terço. Inútil para o serviço activo da milícia, deve ter solicitado alguma ocupação compatível com as suas disposições físicas.

«Ainda que no seu Memorial de serviços, escrito no ano 90, fale efectivamente de que «depois de libertados

(ele e Rodrigo, seu irmão) foram servir S. M. no reino de Portugal e na Terceira com o Marquez de Santa Cruz», deve-se ter em conta, todavia, que tais palavras se prestam a confusos equívocos, por estarem englobados os feitos de ambos sem a distinção necessária que os separe.

«Que Cervantes esteve seguramente em Tomar e em Lisboa, em Maio de 1581, consta com irrecusável testemunho. Foi então, sem dúvida, encarregado de uma missão em Orán...

«Susteve D. Martín Fernandez de Navarrete que Cervantes foi embarcado nas naus que sob as ordens de D. Pedro Valdés, saíram do porto de Lisboa no verão de 1581, para proteger as frotas das Índias Orientais e Ocidentais, e reduzir a Ilha Terceira que se havia declarado em favor de D. António, Prior do Crato, hostil ao domínio de Filipe II. Mas há argumentos que invalidam essa afirmação...

«Não iam nas naus de Valdés as forças que comandava D. Lope de Figueroa, em cujas companhias servia, como sabemos, Miguel de Cervantes desde que esteve em Itália. Os 2.200 soldados que levava D. Lope, uns do seu terço e outros alemães, foram transportados na nova armada que saiu de Lisboa pouco tempo depois da de Valdés...

«Assim como não era possível que Cervantes tivesse estado no ano 81 nas naus de Valdés nem nas de Fenollet, por estar então desempenhando as missões de que falámos, tão pouco cremos que acompanhasse como soldado o Marquez de Santa Cruz. É mais provável que seguisse ocupado em outros serviços especiais, que até agora se desconhecem. Há razões que parecem indicá-lo.

«Tendo sido tão gloriosa aquela expedição, em que demonstraram a sua costumada heroicidade os espanhois... como é possível, como pode explicar-se, o silêncio que guardou Cervantes sobre tão excepcionais sucessos nas suas obras, tão cheias das recordações da sua vida e das suas íntimas impressões acerca dos feitos de guerra que presen-

ciou e em que interveio, a não ser pela razão de não se ter encontrado naquela de que se trata?»

E eis aqui uma citação de Fernandez Duro (*Conquista de los Açores*, p. 43): «Julgaram alguns que, como soldado do terço de Figueroa, ia nesta ocasião, embarcado no galeão *San Miguel*, Miguel de Cervantes Saavedra; nenhum fundamento escrito o confirma; e seria raro, tendo sido testemunha de tão grande acção, que não a citasse em alguma das suas novelas».

«... Com toda a certeza deve dizer-se que Miguel de Cervantes não pode tampouco ter assistido à nova importantíssima expedição preparada para conquista e submissão da Ilha Terceira, no verão de 1583; empresa encomendada ao mesmo Marquez de Santa Cruz, e concluída com grande felicidade e glória. Quem esteve nela e se distinguiu com singular e bizarro denodo, foi o seu irmão Rodrigo, elogiado por tal motivo pelo historiador daquela acção de guerra, o auditor da armada, licenciado Cristóbal Mosquera de Figueroa...

«As vitoriosas naus do Marquez entraram em Cadiz, aclamadas com júbilo, no dia 13 de Setembro. Sabe-se que Miguel de Cervantes residia então em Madrid...» E cita ter empenhado no primeiro desse mês os cinco panos de tafetá amarelo.

O último dos biógrafos de Cervantes, Fitz-Maurice Kelly, ocupando-se disto mesmo, opina que depois de ter recebido aquele os 50 ducados que lhe entregaram em Cartagena em 26 de Junho de 1581, «até onde é possível conjecturar, voltou de novo para Madrid», «em vista do que no curso do ano ou nos dois imediatos o encontramos ali relacionado com literatos: com Pedro de Padilla, pelo seu soneto inserto nos preliminares do *Romanceiro*; com Rufo (1584); com Gálvez de Montalvo, que lhe escreveu um soneto para a sua *Galatea* no ano seguinte». Nega-se, como se vê, que tivesse sequer estado em Portugal; e quanto ao que Cervantes diz no seu Memorial de 1590 sobre a sua campanha em Portugal e nos Açores, na forma em que aparece a frase,

«parece antes posta por ele com o fim de designar o seu irmão Rodrigo».

Pérez Pastor (Docs. Cervants. I, pp. XI-XII) que invoca o autor inglês, depois de fazer essa reflexão, junta: «mas se tivermos em conta... que Miguel estava em Tomar por Maio de 1581, em Cartagena em fins de Junho deste ano, ocupado em coisas do serviço de S. M., e em Madrid pelo Outono de 1583; que o Marquez de Santa Cruz, depois de ter reduzido a Terceira e outras ilhas, entrou em Cadiz em 15 de Setembro do dito ano, tornava-se quase impossível que Miguel de Cervantes pudesse assistir à citada jornada».

Tais são, expostos com a argumentação em que se pretende apoiá-las, as conclusões a que os críticos destes últimos tempos chegam para negar a hipótese da residência de Cervantes naquele tempo em Portugal; e indo ainda mais longe, para chegar a prestar o menor assentimento à sua declaração formal de ter tomado parte naquela expedição do Marquês de Santa Cruz. Esta doutrina é relativamente nova, na verdade, e afasta-se por completo do que outros biógrafos tinham afirmado sobre esses particulares. Convém que repassemos sumariamente o que eles disseram.

Podiam citar-se dezenas de escritores espanhóis que, sem titubiar e dando-a como coisa indiscutível, afirmam que Cervantes residiu algum tempo em Portugal, e ainda que figurou na armada do Marquês de Santa Cruz à Terceira, mas que temos que omitir, porque não são daqueles que discutem a matéria ou escrevem baseados em documentos; limitamo-nos a recordar que, entre eles, se conta, o primeiro, em ordem cronológica e pelo caudal de informações que adornam os seus escritos, Fernandez de Navarrete. Trata, pois, sem reservas, da estada de Cervantes em Portugal e da sua campanha na Terceira às ordens de D. Lope de Figueroa, a cujo terço havia pertencido antes; recorda o elogio que ao Marquês de Santa Cruz consagrou no *Quijote*, e no soneto que em seu louvor fez e inseriu Mosquera de Figueroa nos seus *Comentários*; e em terreno mais

certo e como resumo das recordações que Cervantes fez nas suas obras de Portugal, se expressa assim:

«A permanência e detença que com este motivo fez em Portugal proporcionaram-lhe estudar e conhecer aquele país e os costumes e usos dos seus habitantes, pelo qual foi acolhido sem dúvida com benevolência e apreciado como o exigia o seu distinto mérito. A sua idade, que ainda conservava a louçania e vigor da juventude, o seu carácter bondoso e apaixonado, e a sua viva e penetrante imaginação, encaminharam-no, naturalmente, ao amor, e a dar a conhecer os acidentes desta paixão nas suas poesias e escritos. Dizia que todos os moradores de Lisboa «são agradáveis, são corteses, são liberais, e são enamorados porque são discretos»; e que a formosura das mulheres causa admiração e enamora; considerava a língua portuguesa «doce e agradável»; chamava a Lisboa «famosa e grande cidade», e aquele país «terra de promessa». Em tais circunstâncias pode presumir-se que contraiu relações de amizade e galanteria com alguma dama portuguesa, de quem teve por este tempo uma filha natural, que se chamou D. Isabel de Saavedra, a qual, ainda casado seu pai, o seguiu nas suas várias missões, e vivia na sua companhia e de sua mulher quando se estabeleceram em Valladolid, enquanto permaneceu ali a Corte de Filipe III. O certo é que Cervantes conservou tão viva a memória do bom acolhimento e franca hospitalidade que recebeu em Portugal, que jamais pôde deixar de ser um panegirista da cultura e religiosidade daquela ilustre nação, e das nobres prendas dos seus naturais, como se nota nos seus escritos, especialmente no livro III de *Persiles*, em que manifesta o seu juízo e discernimento ao mesmo tempo da sua gratidão e generosidade» (pág. 63).

Nestas linhas, como se vê, não só se assenta de maneira categórica que Cervantes residiu em Portugal, se não que também se procura correr o véu das suas relações amorosas em Lisboa, assinalando o fruto que foi sua consequência... Um tanto prematura resulta semelhante conclusão, mas não deve deitar-se em saço roto pelas circunstâncias «graves,

precisas e concordantes», de que nos falam os textos de Direito...

Não nos fica mal ter presente o que escritores estrangeiros, mais ou menos conhecedores da literatura castelhana, disseram sobre a matéria de que se trata.

Recordemos, primeiro, Ticknor. Depois de nos falar do regresso de Cervantes a Espanha por ter terminado o seu cativeiro, agrega que «nada tem de estranho que voltasse ao serviço da sua pátria, unindo-se a seu irmão, e incorporando se, segundo é de crer, no seu antigo terço, que marchava então para manter a autoridade espanhola no recém conquistado reino de Portugal. Ignora-se quanto tempo permaneceu naquele reino, mas sabe-se que esteve em Lisboa, que marchou com o Marquez de Santa Cruz à expedição de 1581, e no ano seguinte à mais importante das Ilhas dos Açores, que resistiam a dar obediência a Filipe II. Desde esta época se explica com claridade o seu profundo conhecimento da literatura portuguesa e aquela dedicação veeemente a Portugal que se descobre no terceiro livro de *Persiles y Sigismunda* e noutras partes das suas obras, e se manifesta com um calor e generosidade pouco comum nos espanhóis, e especialmente num dos tempos de Filipe II».

«Não é de todo inverosímil, continua o historiador da literatura espanhola, que esta circunstância influísse um tanto na sua primeira ideia de tornar-se escritor, ideia que pôs em prática pouco depois da sua volta a Espanha com a sua novela pastoril *La Galatea* (Hist. de lit. esp., t. II, pág. 194).

Viardot, não só aceita como um facto a estada de Cervantes em Portugal no tempo indicado, senão também a sua presença no combate naval da Ilha de S. Miguel e na tomada da Terceira, e reconhece as relações amorosas de Cervantes com uma dama portuguesa (1).

(1) *Notice sur la vie et les ouvrages de Cervantes*, pp. 16-17, na sua tradução do espanhol. Paris, 1836.

Mérimée, tomando em conta a observação de não ter podido Cervantes exercer por aquela ocasião função activa na milícia, nota que, como a infantaria espanhola, ou parte dela, pelo menos, só usava espada e escudo, a ferida que tinha recebido não o inhabilitava de facto para o serviço; e nessa conformidade, o faz assistir ao combate naval da Ilha de S. Miguel. E, passando a outro campo, continua: «Nada se sabe da estada de Cervantes em Portugal, país em que permaneceu mais de dois anos, com o terço a que pertencia. Da maneira como se expressa sobre ele, se reconhece que lhe agradou. Na sua última novela, *Persiles y Sigismunda*, faz o elogio da cortezia e da afabilidade dos portugueses, exalta especialmente os habitantes de Lisboa. As mulheres, diz, excitam a admiração e o amor. Daí se chegou à conclusão de que havia tido uma intriga amorosa em Lisboa, e como de certeza se sabe que hospeda em sua casa uma filha natural, chegou-se à conclusão de ter sido sua mãe portuguesa.» (1)

De escritores ingleses, basta-nos citar o sumário do cap.º iv da *Vida de Cervantes*, de Watts: — «Cervantes volta ao serviço militar. — Reincorpora-se no terço de Figueroa. — Invasão de Portugal. — Expedição marítima contra os Açores. — Cervantes serve no *San Mateo*. — Figura nas batalhas da Terceira. — Segunda Campanha dos Açores, e regresso da armada a Lisboa. — O seu affecto a Portugal. — Intriga amorosa em Lisboa.» (2)

Há tempo tínhamos reunido estes e outros apontamentos de que depois daremos notícia, sem manifestar-nos quanto a este ponto que foi classificado de obscuro, não com bastante razão, a nosso ver, da vida de Cervantes. Temos esperado até hoje poder citar pelo menos dois documentos que contribuissem a esclarecê-lo e até a resolvê-lo, se fosse

(1) Proper Mérimée, pp. 22-23, na sua tradução francesa do *Quichote* de Lucien Biart. Paris, sem data.

(2) *Life of Miguel Cervantes*, por Henry Ed. Watts, Londres, 1891.

possível, os quais eram, a lista dos que militaram no regimento de D. Lope de Figueroa naquela campanha, e que suspeitávamos poder encontrar-se no Arquivo de Simancas; e depois, o exame do que se encontrasse na Torre do Tombo em Lisboa, para ver se entre os protocolos dos escrivães que actuaram na capital portuguesa durante os anos de 1581 a 1583, se conseguia encontrar alguma escritura de Cervantes, que bem podia ter sido a de um empréstimo que contraísse ou, com mais probabilidade ainda alguma procuração que outorgasse. Pois bem: de Simancas avisaram-nos que não existiam aqueles documentos; e de Lisboa, que o arquivo notarial é tão diminuto, por causa do grande terremoto de 1755, que apenas se conserva um ou outro (1).

Mas essa procura, como se compreende, para ser eficaz teria que ser feita pelo interessado, e tal coisa, muito a nosso pesar, não nos é possível.

Pouco, muito pouco, será, pois, o que possamos juntar de nossa colheita para a elucidação do problema de que se trata. Discutiremos algumas afirmações que têm passado até agora sem contradição; trataremos de determinar certas datas; apresentaremos com algum detalhe a pessoa que julgamos deve ser a dama portuguesa de quem Cervantes teve a sua filha natural; e, tão desenvolvidamente como nos foi possível, cuidaremos de transcrever as referências a Portugal, aos seus habitantes e às suas coisas que se acham disseminadas nas obras de Cervantes, pelo que resultam bem sintomáticas para apreciar até que ponto chegou a conhecê-

(1) A instâncias nossas, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Alberto d'Oliveira, Embaixador de Portugal às festas do Centenário de Magalhães, teve a gentileza de valer-se de algum amigo para que averiguasse naquele Arquivo a existência de protocolos notariais da época referentes à investigação de que falámos, tendo recebido em resposta a seguinte nota: «Na Torre do Tombo há livros de notas de 1584 a 1604, remetidos dos cartórios de Barcelos Junior, Borralos Junior, Emigdio da Silva, Mata Mendes e Silveira da Mota. De outros tabeliães não há, sendo possível, senão quase certo, que alguns se tenham perdido no Terremoto de 1755».

-las, não por informações alheias, senão por seus próprios olhos; matéria de que já nos deixou alguma base Fernández de Navarrete e que motivou um estudo especial dum moderno escritor português, muito semelhante ao que nós intentaremos (1).

Elemento comprovativo, cuja importância é óbvia e que pode contribuir para a solução do problema que se trata, é sem dúvida o que pode tirar-se da leitura das obras de Cervantes para que se veja até que ponto não eram alheios à sua observação ou conhecimento os homens e as coisas de Portugal. E neste terreno é possível afirmar que, desde a primeira até à última delas, encerram alusões, ditos, dados geográficos, comerciais, literários, costumes, a própria vida daquela nação exposta como ele sabia fazê-lo, às vezes não sem um sabor de sarcasmo, outras de admiração, e sempre dando provas de conhecer cabalmente o terreno que pisava. Por uma circunstância que é muito própria do coração humano, é dado concluir também, que essas alusões ou referências escasseiam ao princípio e revestem, já na última parte da sua vida, caracteres de recordações mais definidas e em que parece comprazer-se. Qualquer psicólogo sabe que, como disse um orador romano, os velhos têm sempre nos lábios o *laudator acti se puero*...

Entremos, pois, a consignar essas referências, ainda que algumas nos tenham talvez escapado. E começando pelo primeiro trabalho que saiu das suas mãos, cabe dizer que em *Galatea* só encontramos três alusões a Portugal, a contida no livro v, em que Aurélio, pai da heroína, tinha combinado casá-la «com um pastor lusitano, que nas margens do brando Lima grande número de gado apascenta»; e mais adiante

(1) «Foi apenas ontem, observa Icaza, que a crítica portuguesa viu o *Quichote* com os seus próprios olhos. Primeiro em detalhes: desde reunir numas páginas as menções que Cervantes fez de Portugal, em elogio das suas belezas naturais, das suas glórias, e das suas letras». *El Quijote durante tres siglos*, pág. 103, citando Carlos Barroso, *Cervantes e Portugal*, Lisboa, 1872.

no *Canto de Caliope*, na estrofe em que celebra Luís de Camões e o seu tradutor em castelhano:

Tú, que de luso el sin igual tesoro
 Truxiste en nueva forma a la ribera
 Del fértil rio a quien el fecho de oro
 Tan famoso le hace a donde quiera:
 Con el debido aplauso y el decoro
 Debido a ti, Benito de Caldera,
 Y a tu ingenio sin par, prometo honrarte,
 Y de lauro y de yedra coronarte.

Recorda também da maneira mais entusiasta outro poeta português, que verteria igualmente para o idioma de Castela a epopeia de Camões, mas para aplaudi-lo,

Pues en dulce español al gran Toscano
 Nuevo lenguaje ha dado y nueva estima,

referindo-se a Henrique Garcés e aos sonetos e canções do poeta Francisco Petrarca que traduzia de língua toscana em castelhana, em cujos preliminares, convém notá-lo como circunstância que não deve passar inadvertida, ia a aprovação de Pedro de Padilla, e a não menos curiosa de que Cervantes pudesse falar nesse seu *Canto* de um livro que só devia ver a luz pública em 1591.

Por certo que não atribuímos grande importância a esta referência. Ao pastor, que devia levar das margens do Tejo a formosa Galatea, pôde o autor dar-lhe a pátria portuguesa, porque assim convinha ao desenvolvimento da sua fábula; nem é coisa que deva surpreender-nos que naquele *Canto* se faça referência ao mais excelso dos poetas portugueses, nem ao outro que em oitava rima verteu os seus *Lusiadas* ao idioma de Castela (1).

(1) Apontemos, ainda que mais não seja como circunstância curiosa, aparecer Caldera colaborando com Cervantes, ambos com um soneto de elogio ao Marquês de Santa Cruz no livro de Mosquera de Figueroa a que depois nos referiremos.

No *Quixote*, já as alusões a obras portuguesas são mais abundantes. Para começar, no exame da obra do fidalgo manchego encontramos aquela passagem em que ao chegar à *Diana*, de Montemayor, o Cura conclui dizendo que era de parecer que não se queimasse, «senão que se retire tudo aquilo que trata da sábia Felícia e da água encantada, e quase todos os versos maiores, e deixando em boa hora a prosa, e a honra de ser primeiro em semelhantes livros».

Ali mesmo, depois de mencionar o *Tesoro de varias poesias*, de Pedro de Padilla, ordena que se guardasse, «porque o seu autor é meu amigo, e por respeito de outras mais heróicas e levantadas obras que escreveu», entre as quais é evidente que aludia ao *Romancero*.

E é de notar que estas duas referências envolvem algo mais do que *prima facie*, pudera pensar-se. Ao recordar Montemayor, já aparece a sua nacionalidade portuguesa, e ainda mais adiante, o facto de que aquela obra estava destinada a servir de modelo para a *Galatea*. Quando se trata de Pedro Padilla e desse seu livro, não citado por escrito, mas certamente aludido em termos gerais, justo será reconhecer que a autorização para imprimir-se havia sido dada em Portugal, e que incluía no seu preliminar um soneto de Cervantes. Esta coincidência é bastante significativa de per si e sobre ela não insistiremos neste momento.

Mas ainda antes de estas referências, que a semelhança do assunto nos permitiu agrupar, tenha-se presente que, já no Prólogo do *Quichote*, Cervantes, ao falar do Tejo, adverte que morre no mar «beijando os muros da formosa cidade de Lisboa».

No capítulo XIII da Primeira Parte, pintando D. Quichote a gerarquia de que descendia a senhora dos seus imaginados pensamentos, tem cuidado de advertir que não procede de certas famílias nobres de Espanha, nem das dos Alencastres, Palhas e Menezes de Portugal... No capítulo XX o pastor do conto de Sancho «se encaminhou pelos campos da Extremadura até aos reinos de Portugal». E esse pastor, depois de fugir da ingrata Torralba, vai deter-se nas mar-

gens do Guadiana antes de passar com o seu rebanho a Portugal. E mais adiante, recordando o curso deste mesmo rio, adverte que entra pomposo e grande em Portugal. E em matéria geográfica, diz-nos também que o reino da princesa Micomicona era maior que Castela e Portugal juntos.

Na Segunda Parte, ao falar o escudeiro de D. Quichote do êxito alcançado pelo que já se havia publicado com as façanhas do seu amo, do que davam testemunho mais de doze mil exemplares que se tinham imprimido, invoca como testemunho as edições feitas em Barcelona, Valência e Portugal.

Lá nas profundidades da Cova de Montesinos, o Cavaleiro dos Leões promete à sua amante imaginada correr por causa dela as sete partidas do mundo, ainda com mais pontualidade que o fizera o Infante D. Pedro de Portugal. Na memorável prática que D. Quichote teve com o Cónego de Toledo, pergunta-lhe «se não é verdade que foi cavaleiro andante o valente lusitano João de Merlo, que foi a Borgonha e combateu na cidade de Bas com o famoso Senhor de Charny, chamado Mosen Enrique de Remestán, saindo de ambas empresas vencedor e cheio de honra e fama».

Tem todavia uma recordação para «o excelentíssimo Camões» ao advertir que uma das églogas que haviam de representar as pastoras era do grande génio português.

Não faltam também reminiscências de coisas portuguesas em duas das *Novelas ejemplares*. No *El casamiento engañoso*, ao criticar Berganza aos que, falando mal o latim, misturam a sua ruim linguagem, como cobre dourado, nas conversações eruditas, diz que é preciso descobri-los «para que não andassem enganando o mundo..., como fazem os portugueses com os negros da Guiné...»

Portuguesa era a negra Guiomar de *El Celoso Extremeño*, e quando Loáisa trata de atrair para o seu lado o guarda negro, diz-lhe que as canções que sabia eram tais, «que fazem pasmar os próprios portugueses».

Em *La Española Inglesa*, depois de separar-se Ricaredo de Isabela para seguir a rota da Ilha Terceira, paragem em que de ordinário se cruzavam naves portuguesas que regressavam das Índias Orientais, encontra com efeito uma delas, e «perguntando-lhes Ricaredo que navio era aquele, responderam que era um que vinha da Índia de Portugal, carregado de especiarias, e com tantas pérolas e diamantes, que valiam mais de um milhão de ouro... Aquela nave é das que vêm da Índia de Portugal;... começou-se a descarregar o grande navio, que em oito dias não acabou de despejar a muita pimenta e outras riquíssimas mercadorias que em seu ventre encerradas tinha.» Nessa mesma novela, ao despedir-se de Isabela para Espanha, o capitão do navio promete à Rainha de Inglaterra que aportará a Lisboa, Cadiz e Sevilha.

No *El Licenciado Vidriera*, apresenta-nos aquele português que tingia as barbas, e que, altercando com um castelhano, lhe diz: «por estas barbas que tenho no rosto»; ao que o licenciado replica, que não dissesse *tenho*, senão, *tinjo*.

Em *La fuerza de la sangre*, o sedutor de Leocádia, leva-a com os olhos vendados para cerca da igreja da praça, e para que nunca pudesse reconhecê-lo, diz-lhe em linguagem meio portuguesa e meio castelhana, que dali podia seguir para casa de seus pais.

Na *La tia fingida*, apresenta-nos esta como «uma reverenda matrona, com umas toucas brancas como a neve, mais compridas que uma sobrepeliz de cónego português». E como não recordar a descrição que nessa novela faz Cervantes, por boca da Tia, dos portugueses, depois de já ter dado a Esperanza notícia dos clientes oriundos das diversas províncias da Península? «Pois que os portugueses, é coisa longa de descrever-te e pintar-te as suas condições e propriedades, porque como são gente enxuta de cérebro, cada louco com a sua mania; mas a de todos, ou pela maior parte, podes crer, é que o próprio amor vive neles envolto em lazeira».

Nas *Comédias y entremeses*, tais referências são escassas. Encontro uma em *La Gran Sultana*, jornada II, quando, pela boca de Madrigal, diz Cervantes, com referência à língua portuguesa:

Mostraréle las melosas
Valenciana y portuguesa...

E estas outras duas em *La guarda cuidadosa*: a primeira, naquele vendedor ambulante que apregoa fio português; e mais adiante o soldado que, fanfarronando, diz que «não o atemorizaram maiores tiros que o de Diu, que está em Lisboa».

Pelo contrário, numa esfera mais elevada e numa obra cervantina do mais alto vôo, essas reminiscências tornam-se relativamente copiosas. Aludo à sua *Viaje del Parnaso*. Ali, torna a recordar as naves que voltavam carregadas da Índia, nestes termos:

Así cómo las naves que cargadas
Llegan de la Oriental India a Lisboa,
Que son por las mayores estimadas,
Esta llegó desde la popa y proa
Cubierta de poetas, mercancía
De quien hay saca en Calicut y Goa.

Já antes, fazendo no capítulo IV a descrição da Poesia, tem este conceito:

Verás cómo le prestan las florestas
sus sombras...
Perlas, el Sur, Sabea sus olores
el oro Tíbar, Híbla su dulzura,
galas Milán, y Lusitania amores.

Reminiscências estas que, como se notará, repetia aqui, como se na sua mente lhe trabalhassem as recordações daquelas grandes naves e os amores das lusitanas...

Entrando na enumeração dos poetas portugueses a quem concedeu lugar na *Viaje del Parnaso*, encontramos em primeiro lugar mencionado nesse mesmo Canto iv:

Aquel discreto Juan de Vasconcelos
Venfa delante en un caballo bayo,
Dando a las musas lusitanas celos.

Mais adiante, no Canto vii, entra já muito de propósito a ocupar-se dos poetas portugueses, dizendo:

De la alta cumbre del famoso Pindo
Bajaron tres famosos lusitanos,
A quien mis alabanzas todas rindo.
Con prestos pies y con valientes manos
Con Fernando Correa de la Cerda
Pisó Rodríguez de Lobo Monte y llanos.
Y porque Febo su rezón no pierda,
El grande Don Antonio de Ataíde
Llegó con furia alborotada y cuerda.

Não são, pois, escassas as citações que Cervantes dedica a poetas lusitanos na sua *Viaje del Parnaso*, a que haverá que juntar, como bem se recordará, as que antes fazia de Camões. Conheceu-os por acaso, ou pelo menos alguns deles? Inclino-me a julgar que não. Mas, porque dava lugar entre esses poetas a Don António de Ataíde, que nem até então nem depois, chegou a publicar poesia alguma? Cervantes não alude a semelhante facto e se o recorda é, em nosso entender, por ter figurado no serviço militar, com mais precisão ainda, por ter tomado parte, segundo é de presumir, na expedição do Marquez de Santa Cruz à Ilha Terceira.

Chegamos com isto ao exame da obra que Cervantes não chegou a ver impressa e que considerava que poderia contar-se como a melhor ou a pior das suas: *Los trabajos de Persiles y Sigismunda*, na qual as alusões a Portugal e a descrição que especialmente faz da sua capital e das gentes

que a habitavam revestem os caracteres de algo que se viu com os próprios olhos. Vejamos como os viajantes arribam a Lisboa. «Disse o grumete que avistou terra: Terra, terra! ainda que melhor diria, céu céu, porque sem dúvida estamos nas paragens da famosa Lisboa...» E começando logo a descrevê-la: «Aqui nesta cidade verás como são verdugos da doença muitos hospitais que a destroem...; aqui o amor e a honestidade dão-se as mãos e passeiam juntos; a cortesia não deixa que lhe chegue a arrogância, e a bravura não consente que se lhe acerque a cobardia; todos os seus moradores são agradáveis, são cortezes, são liberais e são enamorados, porque são discretos; a cidade é a maior da Europa e a de maior tratamento; nela se descarregam as riquezas do Oriente, e desde ela se repartem pelo universo; o seu porto é capaz, não só de navés que se possam reduzir a número, senão de selvas móveis de árvores que as navés formam; a formosura das mulheres causa admiração e enamora; a bizarria dos homens pasma, como eles dizem; finalmente, esta é a terra que dá ao céu santos e copiosíssimo tributo».

A leitura sem prejuízos deste período deixa bem entrever que quem o redigiu não o tomava de relatório alheio; os factos que passa em revista, as apreciações que faz são de colheita própria, e bem sintomática resulta, a este respeito, aquela frase intercalada quase no final: «como eles dizem», ou o que tanto vale dizer, como o ouvi da sua boca.

Mas não é só isto. Sigamos a descrição e de novo se nos apresentam detalhes e observações que acusam a presença naqueles sítios de quem a fez. Chegam a Sangián (São Julião), onde se inspeccionou o navio, e ali o espanhol do castelo e os que com ele entraram na nave não pouparam as suas manifestações de admiração; e aquele enviou ao Governador de Lisboa, que então era o Arcebispo de Braga, na ausência do Rei, a nova da vinda dos estrangeiros. Atracou o navio na ribeira da cidade e desembarcaram em Belém, porque quis Auristela, enamorada e devota da fama

daquele santo Mosteiro, visitá-lo em primeiro lugar. Seguem por terra para Lisboa. E novas observações sobre o carácter e inclinações dos seus habitantes; já por terem quase por costume morrer de amor os portugueses; já para dar razão ao que lhe tinha ponderado o epitáfio de D. Manuel de Sousa Coutinho, «no escrever dos quais tem grande primor a nação portuguesa...»

Outro detalhe que vale a pena recordar como descrição daquela cidade é o que conta o polaco: «Digo que a primeira noite que entrei em Lisboa, indo por uma das suas principais ruas, para melhorar de pousada, porque não me tinha parecido bem aquela em que me tinham instalado...»

E como complemento de que tais descrições não obedeciam a efeito da fantasia, ou procediam de informação alheia, se detalha em seguida o itinerário que os personagens da novela seguem ao partir de Lisboa, tão exacto e preciso nos seus detalhes, que ninguém porá em dúvida que os tocaram com a mão, se assim se pode dizer. Da capital portuguesa tomaram o caminho de Espanha e chegam a Badajoz; dali se encaminham para Guadalupe, recordam-se as duas estradas que levam ao vale, «que formam e cerram as altíssimas serras de Guadalupe»; dá-se conta das promessas que se encontravam penduradas nas paredes do templo; de Guadalupe dirigem-se a Trujillo, para recordar com esse motivo D. Francisco Pizarro e D. Juan de Orellana, «ambos moços, ambos ricos, e ambos extremamente generosos»; passam dali a Talavera, «onde viram que se preparava para celebrar a grande festa da Monda...»

E como se quisesse dar mais efectividade aos factos de que na novela se trata, que não foram apenas fruto da imaginação, adverte-se que a volta a Madrid dum dos seus personagens se efectua no momento «em que havia recenchegado a corte do grande Filipe III...» Digamos, por conseguinte, em 1606.

Quando tudo isto vemos, não queremos estar equivocados ao presumir, diríamos melhor afirmar, que quem o escreveu o palpou e teve diante dos seus olhos. Entre os

factos de que se fez menção vale a pena recordar aquele das naves que voltavam da Índia Oriental a Lisboa, no qual Cervantes chega a insistir por duas vezes e numa delas com tanta precisão, que afirma ter tardado, numa delas, a descarga das ricas mercadorias que conduzia, mais de oito dias. Pois bem, o cronista da conquista de Portugal, o prolixo e sempre bem informado António de Herrera, traz a notícia de que três dias depois da batalha que teve como consequência a tomada da cidade capital daquele reino, isto é, 28 de Agosto de 1580, vinham fundear no Tejo «as naves da Índia de Portugal...», tão ricas, que traziam o valor de 3 milhões» (1). Se isto pôde saber mais tarde Cervantes, é provável que tenha visto um espectáculo semelhante no mês de Julho do ano seguinte, em que de novo fundearam em Lisboa (2).

E posto que chegamos a estabelecer esta dedução, é já tempo de procurarmos determinar a data da chegada de Cervantes a Portugal e o tempo que permaneceu nesse país.

Ficou já dito que Cervantes, depois de desempenhar a comissão que lhe foi conferida para Orán em 22 de Maio de 1581, encontra-se de regresso em Cartagena em 26 de Junho, dia em que recebeu das mãos do pagador da armada 18.750 maravedis, como pagamento da ajuda de custos que para a sua viagem lhe tinham concedido. O último dos biógrafos de Cervantes, ao recordar esse facto, é de opinião «que até onde é possível conjecturar, voltou de novo para Madrid e tentou fortuna nas letras. Pode-se chegar a esta conclusão pelo facto de que no curso do ano ou dos dois anos seguintes o encontramos em Madrid relacionado com alguns literatos da corte: com Pedro de Padilla, em cujo *Romancero* (1583) colaborou por meio dum soneto laudatório...» Detenhamo-nos aqui por um momento. Estamos

(1) Cinco livros de António de Herrera da *História de Portugal y Conquista de las Islas de los Açores en los años de 1582 y 1583*, Madrid, 1591, 4.º, fol. 130.

(2) Idem, Id., fol. 151.

longe de participar de semelhante opinião. Nada chamava Cervantes por essa ocasião a Madrid; pelo contrário, tudo o induzia a encaminhar-se para Portugal, onde estava então a corte de Filipe II, que acabava de chegar precisamente a Lisboa em 29 de Junho (1) ou seja, nos mesmos dias em que ele regressava a Cartagena, e parece-nos elementar que ali devia apresentar-se para dar conta da missão que lhe tinham confiado; bem sabia que se encontrava em Lisboa o secretário do monarca, Mateo Vásquez de Leca, a quem do cativoiro dirigira a sua famosa carta, e de cujo favor algo imaginou esperar; também o terço de D. Lope de Figueroa, a que ele tinha pertencido, e no qual militava ainda o seu irmão Rodrigo; pelo seu carácter de soldado, não podia deixar de sentir-se atraído pelo desejo de tomar parte, por pequena que fosse, na campanha em que o exército espanhol se achava então empenhado. Nem é certo tão pouco que do facto de figurar um soneto seu no *Romancero* de Pedro de Padilla, impresso em Madrid em 1583, resulte forçosamente a sua presença na capital do reino; pela inversa, a circunstância de não ter data alguma e quando sabemos que o privilégio concedido ao autor para o seu *Romancero* está datado de Lisboa em 22 de Setembro de 1582, autorizam antes a crer que tanto Cervantes como Padilla, se achavam nesses dias em Lisboa; de tal modo, que a respeito deste último, pelo menos, tudo o que pode afirmar-se é que cerca de seis meses mais tarde tinha mudado a sua residência para Madrid, de onde data a sua dedicatória em 4 de Março de 1583. Em nosso entender, as relações de amizade de ambos os literatos devem ter-se iniciado na capital portuguesa.

Argumentar como vemos que faz Fitzmaurice-Kelly parece-nos o mesmo que buscar o meio-dia às duas da tarde. Não há prova alguma de que se encontre Cervantes fora dos lugares em que naturalmente devia permanecer. De

(1) Herrera, *ob. cit.*, fol. 149.

uma escritura outorgada em Madrid em 10 de Setembro de 1585 por Rodrigo de Cervantes e D. Madalena de Cervantes aparece que então «haverá 2 anos», pouco mais ou menos, Miguel de Cervantes tinha empenhado a Napoleón Lomelin cinco panos de tafetá para ornamentação de uma sala. É curioso que até agora não apareça semelhante documento de penhor, que pôde ou não ser outorgado em Madrid, mas que se tomou como base para estabelecer a presença de Cervantes naquela cidade, numa data que devia referir-se, bem se entende, ao mês de Setembro de 1583 ou a algum imediato. Seria a única base de que poderia partir-se para chegar a fixar a presença de Cervantes fora de Portugal. Enquanto não tenhamos prova em contrário, aceitamo-la, e se bem cremos que a flutuação de mais ou menos indicada nessa escritura deve referir-se a um tempo posterior ainda a este último mês, vejamos se é contrário ao que Cervantes, não já por deduções mais ou menos fundadas, pôde executar em Portugal durante o tempo decorrido entre Junho de 1581 e Setembro de 1583.

Compreender-se-á que nos referimos à asserção feita por ele no seu memorial ao Conselho das Índias, provido em 21 de Maio de 1590, que convém reproduzir à letra: «...e depois de libertados (ele e Rodrigo seu irmão) foram servir Vossa Majestade no reino de Portugal e na Terceira com o Marquez de Santa Cruz...» Recordaremos que alguns críticos, em vista desta frase, pronunciam-se porque «parece antes posta por ele com o intuito de designar o seu irmão Rodrigo...» Francamente, não logramos atinar com o fundamento de semelhante interpretação. Cervantes não faz distinção alguma entre ele e seu irmão na participação que lhes coube naqueles sucessos; ambos «foram», diz. Porquê, por conseguinte, eliminá-lo a ele de semelhante participação?

Em abono da não presença de Cervantes em tais jornadas, tem-se insistido em que, contra o que era de uso nos seus escritos, não as recorda neles. Certamente que não, diríamos, na extensão com que procede quando se trata da

de Lepanto, porque, seguramente também, não alcançou para ele a transcendência desta, na qual perdeu o uso da mão esquerda combatendo com o denodo que sabemos; mas, não as mencionará ele de maneira mais ou menos indirecta? Aí está para demonstrar o contrário do que se afirma o elogio que ao Marquez de Santa Cruz tributou, no capítulo xxxix da Primeira Parte do *Quichote*, chamando-lhe «raio da guerra, pai dos soldados, venturoso e jamais vencido capitão» (1).

Anos mais tarde, quando em 1615 publicava as suas *Comédias y ocho entremeses*, na que intitolou *El gallardo español*, tem também uma recordação para o Marquez na jornada III:

Don Álvaro Bazán, otro excelente
Caballero, famoso y de ventura...

Un Don Álvaro Bazán,
Terror de naciones fieras,
A pesar de tus goleras
Ha dado socorro a Orán...

E isto não é nada comparado com o que lhe dizia no soneto que pôs (fol. 177) em seu elogio no *Comentario en Breve compendio de disciplina militar, em que se escreve a jornada das ilhas Açores*, de Cristóbal Mosquera de Figueroa, impresso em Madrid em 1596, e que por algum motivo, sem dúvida, foi chamado pelo autor para escrevê-lo, e que começa assim:

No ha menester el que tus hechos canta,
Oh! gran Marqués, el artificio humano,
Que a la más sutil pluma y docta mano
Ellos le ofrecen al que al orbe espanta...

(1) E permita-se-nos, a propósito desta citação, recordar a opinião de D. Júlio Cejador a respeito da presença de Cervantes nas jornadas a que se refere no seu citado memorial de 1590; ao chegar a esta passagem: «Na empresa da Terceira militou sob as suas ordens (do Marquez) Cervantes, junto com seu irmão Rodrigo...»

E pelo que respeita aos lugares em que se desenvolveram os feitos militares de que falava no seu memorial, não os esqueceu tão pouco, como bem o manifesta aquela passagem de *La Española inglesa* em que menciona a Terceira, e que já tivemos ocasião de ver.

Chega agora o momento de examinar se, como julgava o erudito Pérez Pastor, Cervantes não pôde de facto figurar na campanha dos Açores. Dissemos que para chegar a esse resultado se baseou em que Cervantes se encontrava em Cartagena em fins de Junho de 1581; que estava igualmente em Madrid pelo Outono de 1583, e que tendo entrado o Marquez de Santa Cruz em Cádiz, depois dos seus triunfos naquelas ilhas, em 15 de Setembro desse mesmo ano, se tornava quase impossível que Cervantes tivesse podido tomar parte nela.

Mas, de onde pode deduzir-se que Cervantes permanecesse até então a bordo de alguma das naves na esquadra de D. Alvaro de Bazán? Pelo contrário, não faltam antecedentes dignos de consideração para crer que depois da sua campanha, — digamos já da primeira realizada aos Açores, — teve que ficar em Lisboa. E ainda mais: se a data de Setembro de 1583, que se julga, com probabilidade, aquela em que se torna a encontrar Cervantes em Madrid, fosse exacta, ela não pode ser obstáculo para que se aceite que ali chegara logo depois da sua entrada em Cádiz, no dia que se indica. Mas tudo induz a pensar que o caminho que Cervantes tomou para trasladar-se de Lisboa a Madrid foi outro muito diverso...

O exame da obra de António de Herrera, já apontada, cremos que permite assinalar com perfeita claridade a possível participação de Cervantes na primeira das gloriosas campanhas do Marquez à Terceira. D. Lope de Figueroa, que comandava o terço a que antes tinha pertencido Cervantes, partiu de Lisboa em direcção àquela ilha em 25 de Julho de 1581 (fol. 155); e já sabemos que Cervantes estava em Cartagena havia um mês, de modo que se opõe a

que tivesse podido incorporar-se nesse seu antigo terço. Herrera adverte que nas naves de Figueroa iam «quatro companhias do terço de Nápoles, soldados velhos»; e este é outro antecedente para crer que bem pode contar-se entre eles Cervantes. Chega D. Lope à Ilha de S. Miguel, onde nada pôde fazer por falta de gente e pouca harmonia com D. Pedro de Valdés, e regressa a Lisboa.

Em 10 de Julho do ano seguinte (1582), parte de Lisboa o Marquez de Santa Cruz com 31 navios e 5 patachos, em que iam 5.000 soldados espanhóis, a cargo do mestre de campo D. Lope de Figueroa e D. Francisco de Bobadilla, e no dia 25 triunfa na Ilha de S. Miguel, para achar-se de regresso em Lisboa em 10 de Setembro (fol. 183). Dando por assente que Cervantes estivera em Madrid no Outono do ano seguinte, tempo teve de sobra, até vários meses, para tornar certa a sua afirmação, e manifestada nada menos que ao monarca, — «de ter ido servir V. M. no reino de Portugal e na Ilha Terceira, com o Marquez de Santa Cruz».

Ao chegar a este ponto, parece necessário insistir em que as efemérides cervantinas não registam nada de bem averiguado até ao 1.º de Fevereiro de 1584, em que lhe foi assinada em Madrid a licença para a impressão da *Primera Parte de Galatea*. Esta indicação confirma ser muito provável que o seu autor escrevesse essa obra, ou grande parte dela, em Lisboa (1).

Do papel que coube a Rodrigo de Cervantes na jornada a que se referiu seu irmão Miguel não é preciso falar, pois tão brilhante foi, que o Marquez o notou e em 1584

(1) Bonilla y San Martín na introdução da sua edição de *Galatea* diz: «E não é inverosímil supor que a novela foi redigida depois que Cervantes voltou a Madrid (em Dezembro de 1580) do seu cativo em Argel. Pode fixar-se, pois, entre os primeiros meses de 1581 e últimos de 1583, a época da elaboração de *Galatea*». Como se vê, coincidimos com o insigne humanista espanhol na data que atribuímos à redacção da obra cervantina, afastando-nos por completo da sua opinião enquanto ao lugar em que fora elaborada.

foi promovido a alferes. E sendo isto assim, perguntamos, como aventurar-se a dizer que a frase em que Cervantes fala de si e do seu irmão, a introduziu com o fim de designar este, que pelo seu comportamento na jornada não necessitava que lhe fosse feito elogio no memorial de 1590?

E ainda mais, quando lemos que Fitzmaurice-Kelly, — sempre disposto a deprimir e apoucar de maneira disfarçada e hipócrita, com aparência de imparcialidade, o autor do *Quichote*, — vêmo-lo afirmar, ao referir-se a essa frase, que «não pode em rigor aplicar-se ao próprio Cervantes: ele não saiu de Argel senão quando a campanha de Portugal havia terminado», que é o mais a que se pode chegar em matéria de errada interpretação dos documentos, e sabe Deus se de boa fé; para continuar em seguida dizendo: «e ainda não temos uma relação precisa da sua actividade durante a expedição aos Açores, — note-se aqui a flagrante contradição com o que acaba de dizer, e como se aproxima já da verdade, ainda que o faça de maneira depreciativa, — quando acrescenta: «parece provável que por essa ocasião ocupava o seu tempo em tarefas menos pitorescas que o serviço militar». Sem que nos diga quais elas foram, deixa entender que aludia a certos amores de Cervantes. Tal será também o último ponto de que nos ocuparemos neste, por todas as razões, ingrato exame.

É bem sabido que Cervantes teve uma filha natural que se chamou Isabel de Saavedra. Para tentarmos determinar a época em que nascera, contamos com uma declaração sua, prestada em 30 de Junho de 1605, na qual confessou ter então a idade de 20 anos, ou seja, que tinha nascido aí pelo ano de 1585. Semelhante declaração, como observa o biógrafo inglês de Cervantes, «pode ser aproximadamente correcta»; pois é bem sabido, que tratando-se especialmente de mulheres, costumam estas tirar-se meses e anos. É possível que, assim, a data do seu nascimento possa retrogradar-se a uma data um tanto anterior. Prova manifesta do nosso asserto encontramos-la numa segunda declaração da

própria Isabel, prestada desta vez em 30 de Março de 1639, dia em que jurou ter nessa ocasião 40 anos: declaração inteiramente inexacta, como também o admite o citado biógrafo, pois que bem se vê que diminuía na sua idade nada menos do que 15 sobre os que ela mesmo tinha confessado 35 anos antes. Não se considerará, portanto, que pudéssemos referir o seu nascimento a 1582 ou 83, tanto mais que, na escritura em que lhe foi nomeado curador, que tem a data de 9 de Agosto de 1599, disse ser menor de 25 anos. Não diz Isabel, nem era necessário, onde nascera.

Vejam agora quem era a sua mãe. A documentação cervantina da última hora, se assim podemos chamar-lhe, ensina-nos que se chamava Ana Franca de Rojas, ou melhor Francisca, visto que, como observa o Sr. Cotarelo, em Franca deve haver uma apócope de Francisca, pela maneira abreviada com que era de uso escrever certos nomes naqueles tempos. A seu lado havia vivido Isabel de Saavedra até aos anos de 1599, em que faleceu, depois de ter casado com um tal Alonso Rodríguez, de quem teve igualmente uma filha, que se chamava também Ana Franca. Dele passava também por filha Isabel. Sabe-se que esta fez testamento, o qual até hoje não appareceu, e de que só se recorda ter nomeado para testamenteiro Miguel Hernández. Teria dito nesse documento qual era a sua pátria? É possível, mas como não sabemos, só se pode formular alguma hipótese a seu respeito.

E essa já a formulou Navarrete e vimo-la reproduzida por Mérimée: a admiração e o entusiasmo com que Cervantes se referia às mulheres de Lisboa, que pela sua formosura encantavam; a data provável do nascimento de Isabel de Saavedra, que coincide, mais ou menos de perto, com a sua permanência em Lisboa, são circunstâncias que induzem a pensar que aquella sua filha a teve de uma portuguesa, Ana Francisca de Rojas.

Em conclusão, temos pois:

Primeiro: que Cervantes, depois da sua chegada a Cartagena, de regresso da sua viagem a Orán, longe de «voltar a

Madrid», tudo o chamava a encaminhar-se para Portugal;

Segundo: que a sua qualidade de soldado do antigo terço de Nápoles, comandado por D. Lope de Figueroa; a presença de seu irmão Rodrigo no exército expedicionário aos Açores; as datas em que tiveram lugar alguns dos sucessos militares daquelas campanhas, que de maneira alguma discordam da que se pensa deve corresponder à sua primeira estada em Madrid depois de sair do cativo; tudo induz a crer que a afirmação que fez ao monarca de ter assistido a elas é perfeitamente aceitável e de modo algum alusiva só a seu irmão Rodrigo;

Terceiro: que o conhecimento que demonstra em várias das suas obras das coisas de Portugal, manifestam que directamente as presenciara;

Quarto: admite-se que a sua permanência em Portugal e mais especialmente na sua capital, deve estender-se desde meados do ano de 1581 até igual período do de 1583, pelo menos, e não sem visos de verdade até fins desse ano;

Quinto: que a esta conclusão leva o facto de não se registar sinal algum da sua estada em Espanha durante esse tempo;

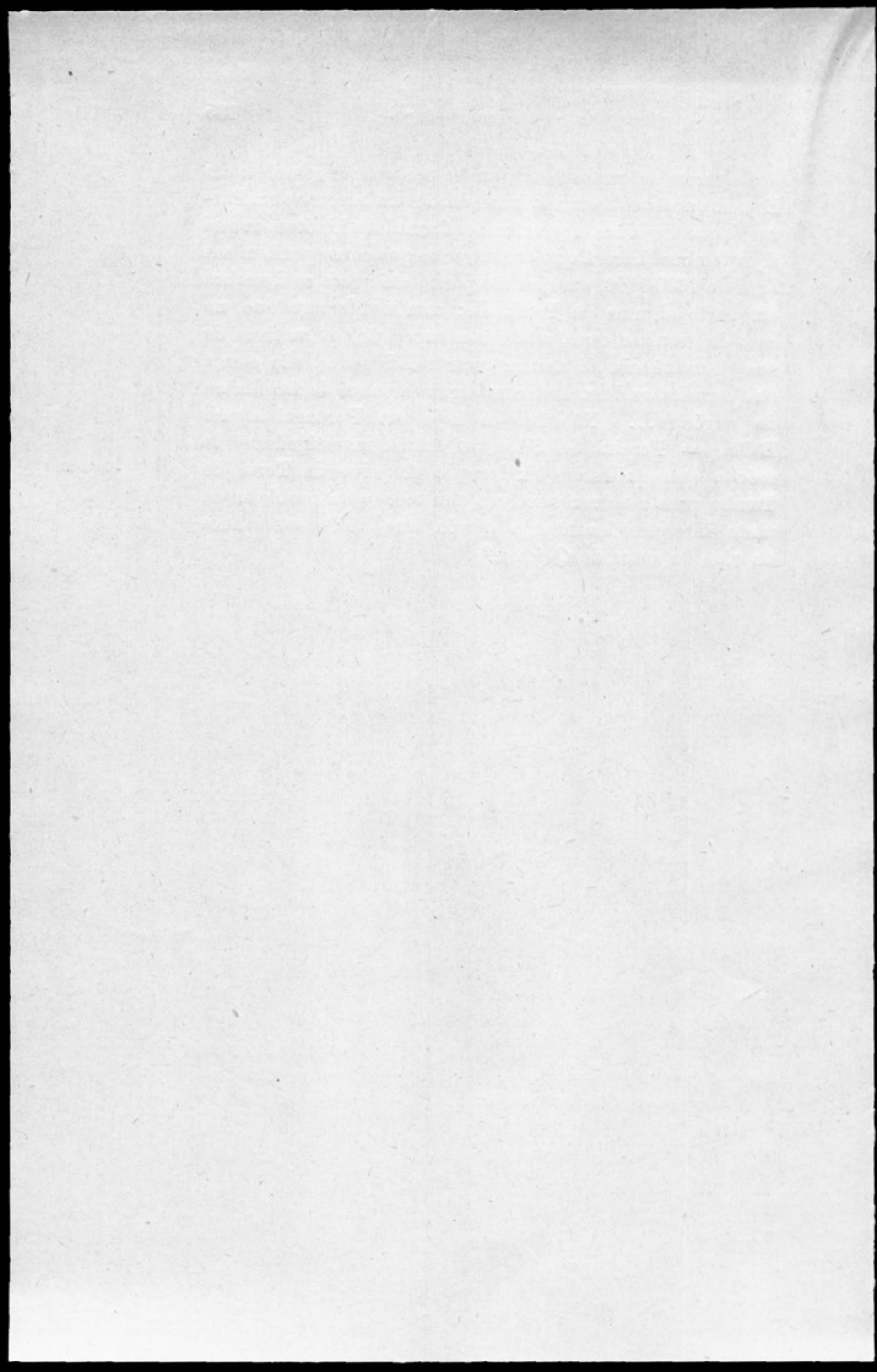
Sexto: que em Lisboa deve ter contraído relações amorosas com Ana Francisca de Rojas, e que delas foi fruto sua filha Isabel de Saavedra;

Sétimo: que, dada a prática costumada por Cervantes de aludir a factos próprios nos de alguns dos seus personagens novelescos, é muito provável que o itinerário dos de *Persiles y Sigismunda*, depois que partem de Lisboa e se encaminham a Espanha por via de Badajoz, dali a Guadalupe, e depois, evidentemente a Sevilha, seja o que seguiu no seu regresso da capital portuguesa à espanhola;

E oitavo finalmente, que não tem nada de improvável que grande parte de *Galatea* fosse escrita em Lisboa.

O leitor desapassionado e sem preconceitos saberá julgar se estamos equivocados ao apresentar à sua consideração as conclusões que apontamos. Pela nossa parte, tão persuadi-

dos estamos de que os factos, que se perdem por completo em Espanha no lapso de tempo indicado, devem buscar-se em Portugal, que ainda nos atreveríamos a formular a hipótese de que aqui também haverá que encontrar os que correspondem aos anos de 1600-1604, em que tão pouco até agora se descobre em parte alguma da Península; com a diferença que, no caso de resultar certa esta nossa suposição, os motivos da sua permanência ali devem estar relacionados, não com a sua carreira militar, mas com algum assunto de família ou de negócios... Não haverá hoje em Portugal algum Baião, ou Pereira da Silva ou outros investigadores de mérito que quisessem explorar o Arquivo da Torre do Tombo para resolver uma vez por todas este problema de tanto interesse levantando o véu que oculta esses anos da vida do autor do *Quichote*?



EL REINO DE DIOS

P O E M A S D E
C A M P O S D E
F I G U E I R E D O .
T R A D U C C I Ó N
Y P R Ó L O G O D E

A . Z A M O R A V I C E N T E

1875

PRÓLOGO

Campos de Figueiredo nació en las inmediaciones de Coimbra, Cernache, en 1899. Infancia en la herrería de los padres, adolescencia de escolar en la vieja ciudad universitaria, roce pasajero, de admiración, con Eugenio de Castro, publicaciones en revistas estudiantiles, etc.: la repetida, errante zozobra hasta ver realizado el primer libro: Carta do Desterro (1916), libro juvenil donde aun se adivina el recuerdo de Mário Beirão y de Teixeira de Pascoaes. Los publicados después — Jardim Fechado (1922), Poemas do instante e do eterno (1934) y Poemas de sempre (1937) — son esfuerzos claros por conseguir una auténtica expresión a su mensaje, por eliminar todo rastro de lucha entre la lengua y el presentimiento de su meta lírica.

Este reencuentro consigo mismo se efectúa en Reino de Deus (1939) y en Navio na montanha (1942). En ellos, Campos de Figueiredo ha sabido encontrar el más delicado sonido de su voz, sin dar por ello síntomas de fatiga. Su poesía se desliza suavemente sobre sus ideas

de Dios y de la Muerte, los dos grandes torcedores de su espíritu. Navio na montanha — seguido entre otras cosas de Poemas da Inocência (1944) — señala un depurado clima poético a esta pintura de Suprema Esperanza:

Longe, a promessa vã dum céu fechado . . .

Mas eu espero.

Espero a minha esperança de alegria,
E hei-de vê-la passar, entre os que ficam
À espera do seu Dia!

Reino de Dios es un emocionado mensaje português. Campos de Figueiredo, en la plenitud de sus facultades, nos lo envía desde su Coimbra silenciosa, donde vive. La poesía de Campos no está aún cerrada en una total trayectoria, sino que marcha todavía, firme y gozosa, a la búsqueda de la inagotable cantera. Reino de Dios es un

jalón, el más sentido quizá, y no el último. Apareció en 1939, cuando la guerra civil española y los presagios de la segunda mundial deban al libro un marcado carácter de lamento profético. Reino de Dios se impuso rápidamente entre la crítica de su país, que hizo resaltar, sobre todo, la suave presencia evangélica de su contenido.

Reino de Deus se caracteriza por la equilibrada ternura de su tono bíblico. Campos de Figueiredo ha sabido encontrar para su portugués de hoy un recuerdo constante de la exacta armonía de la Escritura. Nuevo camino de Damasco, a la espera del rayo conciliador, Campos nos da en las Parávolas da montanha y en los Salmos todo un programa de ética cristiana, de inmarchitable belleza, más augusta en su humano olvido actual:

Oh, Señor de mi Reino,
hacen tantos escalas de palabras
para llegar hasta Ti!

Una constante llamada a Dios para que ilumine las dudas del espíritu, a la vez que una quieta, firme esperanza en su auxilio, llena los Salmos de Figueiredo. El hombre, animado de la luz primera, se siente capaz de elevar el mundo con sus brazos, encima de las estrellas. Y espera — sobrecogimiento del milagro — el momento decisivo:

*¡Voz de Dios, sobre las aguas y los montes,
voz de Dios, que separa las llamas de su brasa,
ella hará parar el viento negro
de la furia de la noche!*

.....

Y hará que los ríos de la Vida, vertidos de sus cauces, regresen al lecho puro del Principio.

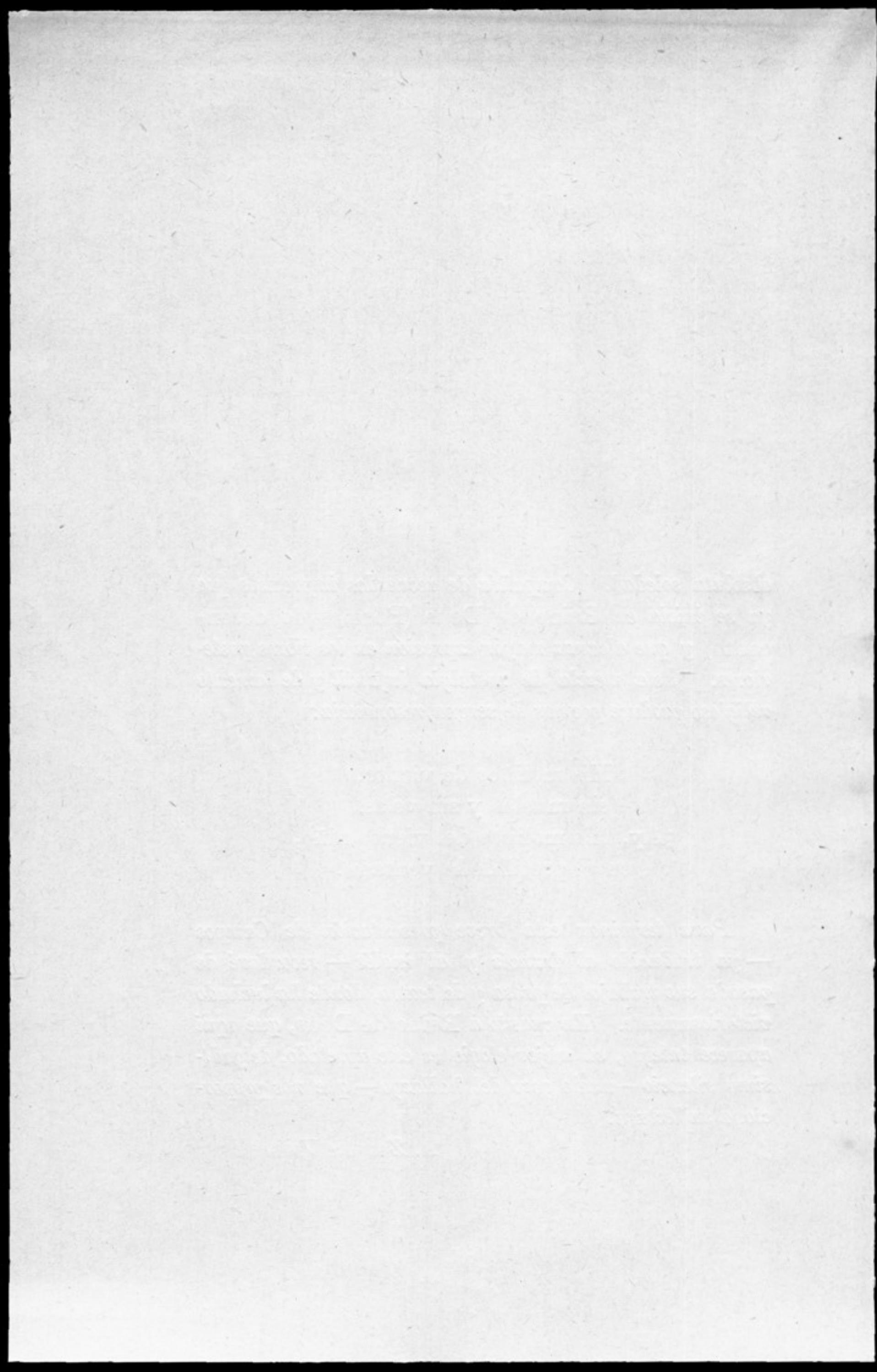
Campos de Figueiredo, en parte como Rilke, siente el constante recuerdo de su infancia. Como le ocurría al poeta austriaco, la presencia de la niñez le impide una

absoluta soledad. Compañía de recuerdos imprecisos que ya se inicia en Reino de Deus (Poemas do desencanto) y que alcanza mayor expresión en los libros posteriores. Esta mezcla de nostalgia infantil y de lamento religioso produce poemas de serena resonancia:

Mis molinos de viento,
sin muelas y sin velas.
¡Ay, mis molinos del viento niño,
en el pretil de la ventana!

Para terminar esta breve presentación de Campos — ya traducido al francés y al inglés — recordaré de pasada sus trabajos de prosa y de teatro, donde ha luchado victoriosamente. En cuanto a Reino de Deus, que aquí aparece íntegro, su mejor elogio es este apretado, delgadísimo silencio — mudo gozo del hallazgo — que nos proporciona su lectura.

A. ZAMORA VICENTE



I
EL REINO
DE
DIOS

*NEQUE DICENT: ECCE HIC, AUT
ECCE ILLIC. ECCE ENIM RE-
GNUM DEI INTRA VOS EST.*

JESUCRISTO

SAN LUCAS

Cap. xvii, 21

EL REINO DE DIOS

¡Amad!

¡Y la Puerta Estrecha se abrirá!

Y mis panes del milagro
han de ser tantos como los granos de arena
del mar de Galilea.

¡Amad!

Veréis levantarse del sepulcro
el cadáver de Lázaro.
Y, si amáis aun más,
seréis vida de todos los cadáveres!

¡Amad!

¡Y al son de las trompetas de oro y bronce
de los ángeles, entre nubes y relámpagos,
se abrirán los pórticos del Reino!

¡Amad!

¡Y las lanzas de los combates
se fundirán, se astillarán,
como luces de tormenta
en las honduras de la noche, sobre el mar!

¡Amad!

¡Y la sábana del sepulcro,
el lienzo de la Verónica
y el paño de mi túnica,
serán, en el Cielo,
— arco iris de presagio —
la señal de una vida comenzada
en un Mundo que no fué!

!Amad!

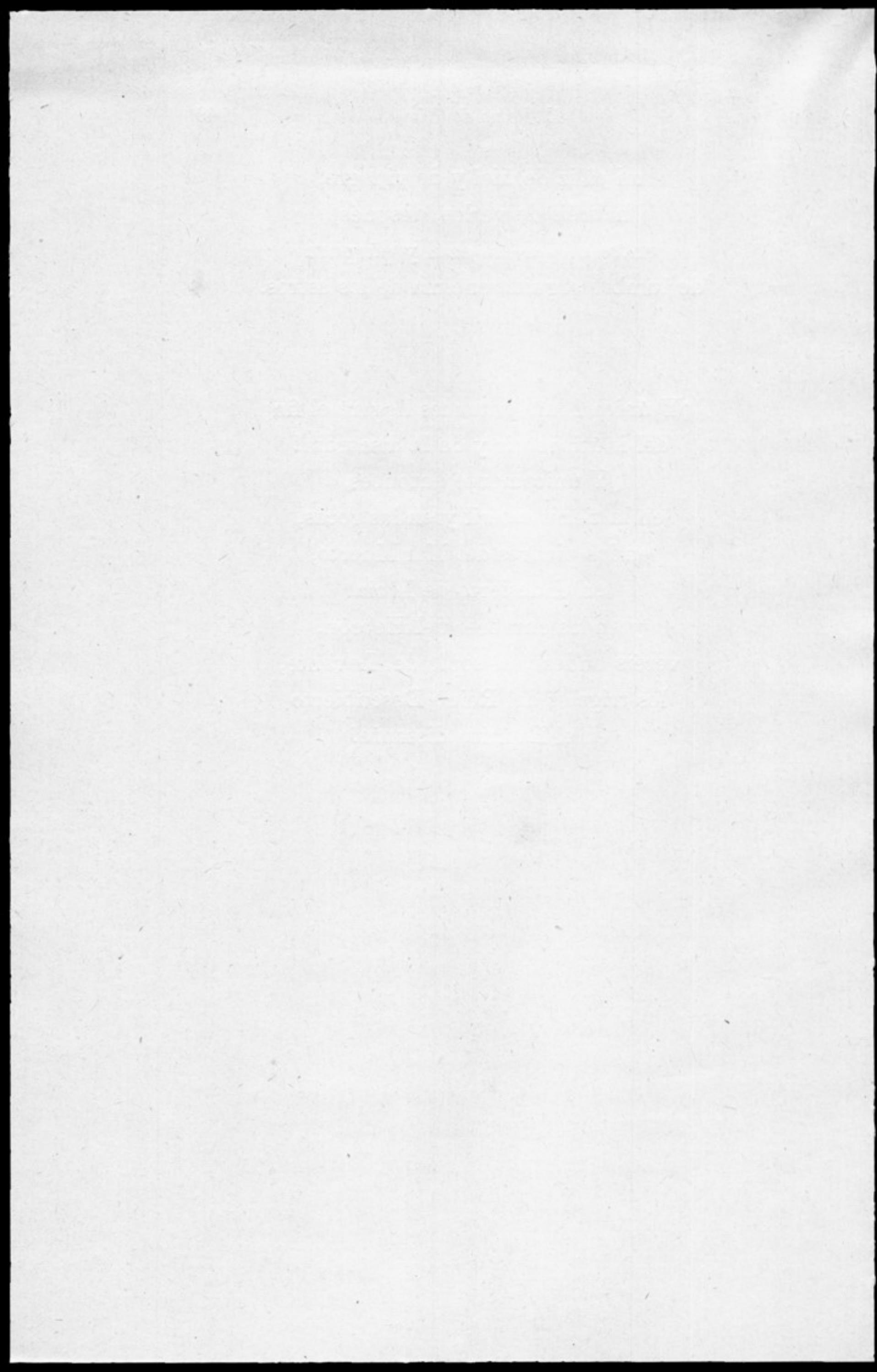
¡Y veréis que no queda piedra sobre piedra
en la Ciudad sin Dios
del Templo de los fariseos!

Y el monte de los Olivos,
los clavos de mi cruz,
la sangre viva de mi costado herido,
la corona de espinas,

mi cáliz de hiel y de vinagre,
habréis de verlos, después,
entre una sierra azul y púrpura
de lumbre erguida encima de los astros.

¡Y únicamente entonces llegará el fin
del inútil morir y de la discordia!

¡Y únicamente entonces,
en la tierra estéril y en las rocas,
en los pinares del Mar Muerto,
en el desierto de Libia
y en las cumbres del Hebrón,
veréis ondear, al soplo del Levante,
los trigales del Reino Descubierta
en el Espíritu distante!



SAN JUAN BAUTISTA

Mi voz, a lo largo del desierto,
tenía un sabor de tierra.
¡Por eso la tierra temblaba
y tan sólo ella me oía!
Tan sólo ella y el Cielo.

¡Las raíces de los árboles
que mi hambre comía
se sumergían en lo hondo
de las entrañas del mundo!
Pero se irguió, en la altura,
el árbol luminoso
de las palabras profundas de la Escritura.

Entonces, Jerusalén,
Judea, el Jordán,
vieron la señal dada por mi mano
con la palma extendida.

Era preciso abrir al alma
el camino de la luz.

¡Vendría allí Jesús a bautizar al pueblo
en Espíritu y en fuego!

Ya el hacha se había entregado
a las raíces de los árboles
desplomados en el abismo;
habían caído ya, desde mi concha,
sobre la cabeza y las manos de los penitentes
las aguas del bautismo.

Y yo era allí, no hombre semi-desnudo,
— cinturón de cuero en torno a mi cadera —
no guijarro o raíz muerta
en bosque o precipicio,
sino el Espíritu de Dios
erguido sobre las aguas!

¡Y en Espíritu me dí al fondo de la cisterna!
Allí, se secó la fuerza de mi pulso.
Y, piel y hueso,
fuf barro y cieno
en la hondura insondable de mi pozo!

II

PARÁBOLAS DE LA MONTAÑA

*POSEED EL REINO QUE OS ESTÁ
PREPARADO DESDE EL PRIN-
CIPIO DEL MUNDO.*

JESUCRISTO

Veréis abrirse, en fuego de parábolas,
mi boca. Y las tormentas del Principio,
donde la verdad virgen se escondió,
se hundirán en la Noche del abismo.

De la verdad que soy, veréis brotar,
de un solo impulso, los días divididos,
desde el instante en que el mundo comenzó.

Hermanos, alzad las manos a la Vida desnuda
y echad la simiente de las parábolas
al suelo herido por la reja del arado.

Lanzadlas, incluso a las rocas de la montaña
y a los desiertos del mundo... ¡Y las veréis
florecer en una sembradura con la raíz en las
[tormentas
Y el fruto sobre la luz de las estrellas!

II

En verdad os digo:
¡no poseéis el Reino,
porque no estáis con vosotros ni conmigo!
Conquistaos, primero:
bajad, primero, al fondo de ese mundo
que os queda
lejos de vuestra Fé,
y habréis encontrado la señal muerta,
la señal imprecisa
que vuestros piés dejaron
en la tierra del Paraíso.

III

El plantío es grande.
El granero de Dios está harto y lleno.
Pero el grano se pudre
mientras la multitud, allá lejos, grita y llora
la desesperación del hambre.

Pero el plantío es grande.
Que salga quien mande
abrir, al hambriento, las puertas del granero,
y no oiréis más el crujir de dientes
ni la voz negra del odio contra el dueño
de la tierra de todos.

IV

¡Venid a mi! Venid a la luz de la mañana nueva,
nacida para el mundo, que no la vió.

Agarraos a la vid verdadera;
sarmientos, uníos.

Y los esclavos verán corromperse
los cadáveres de los señores,
y los muertos serán vivos.

V

¿Acaso dice el pez al mar: «eres mío»?
¿Dice el pájaro al cielo: «eres un trozo
del área de mi vuelo»?

¡El que tenga oídos, que oiga!
¡El que tenga ojos, que mire!

Centinelas con lanza levantada a la puerta de los
[palacios:

A vuestro amo, ¿qué le importa
el hambre del mendigo?
En verdad os digo:
El Reino del Señor
no tiene guardas ni puerta.

VI

¡Lanzad la red al mar!
Aunque el trueno de las olas se levante
hasta el cielo lejano,
¡lanzad la red al mar!

Aunque el viento de los últimos rincones
sople tanto que apague la luz de los astros
y despedace los mástiles sobre las aguas,
¡lanzad la red al mar!

Aunque las nubes se deshagan
en un cielo de noche apocalíptica,
en lluvia de fuego y de relámpagos,
lanzad la red al mar.

VII

Renacerán de las aguas y del Espíritu
los que amaron la borrasca.

Y a los oídos que fueron sepulcro,
ha de llegar la voz de la amargura.

Y, en la tierra de los yermos,
donde caiga la sombra de mis dedos,
ha de estallar un himno de fuentes
para la sed de la vida.

Y justicia y verdad
no serán ya más la verdad y la justicia
de las armas y la carne.

VIII

Le dije yo al mar, aquella tarde: ¡cállate!

Y el mar obedeció.

Y dije al viento: ¡detente!

Y el viento obedeció.
El silencio del cielo cayó, sereno,
sobre el mundo diminuto.

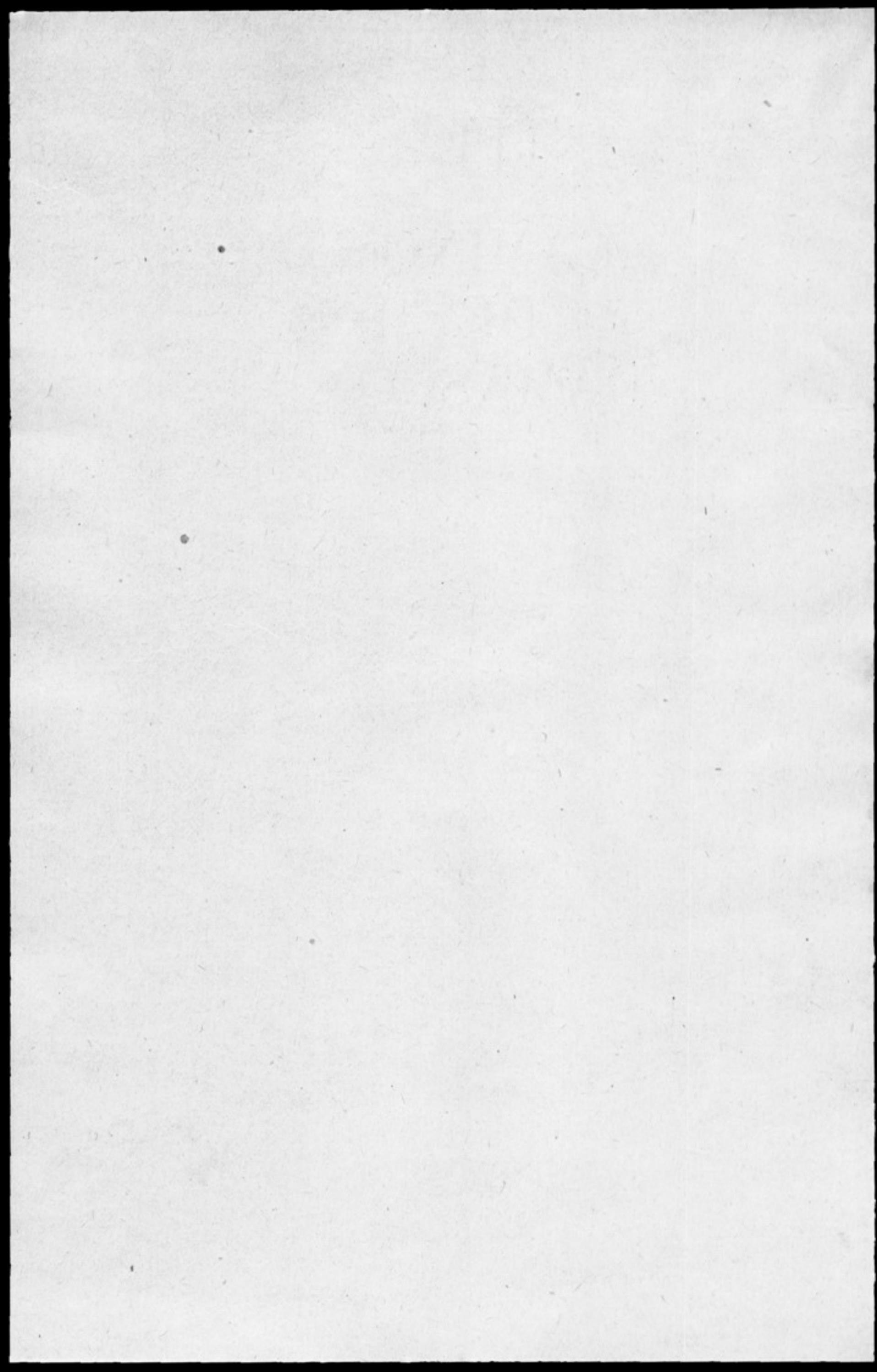
La furia de las nubes,
en este cielo de presagio,
rompe el timón del barco.

Hombres sin fé: aun es tiempo
de sujetar las olas del naufragio!

IX

¡Dejadle venir a mí, ése que se levanta
del fondo del sepulcro,
las muñecas sangrantes!
¡Ése que tiene a sus piés las cadenas partidas,
mojadas de sudor, y sangre, y lágrimas!
Dejadle venir a mí...
Que griten las piedras y los montes su llanto.
Sea más dura la noche de los sepulcros...
Él dirá que es uno, y muchos,
— la legión de los vivos y de los muertos... —
Él dirá su nombre
y su miseria.

III
CAMINO
DE
DAMASCO

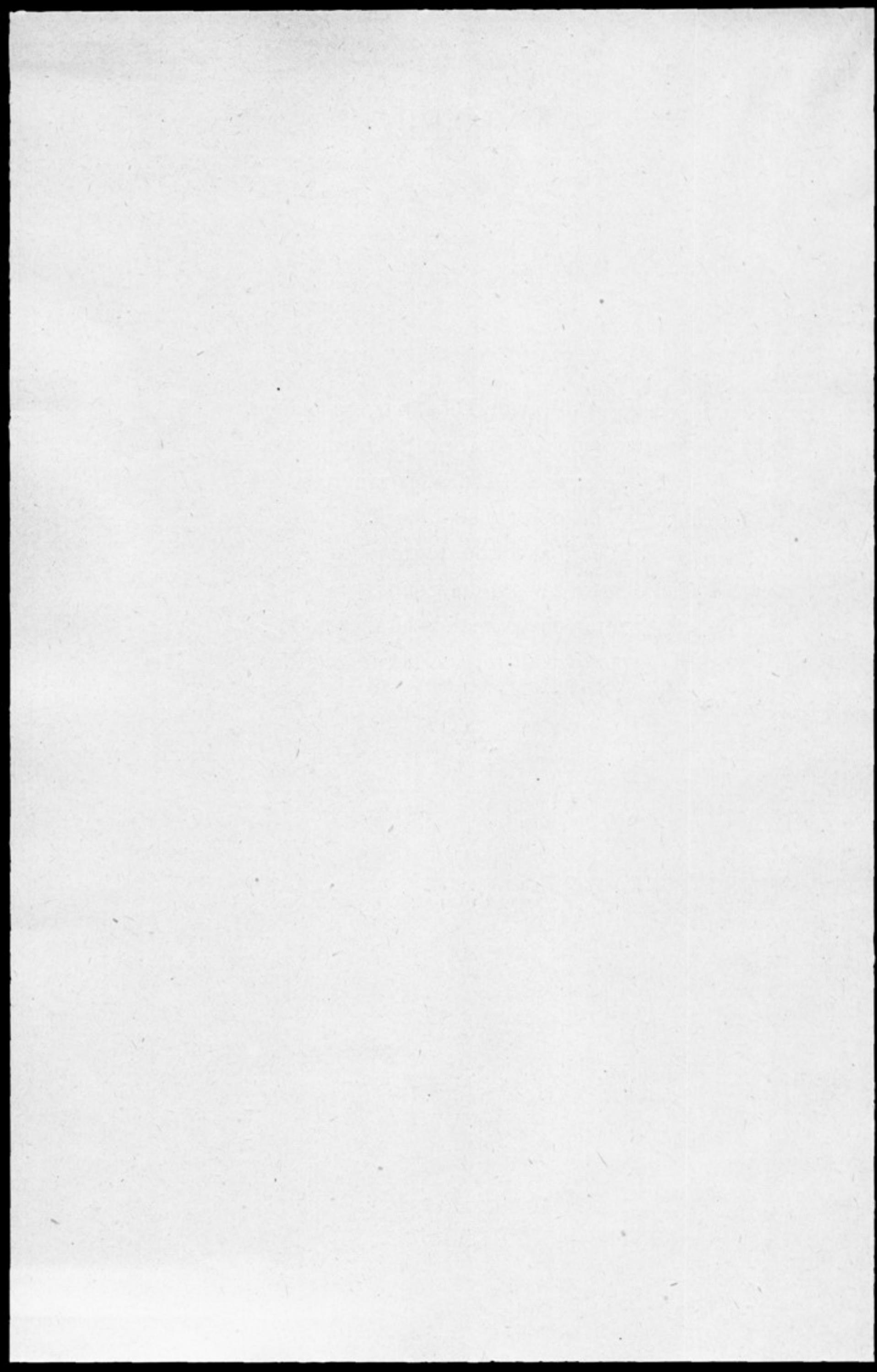


SAN PABLO

Te cegó el mirar de Dios, barrera blanca,
— venia un viento sombrío de los montes —
Percieron allí todas las muertes
de que fuí sepultura.

Y bajó al fondo de mis ojos
un Angel del Señor.

¡Y le ví levantar en las manos el áncora de bronce
de la esperanza última de las doce tribus!



SALMOS

*FACTUM EST AUTEM EUNTE ME, ET
APPROPINQUANTE DAMASCO MEDIA
DIE, SUBITO DE CAELO CIRCUMFUL-
SIT ME LUX COPIOSA.*

HECHOS DE LOS APÓSTOLES

Cap. II, 6.º

¡Ojos de mi dolor, sois fuente y río!
Por eso, ¡oh, mis pesares!
yo seré derramado, como las aguas,
sobre la tierra del estío!

 Mi corazón dolorido
en las entrañas de la Vida,
 es cera derretida.
 Como barro cocido
se secó mi fuerza.
 Y mi lengua
ya sin gusto de sal, sin la alegría
del paladar satisfecho,
se pegó a mi garganta.

La vida me sabe a la ceniza de mis huesos.

II

¡Ilumina, Dios mío, mis dudas!
Que la luz de tu rostro
encienda la vida de hoy y de mañana
en la ceniza de mis ojos.

Entonces, reposará mi corazón,
y podré levantar el mundo encima de las estrellas
en mis brazos de bronce!

III

*Sígueme, y deja que los muertos entierren
a sus muertos.*

JESUCRISTO

¿Quién me arranca este peso de montañas
sobre la cabeza y los huesos?

¡Dejadme construir la vida nueva,
sobre la ruina de gestos y palabras
que son vuestros!

¡Dadme, de vuestros siglos,
al menos un minuto
para arrimar los hombros
a las columnas del templo de Sansón!

¡Que queden sólo escombros
de un mundo edificado
por montones de cadáveres
y rebaños de vivos!

Dejadme construir la vida pura,
la vida que desborda de mi sueño
y se derrama por el suelo entristecido
de los desiertos sin luna.

IV

¡Mi huerto de amargura!
¡Mi sudor de agonía!
¡Mi señal de que la vida tiene fondos
donde quepan, aún,
mareas altas de alegría!

Señor:

¡alabado seas Tú, desde mi dolor!

V

¡O h, Señor de mi Reino,
hacen tantas escalas de palabras
para llegar hasta Tí!
Yo hablo con pensamientos
y con ellos te alcanzo;
con ellos, la distancia
que nos separa, acaba donde comienza
el alma a ser recuerdo
de tu imagen.

VI

¡A Tí clamo, Señor!
¡Que tu amor me acoja!
¡Que baje tu luz
sobre los montes eternos
y sobre mi noche!

Como hierba pisoteada
se secó mi corazón
a la voz de mi gemido.

VII

Señor: en mi desesperación
yo creo aún y espero tu regreso
el día en que, en el hueco
de cementerio que soy,
se entierre el último muerto.
¡Tal vez brote después en Tí, Señor,
la primera mañana de mi vida!

.

Una estrella, entre hojas de olivo,
no apagada aún,
brilla en las aguas despiertas
de un río que amanece.

VIII

¡Voz de Dios, sobre las aguas y los montes;
voz de Dios, que separa las llamas de su brasa;
ella hará parar el viento negro
de la furia de la noche!

Ella pondrá silencio y majestad
en los nubarrones de tormenta.

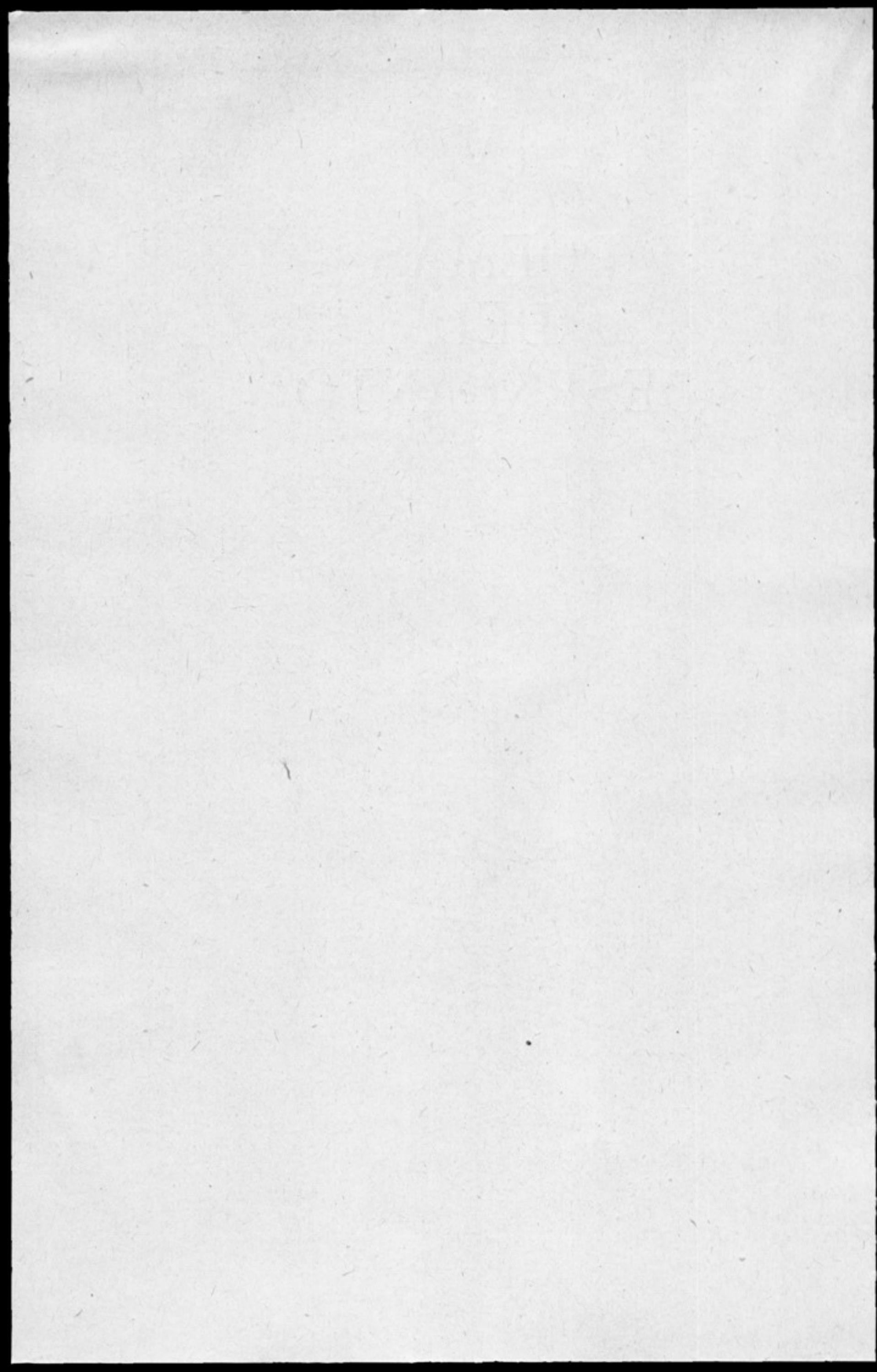
Y el desierto de Cades,
bajo el cielo de Oriente,
ha de vacilar y estremecerse
en la aridez de su yermo,
ante el poder eterno
de la voz poderosísima!

Y las montañas del Líbano
verán caer los cedros
partidos, sin que los vientos
de los valles se despierten.

¡Voz de Dios, sobre las aguas del diluvio:
que baje la paloma a las cumbres de las montañas
erguidas entre sangre,
y los ríos de la Vida
vuelvan, de nuevo, al lecho del Principio!

IV

POEMAS
DEL
DESENCANTO



DESENCANTO

En mástiles partidos
de barcos perdidos,
levanté mis velas
al mar tormentoso.

Las rasgó el azote
de los vientos de la noche,
de la noche escondida
en el engaño de la Vida.

Arrojé a los pinares,
al viento, a las rocas,
simientes quemadas
de marchitos planteles.

En sueños abiertos
a la luna del desierto,
de arenas sin fin,
planté mi jardín.

¡Y rosas y claveles
de sueños esclavos,
sólo dieron perfume
de cenizas y lumbre!

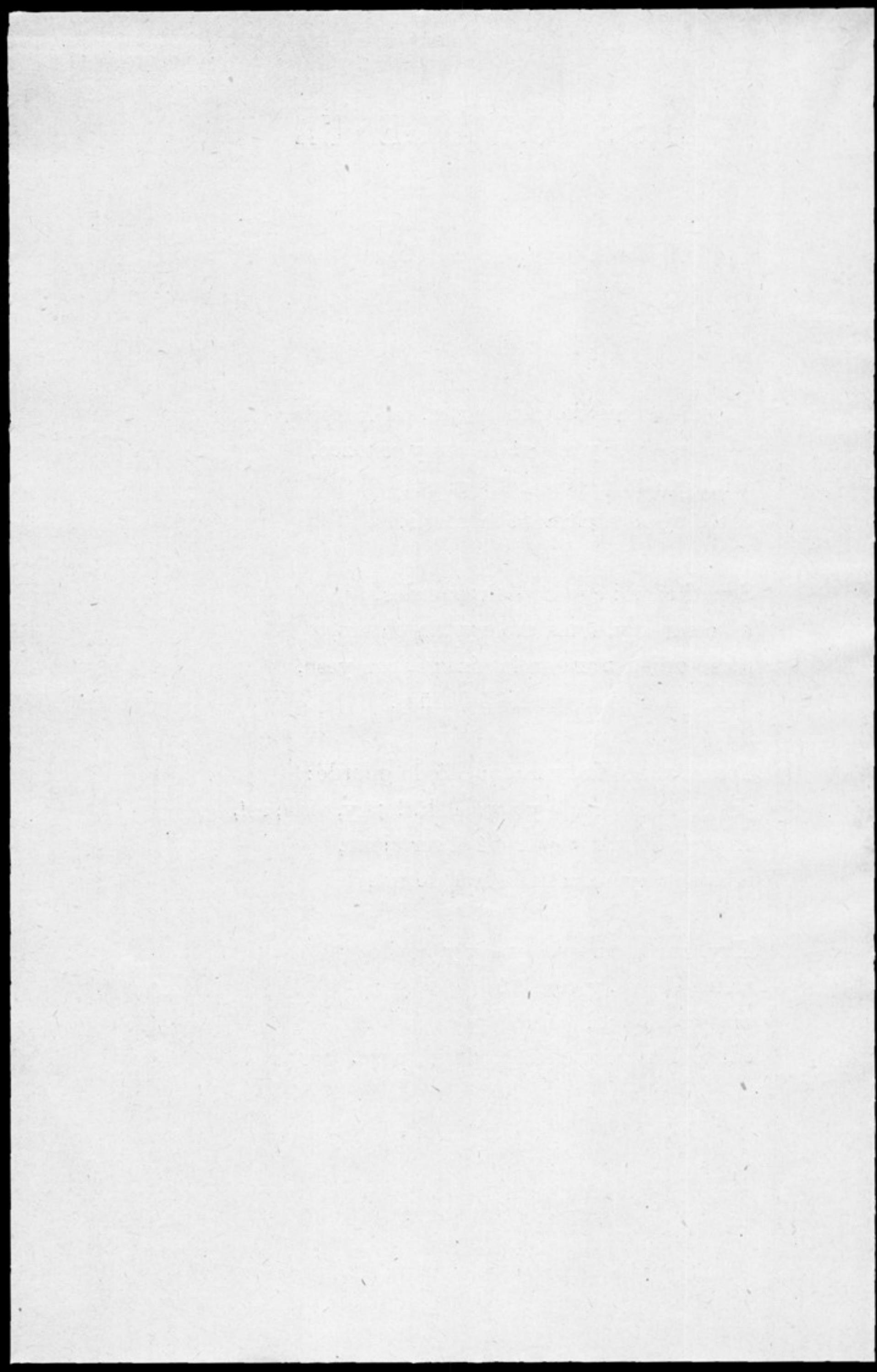
HISTORIA INGENUA

Como encontré, por dentro, mi historia,
como me veo y me ví, siento y conozco,
así llegué al muelle del regreso,
con estas cicatrices de memoria.

Será fácil mi cuento de recuerdos,
tal como soy, tan simple y tan entero,
como quien traza en la pizarra, con yeso,
cosas para recuerdo de los niños.

Todo cuanto fui y me quedó, lo guardé:
¡Perro encadenado y ave suelta! ¡Ay, vida, así,
el perro vino a ser en mí el ser ajeno,
el ave era yo corriendo tras de mí!

Hoy, por lo que veo y soy y puedo,
aletea el ave, y continúa
picoteando en las nubes y en la luna
entre el barro y el cieno de mi pozo.

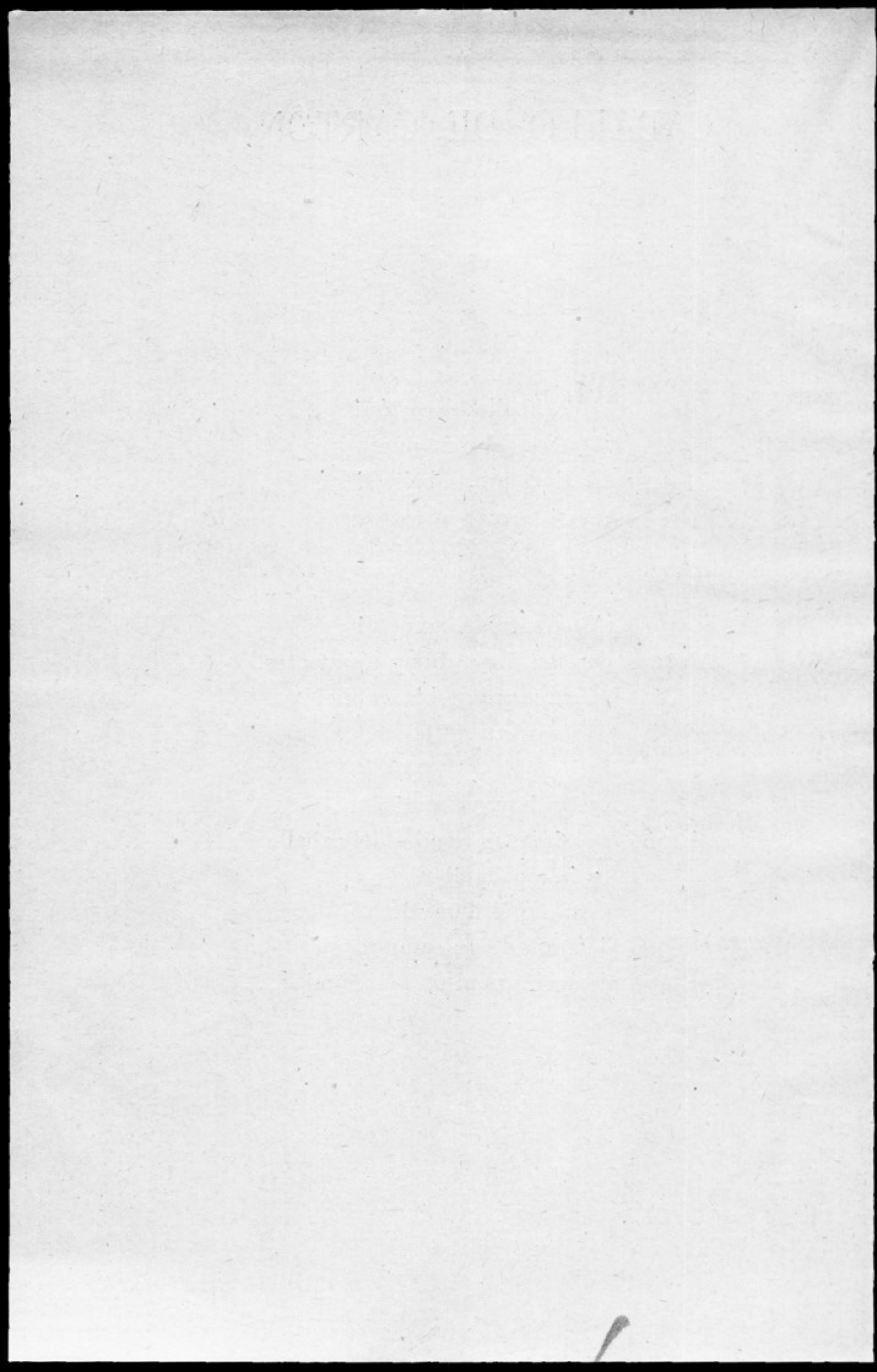


CABALLO DE CARTÓN

¡Mi caballo de cartón!
¿Qué es del niño jinete
— espada al viento, cabello al sol —
que te llevaba a rastras
en el polvo del camino?

¡Mi viento de bandera!
Alcancé, contigo, las nubes y los montes.
Todo era un muro de blanca niebla
para tu salto.

¡Ay, hoy, vida mía,
el niño dejó caer las riendas del caballo
y la espada debe ser
un árbol florecido
al borde de un camino,
que lleve mi esperanza al fin del mundo!...



MOLINOS DE PAPEL

Mis molinos de viento,
sin muelas y sin velas.
¡Ay, mis molinos del viento niño,
en el pretil de la ventana!

Y yo, desde dentro,
veía el viento soplando el papel verde
de mis molinos de viento.

Y ellos molían, molían
una harina muy fina y leve
que yo tenía en el pensamiento
como si fuese verdad...

Una harina que mataba
todas las hambres del mundo.

¡Ay! ¿Dónde estáis, dónde estáis,
mis molinos del viento niño?

1890

1890

SECRETO

Madre mía:

Alguien

te leerá mis versos;
sabes que hago libros
que tú no sabes leer
ni comprender;

ves, en los periódicos, mi retrato,
y has de besarlo, muchas veces,
conmovida,
como quien bendice mi vida.

Has de sentir orgullo
sabiendo que mi nombre
corre los vientos del mundo.

Y dirás para tí
y para Dios:

¡«Bendita sea la estrella
que se apagó en el cielo
la madrugada en que *él* nació»!

¡Ah, qué bien, madre mía,
qué bien que tú no sepas leer!

Sigue viviendo
en esa ilusión consoladora
de que tu hijo sólo canta,
de que tu hijo no llora.
Que nadie te diga de dónde viene ese negror
de filas de letras en la blancura
del papel, donde están gemidos y sollozos.
¡Que nadie te abra el secreto de mis versos!

FINGIMIENTO

F injo el sentido
de la vida en que vivo.
El mundo que siento
es mundo que miento.

Es mundo pensado
aquí, a este lado
de la margen del río,
con aguas fluyentes.

La imagen de los astros,
de las velas, de los mástiles,
de las nubes, de las márgenes,
es sombra de imágenes

perdidas en el fondo
del engaño del mundo.
No quiero la certeza
de mi tristeza.

Dejadme, a mi gusto,
en aquella verdad
pensada y fingida
que es logro de la vida.

Si miento lo que siento,
de tanto que miento
finjo el sentido
de la vida en que vivo.

LINTERNA ROJA

Salta, niño, salta,
pero no saltes la barrera
que separa tu mundo de juegos
del mundo serio...
¡Vendrías a encontrar un cementerio!

Brinca, niño, brinca,
pero si el viento rompiese
tus pompas de jabón,
— arco iris de nubes y de estrellas —
continúa haciéndolas...

Ha de salir alguna
que el viento lleve, quizás,
a la vuelta de una calle
y te dé la ilusión
de un mundo que salió de tu mano
y nunca más se deshizo!

Brinca, niño, brinca,
con tu traje marinero
y tu reloj que marca las horas que quisieras.

Pon en las aguas del regato
tu escuadra de papel azul y blanco,
como si fuese recortada
de pedazos de cielo azul y blanco.

¡Baila, niño, baila,
en la rueda verde del Jardín Celeste,
mientras no conoces
la negrura del mundo a que viniste!

Manda, niño, manda
en el cable de la cometa
un telegrama a las estrellas.
Aquí abajo, nadie,
¡ay!, nadie sabría comprenderlo.
Mándalo encima de las nubes,
más allá de los astros apagados en silencio,
donde el cielo no es cielo sino para sí mismo...

Para allí donde el juguete
vuela — un cometa de papel al viento —
con luz en tu pensamiento!

V

DIARIO

*AI-JE, MOI, Ó VOUS, MES JOURS, MES NUITS,
SANS RECOLTER, LAISSÉ PASSER AUX
CENDRES LES LENTES FLAMMES DE VOS
BEAUX PRODUITS?*

R. M. RILKE

I

¡Fuí el día sin noche, y la mar sin olas,
y la montaña de los sueños!
¡Fuí casi Dios... casi el calor de la hora
en que el mundo se hizo!...

¡Y sólo ahora sé que fuí
todo lo que no sentí!
Y sólo ahora sé
que soy la sepultura de una vida
que no viví.

21-12-937.

II

De noche.
Entre las paredes de mi cuarto,
soy, para mí mismo,

como los árboles de mi jardín
para sus frutos.

Aquí, llego a juzgarme
de raíces sumergidas
no sé en qué hondura
de la tierra oscura.

Y tan señor de mi soledad,
supongo
que la vida me pertenece
como el Sueño.

28-12-937.

III

Dentro de la tienda sombría
de aquella calle sin sol,
manos enfermas de niños
cierran, en la sombra dolorida,
la rueda del Miruflá.

Y la canción viene a la calle
como un cuerpo infantil
en una caja, vestido de ángel.

Lejos, en lo alto de la ciudad,
entre cipreses, un ángel
abre al sol sus alas de mármol.

30 12 937.

IV

Anochece. Me entristezco.
¿Qué viento sopla la nube desde aquel lado,
levantada al borde de un mar sin luna,
hacia el cielo de esta calle?

Caen sombras de velos
sobre las aguas de los pantanos.

Quizá esté muriendo,
en este instante, la luz de alguna lamparilla,
frente al retrato
de un nicho abandonado.

Anochece. Cada vez más oscuro.
Caen, dentro de la Noche, mis manos,
que perdieron, hace mucho,
su gesto de oración.

1-6-938.

V

A lo lejos, detrás de los hilos del teléfono,
vuela un bando de golondrinas.

¿Quién lee, en el azul rasgado por los hilos,
estas notas de música?

¡Un chopo triste
erguido en la colina!

3-6-938.

VI

Que no me golpeen en la puerta.
Dejad cerradas las ventanas
que dan a la tierra y al cielo.

Vida,
no atravieses hoy las piedras de la montaña
que me separa del mundo.

¡Que nada del mundo venga aquí!
El *allá fuera* lo apagué yo por dentro,
como quien sopla el humo que nos ciega...

¡Lo apagué y conozco mi cobardía!
Que mi lugar está *allí*,
está allí, en el abismo de fuego y sangre y muerte,
y no en este Nirvana, al lado de acá del muro
que me separa del mundo.

9-6-938.

VII

Desperto.

En una mitad mía, en la más honda,
sumerge, aún, el sueño
las raíces lejanas.
En la otra, entró ya la luz del mundo.

Despierto.
Pero tan cansado
como quien se despertase en lo hondo
de su supultura.

Allá afuera se abren los lirios.
De pronto, la sirena de una fábrica

lanza, al cielo de la ciudad, un grito de aflicción.

Entonces, vida,

¡tengo miedo de tí, como de la muerte!

¡Oh, sueño,

coge, de nuevo, en tus brazos de ángel

mi alma, y ponla, suavemente,

en el regazo de Dios!

Si no, que Dios ponga en las almas de sus hijos

un sueño que los haga hermanos.

20-6-938.

VIII

Llevo la noche en los hombros, y la luz de la luna
en las manos, como la espuma
de un mar lejano y luminoso
que no veo.

¡Llevo, en los ojos, este cielo eterno
y dulce como un beso!

26-6-938.

IX

Mi alegría de hoy es sol en un río
de primavera estrenada.

¡ Oh, viento de la llanura,
no traigas nubes del sur
a la mañana tranquila!
¡ Y tú, mi alegría,
sé luz y alma
del río azul!

29 11-938.

X

La tarde es como unos ojos
donde hay lágrimas suspensas
sobre besos de mujer.
Y la tarde es mi deseo
sin fuerza para vencer.

Doblan campanas, en las nubes de la ciudad.

¡ Qué bella tarde para soñar!
¡ Qué buena tarde para morir!

XI

Quiero esconder muchas veces
tu recuerdo en lo hondo
de las cosas ya perdidas y olvidadas
en el silencio del mundo,

en lo hondo de la noche inmensa;
pero, en cuanto te escondo,
!hay una ventana abierta
a tu presencia!

1-1-939.

XII

En este momento,
me sabe a Dios cerrar el pensamiento
y, de súbito, pararlo,
Quiero envolver mi sueño lúcido en un halo
de estrella no encendida,
para la ignota Belleza.

En este momento,
quiero que el pensamiento
de la Belleza que contemplo
sea las alas de piedra
de un ángel al sol y a la nieve
en la fachada de un templo.

10-3-939.

XIII

¿Para qué he de despertarme todos los días?
¿Para vestir la vida
que llevan los otros en la piel?

¿Para qué he de ser éste, o el otro, o aquél,
con palabras y gestos
hechos siempre de despojos?

¿Por qué no me quedo dentro de mi Sueño,
flor, color, música, Poesía,
que en el fondo de él me nacen?

22-3-939.

XIV

¡Ay, si yo pudiese mandarte
estas rosas primeras
que la primavera trajo a mi jardín!
Y mandártelas, no arrancadas de su rama,
sino vivas, en el rosal.

¡Ay, si yo pudiese mandarte
este cielo del jardín, todo rayado
de vuelos de golondrinas...!

22-3-939.

XV

No hablar... no pensar,
en esta mañana celeste que canta
en la alegría de las aves.

¡Ser el silencio de las alturas,
donde no llegan las alas!

¡No hablar! . . . ¡No pensar!
Ser tan sólo la voz del mar en una caracola,
lejana y triste.

Alma,
¿por qué no eres la vida de este árbol
que no sabe que existe?

26-3-939

XVI

Yo bien sé que pasé por tu vida
como la ola abatida
y nunca más levantada.
Yo bien sé que pasé por tu vida . . .

Pero el temblor de la onda
no se perdió . . .
Hubo una estrella que lo guardó
para el eco de las caracolas,
en el silencio del cielo.

Aunque mi boca ya no sepa
de la sal de tus lágrimas,
guarda el secreto de una vida
que fué en la tuya
como una ola perdida.

27-3-939.

XVII

¿Cuántos años viví sin haber vivido?
¡Cuento tan pocas horas
de vida en apogeo!

Vida : has sido, en mí, humo sin lumbre ;
¡lumbre que no calienta
y humo que me quema!

¿Para qué, en un ánfora tan grande,
dos gotas en el fondo?

28-3-939.

XVIII

Era allí el principio
de un mundo sin pecado;
sueño de un mar sin aguas;

tierra virgen de lágrimas,
sin muerte en las raíces.
Era allí el comienzo
de la Vida sin destino.
Era vivir y detenerse
en la luz virgen de un día
sin principio ni fin.
Era la Vida pensando
como fuentes cayendo
en las aguas del Jardín.
Era un silencio liso
de alas adormecidas.
¡Era un soñar de vidas
sin rumbos y sin aviso!
Era el cielo arrodillado
en la sombra del silencio.
¡Era Dios hechizado
en el encanto de sí mismo!

2-4-939.

XIX

Siento hoy un tedio oscuro, un tedio hondo.
Odio al sol de la primavera que me aviva.
Pero ¿para qué das tú, primavera, flores al mundo,
por qué das vida a las flores, si la vida no las merece?

Sé que allá afuera hay presagios de frutos en los
[árboles,
y una promesa de alboradas y de estrellas.
¿Para qué ha de haber un cielo azul tan lindo,
un cielo que da mañanas a un mundo indigno de
[ellas?

11-5-939.

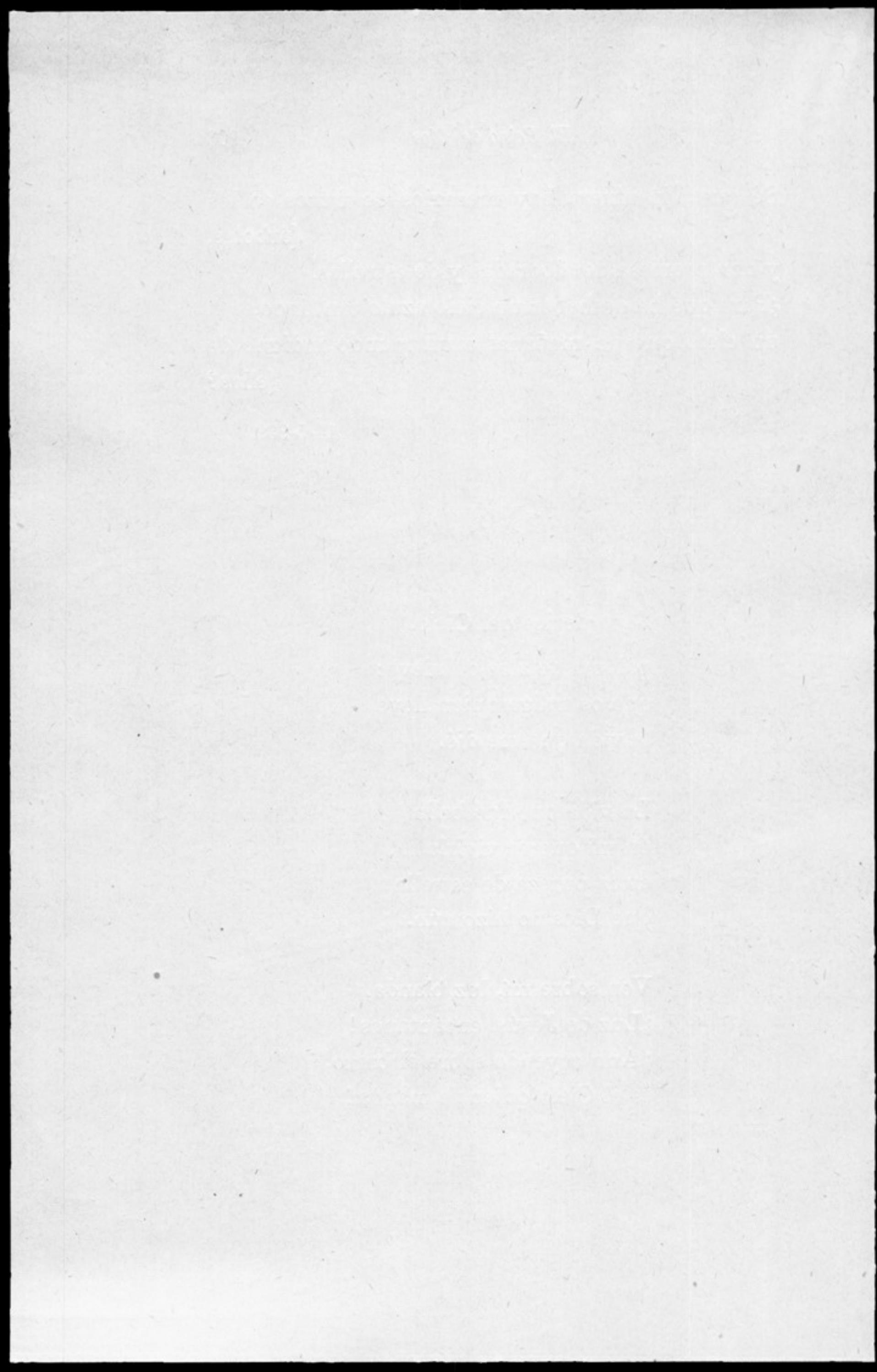
XX

Corderico del Cielo,
paloma de alas de nieve:
que os traiga quien lleve
la vida que me dió.

La vida que fué bella
en mi querer vivirla
en la pureza de estrella
que Dios no hizo aún.

Ven sobre mí, luz blanda,
¡Luz de Jesús, encántanos!
¡Aun cayendo sobre el barro,
es el Cielo quien te manda!

16-5-939.



CIRCUNSTÂNCIAS DO ATAQUE A LISBOA
POR SIGURDO DA NORUEGA
(1109) (1)

Várias vezes em Portugal se tem aludido a um assalto a Lisboa por um contingente de expedicionários noruegueses que, sob o comando de Sigurdo, o Cruzado, se dirigiam numa armada para a Terra Santa, num dos últimos anos da primeira década do século XII (2). As circunstâncias em que se desenrolou aquele feito de guerra estão porém envolvidas em certa obscuridade, em que procuro penetrar, na medida em que a análise dos monumentos e diplomas coevos e posteriores mo permite aqui fazer.

(1) Excerto do estudo em preparação: *A tomada de Lisboa em 1147*.

(2) Frei Fortunato de S. Boaventura, no *Ensaio de uma dissertação historico-critica sobre os factos mais controversos da historia do Conde D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Régia, 1833 (reimpresso n' *O Panorama*, x, 392 ss. II da 3.ª série, 1853); Cardeal Saraiva, *Obras*, II, 378; R. Dozy, *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, II, 323-326, 3.ª edição, Paris-Leida, 1881; Adam K. Fabricius, *La connaissance de la Péninsule espagnole par les hommes du Nord*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, págs. 7-9; Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, II, 47-48; L. Saavedra Machado, *Expedições normandas no Ocidente da Hispânia*, Coimbra, 1930 e *Os Ingleses em Portugal*, in *Biblos*, vol. IX, págs. 378-379, Coimbra, 1933; Fr. Iakhelln, *Prise du Castel de Sintra par un roi de Norvège*, in *O Instituto*, LXXXV, 72-73, Coimbra, 1939; José de Oliveira Boléo, *Assaltos a Lizbona e Chintra em 1107-1108*, in *Revista Municipal*, III, 38-39, n.ºs 11-14 (1942) e *Sintra no século XII*, in *Arquivo do Concelho de Sintra*, 1941, págs. 100, 148-149; José Pedro Machado, in *Jornal de Sintra*, n.ºs 193-194; Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, *Os antecedentes da Conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques*, Lisboa, 1944 (separata da *Brotéria*, vol. XXXVIII).

* * *

Na primavera de 1093, Afonso VI, o Bravo, de Leão e Castela (1073-1109), aproveitando-se da hostilidade dos príncipes sarracenos da Hispânia contra os Almorávidas, dirigiu-se para o Sul, com seu genro D. Raimundo, com o bispo D. Pedro de Najera, e com outros cavaleiros, passando ou estacionando em 22 de Abril em Coimbra, onde, nesse mesmo dia, confirmou o foral da cidade do Mondego (1). Fora o caso que Mutauáquil, príncipe muçulmano de Badajoz, anteriormente aliado do famoso general almorávida Sir, contra Mutâmide, rei de Sevilha, havia sido atacado por aquele capitão, e procurara o auxílio do monarca leonês, como parece, a troco da entrega das praças de Santarém, Lisboa e Sintra (2), que, segundo a sucinta exposição do *Cronicão*

(1) «Ego supradictus adefonsus imperator adveniens in colimbriam anno regni nostri XXVIII mense quarto eiusdem anni cum genero meo domno raimundo et cum quibusdam ex primatibus nostri palatii roboravi et stabilio hoc meum factum in Era ICXXXI. X kalendas maii VI feria pasche et confirmaui inrevocabiliter presentibus colimbrianis et petentibus... Ego raimundus gener supradicti imperatoris domni adefonsi confirmo et nomen meum iussi subscribi. Ego Martinus munionis preses colimbrie... Ego petrus dei nutu nazarensis episcopus confirmans. Cresconius supradicte colimbrie episcopus confirmo. Rodoricus archidiaconus et prior bra-carensis ecclesie adfui et confirmo»: nos P. M. H., *Diplomata et Chartae*, 348, transcrito em parte por J. Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas*, etc., III, 27; vide Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 35 e 36, n.º 2.

(2) R. Dozy, *Histoire des Musulmans d'Espagne*, III, 148-153; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 35-36. Sobre a extensão dos domínios deste príncipe diz Abde Alvaide Marraquexe: «L'autorité d'Ibn el-Aft'as surnommé el-Moz'affer, mais dont le nom m'échappe, s'étendait sur la frontière septentrionale de l'Espagne et sur quelques villes voisines de l'Océan. Son fils Aboû Moh'ammed 'Omar, surnommé el-Motawkkil 'Ala 'llâh, régna sur Badajoz et son territoire, Evora, Santarem et Lisbonne»: *Histoire des Almohades*, na trad. de E. Fagnan, pág. 63, Argel, Adolphe Jourdan, 1893.

complutense (alcobacense), e da *Crónica dos Godos*, foram ocupadas com fulminante rapidez, respectivamente nos dias 30 de Abril, 6 e 8 de Maio (¹), e entregues ao governo

(¹) Diz o *Cronicão complutense vu alcobacense*: «Era ícxxxī. II. kal. Maj. Sabbato hora viii. cepit Rex Adefonsus Santaren. — Anno regni xxviii. sexta die mensis, v Fer. II Nonas Maj. cepit Ulixbonam. Post haec die tertia, id est, Sabbato, viii. Idus Maj. cepit Sintriam»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 18. Na *Crónica dos Godos* refere-se: «Era mcxxxī. Secundo cal. Maii Sabbatho hora nona, Rex donnus Aldefonsus cepit ciuitatem Santarem anno Regni sui xxviii., mense v sexto die mensis. Et in eadem hebdomada pridie Non. Maii feria quinta cepit Vlixbonam. Post III.^{am} ante diem octavus idus Maii cepit Sintriam...»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11. No *Cronicão conimbricense*, lê-se o seguinte, só a propósito de Santarém: «In Era mcxxxī. pressa fuit Sancta Herene, & intravit in eam Rex Adefonsus vi. Nonas Maii frã. II. hora III.^a»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 2. O *Cronicão lamecense* alude também só a Santarém: «Sanctarena capta fuit a Rege Adefonso vi. nonas maii. feria II. hora tertia. Era m.^a cxxxī»: *ibidem, ibidem*, I, 19. Lucas de Tui, no *Chronicon Mundi*, diz: «Post haec cepit Talaveram etc. . . & ex alia parte cepit Cauriam, Vlisbonam, Sintriam, Santarem»: em Schott, *Hispania illustrata*, etc., IV, 100. No *Pelagii Ovetensis Episcopi Chronicon Regum Legionensium*: «Et cum praeditus Rex multa agmina haberet militum perlustravit omnes Civitates & Castella Sarracenorum, & accepit, dum vixit, constituta tributa eorum per unumquemque annum, & depopulavit & devastavit, & depredavit multas civitates ipsorum; & vi obsedit Civitates Sarracenorum, & cepit eas, & castella. Similiter cepit Toletum, Talaveram, Sanctam Eulaliam, Maquedam, Alamin, Arganzam, Magerit, Olmos, Canales, Casatalifam, Talamançam, Uzedam, Guadalafajaram, Fitam, Ribas, Caraquei, Moram, Alarcon, Alvende, Consocram, Ucles, Massatrigo, Concham, Almuovar, Alaet, Valeranicam. Ex alia parte Cauriam, Olisbonam, Syntriam, Sancta-Irem»: em Florez, *España Sagrada*, XIV, 488. Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 32, no fim: «... Baeticam & eam partem Lusitaniae quae sibi non suberat, praedis, vastationibus, & incendiis sic omnia devastavit, quod horum fuga, & Agarenorum victoria foelici commercio mutaretur. Et licet Amiramomeninus multos haberet cum Comite Garsia Ordonii Chistianos, non tamen ausus fuit Regi occurrere venienti. Et Rex Aldefonsus reversus est praeda & victoria gloriosus»: em Schott, *Hispania illustrata*, II, 110. Cfr. J. P. Ribeiro, *Dissert. chron.*, III, 28 e IV-1, 29; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 191 e 195; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 35-36.

do Conde D. Raimundo, e de Sueiro Mendes, como seu subalterno (1).

Como era natural em época de tão grande instabilidade política e de contínua oscilação de fronteiras, parece que não foi muito duradoura a posse cristã dos redutos de Santarém, Lisboa e Sintra, ou pelo menos de algum deles. Com efeito, o confronto de crónicas nazarenas e muçulmanas, e o cotejo de documentos coevos deixam entrever uma intermitência de domínios, aliás difícil de determinar com rigorosa exactidão. A traição do príncipe agareno de Badajoz concitou-lhe a animosidade dos seus próprios parciais, que solicitaram do intrépido caudilho Sir o castigo de tal afronta. Este enviou nos começos de 1094 as suas tropas contra aquela cidade, que entraram e conquistaram, matando o próprio Mutauáquil (2). Prosseguindo no seu esforço os Almorá-

(1) Na *Crónica dos Godos*: «...preposuitque eis generum suum Comitem Donnum Raymundum maritum filie sue D. Vrrace et sub manu eius Suarium Menendi, ipse autem Rex reuersus est Toletum»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 191, 192 e 194; Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, II, 12; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 35 e 36.

(2) Ibne Alcatibe, na versão de Miguel Casiri, diz: «Huc (Badajoz) Omarus, ut in tuto esset, se contulit; periculumque ibi haud dubio propulsasset, nisi a suis proditus fuisset. Quare Almoraviditarum Imperator, urbe capta, illum una cum filiis in publica vincula coniecit; mox publicatis bonis, e carcere eductum coram interfectis filiis crudelissimae necis supplicio mactavit anno Egi-rae 478»: na *Bibliotheca Arabico-Hispana escurialensis*, II, 67; cfr. o mesmo Ibne Alcatibe, segundo Almacari, na versão inglesa de Pascoal de Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties in Spain*, II, 296-297, Londres, 1843; Ibne Caldune, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale*, II, 81, da trad. de Slane, Argel, 1852; Abde Alvaide Marraquexe, *Histoire des Almohades*, pág. 64 da trad. de E. Fagnan. Ibne Alatir, *Annales du Maghreb et de l'Espagne*, págs. 441 e 447, da tradução francesa de E. Fagnan, Argel, Adolphe Jourdan, 1901; R. Dozy, *Histoire des Musulmans d'Espagne*, III, 152-153; Herculano, *História de Portugal*, I, 195; Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 35-37.

vidas apoderaram-se de Santarém, de Lisboa e mais fortalezas (1), enquanto outras forças investiam com Toledo, que o imperador Afonso VI defendia e sustentava (2). Pouco depois (3) surgiu o senhor da Galiza, o conde D. Raimundo, envolvido em luta com os sectários do Crescente das regiões ocidentais, para o que convocara os seus vassallos portugueses (4) e galegos, e avançara até junto de Lisboa, onde,

(1) Ibne Alcatibe, na versão de Miguel Casiri: «Timorem cumulavit (Iuçufe) subditorum Lusitanorum ab eo defectio, qui Almoraviditis Ulyssiponam & Santarem aliaque oppida, Rege ipso absente vel invicto, dediderunt, excepta urbe Badajoz, que per ea tempora Regum Lusitanorum sedes erat»: na *Bibliotheca Arabico-Hispana escurialensis*, II, 67; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 195 e 477; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 41 e 169-171.

(2) Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 41-42, e 169-171.

(3) Na escritura de privilégio dado por Afonso VI ao mosteiro de S. Sesnando, em 13 de Fevereiro de 1095, figura como confirmante juntamente com o conde D. Henrique: J. Pedro Ribeiro, *Dissert. chron.*, III, 30.

(4) Assim se depreende da carta de doação ao abade Tructesindo e demais povoadores de Montemor em 25 de Fevereiro de 1095 (V. kal. Marci), na qual se diz: «In nomine Patris, & Filii videlicet, & Spiritus Sancti, cui regnum, & imperium permanet in saecula saeculorum. Ego enim honorabili ortu nobilis Comes Dono Raimundus una cum dilectissima conjuge mea Urraca nomine filia Adefonsi Toletani Imperatoris vobis cunctis populatoribus de Monte Majore, qui prius ad pesuriam venistis nomine Zalamae Godini, David Petri, Alvito Petri, Suario Adefonso, brandiæ balesteiro, item Suario Telonis presbytero, Ero Cidi, Abbati Tructesindo, & ceteris commorantibus ibi, qui ad pesuriam venistis in Domino salutem. Magna est titulus donationis, in quo nemo potest actum largitatis interrompere neque extra legem facere, sed quidquid donatur, vel offertur semper convenit accipere, quia ita valet donatio sicut emptio, & hujus nostrae voluntatis comensus libenti, & grato animo nobis convenit, ut vobis supranominatis faceremus chartam donationis, & facimus de propria nostra hereditate, quam vocitant Montem majorem, ut ab hac die illi, qui in eodem loco ad pesuriam venistis damus. & concedimus vobis cortes, haereditates, vineas, terras, & ortas & exitus, intus, & exterius per suos antiquos terminos, ut ab hodierna die possideatis jure hereditario ita vobis concedimus,

colhido e cercado em seu arraial por numerosas forças inimigas coligidas de todas as partes, foi derrotado, com magna perda de mortos e prisioneiros (1). Em Novembro de 1095, aparece Afonso VI em Santarém, novamente como senhor da cidade, a que concede foral, dizendo que o outorgara pelos bons serviços que os Escalabitanos lhe prestaram e prestariam (2), e que o seu domínio em tal fortaleza parecera anteriormente inacreditável (3); e os nomes dos confir-

& absolvimus etc»: em Tomás da Encarnação, *Historia ecclesiae Lusitaniae*, II, 207-208, o extractado em J. P. Ribeiro, *Dissert. chron.*, III, 31; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 477, n. v; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 167.

(1) Na *Historia compostellana*, livro II, cap. 53: «Cum igitur idem Archiepiscopus ante Episcopatum post primam videlicet honoris B. Jacobi praeposituram, in procinctu cum Comite R. & cum optimatibus Gallaeciae ad extirpandam tenderet perfidiam Gentilium, Sarraceni collectis undique viribus, Christicolarum Castra prope Olisbonam circumdantes, immensa obsederunt bellatorum multitudine. Tanta confluxerat incredulae gentis multitudo, tanta convenerant Barbarorum agmina ad Christianorum perniciem impetum facturi. Denique cum Christianorum alios caederent, alios vinculis manciparent; ipse licet inermis protegente eum Omnipotentis dextera, a telorum grandine, a tanta sanguinis effusione, immo ab ipsis Sarracenorum manibus, liber & incolumis evasit (sc. Gelmires)»: na *España Sagrada*, XX, pág. 360; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 195 e 477; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 41.

(2) «Hoc facio vobis propter seruitium quod michi fecistis et adhuc facietis»: nos P. M. H., *Leges*, 349; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 171 n.

(3) Neste foral diz o monarca leonês que a houvera, não por seus méritos e forças, mas por vontade de Deus todo poderoso, pois que lha entregara nas suas mãos, o que anteriormente parecia inacreditável a todos: «Certum namque uobis est qualiter Omnipotens Dominus, non meis meritis, neque virtutibus, sed propria uoluntate, sicut ipse voluit, tradidit civitatem sancta herene in manibus meis, quod incredibile ab omnibus aliquando erat»: nos P. M. H., *Leges*, pág. 349, já citado em Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, II, 13, que diz, baseado em Duarte Nunes de Leão, *Chronica do Conde D. Henrique*, folha 15 da ed. de 1600, ter o conde D. Henrique acompanhado Afonso VI nesta jornada; contudo no foral não figura o nome do conde de Portugal.

mantas, entre os quais figuram caudilhos e eclesiásticos, como Bernardo, arcebispo de Toledo, o bispo de Burgos, Raimundo, bispo de Palência, Pedro, bispo de Leão, Crescónio, bispo de Coimbra, os condes Garcia, Pedro Ansuers, Martinho Flainiz, Froila Dias e Nuno Vasques, parecem indicar que o monarca leonês acorrera com suas tropas a recuperar o prestígio das armas nazarenas, gravemente ameaçado no Ocidente da Península (1); todavia curta foi a demora neste confim dos seus estados, pois que, tendo deixado, como parece, o conde D. Henrique à testa do distrito de Coimbra (2), se dirigiu para Santiago de Compostela (3).

Após a morte do velho imperador almorávida Iuçufe, em 1106, succedeu-lhe seu filho Ali, que havia sido proclamado herdeiro do trono em Córdova por todos os príncipes da Espanha, Lantunenses, Xeques e doutores (4). Soberano

(1) Nos P. M. H., *Leges*, 349-351; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 42.

(2) Conforme se lê numa doação de Arouca, feita por Garcia Odoriz em 13 das calendas de Janeiro da era de 1133 (18 de Dez. de 1095, e não 1094, como pretendeu Brandão) na qual se diz: «Regnante Adefonsus Rex in Toletto, in Colimbria Comes Henricus»: em Brandão, *Monarch. Lusitana*, pt. 3.^a, livro VIII, cap. 8.^o, pág. 16 v.; e J. Pinto Ribeiro, *Dissert. chron.*, II, 68 e III, 33; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 194 e 477; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 167.

(3) Nesta cidade confirmou o salvo conduto dado aos mercadores compostelanos e o foro de os Compostelanos serem somente julgados pelas justiças da sua cidade natal: Lopes Ferreiro, *Historia de la Santa Madre Igreja de S. Tiago*, III, págs. 38, e 39 do apêndice; vide Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 167.

(4) *Historia dos Soberanos Mohamelanos* (Rude al Cartás): «No anno de 496 (1102) fez o Principe dos mosselemanos acclamar a seu filho Aly em Cordova por todos os Principes da Hespanha, Lametunenses, Xeques e Doutores da mesma; e isto no mês de Dul-bejja do mesmo anno, achando-se Aly ausente em Ceuta»: na trad. de Fr. José de Santo António Moura, pág. 172, Lisboa, Academia das Ciências, 1828; Miguel Casiri, *Bibliotheca Arabico-Hispana escurialensis*, II, 218; Ibne Alatir, *Annales du Maghreb et de l'Espagne*,

enérgico e disciplinador, seguiu os preceitos governativos de seu esforçado progenitor, dignificando a Justiça, fortificando as fronteiras, libertando prisioneiros, distribuindo riqueza, restabelecendo o prestígio dos Cadis, e promovendo a guerra santa contra as bandeiras de Cristo (1). Nas fronteiras dos estados almorávidas e cristãos do Ocidente peninsular a luta passou a ser então quase constante, e os três grandes monarcas nazarenos coevos, os três Afonsos, de Castela, de Aragão, e de Portugal, não foram menos diligentes nas pugnas da reconquista, que o príncipe sarraceno no desígnio de conservar e consolidar, à força das armas, o seu domínio na Hispânia. Assim que, Ali enviou contra a praça de Uclés, em 1108, a seu irmão Tamime, que levou de vencida os defensores, obrigando-os a refugiar-se no castelo (2). Quando Afonso VI, já entrado no inverno da vida e minado pela doença (3), teve notícia

pág. 514 (trad. de E. Fagnan); Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em P. de Gayangos, *A history of the Mohammedan Dynasties in Spain*, II, 302; Abde Alvaide, *Histoire des Almohades*, pág. 146, trad. de E. Fagnan, Argel, Adolphe Jourdan, 1898. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 183 e 197; Francisco Codera, *Decadencia y desaparición de los Almorávides en España*, pág. 5; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 67.

(1) Rude al Cartás (*Hist. dos soberanos mohametas*), trad. de Moura, pág. 174; Casiri: «Ali, qui consilio, clementia, & fortitudine unus omnium maxime claruit»: *Bibliotheca Arabico-Hispana*, II, 218; Ibne Caldune, *Hist. des Berbères*, II, 82-83.

(2) Rude al Cartás (*Hist. dos sober. mohamet.*), pág. 176 da trad. de Moura; Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 33: «Amiramomeninus qui Hali proprio nomine dicebatur, venit Uclesium obsidere»: em Schott, *Hispania illustrata*, II, 110; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 183; Francisco Codera, *Decadencia y desaparición, etc.*, págs. 8-9.

(3) Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 33: «Cum itaque post labores & bella plurima Rex Aldefonsus longaeuus degeret, & grandaeuus cōpactus infirmitatibus & aetate»: cap. 35: «Cumque ei vitae terminus immineret, fere per annum infirmitate chronica tenebatur et tamen consilio medicorum (cotidie) aliquantulum equitabat, ut laboribus assuetus, exercitio foveretur, & quia Deus omnipotens eius opera acceptarat, eius obitum prognostico

destes sucessos, mandou coligir um exército numeroso, cuja direcção entregou nominalmente a seu filho Sancho, que, por ser de pouca idade, ia ao cuidado do conde Garcia, militarmente o comandante e dirigente efectivo da campanha (1). Em 30 de Maio, apesar do general muçulmano ter procurado evitar o combate, vieram finalmente os dois exércitos às mãos, e, depois de violento e porfiado prélio, os Sarracenos desbarataram os Cristãos e ficaram senhores do campo, onde pereceram o próprio infante, o conde Garcia, e muitos outros fidalgos e capitães (2). Pouco mais de um

flebili voluit intimare...»: em Schott, *Hispania illustrata*, II, 110-111. No Anónimo de Fleury, *Historiae Francicae fragmentum*, em Duchesne, *Historiae Francorum Scriptores*, IV, 95, no passo transcrito na nota seguinte. Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 67.

(1) Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 33: «Sed Rex Aldefonsus (ut diximus) senio & gravedine non permissus, misit Garsiam Comitem cum filio suo Sancio adhuc parvulo, et cum eis magnates et milites regni sui»: em Schott, *Hispania illustrata*, II, 110; Anónimo de Fleury, *Historiae Francicae fragmentum*: «Quo tempore gentes, quas Amoraviz vocabant, vaginam suae habitationes egressae, Hispanias occupauere: & non solum Christianis, verum etiam Sarracenis infestae, plures urbes vtrorumque cepere, alias incendere, castella vero quamplurima, multis & victe, & victrices proeliis. Denique Andefonsus Rex Galliciae tam senio, quam morbo consumptus, equitandi impotens expeditionem in eas agere volens, filio quem de Sarracena puellarum nobilissima prius baptismo abluta susceperat, optimatibusque suis exercitum tradidit. Praeci piens, ut cum illis astute & ordinate dimicarent, si fortuna daret: expellerent vero ab Hispaniis. Quod longe aliter contigit»: em Francisco Duchesne, *Historiae Francorum Scriptores*, IV, 95. Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 183; Francisco Codera, *Decadencia y desaparición*, etc., pág. 9; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 67.

(2) Rude al Cartás, na tradução de Moura, págs. 176-177; Lucas de Tui, *Chronicon Mundi*: «Rex vero Adefonsus cum multorum Christianorum agmine venit illi (sc. Sarracenos) obviam ad castrum quod vocatur Ocles, & inito inter se praelio, cum a mane usque ad noctem invincibiliter dimicatum fuisset, tanta millia ex utraque parte corruerunt, quod prae sui multitudine dinumerari non possent. Ibi de nostris occubuit Sancius Regis filius, & comes Garsias Fernandi, & comes domnus Martinus, & alij plures»: em Schott, *Hispania illus-*

ano após este desastre das suas armas, que acarretou a perda de Concha, Amassatrigo, Opta, Uclés, Aurélia, Ocania, e Consocra ⁽¹⁾, falecia em Toledo, em 29 ou 30 de Junho de 1109, o rei de Leão ⁽²⁾, de junto de cujo leito de morte

trata, iv, 102; Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro vi, cap. 33: «Cumque prope Uclesium pervenissent, Sarracenorum maxima multitudo quae jam obsessis Uclesii praevalerat, contra venientes egreditur ad pugnandum, & hinc inde dispositis aciebus congredi inciperunt, & sicut Domino placuit, pars Christiana coepit virtute Arabum infirmari, & in ea parte ubi Comes cum parvo aderat, coepit fortius invalere. Cumque quispiam equum cui Infans Sancius insidebat, graviter vulnerasset, Comiti dixit: Pater, pater, equus cui insideo, est percussus. Cui Comes: Prestolare, quia te etiam ferient successive: & in continenti cecidit equus qui fuerat sauciatus, & Regis filio simul cadente. Comes descendit, & inter se, & Clypeum, parvum collocavit, cede undique perurgente. Ipse vero cum esset strenuus, & clypeo parvum tutabatur, & undique irruentes caedibus repellebat, sed pede ictu gladii amputato, non potuit amplius sustentari, & incubuit super parvum, ut ipse, quam puer, antea cederetur. Caeteri vero magnates & milites Christiani qui mortis periculum evaserunt, fugientes & victi victoriam effugerunt. Dumque Comes Garsias Fernandi, & Comes Martinus, & alii Comites & magnates ad locum qui nunc Septem Comites dicitur, pervenissent, eos Arabum sequela praevenit. Et septem de magnatibus cum multis aliis ibidem occisis, occisionis locum vocaverunt Arabes Septem porcos, quem postea locum Petrus de Franco Commendator Uclensis mutato nomine septem Comites appellavit»: em Schott, *Hispania illustr.*, II, 110; Anónimo de Fleury, *Hist. Francicae fragmentum*: «Nam victus & interemptus filius, ducesque pene sunt omnes, exercitus fusus. In quo proelio nobiliores totius Hispaniae perierunt»: em Francisco Duchesne, *Hist. Franc. Scriptores*, IV, 95; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 183-184; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 67-68.

(1) Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro iv, cap. 33: «Tunc autem perdita fuit Concha, Amassatrigo, Opta, Uclesium, Aurelia, Ocania, & Consocra»: em Schott, *Hisp. illustr.*, II, 110; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 69.

(2) No dia 29 de Julho diz a *Crónica dos Godos*: «Era MCXLVII. Tertio cal. Julii obiit Rex D. Alfonsus Regis D. Fernandi filius»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11; J. P. Ribeiro, *Dissert. chron.*, III, 50-51.

se afastara abruptamente o conde D. Henrique, possivelmente por ver seus desígnios de poderio insatisfeitos (1). Na verdade, em 1094, segundo as melhores probabilidades (2), os condes Raimundo e Henrique haviam feito um pacto de acordo, aliança e auxílio mútuo, respeitante à sucessão dos domínios de Afonso VI; porém o falecimento do primeiro contratante em 1107 (3), e a morte violenta, em 1108, do infante Sancho, o herdeiro dilecto do Imperador, colocando em 1109, no sólio de Leão e Castela, o vulto de uma princesa viúva, D. Urraca (4), se por um lado

(1) O cronista anónimo de Sahagun, contemporâneo destes sucessos diz o seguinte, na tradução castelhana, *Historia del Monasterio de Sahagun*, cap. 21: «...el Rey D. Alonso de noble memoria, mientras que él viniese de una manceba, pero bien noble, habia habido una hija llamada Teresa, la qual el habia casado con un conde, llamado Enrique, que venia de sangre Real de Francia; el qual enquanto el Rey D. Alonso venia, noblemente domó à los Moros, guerreando contra ellos; por lo qual el dicho Rey le dió con su hija en casamiento à Coimbra, é á la Provincia de Portugal, que son fronteras de Moros, en las quales con el exercicio batalloso, muy noblemente engrandescia su Caballeria; pero pocos dias antes que el Rey fuese fin de vivir, no sé por qué saña, ó discordia se partió airado de él, é porque a questo era ansi, no estuvo presente quando el Rey queria morir, é disponia de la sucesion del Reyno este Conde non era presente; por lo qual por zelo del Reyno movido, traspasó los Montes Perineos por haber ayuda de los Franceses, con los quales guarnecido, é escoltado, digo esforzado, por fuerza tuviese el Reyno de España»: em Romualdo Escalona, *Historia del Real Monasterio de Sahagun*, pág. 306 do Apendice 1, Madride, 1782; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 208; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 69 e n. 2.

(2) Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 171-176; cfr. porém Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 206 e n. 1.

(3) Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 63.

(4) Assim o assevera Rodrigo de Toledo ao descrever a mágoa do Imperador, quando soube da morte de Sancho; in *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 33: «Rex dolore ineffabili conturbatus talia dixit eis: Ubi est filius meus, jucunditas vitae meae, solatium senectutis, unicus haeres meus?»: em Schott, *Hisp. illustr.*, II, 110; cfr. Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em Gayangos, *A history of the*

derruíram as esperanças longamente acalentadas, por outro fizeram surgir as magnas e bem conhecidas ambições do conde Henrique de Borgonha (1). Depois de sair de Toledo, dirigiu-se para Ocidente, onde a sua presença e a sua acção mais uma vez se fizeram sentir em detrimento do poderio sarraceno.

Os baluartes de Lisboa e Sintra devem ter-se conservado nas mãos dos Infiéis após as campanhas de 1094, mas provavelmente como tributários ou dependentes dos Cristãos (2). Em Julho de 1109, quando souberam do falecimento de Afonso VI, começaram os Muçulmanos de Sintra a rebelar-se contra a suzerania cristã, sedição que o conde D. Henrique jugulou, conquistando a própria praça (3).

Mohammedan dynasties, II, 305. D. Urraca depois consorciou-se com Afonso I, de Aragão, o Lidador: vide Anónimo de Sahagun, em R. Escalona, *Hist. del Monast. de Sahagun*, pág. 303, Apêndice I. Anónimo de Fleury, *Hist. Francicae fragmentum*: «Qui (Afonso VI) quoniam virilem non habuit sobolem, interfecto illo, de quo diximus (Sancho), habito Primores Regni illius consilio, Regem Aragoniae itidem Andefonsum dictum Regem sibi constituunt, copulata ei in coniugio filia sui Regis, quae prius Raimundo Comite nupserat, quam moriens vir suos viduam reliquerat»: em Fr. Duchesne, *Hist. Franc. Scriptores*, IV, 95. Cfr. Rodrigo de Toledo, *De rebus Hispaniae*, livro VI, cap. 34, em Schott, *Hisp. illustr.*, II, 111; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 209; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Porug.*, III, 69.

(1) Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 193 ss.; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 37 ss. e 78 ss.

(2) Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 218; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 41 e 42, e 179 ss.

(3) Na *Crónica dos Gcdos*: «Era MCXLVII. Mense Julio iterum capta fuit Sintria a Comite D. Henrico genero D. Alfonsi Regis marito filie sue Regine D. Tarasie. Audientes enim Sarraceni mortem Regis D. Alfonsi, ceperunt rebellare»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11. Na *Brevis Historia Gothorum* inverte-se a ordem dos sucessos da *Crónica dos Godos*, relegando, parece que lógicamente, a conquista de Sintra para depois do falecimento de Afonso VI, perto do ano seguinte: «Era MCXLVII. III kal Julii obiit Rex Aldefonsus Fernandi Regis filius: paulo post primo sequente circiter anno, cum Sintria defecisset, audita morte Regis Alfonsi, recuperata est a Comite Hen-

É possível que neste feito de guerra tivessem participado guerreiros de uma armada norueguesa ⁽¹⁾ que navegava pelos mares do Ocidente em direcção à Terra Santa, e que, como de costume, fizera escala pelos portos cristãos da Hispânia. Essa armada era constituída por umas sessenta velas e trazia a bordo alguns milhares de Cruzados normandos comandados por um jovem caudilho, Sigurdo, filho de Magno, rei da Noruega ⁽²⁾. Quando, em 1147, os parlamentários dos sitiadores de Lisboa, a cuja frente estavam o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e o bispo do Porto, D. Pedro Pitões, propuseram aos Sarracenos a entrega da cidade, com

riquo Regis genero et patre Alfonsi primi Regis Portugaliae»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11. Em 29 de Julho de 1109 encontrava-se o Conde em Viseu, conforme consta de um documento exarado no *Livro Preto* da Sé de Coimbra: apud Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 208 n.º 2; e vide J. P. Ribeiro, *Dissert. chron.*, III, 53; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 71.

(1) A hipótese foi há pouco formulada pelos Srs. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, in *Os antecedentes da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques*, Lisboa, 1944, págs. 7 ss. (separata da *Brotéria*, vol. XXXVIII): contudo nem na versão inglesa de Saga de Sigurdo nem na *Crónica dos Godos* parece vislumbrar-se qualquer indício de aliança ou entendimento entre o conde D. Henrique e os Cruzados noruegueses, como contrariamente sucede em outros passos da mesma *Crónica*, em que se fazem referências a auxílio de estrangeiros nas nossas empresas guerreiras do século XII.

(2) Vide a *Saga de Sigurdo o Cruzado* (*Saga Sigurdar Jorsalfara*), in *The Heimskringla or the Sagas of the Norse Kings*, vol. IV, págs. 117-123, na versão inglesa de Samuel Laing, Londres, 1889. Alberto de Aix (Aquensis), na *Historia Ierosolimitanae Expeditionis*, livro XI, cap. 26: «...in buzis quadraginta, in decē millibus virorum pugnatorum»: nos *Gesta Dei per Francos*, I, 365, Hanover, 1611; nos *Falcherti Carnotensis Gesta Peregrinorum Francorum*, no ano de 1110, diz-se: «...erat classis eorum sexaginta navium»: nos *Gesta dei per Francos*, I, 421; em Oliveiro, *Historia Regum Terrae Sanctae*: «Norrenses cum classe LV navium»: em J. Eccard, *Corpus historicum Medii Aevi*, II, col. 1363; vide também José Michaud, *Histoire des Croisades*, I, 307, Paris, 1856; e René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume franc de Jérusalem*, I, 255-257.

a liberdade de saírem dela com vidas e fazendas, um dos Mouros mais velhos respondeu-lhes: «Quantas vezes, já da nossa lembrança, viestes com estrangeiros e bárbaros para nos expulsar daqui?» (1) Com efeito, um ancião da velha urbe lisbonense podia bem recordar-se de que em sua vida era a terceira vez que aquela era assaltada por Cristãos peninsulares aliados com soldados de outras nações estranhas, e a primeira devia ter sido quando os Normandos aportaram às plagas lusitanas em 1109. Em 1103, Magno, o Descalço ou Perna ao léu, rei da Noruega (Magnus Berfoett), (1093-1103), foi morto na Irlanda (2), e o trono foi partilhado entre os seus três filhos, Eystein, Olavo, e Sigurdo, o Cruzado, rei das Orcadas. Quando alguns aventureiros noruegueses regressados do Oriente, pensaram em empunhar de novo a cruz e a espada, e pediram aos soberanos que um deles fosse seu chefe, Sigurdo assumiu o comando da expedição e partiu em 1107 com uma frota, em demanda do Levante. Dirigiu-se a Inglaterra, onde foi hospitaleiramente recebido e agasalhado por Henrique I, e onde passou o inverno. Na primavera do ano seguinte (1108), fez-se de vela para o Ocidente da França (Walland), e no outono chegou à Galiza, onde resolveu invernar. Aqui entrou em negociações com um conde ou governador, e

(1) Na Carta do Cruzado inglês sobre a conquista de Lisboa em 1147 (Epistola Angli Crucesignati): «Ad haec quidam ex senioribus circumstantibus responsum hujus modi dedit... «Quotiens jam nostra memoria cum peregrinis et barbaris nos hinc expugnatum advenistis?»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 398 e em Charles Wendell David, *De Expugnatione Lyxbonensi*, pág. 120. Outra alusão a essas tentativas nas palavras do parlamentar português D. Pedro Pitões: «Sed cum totiens, ut dicitis, erga vos nostra cassata sint initia, experiendum adhuc aliquid adicimus»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 399; Charles Wendell David, *De Expugnatione Lyxbonensi*, pág. 124.

(2) R. Dozy, *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, II, 323; E. Hull, *The Northmen in Britain*, pág. 237-243.

fez-se um acordo, segundo o qual os Galegos se comprometiam a vender as provisões necessárias aos expedicionários durante a estação fria; porém, como só as arranjassem até o Natal, Sigurdo, com um corpo de tropas, investiu com o castelo do conde, que fugiu sem oferecer resistência, por ter poucos soldados, deixando em poder dos assaltantes grande quantidade de mantimentos e outro espólio, que o caudilho normando recolheu nos seus navios. O escaldo Einar Skulason poetizou este episódio, dizendo:

O nosso rei, cuja terra tão vasta
 Nenhum outro reino iguala,
 Passou em S. Tiago o inverno seguinte
 Com intenções sagradas;
 E ouvi dizer que o jóvem rei
 Matou um conde perjuro.
 O nosso bravo rei não tolera maldades —
 Ele e os seus guerreiros hão-de obter as provisões
 precisas (1).

Em seguida fez-se ao mar em direcção ao Sul da Hispânia, e, encontrando umas galeras de piratas, atacou-as e aprisionou oito. O escaldo Haldor Skvaldre cantou assim:

O nosso rei encontra por acaso
 Audazes piratas que não se demoram
 A procurar as lutas de morte,
 E as galeras deles avançam.

(1) *Saga of Sigurd the Crusader and his brothers Eystein and Olaf*, cap. IV:

«Our king, whose land so wide
 No kingdom stands beside,
 In Jacob's land next winter spent,
 On holy things intent;
 And I have heard the royal youth
 Cut off an earl who swerved from truth.
 Our brave king will endure no ill, —
 The hawks with him will get their fill »

em Samuel Laing, *The Heimskringla or the Sagas of the Norse Kings*, IV, 118.

Os ousados piratas perderam
 Muitos homens da sua hoste
 E também oito galeras
 Com tripulação e carga (1).

Após este feito prosseguiu a sua viagem, acometeu a fortaleza de Sintra, de onde os Sarracenos (Pagãos) infestavam os territórios cristãos, e onde teve com eles violento combate. Sigurdo tomou o castelo, passou à espada a guarnição, por esta se recusar a receber o baptismo, e colheu avultado despojo de guerra. O escaldo Haldor Skvaldre celebra esta batalha, dizendo:

Da Hispânia tenho muitas notícias para dar
 Do que aconteceu ao nosso generoso rei:
 Primeiro derrota a armada dos piratas,
 Em seguida matou os Pagãos em Sintra;
 E tratou como inimigos de Deus
 Os que ousaram opor-se à verdadeira crença.
 Não poupou nenhum homem que não se converteu
 À fé cristã por amor de Jesus (2).

(1) *Saga of Sigurd the Crusader*, etc., cap. IV:

Bold vikings, not slow
 To the death-fray to go,
 Meet our Norse king by chance,
 And their galleys advance.
 The bold vikings lost
 Many a man of their host,
 And eight galleys too,
 With cargo and crew.»

em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., IV, 119.

(2) *Saga of Sigurd the Crusader*, etc., cap. IV:

«From Spain I have much news to tell
 Of what our generous king befell.
 And first he routs the viking crew,
 At Cintra next the heathens slew;
 The men he treated as God's foes,
 Who dared the true faith to oppose.
 No man he spared who would not take
 The Christian faith for Jesus' sake.»

em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., IV, 119. Frei Fortunato de S. Boaventura no *Ensaio de uma dissertação historico-critica sobre os*

Depois destes prélíos navegou para Lisboa, situada na linha divisória dos dois dominadores rivais peninsulares, cidade que os Normandos enalteceram e consideraram meio pagã e meio cristã, como atalaia de todos os territórios que

factos mais controversos da historia do Conde D. Henrique, Lisboa, Imprensa Régia, 1833 (reimpresso n' *O Panorama*, x, 392 ss. (II da 3.^a série, 1853), baseando-se no historiador norueguês Thormod Torfesen (1636-1719), *Historia Norvegiae*, pt. 3.^a, 1.^o-8, cap. 1.^o, diz a respeito destes factos: «Entretanto os anais da Noruega apresentam uma conquista de Lisboa em 1108, que não deve ser tida por fabula, ainda que estrangeiros a contem, visto que sendo esta façanha praticada pelos seus naturaes, correm parelhas neste caso com os mais acreditados historiadores... Foi Sigurdo I, rei da Noruega, o conquistador de Lisboa em 1108, pois começando no precedente a sua viagem à testa de uma expedição composta de sessenta velas e dez mil homens de tropa de desembarque, tomou de passagem aos mouros Compostela na Galliza, Cintra, Alcacer e Lisboa em Portugal, e as ilhas de Formentera, d'Yviça, e de Maiorca. Chegou à Palestina em 1109, e foi ali grande parte na conquista de Sidonia pelo rei Balduino, e em 1110 regressou para os seus estados». O Cardeal Saraiva, *Obras completas*, II, 378, refutou os factos apresentados por Fr. Fortunato de S. Boaventura, mas posteriormente foram reconstituídos com elementos de crédito por R. Dozy, *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de L'Espagne pendant le Moyen Age*, II, 323-326; Adão K. Fabricius, *La connaissance de la Péninsule espagnole par les hommes du Nord*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pág. 7-9; Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, II, 47-48; L. Saavedra Machado, *Expedições normandas no Ocidente da Hispânia*, Coimbra, 1930, e *Os Ingleses em Portugal*, in *Biblos*, vol. IX, págs. 378-379; Fr. Iakhelln, *Prise du Castel de Sintra par un Roi de Norvège*, in *O Instituto*, vol. LXXXV, 72-73 (1939); José de Oliveira Boleo, *Assaltos a Lizbona e Chintra em 1107-1108*, in *Revista Municipal*, III, 38-39 (n.^o 13-14), 1942, e *Sintra no século XII*, no *Arquivo do Concelho de Sintra*, 1941, págs. 100, 148, e 149; Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, *Os antecedentes da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques*, Lisboa, 1944 (separata da *Broteria*, vol. xxxviii). A tomada de Compostela aos Sarracenos é inverosímil, porque aquela cidade não estava então em poder deles, e, além disso, a *Historia Compostellana* guarda silêncio a este propósito. A alusão à metrópole jacobitana deve relacionar-se com as escaramuças havidas em 1108 entre os Normandos de Sigurdo e o conde galego de que se fala na saga norueguesa.

lhe jaziam a Ocidente, ocupados então pelos Sarracenos (1). Ali se bateu Sigurdo pela terceira vez com os sectários do Crescente, saindo vitorioso e apoderando-se de valiosa presa. O mesmo poeta Haldor Skvaldre exalta tais sucesos desta maneira:

O filho de reis ganha nos campos de Lisboa
A sua terceira batalha, sangrenta.
Ele e os seus Normandos desembarcam ousadamente,
Varando os seus fortes navios na praia (2).

Após esta vitória, navegou ao longo da costa muçulmana, saltou em terra em Alcácer (?), acometeu-a, tomou-a e exterminou tão grande número de inimigos que a cidade ficou deserta, deixando-lhe nas mãos imensas riquezas. Haldor Skvaldre comemora assim esta façanha:

Dizem-me que o nosso rei norueguês
E os seus guerreiros deram uma quarta grande batalha
Em Alcácer; e aqui outra vez
A vitória coube aos nossos Normandos.
Também ouvi dizer que êle andou pela cidade,
E que os lamentos desolados das viúvas sarracenas
Ecoavam pelas habitações saqueadas,
Porque todos os homens fugiam ou morriam (3).

(1) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. v: «All the districts which lie west of the city are accupied by heathens», in *The Heimskringla*, etc., IV, 120.

(2) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. v:

«The son of kings on Lisbon's plains
A third and bloody battle gains.
He and his Norsemen boldly land,
Running their stout ships on the strand»

em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., IV, 121.

(3) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. v:

«A fourth great battle, I am told,
Our Norse king and his people hold
At Alkasse; and here again
The victory fell to our Norsemen.
I heard that through the town he went,
And heathen widows' wild lament
Resounded in the empty halls;
For every townsman flies or falls.»

em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., IV, 121.

Deixando a terra portuguesa, Sigurdo engolfou-se no Oceano e dirigiu-se para o estreito de Gibraltar, em cujas águas deparou com uma grande armada muçulmana que atacou e venceu, como lembra o mesmo poeta:

Vós molhastes em sangue as vossas espadas sêcas
Quando passastes em Gibraltar;
E teve a sua festa o corvo crucitante,
Quando singrastes avante para a terra levantina (1).

Navegando no Mediterrâneo, ao longo da costa sarracena (Serkland), dirigiu a sua rota para as Baleares. Desembarcou em Formentera, onde uma quadrilha de Mouros se alojara numa caverna, à beira de um precipício inacessível, defendida por forte muralha. Daqui saíam os malfeitores a afrontar e pilhar as regiões circunvizinhas. Os Agarenos, confiados na aspereza da posição que comandavam, apenas alcançável por caminho tortuoso exposto às pedradas e frechadas vindas de cima, expunham as suas riquezas à vista dos Normandos, desafiavam-nos a ir buscá-las, e chamavam-lhes cobardes. Os Cruzados não ousaram subir por aquêl trilho perigoso, mas serviram-se de um stratagem para atacarem os inimigos em seu próprio reduto. Tornearam o precipício, subindo pelo monte, levaram consigo dois barcos que, por meio de cordas, suspenderam, cheios de guerreiros, até junto da bôca da caverna e, tendo forçado os Mouros a desamparar a muralha com tôda a espécie de projecteis atirados do alto, obrigaram-nos a refugiar-se na gruta e a deixar o caminho acessível e indefeso; então Sigurdo, com outros soldados seus, subiu o precipício, derrocou a muralha, amontoou pilhas de lenha a que lançou o

(1) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VI:

«Ye moistered your swords with blood,
As through Norfasund ye stood;
The screaming raven got a feast,
As ye sailed onward to the east»

em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., IV, 121.

fogo, e queimou, feriu, ou matou todos os Mouros que não conseguiram buscar na fuga a salvação, apoderando-se por fim de todos os tesouros dos Sarracenos, a melhor prêsã de guerra que fez em tôdas as suas expedições. O mesmo escaldo Haldor Skvaldre diz:

Jazia Formentera
 Na rota do vencedor;
 As proas dos seus navios
 Caminham para a vitória.
 Os Sarracenos, ali,
 Têm de afrontar o fogo,
 E sentir nos seus corações
 O ferro dos Normandos.

•

Foi uma proeza famosa
 O suspender-se o barco,
 Cheio de valentes guerreiros,
 Até defronte da caverna,
 Enquanto os outros camaradas,
 Escalando a rocha e rastejando,
 Levam os Normandos à vitória
 E os Agarenos à morte (1).

(1) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VI:

Formentera lay
 In the victor's way;
 His ships' stems fly
 To victory.
 The blumen there
 Must fire bear,
 And Norsemen's steel
 At their hearts feel.

•

'twas a feat of renown,
 The boat lowered down,
 With a boat's crew brave,
 In front of the cave;
 While up the rock scaling,
 And comrades up trailing,
 The Norsemen gain
 And the blumen are slain.

em S. Laing, *The Heimskringla*, vol. IV, 122.

Outro poeta, Thorarin Stutfeld, cantou assim:

Os homens do rei arrastam duas barcas
Desde a praia ao cimo da montanha :
E essas barcas parecem
Lôbos pardos do monte.
Agora balouçam nas cordas, sôbre a rocha,
Bem guarnecidas, para levarem a morte aos Agarenos:
E estão penduradas
Defronte da porta dos ladrões (1).

Depois desta vitória, fez-se ao mar e chegou à ilha de Iviça (Iviza), onde teve a sétima refrega com os Sarracenos, que novamente foram vencidos, como lembra Haldor Skvaldre:

Agora os navios pairam em Iviça
Com o rei cuja fama corre o mundo ;
E aqui os homens do escudo
Novamente brandem as armas em combate (2).

(1) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VI :

The king's men up the mountain's side
Drag two boats from the ocean's tide :
The two boats lay,
Like hill-wolves grey.
Now o'er the rock in ropes they're swinging :
Well manned, and death to bludmen bringing :
They hang before
The robbers' door.

em S. Laing, *The Heimskringla*, IV, 122.

(2) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VII :

His ships at Yviça now ride,
The king's, whose fame spreads far and wide ;
And here the bearers of the shield
Their arms gain in battle wield.

em S. Laing, *The Heimskringla*, vol. IV, 123.

Em seguida passou à ilha de Menorca (Manork) e ali se bateu pela oitava vez com os Islamitas, que derrotou, conforme refere o mesmo escaldo:

Nos plainos da verdejante Menorca
Ganha êle agora a oitava batalha:
Novamente o inimigo pagão
Sucumbe aos golpes do rei normando (1).

Após esta última vitória no Ocidente, Sigurdo velejou para a Sicília e dali para a Terra Santa, onde aportou em Jafa, segundo parece já em 1110. Balduino, rei de Jerusalém, recebeu-o amigavelmente e solicitou-lhe auxilio para combater os Infiéis, no que êle conveio, participando com a sua armada no assédio de Sidónia, cercada por terra pelo monarca hierosolimitano e por mar pelos Normandos, e entregue aos sitiantes em Dezembro daquele ano (2).

(1) Na *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VII:

«On green Minorca's plains
The eighth battle now he gains:
Again the heathen foe
Falls at the Norse king's blow.»

em S. Laing, *The Heimskringla*, vol. IV, 123.

(2) *Saga of Sigurd the Crusader*, cap. VIII, em S. Laing, *The Heimskringla*, etc., vol. IV, págs. 123 e segs. Alberto de Aix (Aquis) refere estes factos na *Historia Ierosolimitanae Expeditionis* nos passos aqui transcritos, respectivamente do livro XI, capítulos 26, 30, 31, 32 e 35: «Interea frater Regis Norwegiae, Magnus nomine, in plurimo apparatu, in multa armatura, in manu robusta, in buzis quadraginta, in decem millibus virorum pugnatorum, per biennium in circuitu spaciosi maris a regno suo enavigans, in portu Ascalonis civitatis anchoram integris horis diei ac noctis fixit, ut videret si aliqui viri a civitate terra vel mari sibi occurrerent, cum quibus ex industria aut eventu aliquod certamen iniret. Sed Ascalonitis silentio compressis, & minime prodire audentibus postera die Iaphet applicuit, desiderio adorandi in Ierusalem.»..... «Verum Rex (sc. Balduino) parte suo exercitus in auxilium Ptolemaidensibus civibus Christianis relicta, ex consilio prudentium virorum primum Ioppen ad Regem de Norwegia divertit, ut ex ore illius audiens, sciret, quid primum instare & adimplere posset. Mox omni amoris

Pouco depois, cumulado de presentes, Sigurdo vol-

vinculo foederatis, Rex nomine Magnus, Baldewinum Regem obnixe precatur, ut viam secum adorandum in Ierusalem insistat ex Domini Iesu auctoritate, qui jubet fideles suos primum quaerere regnum Dei, & postea omnia profutura quaerentibus invenire; deinde agere, quaecumque eligeret, aut civitatem suo navali exercitu obsidere. Baldewinus Rex votis Regis Magni & suorum primatum cum omni benevolentia satisfecit; & Ierusalem sicut devoverat, se cum eis iturum non negavit. Ascendentibus itaque utriusque Regibus in sanctam civitatem, universus Clerus in albis, & in omni cultu divinae religionis, in hymnis & canticis cum universis civibus & populis occurrunt; & Reges cum omni comitatu suo usque ad Dominicum Sepulcrum in voce exultationis abduxerunt. Rex siquidem Baldewinus Regem Magnum honorifice ac familiari amore ducebat, juxta Apostoli vocem, qui ut honore in vicem praeveniamus, nos adhortatur. Ducebat quidem eum, ac docebat omnia loca sancta, & ea quae nota habebat; ac multo obsequio & regali apparatu per dies aliquot eundem procurabat. Deinde ut magis ac magis amore & fide firmentur, ad flumen Jordanis in manu forti cum eo descendit: ubi catholico ritu in nomine Domini Iesu peracto, Ierusalem ipsum Regem Magnum in gloria & jucunditate sanum, & ab omni turbine tutum, reduxit. «Post haec Ierusalem reversi, convocata ecclesia, decreverunt communi consilio Sagittam, vel Sidonem, quae multa Peregrinis damna & calumnias inferens, Regi saepius restiterat, obsidere terra marique; & nunquam ab ea recedere, donec urbs capta in manu Christianorum traderetur. Nec multa mora, Rex Baldewinus & Bertrannus acceptis copiis, in apparatu copioso castra metati sunt in obsidionem urbis Sagittae, machinas & tormenta lapidum instituentes, quibus urbs per singulos dies oppugnaretur. Movit pariter ab Ioppe Rex Magnus navales copias, & applicuit ad urbem Sagittam, ut eam a mari obsidens et expugnans, nullum introitum aut exitum hac in parte pateretur. Horum tam fortium virorum & magnorum Regum apparatus & vires terra marique adesse intelligens navalis exercitus Babyloniae, a portu Ptolemaidis et ejus impugnatione recessit ad portum Sur, quae est Tyrus, illic moram faciens, ne Rex Magnus repertos in obsidione Ptolemaidis navali certamine disturbaret. Sed tamen aliqui ex Babyloniis, buzis velocissimis freti, hac et illac mediis aquis plurimo inferuntur conamine, si forte aliquo eventu Catholicos viros, superare & abducere valerent. At Babyloniis minime successit: unde Baldewini Regis audaciam et industriam metuentes, remensis aquis Babyloniam reversi sunt. «Baldewinus Rex et Bertran-

tou com os seus companheiros à Noruega, onde depôs

nus accitis copiis, obsidionem a terra statuerunt; Rex de Norwegia cum omni manu sua anchorans figens, versus mare sedem in circuitu urbis firmavit. Sic locata obsidione, toto conamine in assultu & crebris ruinis muros & turres urbis angustiantes; civibus e contra in armis et tormento lapidum abjutus fortiter resistentibus, machinam multis diebus compositam applicantes, viros in arcu Baleari in ea posuerunt, qui altitudine solio ù machinae eminentes, de super muros per urbem & turres & ejus moenia specularentur; & sic per vicos & plateas gradientes plaga intolerabili arctarunt. «Rex vero longa obsidione & assultu defatigatus, consilio cum Rege Norwegiae, cum Bertranno Comite, & ceteris viris sensatis habito; petitioni Sidoniorum cessit; & sic urbe in potestate suorum reddita, ac patefacta, Sidonii cum Amiraldo suo circiter quinque millia cum rebus suis in pace egressi sunt, usque ad Ascalonem proficiscentes; ceteri qui remanserunt, sub jugo Regis & in ejus servitutum redacti sunt»: nos *Gesta Dei per Francos*, I, 365-366; Guilherme de Tiro, na *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*, diz que Sidónia foi tomada em 19 de Dezembro do ano 1111, da Incarnação, e que os Noruegueses voltaram à pátria em 1112: «Eodem anno quidam populus de insulis Occidentalibus egressus maximeque de ea Occidentis parte que Noroegia dicitur, audientes quod a Christi fidelibus capta esset civitas sancta Hierosolyma, volentes illuc devotionis gratia properare, classem sibi paraverunt opportunam. Quam ascendentes, aura flante secunda, mare Britannicum navigantes, dein Calpen & Athlanta, angustias hujus mediterraneae influxionis ingressi, nostrum hoc mare pertranseuntes, apud Ioppen applicuerunt. Erat autem praedictae classis primicerius, & praeceptor supremus, quidem juvenis, procerus corpore, & forma decorus, Noroegiae regis, frater. Classis vero receptis a domino Rege donariis, & accepta licentia prosequente eos universorum benedictione, ad propria reversi sunt. Capta est autem praedicta civitas (Sidonia), anno ab incarnatione Domini MXXI. mense Decembri, decima nona die mensis»: nos *Gesta Dei per Francos*, I, 804-805. Nos *Fulcherti Carnotensis Gesta Peregrinorum Francorum*, no ano 1110, diz o autor: «Applicuerunt interim Ioppe gens quaedam, Norrensis dicta, quam de mari Occiduo concitaverat Deus, ut irent Hierusalem: & erat classis eorum sexaginta navium. Horum Major erat juvenis quidam, forma quidem speciosus valde, Regis terrae illius germanus. Cumque Rex Hierusalem regressus fuisset, horum adventu gavisus, locutus est cum eis amicabiliter, monens eos & deprecans ut pro amore Dei mercarentur in terra, quam adierant, aliquantulum, & juvarent eum Christianissimum amplius provehendum: ut expleto utcumque

em Anghel um fragmento da verdadeira cruz, relíquia

negotio Christi, cum postea in terram suam repatriarent, gratias Deo magnificas redderent. Cujus petitionem illi benigne suscipientes, non pro alia causa eos in Terram Sanctam venisse responderunt: sed quocumque cum exercitu suo progredi vellet, simul proficisci voluntarie marino itinere sponderunt, tantum ut victum necessarium eis impendere curaret. Hinc concessum est; illinc peractum. Et cum primitus Aschalonem adire disposuissent, tamen demum laudatori sumpto consilio Sydonem civitatem obsessuri appetierunt. De Ptolemaida, quae nunc frequentius Achon dicitur, movit Rex exercitum suum; Norrenses autem de Ioppito portu parari processerunt. Tunc classis Admirati Babilonensis in Tyrio portu latitabat: quia Sarraceni, ritu piratico, Christianis, nostris scilicet Peregrinis, persaepe oberant; & civitates maritimas, quas adhuc Rex Babiloniensis possidebat multimode communientes, vegetabant. Cum autem de Norrensibus murmurari audissent, nequaquam tum temporis de Tyrio portu egredi praesumpserunt: quia cum eis praeliari non ausi sunt. Cumque venisset Rex ad Sydonem, obsedit eam a terra; Norrenses vero a mari. Et factis machinis, terruit valde internos hostes: ita ut quaererent a Rege qui solidarii essent, quatinus eos inde sanos exire permitteret; ac si placeret, agricolas ad excolendum terras, utilitatis causa, in urbe retineret. Hoc petierunt, & hoc acceperunt. Sine donativo itaque solidarii abierunt; ruricolae vero sub conditione praedicta, pacifice remanserunt. Jam decies novies sol jusserat arci tenentem, Urbem Sidonii cum reddunt mense Decembri: nos *Gesta Dei per Francos*, I, 421-422, e em F. Duchesne, *Historiae Francorum Scriptores*, IV, 859. Na *Historia Regum Terrae Sanctae*, de Oliveiro também se referem sucintamente estes factos: «Anno MCX. Rex Balduinus Berithum obsedit, eamque potenter cepit, mense Aprili. Post haec rege regresso in Jerusalem urbem applicuerunt Norrenses cum classe LV. navium, quorum auxilio Rex obsedit Sidonem a terra, Norrenses vero a mari. Urbs autem se defendere nequiens se regi tradidit mense Decembri»: em J. Eccard, *Corpus Historicum Medii Aevi*, II, col. 1863. Na 2.^a parte da *Historia Hierosolymitana*, de autor incerto, diz-se: «Anno MCX... Applicuerunt interim Iope classe pulcherrima, eVecti de occiduis partibus Oceani Norrenses quidam, Hierusalem devotione Christiana properantes, fratrem Regis terrae suae, speciosissimum quendam juvenem, ducem habentes: parati in Terra Sancta diutius morari pro Christi amore, si Rege placeret; & quocumque inheret, cum eo per mare ituri, si tantum sibi necessarium faceret victum praeberi. Quod Rex & accipiens gratissime, & liberatissime concedens, Sidonem ipse quidem a terra, Norrenses a mari obsidere destinant; & machinis ad urbem

milagrosa que devia evitar qualquer invasão da sua pátria (1).

A versão inglesa da Saga de Sigurdo não é bem explícita na parte referente a Lisboa, senão no título capitular, que dá aquela cidade como conquistada aos Sarracenos, e na exposição, que assevera a colheita de grandes despojos pelos Cruzados; contudo Adão Fabrício, que parece ter-se fundado no texto original, afirma que o caudilho normando não se apoderou dela, mas sim de um castelo vizinho (Fagrkima) (2); e Dozy, baseado também na redacção vernácula norueguesa, não fala daquele baluarte ocidental, ao tratar desta expedição de Sigurdo (3). As memórias peninsulares cristãs (4) e as crónicas sarracenas, que eu saiba, guardam silêncio a respeito destes eventos; porém a conjugação

impendendam praeparatis, hostes undique coartant; tandemque, & virtute resistendi & evadendi spe sublata, eos ad deditionem compellunt: vitae tamen prius eis foedere firmato. Ita solidariis quidem, quo voluerunt obeuntibus; ruricolae, Christianis foederati remanserunt & subjecti»: nos *Gesta Dei per Francos*, I, 609. Vide J. Michaud, *Histoire des Croisades*, I, 307; René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume franc de Jérusalem*, I, 255-257; B. Kugler, *Historia das Cruzadas*, cap. IV, em G. Oncken, *Historia Universal*, IX, 607, da trad. portuguesa dirigida por Oliveira Ramos, Lisboa, Aillaud e Bertrand.

(1) Michaud, *Histoire des Croisades*, I, 307.

(2) *La connaissance de la Péninsule espagnole par les hommes du Nord*, pág. 8.

(3) *Recherches etc.*, II, 324.

(4) Apenas os *Annales Compostellani* fazem referência a uma conquista de Lisboa pelo rei de Portugal, e de Almeria pelo imperador de Leão de Castela, no mesmo ano do passamento de Afonso VI (1109); mas esta alusão deve ter sido ali equivocadamente inserida, pois figura na era de 1147, facilmente confundida com o ano da tomada definitiva da capital portuguesa e da praça de Almeria (vide a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, livro II, §§ 99.º e segs. e a narração em verso in fine: *España Sagrada*, XXI, 398 sgs.). O texto latino diz o seguinte: «MCXLVII. Alf. Rex (isto é: obiit). In eodem anno capta fuit Lisbona a Rege Portugalensi, & Almaria ab Imperatore Legionensi»: na *Esp. Sagrada*, XXIII, 321, onde o editor comenta: «Nec Lisbona, nec Almeria capta sunt nunc».

de umas e doutras com o contexto da Saga de Sigurdo projecta alguma luz sobre este episódio obscuro da luta anti-islâmica na Hispânia. A tomada de avultado espólio, a que alude a Saga, não podia ser feita nos arrabaldes dispersos da urbe, povoados de camponeses e de labutadores que viviam da transacção dos produtos do seu trabalho. Presa tão abundante só era alcançável em reduto citadino, em confluência de riquezas e de denso aglomerado populacional. Além disso os acontecimentos posteriores revelam que Lisboa estivera por esta época ou senhoriada pelos Cristãos ou pelos seus tributários anti-almorávidas, nas mãos de quaisquer se conservou todavia por pouco tempo.

Neste mesmo ano de 1109 (Agosto), Ali, esforçado imperador almorávida, passou da África para a Hispânia, com um exército de mais de cem mil homens, com o propósito de fazer a guerra santa aos adversários do Crescente. Dirigiu-se a Córdova, e lá se demorou um mês, passado o qual iniciou a campanha com o assalto e tomada de Talavera, Madrid e Guadalajara, e de vinte e sete fortalezas na comarca de Toledo, cidade que também assediou durante um mês, devastando-lhe e talando-lhe os campos circunjacentes, após o que recolheu a Córdova (1).

(1) Rude Al Cartás: «No anno de 503 (1109) em 15 do mez de Moharram passou o Principe dos mosselemanos Aly de Ceuta para a Hespanha com o designio da guerra sagrada à frente de hum grande exercito de mais de cem mil soldados de cavallo; e tendo chegado a Cordova, e conservando-se nella hum mez, sahiu dalli depois de combater Talabut (Talaveira), a qual tomou por assalto. Expugnou seguidamente vinte sete castellos da comarca de Toledo, e igualmente Madrit (Madrid) e Uadel-hejara (Guadelaxara); e tendo chegado a Toledo, e sitiando-a por espaço de hum mez, cortando os seus fructos, do que lhe resultarão muitos males; depois de a ter posto em perturbação, partiu para Cordova»: na versão de Moura, pág. 178. Ibne Caldune, *Histoire des Berbères*, II, 83, da trad. de Slane. Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties*, II, 303. Na *Chronica Adefonsi Imperatoris*: «Videns autem Rex Hali quia totum pondus praelii versum est in Serracenos, & quia sui Principes peribant, & gens sine numero ipse

Com esta investida na região central da Península coincidiu o reacender da luta nas zonas oriental e ocidental. Com efeito, na parte levantina, Cristãos e Sarracenos degladiavam-se em pugnas sangrentas, em que teve acção proeminente Afonso I de Aragão, o Lidador (1). Em fins de 1109 ou princípios de Janeiro de 1110, Almostaino II, rei de Saragoça, entrou por Tudela e devastou e saqueou as regiões limítrofes, após o que pretendeu recolher aos seus estados. Porém, seguido pelas forças do soberano aragonês, foi alcançado em Valtierra, e ali destroçado e morto com grandes perdas das suas hostes (24 de Janeiro de 1110) (2).

& omnis exercitus suus recessit a Civitate, & venit in omnibus Civitatibus & Castellis quae sunt Trans-Serram, & expugnavit ea: sed peccatis exigentibus fregit muros de Magerit, & de Talavera, & de Olmos, & de Canales, & de aliis multis. Fecit autem magnam captivacionem, & caedem, & praedam: sed fortissimae turres, quae lingua nostra Alcazares vocantur, praedictarum Civitatum non sunt captae; & ibi remanserunt multae reliquiae Christianorum... Sed Goadalfajaram, & aliae Civitates, & Castella illaesa remanserunt, & muri earum non sunt rupti: quia Rex caelestis solitae pietatis suae memorans, ultionem fecit de Serracenos: morte etenim subitanea, & gladio Christianorum ipsa gens nefanda coepit assidue interire, & ad nihilum devenire. . . . Hoc videns Rex Hali, festinus reversus est in Civitatem suam Cordubam . . . : na *España Sagrada*, XXI, 358-359. Nos *Anales Toledanos*, I; 1109-1110: «Posó el Rey Ali sobre Toledo, é tovola cercada VIII dias, Era MCXLVIII»; e II, 1109: «Prisieron Moros Talavera em XVI. dias de Agosto Era MCXVII»: (aliás MCXLVII), em Florez, *España Sagrada*, XXIII, págs. 387 e 403; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 217 sgs.; F. CODERA, *Decadencia y desaparición et.*, págs. 11 e 123; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 75.

(1) Os *Annales Compostellanos* dizem a seu respeito: «Hic in bellis expertus, & audax»: na *España Sagrada*, XXIII, 320.

(2) Ibne Alcatibe, segundo a versão de F. Codera: «...êste ano (501 no texto arábico, mas deve ser 503), renovada a sua proclamação e de seu filho, partiu para a guerra santa no mês de Chumada último (26 de Dezembro de 1109 a 23 de Janeiro de 1110), e, entrando por Tudela, até Olite (?), sitiou-a, tomando-lhe os arrabaldes; os seus moradores defenderam-se numa igreja antiga, em que êle entrou (ou de que se afastou), depois de aquêles haverem capitulado com dinheiro que lhe haviam de pagar, e pelo qual tomou

Afonso I continuou activamente nos anos subsequentes as suas campanhas contra os Sarracenos: parece que cercou Lérida e Saragoça inútilmente (1), a última das quais conseguiu todavia conquistar em 1118, após longo e porfiado sítio, com o auxílio de tropas francesas (2). Pouco depois,

refens; logo partiu, pois já tinha feito incursões em tôda esta região, queimando, roubando e destruindo; quando estava prestes a chegar ao país do Islão, alcançaram-no os Cristãos e pelejaram ambos os exércitos com denodo (?), até que morreu martir Almostaino ben Hude com derrota dos Muçulmanos, e morte da maior parte dêles, Deus lhes tenha perdoado; isto succedeu no primeiro dia de Rachebe (24 de Janeiro de 1110) do mencionado ano: em *Decadencia y desaparición etc.* págs. 245-246, e vide pág. 12; Ibne Caldune, *Histoire des Berbères*, II, 73 (trad. de Slane); Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em P. de Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties in Spain*, II, 303. Os *Anales Toledanos*, I, dizem: «1110: Murió el Rey Almostayen en Valencia Era MCXLVIII», na *Esp. Sagrada*, XXIII, 387, nos quais *Valencia* deve estar por *Valatierra*, segundo Codera, *loc. cit.*, pág. 224. Cfr. Dozy, *Recherches*, II, 15, onde documenta a data precisa da morte do caudilho sarraceno; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 218; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, III, 75.

(1) Rude al Cartás, na trad. de Moura, págs. 179-180; Codera, *Decadencia y desaparición etc.*, pág. 249 e sgs.

(2) Rude Al Cartás: «... o filho de Ramires (Afonso I de Aragão) escreveu aos povos de França, pedindo-lhes socorro para atacar Saragoça; e tendo-lhe dalli chegado tantos como formigas e gafanhotos, pozerão-lhe com ele cerco, principiarão a combate-la, construirão fortins de madeira, os quaes gyravam sobre roldanas, e se aproximavão da mesma, assestaram contra ella maquinas trovejadoras (artilharia) e vinte catapultas, e mostrarão tanta ambição em a tomar, que perseverarão no sítio até que se acabarão na cidade as provizões, e que feneceu a maior parte da gente de fome, o que moveu os seus habitantes a escrever ao soberano de Aragão D. Affonso (os mouros chamão-lhe filho de Radmir, de Ramires) para que suspendesse o ataque por certo tempo, obrigando-se, a não serem socorridos nelle, a evacuarem o pays, e entregar-lho, no que elle conveiu; e tendo finalizado o dito prazo, lhe entregarão a cidade, e sahirão para Murcia, e Valencia, o que aconteceu no anno 512 (1118). Depois dos Christãos estarem de posse della, chegarão da Mauritania dez mil cavalleiros, mandados em seu socorro pelo Principe dos mosselemanos, os quaes a acharão evacuada, e

juntamente com o conde-trovador Guilherme de Pictávia (Poitiers), desbaratou em Cutanda (1120) os Agarenos que se propunham retomar Saragoça, e, prosseguindo vitoriosamente, submeteu Tarazona, Alagon, Epila, Ricla, Borja, Magallon, Mallén, Calatayud, Bubierca, Ariza e Medinacelli, Daroca e Monreal (1).

em poder do inimigo, tendo desaparecido della o dominio, e Imperio de Deos»: na trad. de Moura, págs. 180-181. Na *Historia Compostellana*, livro II, cap. 4: «Eo tempore Rex ille Aragonensis (Afonso I) Caesaraugustam cum exercitu Francorum obsederat. Post haec autem cepit eam, Sarracenis coactis fame ad deditioem»: na *España Sagrada*, xx, 262. Nos *Anales Compostellanos*: «...in principio Regni sui Caesaraugustam VII. mensium obsidione cinxit, in qua obsidione septies cum Moabitis dimicavit, & devicit; tandem ipsam urbem cum Castellis, & Villis sibi adjacentibus cepit sub Era MCLVII» (aliás MCLVI): na *España Sagrada*, xxiii, 320; nos *Anales Toledanos*, I, diz-se: «El-Rey de Aragon, con ayuda de Dios, é de sus Christianos, en el mes de Mayo, prisó a Zaragoza de Moros Era MCLVII» (aliás 1156): na *España Sagrada*, xxiii, 187; nos *Annales Complutenses* refere-se: «Era MCLVI. Capta est Civitas Caesaraugusta ab Adefonso Rege Aragonensium mense Decembris»: na *España Sagrada*, xxiii, 314. Cfr. em Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em Gayangos, *A history of the Moham. dyn.*, II, 303, narrativa idêntica à do Cartás. Abde Alvaide Marraquexe, *Hist. des Almohades*, pag. 180. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 253; Dozy, *Histoire de l'Espagne musulmane*, III, 163; F. Codera, *Decadencia y desaparición etc.*, págs. 121-251-253; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.* III, 119.

(1) *Anales Compostellanos*: «Deinde Calatayud firma obsidione vallavit, & acceptis obsidibus una cum Guillelmo Pictaviensi Comite, qui in auxilium ejus venerat, ad Castrum Cotanda, contra Sarracenos pugnaturus, iter direxit: ibique Sarracenis expugnatis, Castra Moabitarum dirupuit, & ipsum Castrum Cotandam cepit. Post haec Daroca & Calatayud, & Campum Arcilli cum universis eorum munitionibus sibi subjugavit: inde Tirasonam, & Borgiam cepit: inde Leridam, & Fragam, vastando peragravit: & super Fragam Castrum, quod dicitur Hagon aedificavit, quod postea Sarraceni expugnare moliti sunt, & ab ejus exercitu mirabiliter fugati, & pene deleti sunt. Denique cum universo exercitu in Hispaniam profectus est»: na *España Sagrada*, xxiii, 320. Na *Cronica de S. Juan de la Peña* diz-se: «Iste imperator vincit magnum prelium in Cutanda, in quo fuit strenuus miles Comes Pictavensis, qui erat ibi cum sexcentis

No Ocidente, porém, a sorte das armas favorecia os sectários do Corão, porquanto os Almorávidas investiam com os territórios dos Cristãos e submetiam grande parte deles ao poder da sua espada. O conde D. Henrique, prevendo que Santarém não tardaria a defrontar-se com os invasores mouriscos, enviou em 1110 um corpo de tropas

equitibus et in quo filius de Miramomelim fuit mortuus cum innumerabilibus sarracenis et inde ehitum (editum) fuit vulgare proverbium «Peior est quam illa de Cotanda», pág. 68, apud F. Codera, *Decadencia y desaparición etc.*, pág. 263. Nos *Anales Toledanos I* apenas se diz: «Fue la batalla de Cotanda Era MCLIX»; na *Esp. Sagrada*, XXIII, 387. Rude Al Cartás: «No anno 513 (1119) venceu o filho de Ramires (Afonso I, de Aragão) o paiz oriental da Hespanha, e senhoreou-se da maior parte das suas fronteiras, assim como do castello de Calatayud (Calatayud) o mais forte daquelle paiz, e inquietou com correrias o paiz do lado do norte»: na trad. de Moura, pág. 181. Ibne Alatir: «En 514 (1 avril 1120), un roi franc du nom d'Ibn Rodmir (Alphonse le Batailleur) pénètre en Espagne et s'avance jusqu'à Cutanda, non loin de Murcie (aliás perto de Daroca, na região de Saragoça) et dans la partie orientale du pays. Comme il poussait très vivement le siège de cette ville, Ali ben Yoûsof, Prince des fidèles, qui était alors á Cordoue, envoya une forte armée, qu'il avait avec lui et qui se composait de musulmans et de volontaires du djond pour repousser Ibn Rodmir; mais après une lutte sanglante, celui-ci remporta une brillante victoire et tua de nombreux fidèles, parmi lesquels Abou Abd Allah ben el-Ferrâ, Kâdi d'Almeria, connu pour son intégrité, sa science, ses bonnes oeuvres et sa devotion»: *Annales du Maghreb et de l'Espagne*, pág. 546, da trad. de E. Fagnan. No *Al-Bayano'l-Mogrib*: «En 514 (1 avril 1120), eut bien en Espagne l'affaire de Cutanda, où les musulmans furent mis en fuite. Une vingtaine de mille hommes, et le dit Ibn el-Kat'tân, furent tués dans cette affaire»: vol. I, 460 da trad. de E. Fagnan, Argel, Imprimerie Orientale, 1901. Ibne Alcatibe, segundo Almacari: «The Christians had not been many days in possession of Saragossa when a body of twelve thousand cavalry, which the commander of the Moslems, Ali Ibn Yúsuf, had sent to its relief, appeared before the walls; but finding that the infidels had taken the city, the Almoravides went away without attempting even to snatch it from their hands. Saragossa, however, was not the only city which that accursed Christian reduced; he took also Cal' at Ayub (Calatayud), and other important towns of those districts, and soon after he defeated the Almo-

para aquella praça de guerra; porém, colhido este reforço de surpresa no lugar de Vatalandi, quando se preparava para assentar seus arraiais, foi destroçado com avultadas perdas, entre as quais se contavam os condes Sueiro Fromariguiz e Mido Cresconiz (1). Nos meados do ano seguinte,

ravides at a place called Kutandah (Cutanda). «This city», says a contemporary writer, «the name of which some authors write with a *Kef*, and others with *Kof*, is a town of the district of Darúkah (Daroca), in the province of Saragossa, in the upper Thagher (Aragon). Near it the Moslems (may God restore them to their pristine vigour!) were completely defeated by Alfonso, with the loss of about twenty thousand volunteers, although, strange to say, not one of the regular army perished in the action. The Moslems were commanded on the occasion by the Amir Ibrahim, son of Yúsuf ibn Táshefn, the same prince to whom Al-fat'h dedicated his Kaláyidu-i-ikiyán. Among the illustrious Moslems who died Martyrs for the faith on that disastrous day, we may count the Sheikh Abú Alí As-sadffí, and his equal in virtue and talents, Abú Abdillah Ibn Al-fará. Both went out of Valencia to fight against the enemy of God, but never returned to their friends. The Kádí Abú Bekr Ihnu-l-'arabí was also present at the battle, but he escaped alive. It is related by more than one historian that when the discomfited army entered Valencia, a man came up to Abú Bekr and asked him how he was, and that he answered, «I am like one who has lost both his tent and his cloak», thereby meaning that he had lost all that he possessed in this world. The above is a proverb well known in the West, and it means that whoever has lost his clothes and his tent has lost every thing in this world»: em P. de Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties in Spain*, II, 304. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 254; F. Codera, *Decadencia y desaparición etc.*, págs, 13, 262-263, e uma tradução do passo de Ibne Alatir a pág. 264; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 119.

(1) Diz a *Crónica dos Godos*: «Era MCXLVIII. Factum est magnum infortunium supra christianos qui ibant ad Sanctarem in loco qui dicitur Vatalandi. Dum enim vellent ibi Christiani figere tentoria, et requiescere, ecce subita ex improvise multitudo Sarracenorum, et Moabitarum, et Arabum audito numero eorum venerunt super eos repente, et imparatos eos invenientes, interfecerunt ex iis plurimos, ibique mortuus fuit Suarius Fromarigis pater Domni Nuno Suariz, qui erat dux super eos, et Mido Cresconis pater Domni Joannis Midiz»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 219; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 79.

o general agareno Sir levava de vencida as províncias do Poente, submetendo Badajoz, Évora, Lisboa, Santarém e Porto (?) (1). Na iminência do prosseguimento da ofensiva

(1) Diz a *Crónica dos Godos*: «Era MCXLVIII. Rex Cyrus cepit Santarem septimo cal. Junii»: nos P. M. H., *Scriptares*, I, 11; o *Chronicon Conimbricense* também refere êste successo: «In Era MCXLVIII pressa fuit Civitas Sancta Herene a Rege Cir. VIII. kalendas Junii»: *ibidem, ibidem*, vol. I, pág. 2; o *Chronicon Lamecense* coloca o facto em fins de Junho (em 26): «Item capta fuit Sanctarena a Rege in. VI kalendas Julii. Era MCXXXIX»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 19. Rude Al Cartás: «No mez de Dul-Kaada do anno de 504 (1111) expugnou o Principe Sairi, filho de Abu-Bacar, Santarem, Badajoz, Evora, Lisboa, e todo o paiz occidental, do que informou o principe dos mosselemanos Aly, filho de Iussof»: na pág. 179 da versão de Moura. Ibne Alcatibe, segundo Almacari, diz: «Meanwhile his general, Seyr Ibn Abi Bekr, was inflicting terrible blows upon the Christians of Al-gharb (Algarve), who, profitting by the absence of the Almoravides, had extended their conquests in those parts. Seyr retook the cities of Shantirçyn (Santarém), Battaliós (Badajoz), Bortokál (Oporto), Yéborah (Evora), and Alishbúnah (Lisbon), and purged the whole of those western provinces from the filth of the infidels»: na versão de Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties in Spain*, II, 303.

Sôbre as circunstâncias da tomada de Santarém em 1111, escreveu em nome de Sir, o seu secretário, o poeta Abu Moamede Abde al Medjide Ibne Abdune, uma carta encomiástica e retórica ao imperador Ali, a qual o cronista Abde Alvaide Marraquexe transcreve na sua *Histoire des Almohades*, com uma observação preliminar sôbre o autor e sôbre o objecto da missiva: «Après Abou Bekr, Yousof ou son fils eut aussi comme secrétaire l'illustre vizir Abou Moh'ammed 'Abd el-Medjid b. 'Abdoûn, dont nous avons assez parlé pour n'avoir pas besoin de nous répéter ici. Avant d'occuper le poste de secrétaire auprès de l'un ou l'autre de ces deux princes, Ibn 'Abdoûn remplissait les mêmes fonctions auprès de l'émir Sir b. Abou Bekr b. Tâchefin, qui conquiert Séville sur Mo'tamid 'ala'llâh, et dont il ne quitta le service que quand le Prince des musulmans l'attacha au sien. Voici l'épître par laquelle il fit part à ce dernier, au nom de Sir, de la conquête faite par ce général de la ville de Santarem, puisse Dieu nous la rendre! Veuille Dieu faire durer le règne du Prince des musulmans, du protecteur de la religion Abou 'IH'asan 'Ali b. Yousof b. Tâchefin, dont les ordres écrits parviennent aux sept climats! Cette lettre vient de l'intérieur de la ville de Santarem, car Dieu vient de nous la faire conquérir, grâce à ta bonne conduite

islamita, o caudilho portugûês, mal ressarcido da convulsão que alastrava por toda a Hispânia, apressou-se a tomar as

et à l'esprit qui l'anime à l'égard des musulmans. A Dieu, le seigneur des mondes soient les louanges qui absorbent tous les mots exprimant cette idée et dont l'intelligence ne puisse rien concevoir, louanges incomparables et indéfinissables, que ne peuvent mesurer ni comparaison ni conjecture, par excès d'exclusion ou de compréhension; qu'aucune des deux mains, soit en lettres soit en chiffres, ne peut exprimer; que nulle borne ne peut contenir, à laquelle l'éternité ne peut mettre de fin, dont aucun chiffre ne peut faire le compte, qu'on ne peut commencer sans être forcé de toujours les poursuivre! Sur son serviteur Moh'ammed, à qui il a confié sa révélation, qui a publié ses ordres et ses défenses, ordonnateur de son peuple, imâm des imâms, le meilleur des Adamites, la gloire du monde et des humains, nous faisons des prières parfaites, nous adressons des souhaits complets qui s'épanouissent comme la fleur sortant de son calice et qui se répandent comme l'odeur du musc dont le flacon est débouché. Il a proclamé l'unité de Dieu, a fait connaître à la fois ses promesses et ces menaces; il a publié et mis au jour la vérité, il a averti et dirigé tous les créatures, sauf celles que marquaient les paroles de réprobation et à qui les décrets divins assignaient le malheur. A sa religion, le Tout Puissant — que ses noms soient glorifiés, que sa grandeur soit exaltée! — a donné la suprématie sur toutes les autres, en dépit de la Croix et malgré la résistance des idoles; il a pour nous réalisé ses promesses, il nous a secourus du vivant du Prophète et après sa mort, il a rendu cette Péninsule à l'Islam d'abord désuni et déchiré, il a détruit les bornes milliaires que le polythéisme avait d'abord établies et fixées, il a expulsé de leurs forts et livré à nos mains les chrétiens infidèles, que nous tenons par les pieds et par les cheveux. — La forteresse de Santarem — puisse Dieu faire durer l'empire du Prince des musulmans! — était un des repaires les mieux fortifiés des polythéistes, un des plus solides forts dirigés contre les musulmans. D'après ton plan que nous avons suivi, sous ta direction qui nous a suffi, nous n'avons cessé de tenter d'extraire cette épine, de dégrossir cette souche, de nous y reprendre à plusieurs fois, de nous hâter avec (une sage) lenteur, de détruire successivement ses plus braves guerriers, de dévorer petit à petit ses plus vaillants héros, de nous plonger dans les abîmes de la lutte et les mers de la mêlée, jusqu'à ce que nous ayons abattu leurs corps et pris leurs âmes; nous n'avons cessé d'offrir leurs têtes aux pointes de nos lances et leurs âmes aux feux de la géhenne, de

providências necessárias. No mesmo dia em que Santarém caía em poder dos invasores (26 de Maio de 1111) concedia

les livrer grâce au tranchant de nos glaives yéménites à l'ardeur des flammes, de soulever à force de zèle et d'ardeur le voile de leur vile astuce, d'aplanir grâce à nos prières au Dieu éternel et tout puissant la hauteur de leur orgueilleuse puissance. Quand nous vîmes que cette forteresse, célèbre entre toutes et dont l'emplacement domine la région, était gravement malade et ne pouvait plus guérir, nous nous enquîmes auprès de Dieu si nous devions l'attaquer; nous lui demandâmes avec ferveur de faciliter notre dessein et de ne pas nous laisser livrés à nos propres forces, encore que nos vies soient vouées à défendre son culte et consacrées à faire pour lui ce qui plaît comme ce qui répugne. Nous fîmes alors une attaque désespérée à un moment où toutes les routes étaient fermées et où, grâce à la puissance divine, nul stratagème ne pouvait réussir aux assiégés, à l'heure où la Fortune souriante découvrait ses dents crochues et où, sortie des marais et des torrents, elle marchait d'un pas assuré. Alors nous nous installâmes dans l'enceinte de cette ville, en un jour de malheur pour ses habitants; avec l'âpreté au gain du mercenaire qui fait ses comptes, nous les attaquions sans cesse, sans leur donner d'autre délai que celui qu'accorde l'homme respectueux observateur des ordres de Dieu; dans toutes les directions, nous faisons piller par nos troupes, qui se précipitaient les mains vides sur les vaincus et nous revenaient lourdement chargées; aussi la terreur remplissait elle le coeur des ennemis, et les richesses les mains de nos amis. Nous fîmes vendre les captifs et les dépouilles à portée de la vue et de l'ouïe des habitants des deux sexes, ce qui calma d'autant leur violence et ralentit leur ardeur. Lorsqu'ils se furent réfugiés dans les étroites cachettes que leur laissait notre poursuite, que la perdition les eut plongés dans la mer de ses terreurs, que l'affliction se fut emparée d'eux, que le décret de la colère divine eut manifesté les bouillonnements de sa colère, quand la nuit de leur malheur n'eut plus d'aurore à attendre et que leur adversité n'eut plus à espérer de porte de sortie. — alors ils préférèrent l'humiliation à la mort, la soumission à l'esclavage; ils aimèrent mieux livrer leurs femmes et leurs enfants, se soustraire aux plis du linceul funéraire et aux secrets du tombeau, si pénibles que fussent les conditions. La mort, nous l'avons dit, avait atteint les plus braves de leurs chefs, les plus vaillants de leurs cavaliers; il ne restait plus qu'une poignée d'hommes, une faible troupe de gens de rien dont la vie ne pouvait nuire à aucun fidèle, dont le salut ne pouvait réjouir aucun infidèle.

a Coimbra novo foral em que se exaravam as costumadas disposições de natureza militar relativas ao comum dos

Alors, leur épargnant une mort qui eut été préférable, nous les livrâmes à la honte de l'abjection, les tirant des épreuves du siège, nous les livrâmes à l'avilissement de la captivité; nous consentîmes à leur demande d'avoir la vie sauve, après qu'ils nous eurent fait humblement transmettre leur rançon par leurs émissaires; nous oubliâmes leur conduite antérieure en considération de leur conduite présente; nous leur pardonnâmes pour suggérer ce qu'ils doivent faire à ceux qui, ayant suivi leur mauvais exemple, seront bientôt, avec la permission divine, assiégés par nous. La forteresse au solide emplacement de laquelle nous sommes parvenus et que nous avons réduite, constitue une ville de la plus grande étendue et d'une fertilité depuis longtemps établie, constante et régulière; elle ignore la disette ni rien qui y ressemble. Elle élève ses sommets plus haut que les Pléiades et plonge ses solides fondements dans le sous-sol ses fleurs rivalisent d'éclat avec les astres célestes, elle glisse ses secrets dans l'oreille même d'Orion. Les endroits où tombe la pluie, qui partout ailleurs sont de couleur poussiéreuse ou grise, sont ici brillants et d'une humidité luisante; les lieux où se projette la lumière du soleil levant, qui ailleurs sont d'un noir tremblotant, sont ici d'un éclat lumineux et intense. Elle avait pu autrefois résister à un grand empereur, qui l'assiégea avec des troupes plus innombrables que les gouttes de pluie, qui voulut s'en emparer à l'aide d'auxiliaires plus nombreux que les vagues de l'Océan; mais elle refusa obstinément de lui obéir, elle s'opiniâtra à se soustraire à son autorité, elle se raidit contre lui comme on se raidit contre un malheur. Mais Dieu, qu'il soit exalté! nous a rendus maîtres de ses sommets, il a en notre faveur fait descendre de ses tours les cavaliers qui les défendaient»: pág. 139-143 da tradução de E. Fagnan. A alusão ao assalto de Bortokal (Portucale, Porto?) aparece na versão de Cartás, de Codera, em Amede Anasiri (*Decadencia y desaparición*, pág. 243) e em Almacari no passo supracitado. As crónicas cristãs, que eu saiba, nada de concreto referem a este propósito; apenas na sùmula do sermão feito pelo bispo do Porto aos Cruzados do Norte que ali aportaram em 1147 se diz que aquela cidade tinha sido muitas vezes saqueada pelos Sarracenos, da lembrança do prègador: «Ista etiam nostrae (aliás *nostra*: sc. *urbs*) quam cernitis, olim inter celebres, nunc ad instar parvuli redacta videtur, jam nostra memoria multotiens a mauris spoliata est»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 394; José Augusto de Oliveira, *Conquista de Lisboa aos Mouros* (1147),

habitantes e outras aos cavaleiros (¹). Em Junho subsequente outorgava a Soure, que se erguia como atalaia ao

pág. 32, que propôs a correcção *nostra* conforme com a fotocópia do manuscrito; e Charles Wendell David, *De Expugnatione Lyxbonensi*, pág. 76. Cfr. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 219; F. Codera, *Decadencia y desaparición etc.*, págs. 11, 242 e 243; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 92 e 131.

(¹) Por exemplo: a recolha, pelo outorgante, da quinta parte da prêsa do fossado, da quinta parte da *azaria* (correria em território inimigo feita por habitantes da povoação, por sua conta e risco: Herculano, *Hist. de Port.*, IV, 415, e Gama Barros, *Hist. da administ. pública*, III, 446), sem qualquer quinhão para o alcaide; a determinação de que, se algum dos cavaleiros comprasse vinha, fosse isento de tributo; se recebesse mulher em casamento fosse isento de toda a herança (ou herdade) que viesse a ter; se fosse tributário o fosse à maneira dos cavaleiros; todos os carreiros que os cavaleiros pudessem ter nas suas herdades de dentro ou fora de Coimbra, nas quintas ou fortalezas, os tivessem livres ao seu serviço sem *rausso* ou *homicídio*; se algum cavaleiro envelhecesse a ponto de não poder combater, tivesse as honras da sua classe enquanto vivesse; e, se morresse, a viúva que fruisse as mesmas honras do tempo do marido, e nem ela nem a filha recebessem alguém em casamento contra sua vontade ou de seus parentes; se a algum cavaleiro morresse o cavalo e não pudesse comprar outro o outorgante lhe daria outro, e, se o não desse, aquele tivesse as mesmas honras até que pudesse haver outro cavalo; os *almoqueri* (almocreves?) fizessem um serviço (militar?) por ano, e entre os habitantes não fosse doutra maneira: «... et de preda de fossato non detis nobis plusquam quintam partem, et de azaga duas partes, et vobis remaneant duas: Et de azaria nobis quintam partem, vobis quator, absque ulla alkaidaria: si quis militum emerit vineam a tributario sit libera: Et si acceperit in conjugium uxorem tributarii omnem hereditatem, quam habuerit, sit libera: Et tributarius si potuerit esse miles habeat morem militum: Milites quot jugarios potuerint habere in hereditate sua, quam habuerint intus Colimbria, vel extra, tam in villis, quam in munitionibus, habeant illos liberos in suo servitio, et non introeat in eis rausum, vel homicidium: Et si aliquis militum venerit in senectute, ut non possit militare, quandiu vixerit, sit in honore militum: Et si miles obierit, uxor que remanserit, sit honorata, uti in diebus mariti sui: Et nullus eam, vel filiam alicui, accipiat in conjugium, sine

Sul da cidade do Mondego, um foral idêntico (1). Por esta altura foram também reforçados com gente de guerra e com povoadores os redutos de Miranda da Beira e de Santa Eulália (2). Em 1112, ou pouco depois, correu a nova de que os Muçulmanos se preparavam para assaltar Coimbra (3). Naquele mesmo ano falecia o conde D. Henrique (4), e, no seguinte (1113), morria em Sevilha, em propecta idade, o açoute dos Cristãos do Ocidente, o intrépido general Sir Ibne Abu Becre, sucedendo-lhe no governo da cidade Moamede Ibne Fátima (5). Parece que foi este capitão quem recebeu o encargo de prosseguir a guerra santa no Ocidente, e dele se desempenhou com terrível diligência, pois em 1116 dela dava sinal, expugnando a fortaleza de Miranda da Beira, com grande morticínio e aprisionamento de Cristãos (6);

voluntate sua et parentum suorum... Et si alicui militum obierit equus, et non potuerit emere alterum, nos dabimus ei, et si non dederimus, stet honoratus, donec possit habere unde emat: ...Almoqueri faciant unum servitium in anno: Et inter vos non sit ulla maneria»: em J. P. Ribeiro, *Dissert. chronol.*, II, 226-228, e nos P. M. H., *Leges*, 356.

(1) P. M. H., *Leges*, 357-358.

(2) Assim parece depreender-se do passo da *Vita Sancti Martini Sauriensis* citado na nota 4: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 60.

(3) J. P. Ribeiro, *Dissert. chronol.*, I, 140 ss., e Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 180-202.

(4) Assim parece depreender-se da carta de doação da igreja de S. Leocádia, feita em 20 de Abril de 1112, por D. Teresa a Froila Spasso, na qual se diz: «Et ista carta fuit scripta in ipso tempore de illa Regina, & de ipso Comite nomine Ferdinandus in vigilia Paschae, & quando voluit venir ipso Mauro Rege nomine Brafmi ad ipsa civitate Colimbriae, & non venit illa civitas»: em Brandão, *Monarch. Lusitana*, 3.^a pt., liv. IX, cap. 4.^o Este documento, também parcialmente reproduzido em J. P. Ribeiro, *Dissert. chronol.*, III, 58, é dado *ibidem*, I, 148 ss. como duvidoso; porém Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 212 ss., considera-o digno de crédito.

(5) Rude Al Cartás, na pág. 179 da versão de Moura; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 221.

(6) Salvado, na *Vita Sancti Martini Sauriensis*, diz: «Mortuo vero eodem rege supramemorato adefonso (Afonso VI de Leão),

assaltando e levando de vencida o castelo de Santa Eulália (perto de Montemor o Velho) (1), onde aprisionou o próprio alcaide, Diogo Galinha, que, juntamente com outros cativos, foi levado para a África (2); obrigando os defensores do reduto de Soure a incendiá-lo, a desampará-lo, e a buscar

nefandissima maurorum rabies adversus christicolarum fidem iterum cepit aspirare. Iben fatima namque rex maurorum nefandissimus, ingenti agarenorum multitudine circumfusus, colimbrianorum fines crudeliter diripuit. Factaque belli congressione apud municipium quod dicitur miranda, complures portugalenses nobiles sceleratissimus ipse necando devicit»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 60. Na *Crónica dos Godos*: «Era MCLIV. Castellum de Miranda a Sarracenis captum est, et magna cedes, et captivitas in christianis facta est»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11; Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 252; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 132.

(1) Na doação dos castelos de Coja e de Arganil, feita em 5 de Novembro de 1122 à Sé de Coimbra, diz-se: «Pro ista autem donatione, quam ego facio Sedi Sanctae Mariae de Castro praedicto, feci combinationem Comiti Domno Fernando de Castro quod vocatur Sancta Eolalia, quod est fundatum juxta Castrum Montis Maioris, et cum suis terminis antiquis»: no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, folha 150 do Apógrafo, referido a folha 85 verso, do original; cfr. a *Crónica dos Godos*, no passo citado na nota 6, nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 132 n. 1.

(2) Na *Crónica dos Godos* diz-se: «Era MC IV. Nonis Julii captum fuit Castellum S. Eolalie a Sarracenis, quod est situm sub Monte maiore, et captus fuit ibi didacus cognomento Gallina, et magna captivitas christianorum inde translata est etiam ultra mare»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11. No *Cronicão Conimbricense*: «In era M^aC^aL^a III^a. nonas iulii fuit introitus in castello sancte eolalie de gentibus sarracenorum. feria III^a. ora VIII^a.»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 2. No *Cronicão Lamecense*: «Sarraceni occupaverunt castellum sanctae eulalie nonis Julii feria III. hora nona. Era (MCLIII): nos P. M. H., *Scriptores*, I, 20. Em Salvado, *Victoria Sancti Martini Sauriense*: «Nichilominus quoque plaustrum, municipio sancte eulalie natura munitissimo, ab eodem rege (sc. Ibne Fátima) ad solum usque interfectis hominibus redacto ad propria rediens in oppidum sauriensium frustra venisse cognovimus»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 60; vide Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 252; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 132.

refúgio dentro das muralhas de Coimbra (1). No ano seguinte (1117), o próprio imperador Ali passou o estreito de Gibraltar e veio comandar pessoalmente a campanha contra os Nazarenos. Congregados numerosos exércitos de além e aquém mar, dirigiu-se para o Ocidente e veio pôr cerco a Coimbra, onde então se encontrava D. Teresa, e junto daquela cidade se demorou uns vinte dias, acometendo-a ininterruptamente com violência, matando ou aprisionando muitos dos seus vizinhos ou defensores (2), sem

(1) Salvado, na *Vita Sancti Martini Sauriensis*, diz: «Nam saurienses ferocem ejus (de Ibne Fátima) adventum paventes, de pretaxati opidi hediftio sibi diffidentes, ingenti preculsi timore, eidem inposito igne castello, in urbem colimbriam profugose redierunt»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 60; Herculano, *Hist. de Portug.*, Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 132.

(2) Na *Crónica dos Godos* indica-se o chefe da expedição e o ano: «Era MCLV Rex Sarracenorum Hali Iben-jucef, veniens de ultra mare cum multo exercitu obsedit Colimbriam, adjuncto simul et omni exercitu qui erat circa mare, quorum numerus erat innumerable sicut arena maris, soli Deo tantum cognitus erat. Obsedit autem Colimbriam viginti diebus quotidie fortiter in toto exercito oppugnans eam, sed per voluntatem Dei non potuit nocere et Civitas illa remansit, et inhabitantes in ea»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 11. O *Cronicão conimbricense* indica o capitão, a era e o mês (Junho): «In era MCLV obsedit rex ali colimbriam x kal. julii et fuit ibi per tres ebdomadas»: *ibidem, ibidem*, pág. 2. O *Cronicão lamecense* diz o mesmo, por outra ordem: «Haly Rex obsedit colimbriam per tres septimanas x Kalendas Julii Era MCLV»: *ibidem, ibidem*, pág. 20. Numa carta escrita em Burgos em 18 de Fevereiro de 1117 pelo cardeal Boso a Pascoal II, alude-se a estes sucessos da seguinte maneira: «Ceterum dum affines episcopi veteres ruinas castellorumque vel villarum dissipationes post Ildefonsi regis mortem illatas vera inquisitione memorarent, abbates Portugalensis regine vel barones ejus, qui ipsi pro certo erant edocti, hoc in anno multis hominum milibus amissis, suburbio etiam Conimbrie cremato, infra muros civitatis reginam vix vitam servasse, populis qui in concilio aderant concedentibus auctoritate veraci nobis intimaverunt»: em C. Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, pág. 172; já parcialmente transcrita em Brandão, *Monarch. Lusitana*, pt. 3.^a, livro IX, cap. 7.^o, em Herculano,

contudo lograr entrá-la, mas deixando os campos e fortalezas limítrofes de tal modo devastados, que ficaram desertos e bravios por algum tempo (1).

O imperador sarraceno, que elevou a sua dinastia ao mais alto esplendor e que lhe assistiu também à derrocada parcial, após esta tentativa inútil de subjugar Coimbra recolheu aos seus estados africanos, onde soube dos desastres das suas armas no Levante da Península (Saragoça, Calatayud, etc.), e das sedições que ameaçavam arruinar o seu domínio de aquém e além mar. Córdoba tinha-se levantado contra a prepotência almorávida e havia expulsado os seus insolentes opressores com violência (2). O imperador passou então novamente à Hispânia (1119-1120), e, surgindo diante da cidade revoltada, em cujos arrabaldes acampou, entrou em negociações com os insurrectos, por intermédio dos faquis, e tudo se compôs, segundo parece, também com a deposição do governador cordovês. É natural que, após a solução deste negócio, Ali se propusesse continuar a guerra santa; um cronista muçulmano, em passo de interpretação

Hist. de Portug., I, 253 n., e em Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 133 n. Vide também F. Codera, *Decadencia y desaparición* etc. págs. 234-236.

(1) Assim aconteceu a Soure, que ficou deserta e transformada em covil de animais ferozes durante uns sete anos, após o que (1123) foi repovoada por D. Teresa, que lhe confirmou o seu foral, conforme diz Salvado na *Vita Sancti Martini Sauriensis*: «Per septem igitur annorum curricula ferarum cubilia depopulatum existens (sc. Soure), per nobilissime denuo regine tarasie consensum, a prefate urbis restauratione anno c^ol^ox^oi^o in habitationem hominum renovari convaluit. Regina namque ibidem causa morandi confluentibus bonum, et ut ita dicam, largissimum populandi forum spontanea voluntate concessit, atque cartam inde firmitudinis manu propria roboravit»: nos P. M. H., *Scriptores*, I, 60. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 252-253; Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portug.*, III, 132-134.

(2) Ibne Alatir, *Annales du Maghreb et de l'Espagne*, pág. 526, da trad. de E. Fagnan; Ibne Alcatibe, segundo Almacari, em Gayangos, *A history of the Mohammedan dynasties in Spain*, II, 307, no passo infracitado. F. Codera, *Decadencia y desaparición* etc., pág. 236-238.

controversa, refere que o imperador se dirigiu então ao Ocidente, onde cercou e tomou de assalto uma cidade, e onde assolou e devastou os territórios cristãos, matando e cativando muitos inimigos, e obrigando a população a refugiar-se em fortalezas inacessíveis (1). Foi esta a última vez

(1) Ibne Alatir, *Annales du Maghreb*, pág. 526. Rude Al Cartás: «Tendo chegado esta noticia (da ofensiva de Afonso I de Aragão e da perda de Calatayud) ao Principe dos mosselemanos Aly, filho de Iussof, passou 2.^a vez (aliás 4.^a: Codera, *Decadencia*, pág. 236-238) á Hespanha a prosseguir a guerra sagrada, a po-la em ordem, e socego, e segurar as suas fronteiras, levando consigo immensa gente dos Almorabides, e voluntarios das tribus dos Arabes, de Zanata, de Mossamedda, e de todas as outras tribus dos barbaros, o qual tendo chegado a Cordova com o seu exercito, e acampado fora della, cuidou em perguntar à multidão dos povos do paiz de Hespanha, que veiu ter com elle, pelo estado do seu paiz, e fronteiras, paiz. por paiz; e tendo-o informado do que havia, e deposto o filho de Raxad do emprego de Cadi em Cordova, e nomeado em seu lugar a Abu-Alcasseem, filho de Hamedain, partiu para Lisboa, a qual teve cercada até a tomar de assalto, donde marchou a combater o paiz occidental, matando e captivando, cortando os fructos, destruindo as povoações, e pondo os povos em tanta perturbação, que fugião adiante delle, e hião fortificar-se nos castellos inacessiveis»: pág. 181 da versão de Moura. Herculano, *Hist. de Portug.*, I, 255 e nota IX, *ibidem*, pág. 488, fundamentando-se no suspeitíssimo Conde, que, em lugar de *Lisboa* interpretou *Medina Sanabria*, põe em dúvida esta expedição; todavia F. Codera localiza-a em 1119-1120 (ano 513 a principio de 514 da Hégira), e, baseado no *Cartás*, em *Amede Anasiri*, I, 126 e no *Alholal Almauxia* (fol. 54), interpretou o nome da cidade conquistada como *Santa Maria* ou *Santarém*: *Decadencia y desaparición etc.*, pág. 237. Ibne Alcatibe, segundo Almacari, refere-se a estes sucessos em dois passos, em que os distribui por duas ocasiões diferentes em anos subsequentes: «The news of these disasters (perda de Saragoça e derrota de Cutanda) induced the commander of the Moslems again to cross the Strait at the head of his Almoravides. In the year 513 (beginning April 13. A. D. 1119), he landed at Algeiras, and after staying some time first at Seville and then at Cordova, directed his march towards the western provinces of Andalus, where he caused the ravages of a storm. His presence, moreover, was enough to cast terror into the hearts of the enemy, whose stoutest warriors fled for refuge behind the walls of their castles.

que, como se supõe, o caudilho sarraceno procurou dar remédio pessoalmente, no solo peninsular, aos dois terríveis males que corroíam os fundamentos do seu poderio: a guerra pertinaz que lhe moviam os valorosos príncipes nazarenos, e os nefastos dissídios intestinos que dilaceravam a unidade política e religiosa do seu império.

Coimbra, Abril de 1948.

LUÍS SAAVEDRA MACHADO

Having recovered some of the lost fortresses, and provided for the government of Andalus, which he again intrusted to his brother, Temim, the commander of the Moslems crossed over to his African dominions in the year 515 (beginning March 21. A. D. 1121): Gayangos, *A history* etc., II, 304-305; «In the year 515, the commander of the Moslems crossed over again to Andalus, in order to put down some serious disturbances which had arisen in Cordova, and also to wage war against the infidels. He had not been long in that country when messengers came to him from Africa announcing the rising of Mohammed Ibn Tiumarta, better known in history by the surname of Al mahdi (the leader). 'Ali,' therefore, crossed over to Morocco, and never afterwards visited his Andalusian dominions, the government of which, as before, he intrusted to his brother Abu Táhir Temim, and at his death, which happened in 520 (A. D. 1126), to his own son Tashefn»: Gayangos, *A history* etc., II, 307. O *Al-Bayano'l-Mogrib* refere-se também à vinda do imperador Ali à Espanha em 1121: «En 515 (21 mars 1121), Ali ben Yoûsof quitta Merrakech pour se rendre en Espagne, où il arriva en rebi 1 (mai-juin); il enleva à Ibn Rochd la charge de kâdi et la donna à Aboû'l-K'âsim ben H'amdîn. Il retourna ensuite à Merrakech»: no vol. II, pág. 461 da trad. de E. Fagnan. Todavia a alusão de Ibne Alcatibe a duas vindas e a referência do *Al-Bayano'l-Mogrib* podem talvez harmonizar-se com a permanência do imperador em Espanha de 513 a 515 da Hégira, como parece depreender-se do passo do Cartás imediatamente seguinte ao supratranscrito: «No anno 515 (1121) regressou Aly para a Mauritania, deixando governador de toda a Hespanha a seu irmão Tamim, cujo governo exerceu até ao anno de 520 (1126) em que faleceu»: na versão de Moura, pág. 181; cfr. F. Codera, *Decadencia y desaparición*, pág. 238.

BRAZÕES DOS DUQUES DE BRAGANÇA
NO SEU ANTIGO SENHORIO
DA VILA DE ALTER DO CHÃO

INTRODUÇÃO

A Fundação da Casa de Bragança, alta instituição de desígnios benemerentes, consagradores da brilhante actuação histórica dos Duques de Bragança, tem promovido tantos benefícios locais de utilidade pública nas terras por onde se estendem as propriedades rurais do nobilíssimo Ducado, como benefícios espirituais realçando e destacando tudo quanto se liga ao prestígio da primeira Casa portuguesa.

E no desenvolvimento desta última modalidade, da interpretação feliz e admirável da preclara intenção testamentária do 27.º Duque de Bragança, que foi D. Manuel II, último Rei de Portugal, o esclarecido espírito de realizador do Sr. Dr. António Luís Gomes, ilustre presidente da Fundação, não perde uma oportunidade de consagrar o papel histórico-intelectual da destacadíssima Casa senhorial, fundada pelo casamento de D. Afonso, filho natural de D. João I, com a filha do grande Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Assim, chamada a atenção do Sr. Dr. António Luís Gomes para a circunstância invulgar de a antiga vila de Alter do Chão ostentar, óptimamente lavrados e ainda bem conservados, nada menos do que seis brazões da Casa Sereníssima, o ilustre presidente da Fundação manifestou logo o desejo de que eu elaborasse uma pequena monografia sobre o assunto o que é extremamente honroso para a branca e airosa vila alentejana.

No cumprimento desse desejo eu, alterense dedicado, sob a impressão do inacreditável desamor que sucessivas

gerações votam ao seu formoso castelo, fiz o pequeno estudo que segue sobre o brazonário brigantino existente em Alter do Chão, ainda esperançado em que surja por dignidade nacional a iniciativa de chamar a melhores mãos o estudo da curiosíssima fortificação medieval, miraculosamente ainda de pé.

Ela interessa a todo o país, à formosa vila alentejana e à Casa de Bragança.

Ao país, como monumento nacional que é; a Alter, porque, ligada à sua história local, se equilibra ainda de pé e quase intacta, dominando a sua magnífica praça pública; e, finalmente, à Casa de Bragança, porque, tendo sido do seu senhorio, ostenta uma veneranda pedra de armas da grande Casa, possivelmente a primeira que foi lavrada em Portugal. Têm sido infrutíferos os meus persistentes esforços e doutros alterenses fervorosos em prol do altivo castelo medieval, nada tendo resultado útil da campanha persistente por mim encetada há muitos anos.

Deste modo o testemunho da importância histórica de Alter do Chão virá a sofrer com o deslocamento, talvez próximo, das grandes pedras dos alizares das torres ou dos cubelos o que será o começo da sua derrocada imediata, perante a indiferença imperturbável de quem poderia evitá-la, conservando-o e dignificando-o.

É assim natural que quando os alterenses vindouros profiram o seu — *hic castrum alterensis fuit* — sejam apenas alguns artigos de revistas e jornais, uma ou outra reprodução iconográfica, e estas despreziosas linhas, o que recordem a magnífica traça architectónica medieval do então já inexistente castelo de Alter.

Mas entremos no assunto preliminar desta pequena monografia.

É variado e bem conservado o brazonário brigantino que a sede da antiga Alcaidaria-Mor da vila de Alter do Chão ostenta ainda, e essa variedade diz respeito à constituição dos escudos e à qualidade das pedras em que estão esculpidas: em granito rude no castelo, no chafariz extra-

-muros dos Bonecos e no da Torrejana; preciosamente lavrados em mármore alabastrino, dentro da área da vila.

Em granito, os que ficavam ao alcance de bárbaros desrespeitosos; em mármore alabastrino, os que ficavam entregues ao cuidado das sucessivas gerações alterenses.

Verifica-se, com desvanecido bairrismo, que quaisquer destas espécies de braços correspondentes a séculos diferentes, não apresentam de 1432 a 1799 a mais pequena mutilação demonstrativa dos bárbaros atentados, tão frequentes por esse país fora.

Quer como selos de soberania senhorial, quer como reviviscência dela, vincam o apreço da opulenta Casa Ducal de Bragança pela sua vetusta alcaidaria-mor de Alter do Chão.

Não se vêem em edifícios militares, a não ser no castelo; todos eles estão em construções feitas a benefício dos alterenses, enriquecendo a veneranda Ebelteri, terra mimosa e fresca, que, edificada numa planície ridente, sobreviveu à roqueira vizinha Alter Pedroso, por maior riqueza topográfica e agrícola.

Patenteia-se assim em chafarizes públicos, monumentais, o cuidado dos Duques de Bragança pela saúde e comodidade do povo de Alter.

O povo alterense mereceu pela sua índole compreensiva e trabalhadora um carinho muito especial dos Duques que no decorrer dos anos acompanhavam os seus progressos.

Alter ostenta, mais do que qualquer outra terra portuguesa, muitos escudos brigantinos.

Estes braços de épocas diversas, variam conforme as suas datas.

O primeiro, mais venerando, é da Fundação; três são do século XVI e têm as armas do quinto Duque D. Teodósio I encimados dois deles pela coroa de sete pérolas e um pela coroa de cinco florões; e os dois últimos, do final do século XVIII, são iguais entre si e as coroas respectivas têm, apenas, três florões aparentes.

Deles trataremos ao referirmos o valor histórico ou artístico dos monumentos em que se encontram.

Ao apresentarmos este pequeno estudo acerca do cunho civilizador que a Casa Sereníssima deixou vincado pela colocação dos seus brazões em vários edifícios da graciosa vila alentejana, dois deles monumentos nacionais, cumpre-nos acentuar que várias vezes temos que nos referir à mais antiga descrição dessa linda terra que se ergue dominando campos ubérrimos, rodeada de hortas e de pomares, e que pelo aparato vistoso dos seus palácios e mormente dos seus monumentos atesta o valor do seu passado histórico.

Juntamente com as Constituições Synodales do Bispado de Elvas, foi publicada a «Relação com hum memorial dos Senhores Bispos que a governarão» «Composto pelo Doutor António Gonçalves Novaes Conego e Escrivão do Bispado» «Impressa por Lourenço Craesbeeck, 1635».

A soberba edição começa por uma gravura magnífica onde o retrato do quinto bispo D. Sebastião de Matos de Noronha, que ordenou a publicação, nos aparece rodeado pelos retratos dos quatro bispos que o precederam na diocese.

A «Relação» descreve, em 35 páginas, as vilas que constituem o bispado, e a sua descrição é uma série de pequenas monografias locais cheias de pitoresco.

O objectivo deste estudo faz-nos reportar ao trabalho do cónego Novaes, pois assim o exigem um rudimentar dever de justiça e a necessidade de apreciar algumas das suas informações, as mais antigas de que tenho conhecimento e que suponho serem baseadas nos elementos que colheu directamente.

Lá se referem, como adiante veremos, a Fonte Renascença e o venerando Castelo de Alter do Chão.

El-teri, Abelteri, Alter-Planus, era com Alter Pedroso um dos baluartes da civilização romana na Península, ladeando uma das vias militares de Merida a Lisboa, passando estas segundo G. Partey et M. Pinder, no «Itenerarium Antonnini Augusti et Hieroselynimitanum» num percurso semelhante ao indicado pelo cónego monógrafo por: Plagiaria (Raposera), Badua (Campomaior), Ad Setemares

(Assumar), Matusaro (Ponte de Sor), Alterteri (Alter do Chão) e Aritio Pretório (Benavente).

Aproveitaram, como não podia deixar de ser, os romanos aquela frescura de terras junto à sua importante via militar, e desse aproveitamento veio a surgir a airosa vila alentejana.

Os vestígios da civilização romana aparecem em várias épocas e assim o refere o cónego Novaes, apontando uma estátua de Cupido e moedas de ouro, prata e cobre.

Alter tem em sua volta hortas mimosas, com pomares viçosos e, numa delas, descobriu-se recentemente um pavimento de mosaico, demonstrativo de que os romanos tiveram na velha Ebelteri a sua estação, talvez de repouso. Era um oasis de beleza, no meio das terras alentejanas, ainda por desbravar. A necessidade da construção da formidável ponte de Vila Formosa sobre a Ribeira de Seda ⁽¹⁾ justifica a que por muito tempo vivessem na região fértil e mimosa engenheiros ou architectos romanos. Esta ponte monumental é uma robustíssima construção com cento e dezasseis metros de comprimento e cinco de largura, sobre seis largos arcos com tímpanos perfurados por olhais, que resiste, imponente e solidíssima, apesar dos seus mil e duzentos anos de existência, demonstrando, só por si o apreço em que os romanos tinham a sua célebre e importante Via Militar Merida-Lisboa.

Diz o cónego Novaes: «De aqui de Alter até além da Ponte de Sor he esta via ou caminho de huma calçada tão larga que podem ir a par dous carros por ella, como se vê em alguñas partes em que está inteyra e onde as terras farião baixa se levanta toda por igual»

«O licerce (ou recefe) calçada saindo do termo de Alter

(1) I — *Páginas arquiológicas* — Félix Alves Pereira.
Monuments Romains du Portugal — António Mesquita de Figueiredo.

Vila e Concelho de Alter do Chão — João Rafael Mendes Dona.
Alter do Chão (Conferência) — Rafael Salinas Calado.

vai continuando até além da Ponte de Sor e dali por diante por falta de pedra que a não há naquelas charnecas tinham os romanos posto colunas e padrões nas assomadas para não perderem a via de vista, dellas faz menção Diogo Mendes de Vasconcelos nas anotações das Antiguidades de André de Rezende».

«El-Rey D. Diniz fez mercê a esta Vila de a libertar de pagar jugada e lhe deu o foro da Villa de Santarém prometeo, lhe não daria nunca a outrem, nem por doação nem por escambo (he palavra da Carta) e lhe fez outras mercês e concedeo muitos privilegios e liberdades tudo isto consta de huma provisão ou Carta que está em pergaminho em a Camara de Alter do Chão feita na Cidade do Porto a qual mandou El-Rey ao Concelho de Alter por Martim Peres seu clerigo».

«Veiu a esta Vila de Alter do Chão El-Rey D. Pedro em 22 de Setembro de 1359 e nella esteve muitos dias e ha tradição que pousava em humas casas que ainda duram onde chamam o terreiro, sem fôrro ou obra lustrosa com humas tres janelas de arco muito humilde com humas grades de feitio que bem mostram a sua antiguidade e a que dizem que acontece o caso que conta a sua chónica de mão e que foi que estando El-Rey huma noute a huma destas janelas vendo e ouvindo as mulheres que tomavam água da fonte que neste tempo *estava ali e esteve até o ano de 1556 em* que se mudou para onde está quanto pode ser bem obrada»

«Nesse tempo mandou El-Rey fazer os muros desta Villa, porém nunca se acabaram e ficaram em mêm altura (como hoje estão) e mandou fazer o Castelo de que deixou memoria em huma pedra branca com as Armas Reaes e hum letreiro que diz: «Era de 1359 a 22 de Setembro mandou o mui nobre Rey D. Pedro fazer este seu Castelo de Alter do Chão».

«Com as guerras de El-Rey D. João I ouve grão mudança em quasi tudo que havia no Reyno: neste tempo se mudou o senhorio da Villa, porque sendo até então da Corôa e do

património real, e tendo promessa de el-rey D. Diniz, que não sairia delle, a deo El Rey ao Grão Contestable D. Nuno Alvares Pereira com muitas outras em satisfação dos seus grandes serviços e hoje anda no estado e Casa de Bragança



Inscrição de 1432

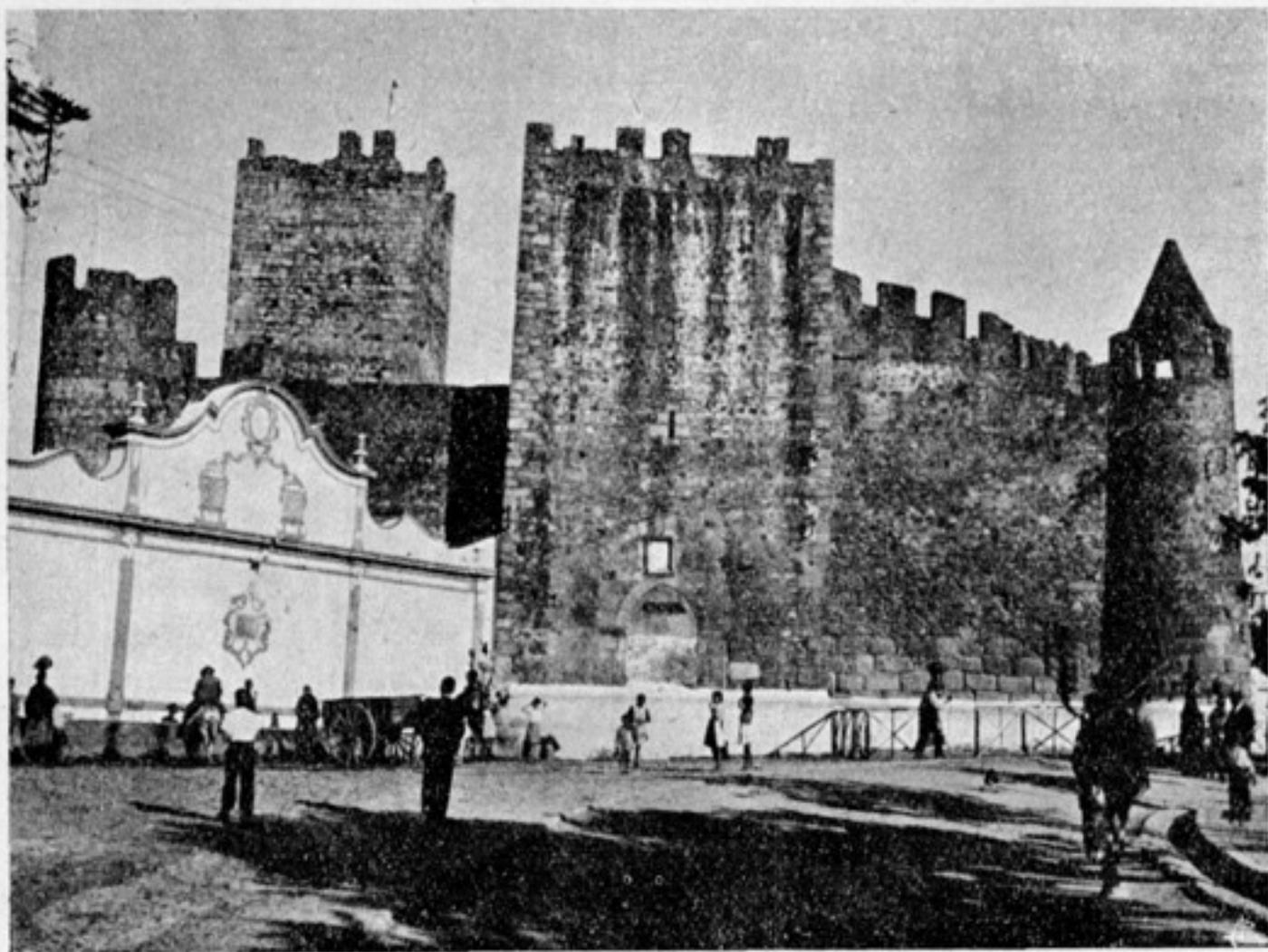
A primeira pedra gravada com as armas da Casa de Bragança, possivelmente emparedada durante quase cinco séculos, no Castelo de Alter do Chão

cujo fundador o Contestable foi, posto que algum tempo foram as rendas e Castelo de Gonçalianes de Abreu, que lha deo o Contestable em gratificação de o ajudar nas guerras e andar na sua companhia».

«As armas da Villa são hum castelo com dous escudos das Armas Reaes e huma fonte com duas flores de lis, tem

juiz de fora e he Alcaide-Mór della Salvador de Brito Pereira».

Assim é referida Alter do Chão, a branca e airosa vila alentejana, na interessante descrição do Dr. António Gonçalves de Novaes, com um pitoresco de expressão que ajustado aos factos lhes dá um sabor de ancienidade, que não



Castelo: fachada e chafariz da Barreira

Entre o arco romano e o fecho da ogiva da porta a inscrição da construção do castelo (1359)

deve destoar, quando se vai tratar de brazões brigantinos, dos quais um enobrece um vetusto castelo com quase seis séculos de existência, e outro a mais linda fonte portuguesa trabalhada amorosamente em mármore, por um extraordinário artista da Renascença.

Teremos, pois, de cotejar as informações apressadas e incompletas do cónego Novaes «... porque quasi em todas as Câmaras e Vilas dêste Bispado, há muitas arcas cheias de

papeis e pergaminhos antiquísimos, mas em tal estado que não há, quem os possa ou saiba ler...» com o desenvolvimento desta pequena monografia, porque não sendo ela

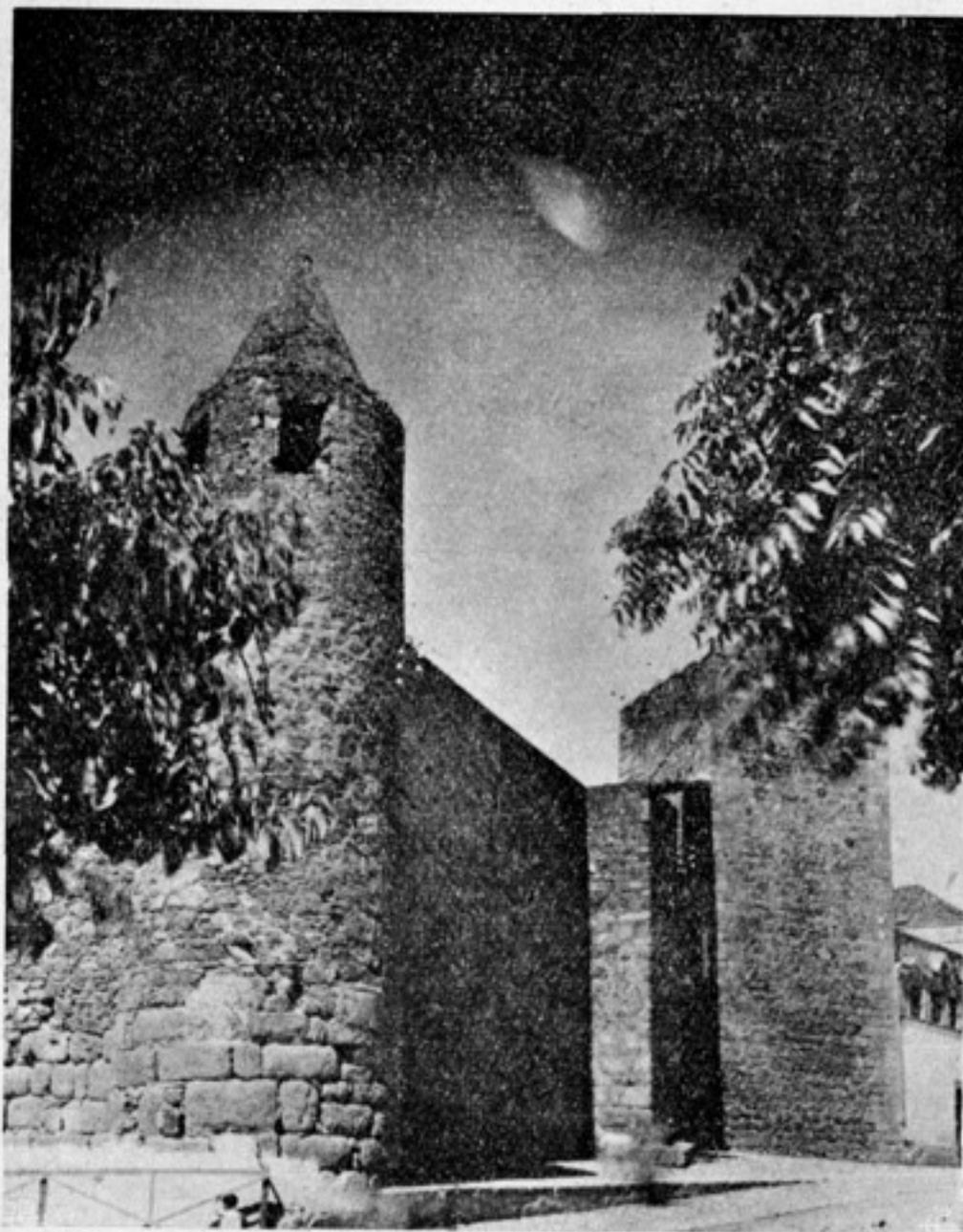


Inscrição da fundação do Castelo
(D. Pedro I — 1359)

intencionalmente um estudo de heráldica tem apenas em mira acentuar e destacar a existência, numa antiga vila alentejana que foi do senhorio da Casa de Bragança, de seis braços da Casa Sereníssima, sendo apenas essa circunstância excepcional, como se disse, que motivou este estudo despretencioso.

UM CASTELO DO SÉCULO XIV

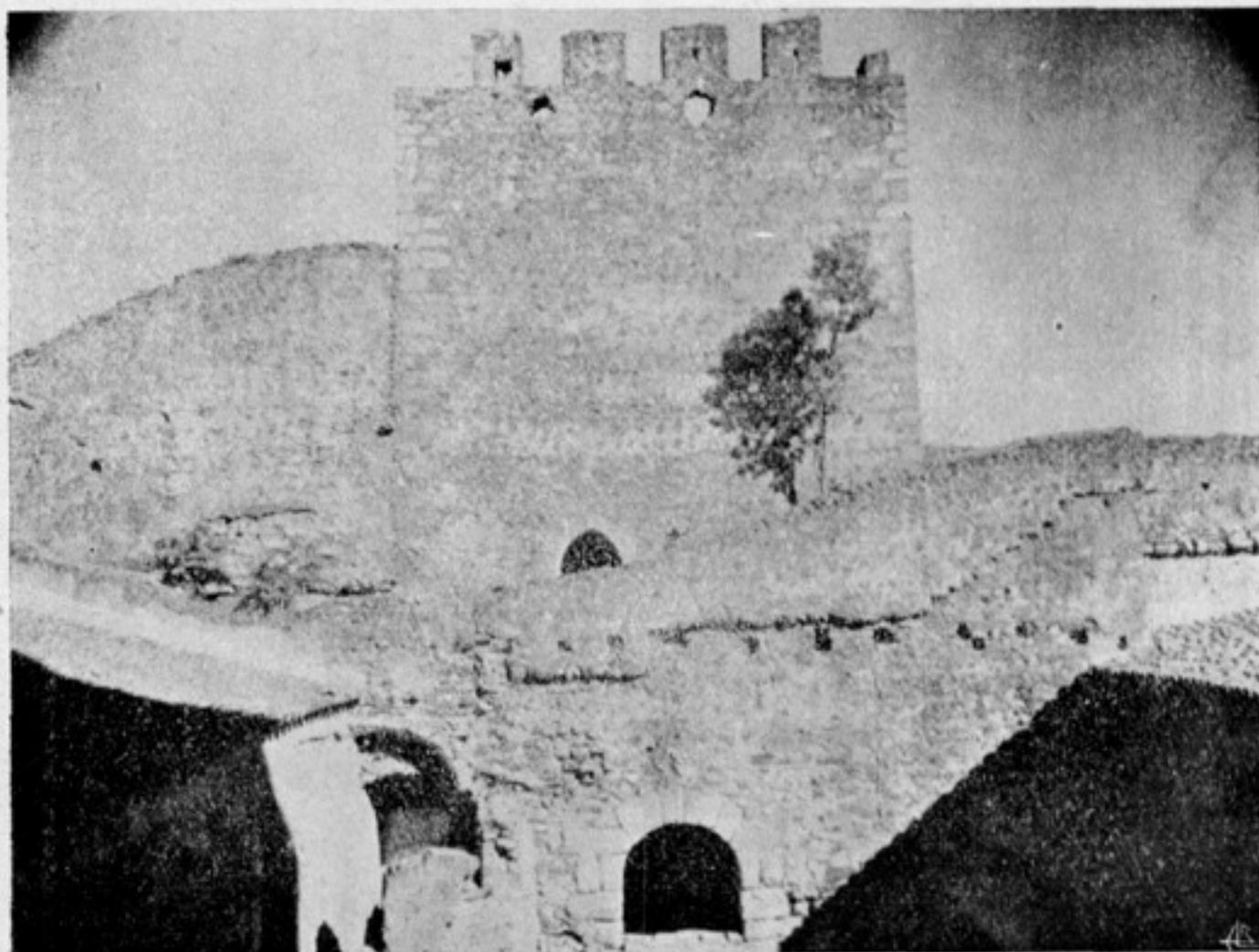
A nordeste da praça pública de Alter do Chão ergue-se uma edificação de imponente aspecto e de elegantes proporções que, dominando a planície e o casario branco da vila,



Cubelo, ou torre redonda, a sudeste da fachada do Castelo, mostrando o começo de desagregação das grossas cantarias do alizar

impõe o respeito pelo seu passado provector: é o seu castelo, veneranda e não venerada construção militar em que o gótico de século XIV marca a data da sua possível construção.

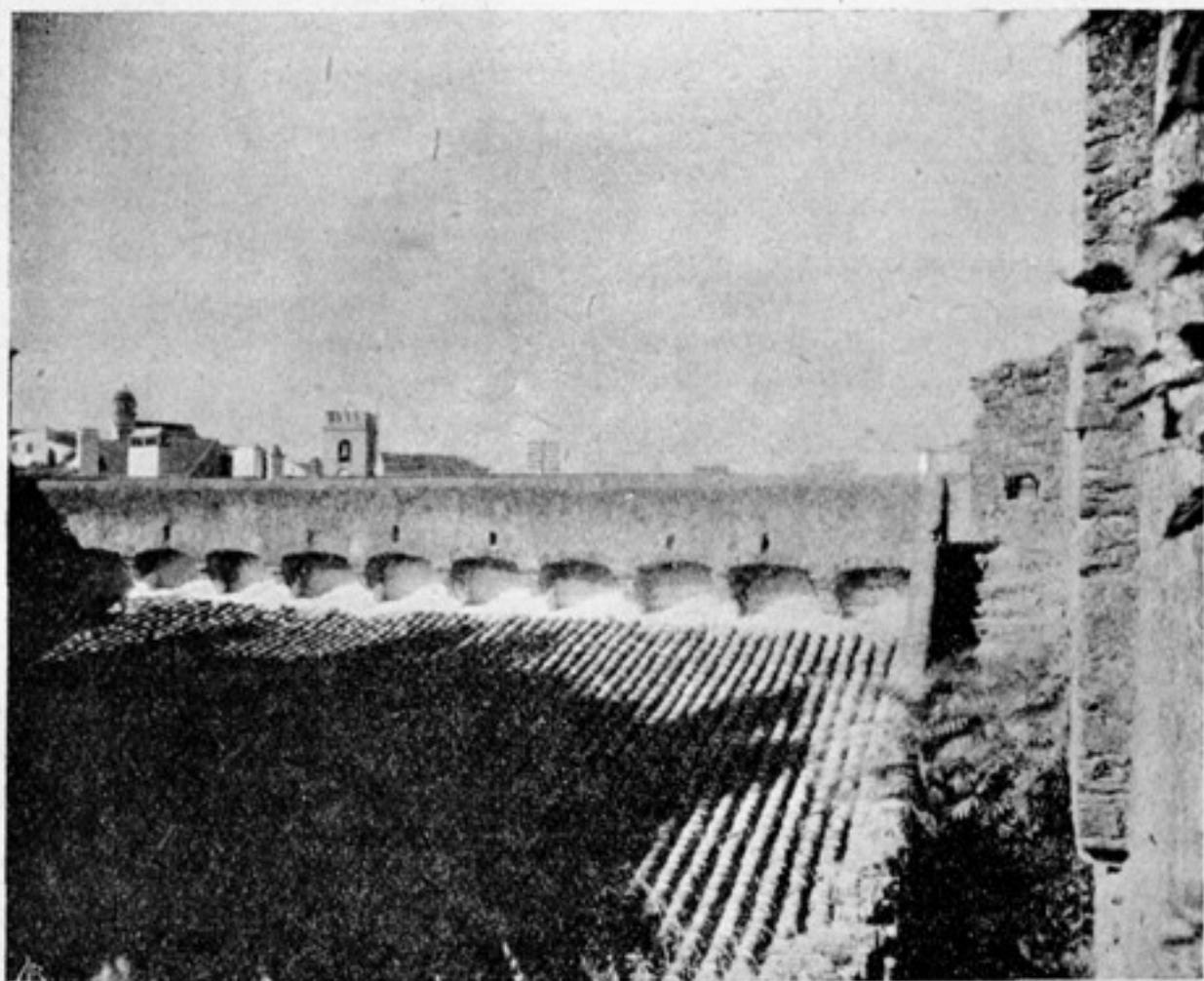
Uma primeira inscrição lavrada em mármore, metida no granito de uma moldura rude, afirma que foi D. Pedro I quem mandou construir este castelo. D. Pedro, que nasceu em 8 de Abril de 1320, subiu ao trono após a morte de seu pai, a 22 de Maio de 1357, com 37 anos de idade e reinou dez anos de intensa vibração vindo a falecer a 18 de Janeiro de 1367.



Interior do Castelo: Verso da fachada mostrando a assimetria dos adarves e aspecto interior da entrada do Castelo, um arco romano, e uma portata gótica

O assassinato de D. Inês de Castro, desencadeou-lhe no peito inflamável o mais emocionante drama de amor da História pátria, que, visto à luz rubra dos archotes medievais, ilumina, ainda pelas páginas dos cronistas e pelas estâncias maravilhosas dos «Lusíadas», uma época de paixões bárbaras e frementes de rancor. Quatro anos depois do trágico desfecho do drama histórico de D. Inez de Castro e dois da sua subida ao trono, esteve em Alter, e, diz o cónego

Novaes: «Veyo a esta Villa de Alter do Chão El-Rey D. Pedro, em 22 de Setembro de 1359... e nella estando muitos dias... mandou fazer os muros desta Villa (que nunca se acabaram)... mandou tambem o Castelo de que deixou memória»...



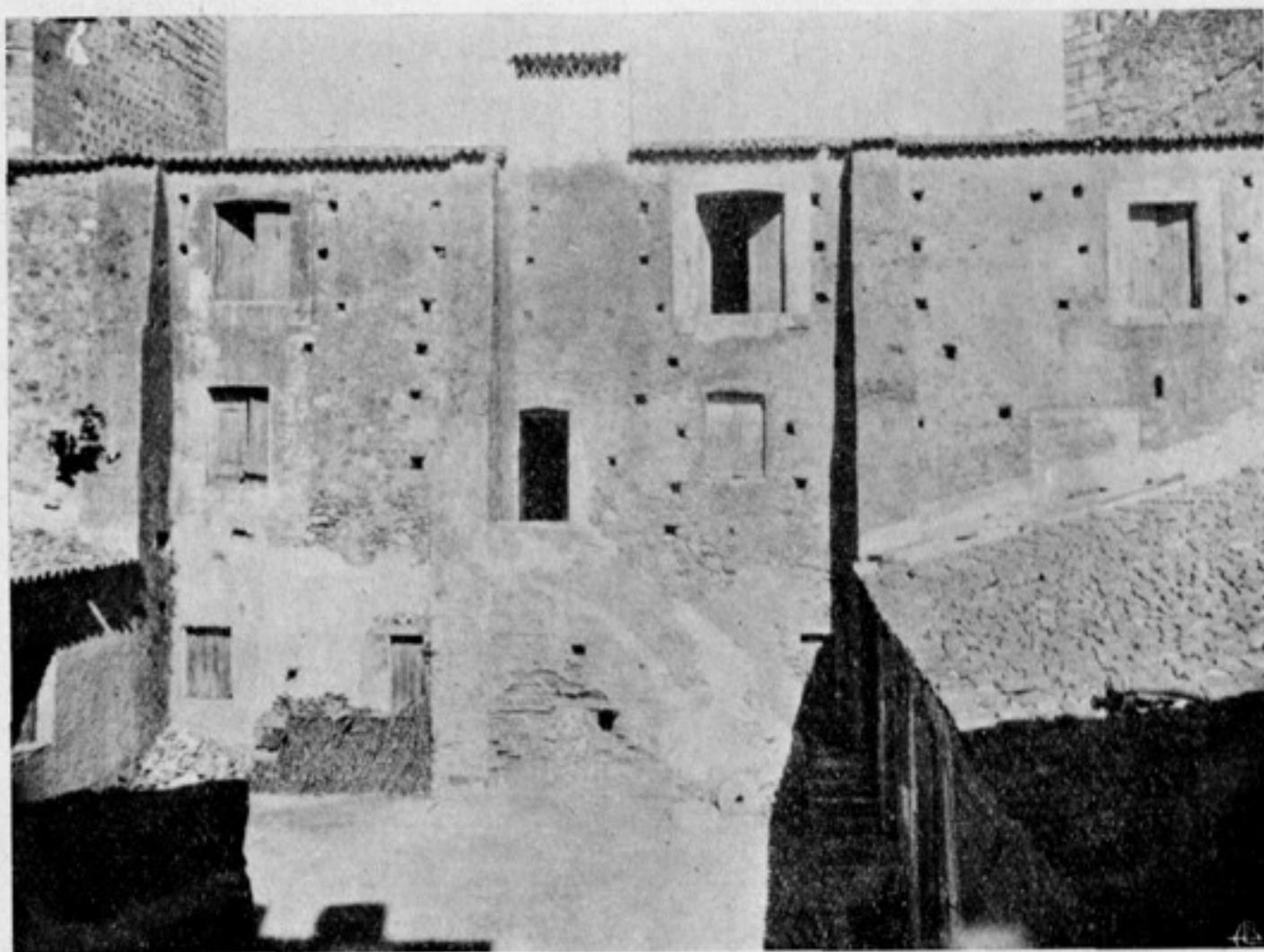
Interior do Castelo: Adarve Nascente sobre os arcos abatidos de base em tijolo

Assim o afirma o escrivão da diocese de Elvas e relator das Constituições Synodais, baseado na inscrição que encima a porta ogival do nobre castelo e que reza assim:

E : MCCCL NOVE ANOS : AOS YXII :
DIAS : DE SETEMBRO : O MUI : NOBRE : REI :
DOM : PEDRO : MANDOU : FAZER ESTE : SEU : CASTE :
LO : DE : ALTER : DO : CHÃO :

Não restam, pois, dúvidas sobre quem mandou edificar a construção perfeita, sólida e robusta que é o altivo castelo de Alter: ou quem o mandou construir foi D. Pedro I.

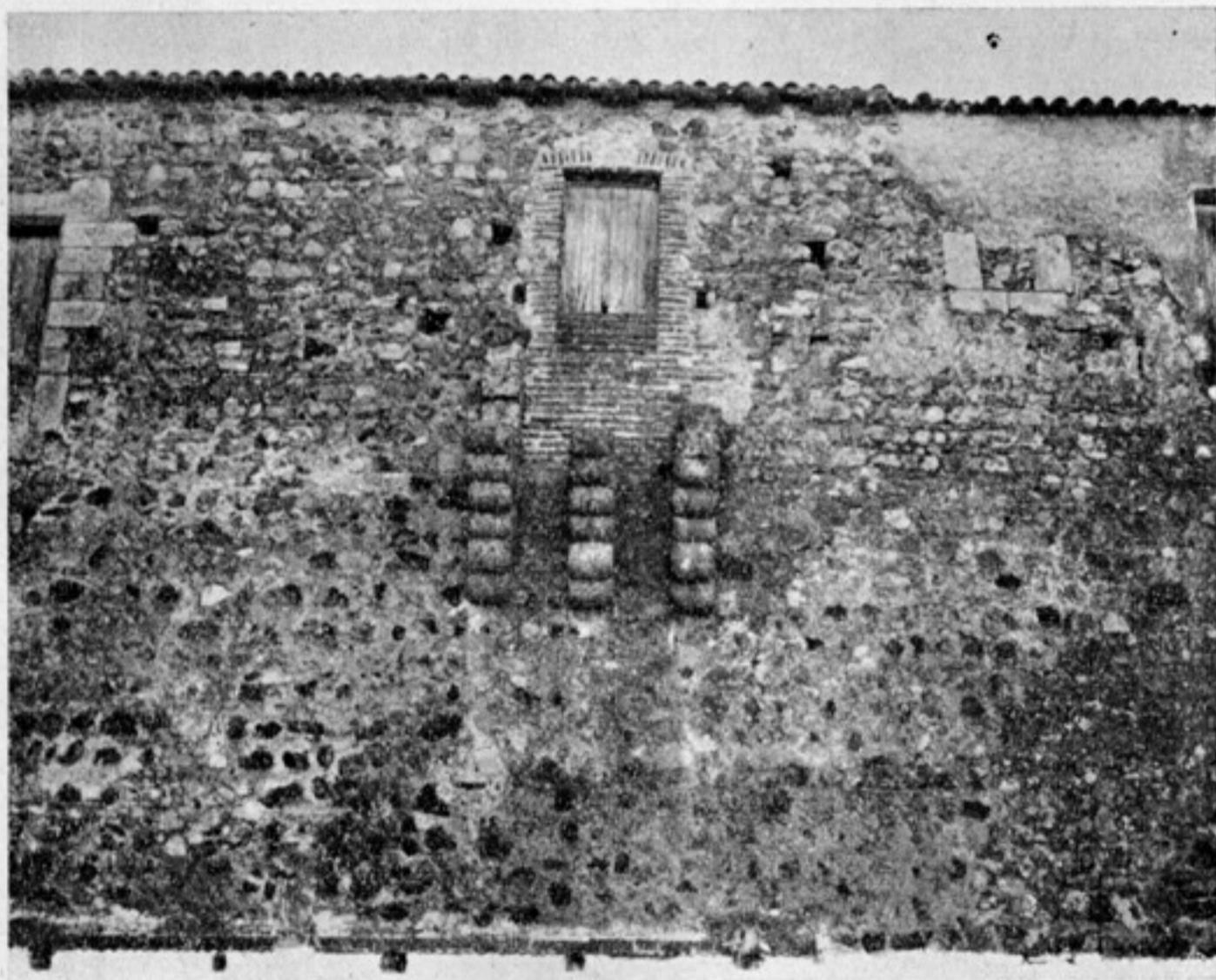
Assistindo pessoalmente ao começo das obras do castelo e dos muros da vila «que nunca se acabaram» quando terminou a construção deste castelo? Ainda em vida de D. Pedro?



Alcáçova do Castelo: Fachada

O aparelhamento da pedra necessária aos alizares, as arestas e cunhais, a construção civil interna, e os muros da vila, são tarefa de muitos anos, e nós temos só conhecimento da visita do rei a Alter «em 22 de Setembro de 1359» e da sua demora de «muitos dias», certamente para dar começo ao plano de construção. Deve ter sido esse começo de execução que o levou à formosa vila alentejana.

Até há poucos anos, a inscrição referente a D. Pedro era a única conhecida, afirmativa e peremptória e com ela se contentavam a história e a tradição local; em 1935 surgiu, porém, um problema cuja solução tem de ser dada talvez conjecturalmente: a explicação duma outra inscrição

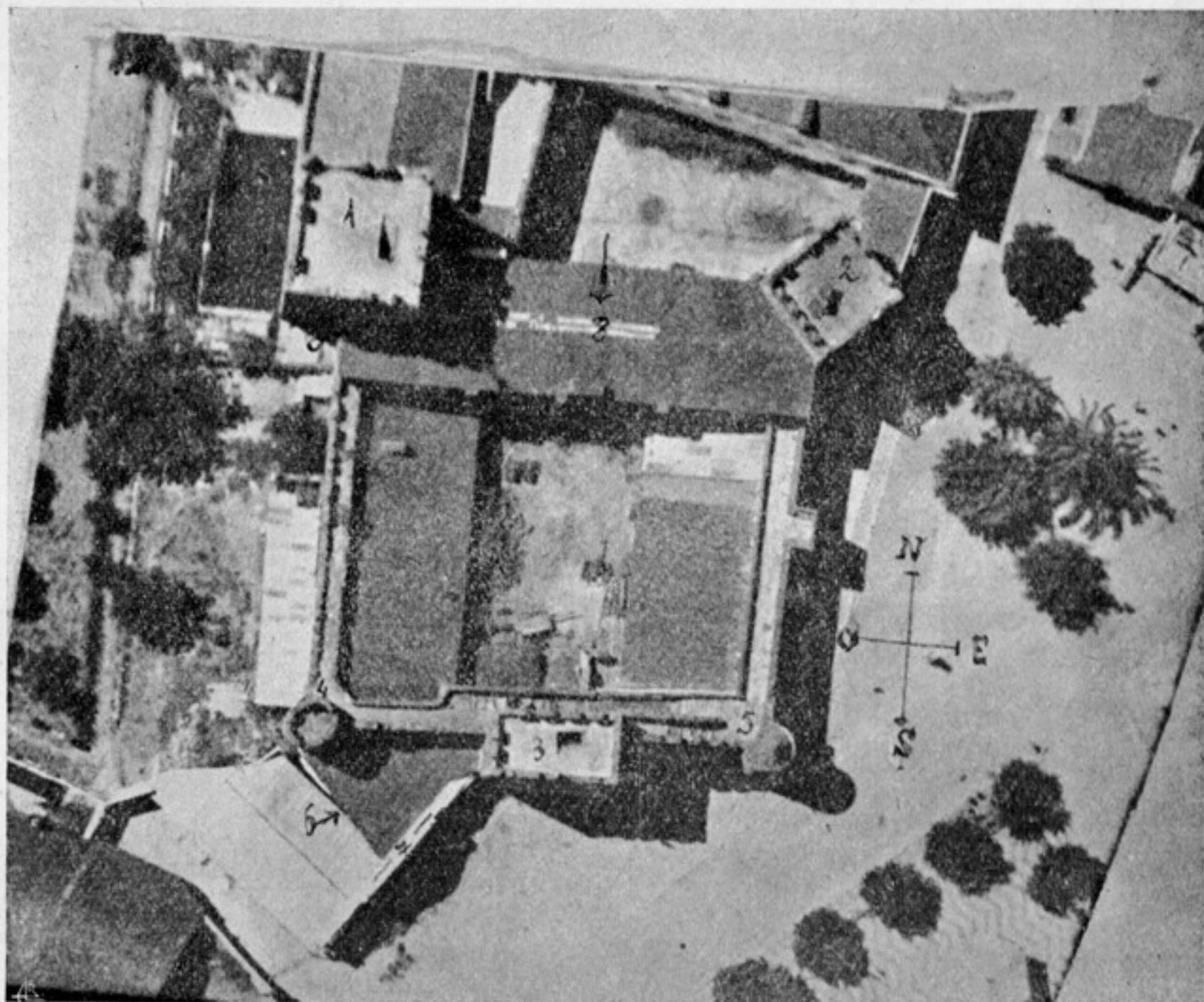


Traseiras da Alcáçova: Base do Machicoulis

referente a D. Pedro, que está colocada entre a volta perfeita dum largo portal, possivelmente romano, e o fecho da ogiva do portal gótico que é a porta principal e a segunda, numa construção parasitária, agarrada à quadrela direita da fachada do castelo.

Como é este castelo?

«Verdadeira casa forte» lhe chama, em 1758 (Dicionário do Padre Cardoso), o pároco de Alter, Padre Francisco Ferreira Barregoso. «Foi esta Villa murada: porém, hoje se acham os muros de todo arruinados. O Castelo fica no plano

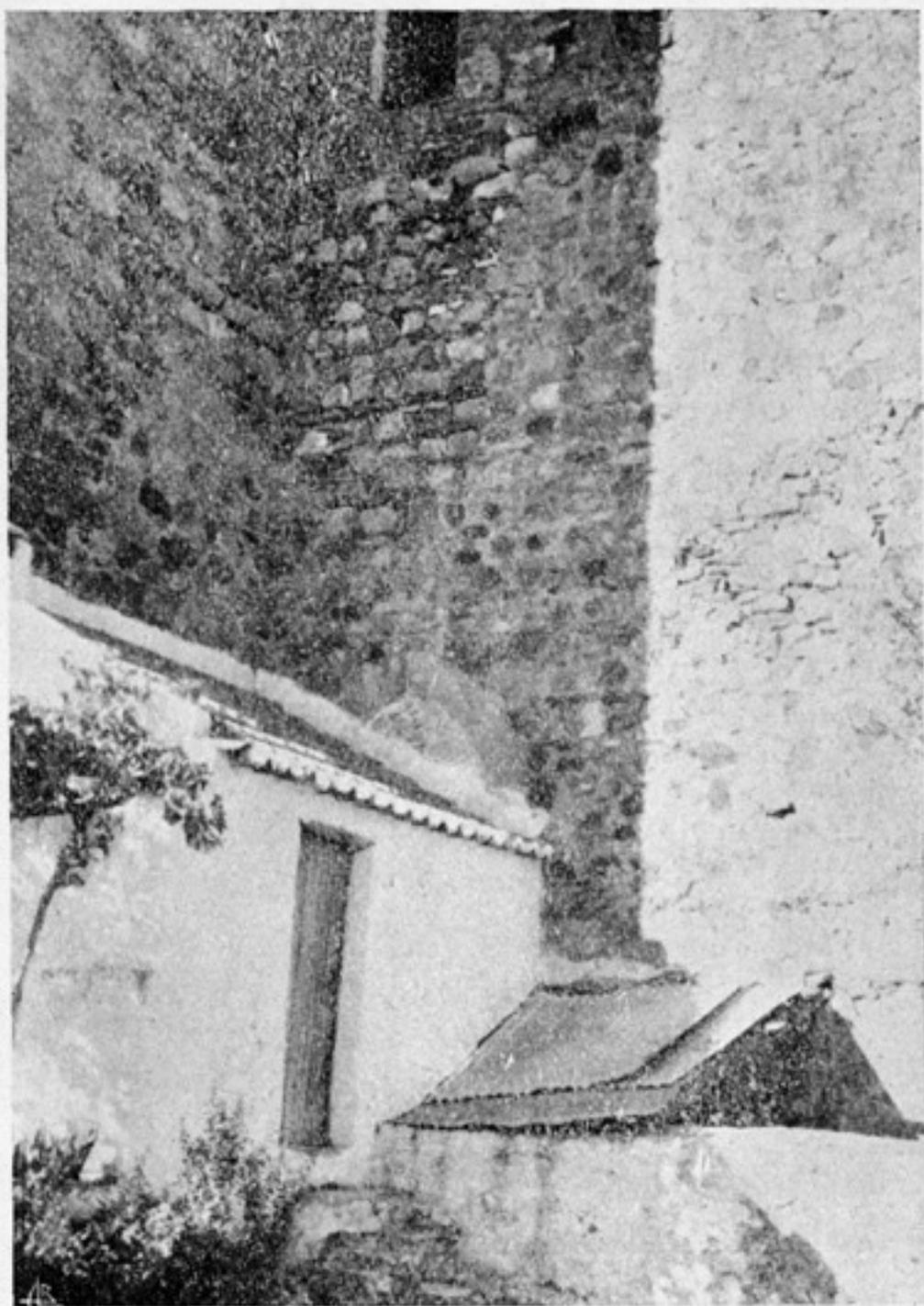


Vista aérea do Castelo

LEGENDA:

- 1 — Torre de menagem
- 2 — Torre quadrada de nordeste
- 3 — Torre rectangular da entrada
- 4 — Cubelo de cúpula desmantelada, a sudoeste
- 5 — Cubelo de sudeste
- 6 — Local onde apareceu, em 1935, a primeira pedra de armas da Casa de Bragança (1432)
- 7 — Chafariz do Largo da Barreira
- 8 — Alcáçova
- 9 — Postigo ou Porta da traição

da Villa para o Sul, perto da Parochia o qual mais se deve chamar casa forte que castelo em razão do sitio em que está fundado». (Dicionário de António Patrício-1816).



O fecho da ogiva do Postigo ou Porta da traição,
ao Poente do Castelo

O desenvolvimento de Alter, excluída da doação de D. Afonso II, Mestrado da Ordem de Aviz, levou talvez D. Pedro a mandar construir «o seu castelo» na planície, a uns três quilómetros de Alter-Pedroso, doada àquela Ordem Militar.

Tem sido muitas vezes reproduzido seu aspecto altivo de fortaleza medieval (1).



Brazão de D. Fernando, Conde de Arraiolos (1432),
posto a descoberto em 1935

(1) *Etnografia Portuguesa* — Leite de Vasconcelos.
Vila e Concelho de Alter do Chão — Dr. João Rafael Mendes Dona.
Castles of Portugal — Almirante Pereira d'Eça.
Enciclopédia pela Imagem — Castelos Portugueses.
A Vila de Alter do Chão (Conferência) — Rafael Salinas Calado.
 E nos jornais: *Diário de Notícias*, *Sol*, *Diário de Lisboa*.
Alter do Chão — Fascículo 8 das «Folhas Soltas». Imprensa Lucas.

A sua edificação longe da fronteira, numa planície extensa, significa a necessidade da construção de um posto militar em defesa duma região altamente produtiva, e com os muros da vila, o resguardo e defesa, também, duma povoação de antecedentes multiseculares e em constante desenvolvimento. É uma construção perfeita e coerente o castelo de Alter, ainda de pé pelo respeito instintivo de uma população urbana, de viver tranquilo, que não permitiria o seu desmantelamento, estando, como está, na sua mais linda praça pública.

A torre rectangular da entrada apresenta na base aspecto curioso: o da sobreposição de duas portas de estilos architectónicos diferentes, pois a porta mais recente que é ogival, está metida num grande portal possivelmente romano.

Em nenhum dos castelos do livro de Duarte de Armas, em que aliás o de Alter não vem por o «escudeiro de D. Manuel» tratar só de fortificações fronteiriças ou de valor defensivo importante, se vê tal aspecto; o que nos leva a concluir que D. Pedro I teria aproveitado o portal romano e reduzido a entrada da fortaleza à porta ogival, de proporções mais pequenas. Esta dualidade architectónica é de surpreender e suscita uma dúvida de explicação conjectural: a coexistência de dois estilos de épocas diversas e afastadas parece significar que D. Pedro aproveitou os restos duma antiga fortaleza já existente então, e que o castelo «que mandou fazer» foi a reedificação do castro que encontrou, mas segundo a arquitetura gótica, sua coeva.

A sobreposição do poderoso arco romano, elevado e robusto, sobre a porta ogival muito mais reduzida, assim o parece demonstrar, e a inscrição peremptória relativa a D. Pedro deve, pois, significar o restauro, ou antes um aproveitamento do existente numa reforma e acrescentamento nos moldes góticos seus contemporâneos.

Vem envelhecendo há seis séculos mantendo a sua dignidade exterior já bastante frágil e achacada, este formoso castelo medieval do século XIV, aproveitado, porém,

sacrilegamente, no seu interior, para celeiro, estrebaria, e oficinas de carpinteiro perante a tranquila indiferença secular de gerações e edilidades sucessivas.

Há longos anos que de longe tento chamar à noção duma realidade cruel, à possibilidade duma derrocada, os sentimentos altamente bairristas dos meus conterrâneos, e os meus esforços vieram encontrar neles e, especialmente, na Câmara da presidência do Dr. Francisco Barreto, um acolhimento animador, e prometedor talvez da salvação urgentíssima do nobre castelo, monumento nacional por decreto de Junho de 1910.

Tem por ele um enternecimento muito especial esse grande realizador que é o erudito e incansável trabalhador, architecto Baltazar de Castro; e a benemerente Direcção dos Monumentos Nacionais chegou a votar-lhe um subsídio de cinquenta contos para começo do seu restauro os quais não vieram a ser applicados porque o castelo continua a ser, injustificadamente, uma propriedade particular desprezada.

Urge acudir-lhe num gesto de remissão e de civilização, que impõe há muito a sua aquisição para o Estado, para a Câmara ou para a Casa de Bragança, de quem o senhorio da vila e castelo foram outrora.

Descreve-o e muito bem o erudito e malgrado Luís Keil, na magnífica e quase esgotada obra, *Inventário do Distrito de Portalegre*, edição soberba da Academia das Belas Artes de que foi prestigioso vogal-director.

Este castelo tem a forma de um quadrilátero irregular formado por quatro quadrelas altas, flanqueadas por quatro torres: dois cubelos, ao Sul, e duas quadradas ao Norte, tendo a entrada coberta e defendida por uma quinta torre, esta de forma rectangular.

O seu perímetro exacto é de cento e trinta e nove metros, correspondendo às seguintes dimensões: 22,30 de fachada, ao Sul; 35,60 do lado do Nascente; 42 ao Norte e 39 ao Poente medidos de torre a torre.

As cinco torres têm, respectivamente, as alturas seguintes: a de menagem, a Noroeste, 25 metros; os cubelos da

fachada, a Sudeste, 11; o de cúpula desmantelada a Sudoeste; a torre rectangular da porta 16; e finalmente a torre quadrada a Nordeste 16,50. A fachada do Castelo é de traça assimétrica e a razão dessa assimetria está em que dos adarves que ligam os cubelos à torre de entrada e dela equidistantes, um é ascendente dando acesso ao eirado terceiro e último pavimento dela, ao passo que o outro é horizontal.

O adarve que sai do cubelo Sudoeste bifurca-se e toma duas direcções diferentes: uma como se disse, levando ao eirado, outra rebaixando até à altura do segundo pavimento da torre, subindo depois até à horizontalidade perimetral do adarve.

Por esta descrição se vê que a fachada, ao Sul, é constituída por uma torre rectangular sobre a entrada, ligada por duas quadrelas altas e assimétricas aos dois cubelos que a flanqueiam, um a Sudoeste e outro a Sudeste.

O desenho que representamos da fachada tenta demonstrar a assimetria apontada, em grande parte oculta pelo grandioso chafariz da Barreira, cuja enorme massa tapa à vista o pano de muralha entre a torre e o cubelo Sudoeste.

Certamente os alterenses, depois de se lhes mostrar a obstrução que o referido chafariz fez à entrada do seu decorativo castelo, desejarão vê-lo transferido dali para outro lado e terem finalmente e completamente desafogada a frontaria do seu nobre e aparatoso monumento medieval.

A fotografia aérea, atrás, mostra bem a configuração exacta do castelo e a orientação dos seus adarves ameados, coroados de merlões e de ameias, com merlões lisos, curvos, sem remate algum, e com remates salientes em forma de pirâmides quadrangulares, nas duas torres quadradas do Norte.

O castelo de Alter é uma fortificação fechada e regular e o leito dos seus adarves da quadrela Norte corresponde à parede posterior da alcáçova. Esta é flanqueada, dum lado pela elegante torre de menagem, e do outro pela torre de Nordeste, a que encosta o varandim setecentista de artístico alçado recortado em curva e contracurva, do palácio dos

Britos Homem que pertenceu ao falecido Visconde de Alter, António Mendo Caldeira Castelo-Branco.

O pano exterior da muralha norte (alcáçova) apresenta aberturas de algumas janelas e as bases dum robusto machicoulis para sua defesa.

A fachada da alcáçova no interior do castelo ostenta já poucos vestígios coevos da edificação; não se localizam nem a poterna nem a mata-morra, e está entulhada a cisterna, não se descortinando também indícios do poço que havia no meio do pátio. A fachada da alcáçova apresenta ainda algumas reminiscências da sua traça primitiva; entaipada e encoberta por uma escada mesquinha, uma porta de base bem trabalhada, três botareus que amparam o muro frontal, e no segundo andar e último piso restos em granito das bases de duas janelas amplas. A alcáçova tem três pisos: rés-do-chão, primeiro andar e segundo, todos de tecto de abóbada.

O rés-do-chão subido mais tarde excessivamente prejudicou e apoucou o pé direito do primeiro andar que ficou baixíssimo, do que resultou o entaipamento e redução da porta ogival que o liga à torre de Nordeste.

O segundo andar, porém, mantém as proporções primitivas e conserva ao topo da escada uma porta igual àquela que está tapada pela escada exterior da alcáçova, e que é de cantarias direitas e base chanfrada, a qual dá entrada para o lado do Poente da alcáçova, para o característico e castiço vestíbulo gótico da torre de menagem decorada com três portas ogivais: uma de acesso, outra abrindo para uma sala nobre, de muito pé direito, com o tecto sustentado por três grandes arcos de fecho de ogiva, com uma larga janela gradeada, que terá servido de prisão; e a esta sala está ligada a lenda da «mão de sangue» que se dizia aparecer nas suas paredes; e, finalmente, a terceira porta que dá acesso aos lanços de escada estreita e que leva a uma pequena sala (terceiro pavimento) e que segue para o eirado da grandiosa torre.

O lado direito (Nordeste) do segundo andar da alcáçova é um vasto salão que tem uma chaminé enorme, sobre a

escadaria e duas portas: uma, ogival, que abre para as escadas da torre, e outra, de época posterior, também de cantarias direitas e base chanfrada, a qual abre ao Sul directamente para o adarve do castelo.

Estes vestígios de traças primitivas da alcáçova prestam-se a orientar com precisão um seu restauro e reconstituição.

Tem também o castelo o seu postigo ou porta da traição, tapada do lado de dentro do castelo e que lá fui descobrir do lado de fora, onde se vê apenas o fecho da ogiva pois está encoberta por uma pequena construção agarrada à quadrela do lado do Poente.

Na alcáçova habitaram os Alcaides-Mores de Alter do Chão.

Em 1635, diz o cónego Novaes, era Alcaide-Mor, Salvador de Brito Pereira, e no livro interessantíssimo «O Beato João de Brito e a Família Frem» de Manuel Rosado Camões e Vasconcelos, alterense ilustre, encontrámos os dados biográficos deste importante personagem: «... D. Brites Pereira casa em Portalegre com Salvador de Brito Pereira, Alcaide-Mor de Orém e Alter do Chão, Comendador de Castelões e Monforte, Vedor da Serenissima Casa de Bragança, Governador do Rio de Janeiro, onde morreu, irmão inteiro de Cristovam de Brito Pereira, Governador de Vila Viçosa e Familiar do Santo Officio».

Estes Britos Pereiras deviam ter sido, pelos cargos que desempenharam, pessoas muito do apreço dos Duques de Bragança, e ao Alcaide-Mor de Alter Salvador de Brito Pereira coube a honra e glória de ter sido pai do Beato João de Brito. A circunstância de alguns, senão todos os seus filhos, terem nascido em Lisboa, os altos cargos que exerceu, deixam supor que Salvador de Brito Pereira teria tido a sua residência na corte, servindo-se só acidentalmente da sua moradia na alcáçova de Alter.

Seu filho Fernão Pereira de Brito, o «Cocho», nascido em 1640, e a quem se refere a obra citada, acerca de uma curiosa história com ele passada, sucedeu na casa e comen-

das de seu pai e foi também Alcaide-Mor de Alter do Chão. Na descrição da rixa sangrenta que com ele houve a propósito do Mato de Alter diz-se... «com ele se sentaram os frades (Capuchos do Convento extramuros de Santo António) nas ameias do castelo que é donde Fernão Pereira de Brito então vivia nesse tempo...»

Devia, pois, ser a alcáçova uma residência cómoda e conveniente para nela habitarem os seus alcaides-mores. Nesta descrição conta-se que da referida rixa entre o «Cocho» e João Alves Barreto, resultou a morte duma «moça donzela» que tirava água do poço que havia no meio do pátio do castelo e constata-se que o convento ficava fora da vila.

Transcrevemos Pinho Leal acerca do Convento de Santo António dos Capuchos. «Ele foi fundado por D. Teodosio II de Bragança, pai de D. João IV, que nele lançou a primeira pedra em 8 de Outubro de 1617».

Marca mais uma vez o interesse dos Duques de Bragança por Alter a ida ali do sétimo Duque, para a fundação do Convento a que podemos chamar de extra-muros, devendo inferir-se da curiosa narração de Manuel José da Costa Juzarte de Brito, que Manuel Rosado transcreve, que as muralhas da vila a pouco se estendiam para o Sul e certamente se dirigiam, abraçando a povoação medieval, para o Norte e Nascente do Castelo.

A Misericórdia instituída por D. Manuel em 1524... «a que se anexou à dita confraria, o Hospital com toda a sua fazenda e obrigações com Autoridade Real e do Duque»... (Tombo reformado da Misericórdia pelo Padre Afonso Boroa) estaria fora da barbacã e extra-muros, também.

Qual a direcção e área das muralhas que anteriormente e próximo a 1635 o cónego Novaes nota que «se encontram em mea altura?»

O desenvolvimento de quase todas as povoações portuguesas, destruindo e ultrapassando sem método urbanístico, a cintura das suas antigas muralhas, deixa sem resposta esta pergunta que pode fazer-se em relação a todas as cidades e vilas outrora muradas.

Muito conjecturalmente suponho que a barbacã de que não há vestígios de incidência em frente do castelo prolongaria os seus muros para o Nascente e para o Norte, e estes acabariam por vir a cerrar-se contra a forte e elegante torre de menagem.

Chegariam os muros até ao Outeiro?

É de supor que sim, pois lá se encontram ainda vestígios coevos, como duas portas ogivais em duas cosinhas modestas.

Não encontrei elementos que pudessem documentar a orientação e extensão da traça das muralhas, mas o espaço murado deveria ter sido bastante amplo, pois, no volume v da *Corografia Moderna* de João Baptista de Oliveira (1876)..., «Alter compreende a quinta hoje altamente decorativa, encabeçada pelo mais lindo palácio português do século xvii, enobrecido com um braço ostentoso, rica de vegetação, aristocrática nos seus arruamentos de buchos, nos seus tanques e fontes, solar da família de Manuel Rosado de Vasconcelos, que é hoje certamente muito mais extensa do que teria sido outróra, dentro dos não acabados muros da vila medieval».

Envolvendo a primeira quinta do Alamo e chegando até ao Outeiro devia ser bastante extenso, muitíssimo extenso mesmo, o perímetro murado do velho burgo medieval sucessão da velha cidade romana de Ebelteri.

Está hoje reduzido por incaracterísticas construções urbanas o pátio do castelo, outrora completamente desafogado, com as quadrelas à vista tendo no meio, sobre a base de dois ou três degraus de granito, o bocal do poço com a armação gótica da sua roldana estilizada, modelada em ferro pelos artífices de então.

Os dois pardieiros que a enchem de cada um dos lados não sobreviverão a uma reconstituição criteriosa e deixarão em toda a sua severa magnitude o espaçoso pátio, completamente coerente com a sua nobre dignidade de fortaleza medieval. A entrada do castelo está emparedada e entulhada e o acesso faz-se hoje por uma larga porta, ferida architectónica

rasgada na muralha do lado da Barreira, coerente também com todos os vandalismos que o venerando castelo tem sofrido no decorrer dos séculos; e, desafogada e reconstituída a primitiva serventia exterior do acesso ao pátio, alcáçova, adarves e torres, vê-la-emos, então, em toda a sua beleza severa e dominadora, na nudez majestosa de granito e da traça militar coeva do fundador. Assim se destacará a graça árabe-alentejana dos arcos pequenos de alvenaria, de tijoleiras à vista, que suportam o adarve Nascente.

Vamos agora tratar da pedra de armas da Casa de Bragança posta a descoberto por um verdadeiro acaso, feliz circunstância que nos veio mostrar aquela que o ilustre professor Hipólito Raposo considera «a primeira expressão heráldica» da Casa Sereníssima.

Quando em 1935, a Câmara da presidência do Dr. Francisco de Sousa Alvim mandou construir por detrás do chariz da Barreira um lavadouro público, teve que destruir uma edificação mesquinha que ali havia, e então surgiu perante a surpresa de toda a gente, com a sua muldura também de granito, uma extraordinária inscrição medieval!

Lavrada em caracteres góticos monacaes, a sua leitura era difficilima e tendo-me o presidente da Câmara enviado logo a sua fotografia, eu mandei uma reprodução dela ao hábil paleógrafo da Ericeira Jaime Lebe e Silva, o qual acentuando a sua difficilima leitura me indicou o pouco que nela tinha conseguido decifrar, aconselhando a consulta do sábio epigrafista, José Maria Cordeiro de Sousa, a quem me dirigi.

Este meu ilustre amigo remeteu-me depois a sua decifração autorizada, em carta, que com sua amabilíssima anuência ofereci para o arquivo da Câmara, onde se extraviou e da qual transcrevo, com vénia, a cópia que então guardei.

«... Só agora, pois, pude dedicar ao exame da fotografia da pedra que teve a amabilidade de me enviar a atenção necessária. O resultado da leitura dessa inscrição não me pertence exclusivamente, pois foi obtido com a

colaboração do meu amigo e ilustre epigrafista Engenheiro Garcez Teixeira que gentilmente quis auxiliar-me.

Examinámos a fotografia, discutimos um ou outro ponto menos claro e sem grande dificuldade completámos a leitura».

: ESTA : OBRA :
a/MANDOU FAZE
R : FERNÃ RUIZ :
HERDOU : DE DO
FERNANDO : NETO
DELREI e CONDE
DARAOLOS : ERA
DO NANTO D : N :

JJJJXXXII ANOS

Deve-se, pois, ao sábio epigrafista Cordeiro de Sousa e ao seu ilustre colaborador Garcez Teixeira a completa e autorizada leitura da primeira pedra de armas mandada gravar pela Casa de Bragança.

Na minha conferência sobre Alter do Chão, lida em Lisboa em 1941 e mandada publicar pela Câmara em 1944, veio pela primeira vez a público a notícia e reprodução da inscrição, e a sua transcrição saiu imperdoavelmente errada, pois em contrário da leitura dos ilustres epigrafistas, saiu «Conde de Barcelos» por Conde de Arraiolos.

Aqui fica a rectificação, com as mais necessárias desculpas, pelo involuntário erro cometido.

A inscrição afirma peremptoriamente: ...«Esta obra mandou fazer... em 1432»... e surge então, a necessidade de fazer uma pergunta inevitável: que obra foi essa, que mereceu comemoração aparatosa, 73 anos depois do começo da construção do castelo de Alter?

E a esta pergunta teremos de acrescentar a seguinte: porque era desconhecida esta inscrição?

Não a refere o cónego Novaes, na sua Relação do Bispado de Elvas, publicada em 1635, e do mesmo modo a não referem todos que sobre Alter do Chão escreveram, o que nos permite afirmar que ela já não estava à vista, quando o relator das Constituições Synodaes passou pela vila alentejana, essa «ocultação» não pode deixar de significar um propósito intencional.

Vê-se com nitidez, no aspecto da inscrição e especialmente no da sua rude moldura de granito, que ela sofreu pelo menos uma mudança, pois não é de admitir que a inscrição saísse fracturada da mão do canteiro que a fez e gravou, e que a moldura apresenta sinais evidentes de ampliação, pois, não a cinge e apresenta também volume desnecessário de argamassa na junção dos seus fragmentos. É uma notável peça de brazonaria primitiva a inscrição de Conde Arraiolos na dualidade do seu significado escrito, e da sua expressão heráldica.

Tentaremos responder às duas perguntas conjecturalmente, porque não existem elementos de elucidação que possam fazer luz decisiva sobre o mistério secular que à sua volta se adensa.

O castelo de Alter demonstra que três estilos arquitectónicos foram empregados na sua edificação: arco romano que envolve a porta ogival da entrada; construções de D. Pedro; e cantarias gótico-pré renascentistas, nas três portas de cantarias direitas.

D. Pedro I mandou construir «este seu castelo», aproveitou um grandioso arco romano, e deu traça gótica simples ao plano da fortificação, que no seu tempo ainda poderia ter sido quase todo executado, ou pelo menos a fachada, parte das quadrelas e das torres de menagem e de Nordeste. Assim é o gótico simples uniforme em toda a extensão das construções indicadas.

D. Fernando, «neto de El-rei e Conde de Arraiolos», que viera de Chaves, onde nascera, para tomar conta da herança dos senhorios maternos, entre os quais o de Alter, e que veio a ser o segundo Duque de Bragança, teria acabado a

construção do castelo e da alcáçova, ainda em vida do avô paterno, o rei D. João I, o qual faleceu no ano imediato à data da inscrição.

«Esta Obra» deve ter sido, pois, a construção da Alcáçova e o remate das torres referidas, como pode concluir-se da circunstância de os merlões das suas ameias não serem de remate simples, como os restantes, e sim de remate transbordante, em forma de pirâmide quadrangular, das portas gótico-pré-renascentistas da mesma.

Concluindo uma fortaleza do reino, compreende-se que o grande senhor de então deixasse «memória» gravada desse facto e que se orgulhasse de lhe impor o selo do seu braço anotando, com a indicação de «neto El-Rei» a origem real da sua nobre casa.

Dai, possivelmente, a primeira pedra de armas gravada com o braço da Casa de Bragança: «de prata uma aspa de vermelho carregada de cinco escudetes de Portugal antigo» (Santos Ferreira), honrando e enobrecendo a decorativa inscrição, em góticos maiúsculos, ao sabor da época. Deveria talvez ter sido colocada primeiramente esta orgulhosa lápide comemorativa na fachada da alcáçova, ou em qualquer das duas torres do Norte da fortificação, para atestar aos vindouros o cuidado do Conde de Arraiolos pela fortificação dos seus domínios.

Porque desapareceu essa inscrição, que não foi vista e descrita pelo cónego Novaes?

Porque, dois séculos depois de ela ser gravada, não encontrou vestígios da sua existência o apressado, mas minucioso autor da Relação do Bispado de Elvas?

Consentiria a Casa de Bragança que se ocultasse uma pedra de armas sua, posta numa fortaleza do seu domínio?

Não é de aceitar essa probabilidade. Então temos de tentar justificar essa «ocultação» como um acto de hostilidade para os Duques de Bragança, e de outro não temos conhecimento, além da execução do Duque D. Fernando e da confiscação dos seus bens ordenada por D. João II.

Nesse momento de dolorosa punição para a grande casa ducal compreende-se o destino que possivelmente teria levado a veneranda e orgulhosa inscrição: o seu apeamento e possível emparedamento.

Ao serem restituídos por D. Mauuel I, treze anos depois, os bens e prerrogativas aos grandes senhores brigantinos, a inscrição, possivelmente emparedada, e não encontrada, não teria voltado ao seu primitivo lugar. Assim se explica a razão de não ter sido descrita pelo cónego Novaes e ser completamente desconhecida até 1935, em que se deu a surpresa feliz do seu aparecimento.

Não dogmatizamos sobre estas suposições razoáveis, não temos autoridade para o fazer, nem elementos de elucidação que nos permitam dar carácter definitivo às conjecturas que tentam explicar despretenciosamente circunstâncias e factos envolvidos pela misteriosa poeira dos séculos. Hoje, ainda fora dum lugar condigno, posta a descoberto inesperadamente por uma circunstância ocasional, mutilada e com algumas pequenas fracturas, ela lá está, dando a Alter do Chão a honra de possuir a possível primeira pedra de armas, que a Sereníssima Casa de Bragança mandou gravar.

É este, pois, o primeiro da série dos seis braços nobilitantes da mais ilustre, poderosa, opulenta e histórica das grandes casas senhoriais portuguesas existentes na graciosa vila alentejana de Alter do Chão, que D. João I deu em 1428 ao grande Condestável, em confirmação da doação que o Rei D. Fernando já lhe tinha feito (vide nota 1).

BRAZÕES QUINHENTISTAS

- I — O de D. Teodoso I no madrigal architectónico da Fonte Renascença.
- II — O do Chafariz da Torrejana.
- III — O da Fachada da Câmara Municipal.

FONTE RENASCENÇA DO LARGO DA BARREIRA

«...estando El-Rey hũa noute em huã destas janelas vendo & ouindo as molheres que tomauão agoa na fonte que (naquelle tẽpo estaua aly, & o esteue té o ano de 1556, em que se *mudou para onde está quanto pode ser bem obrado*»...

«Relação do Bispo de Elvas» 1635 — Dr. António Gonçalves de Novaes.

«No Largo da Barreira, em frente ao castelo, há uma fonte de mármore branco de um curioso trabalho artístico cuja origem se não conhece por ser antiquíssima.

Três colunas de mármore sustentam uma cúpula da mesma pedra de bem trabalhados lavoures.

Três bicas donde corre abundantíssima água».

«Dicionário de Portugal» — Esteves Pereira.

«No Largo da Barreira, em frente do castelo, há uma fonte de mármore branco de um curioso trabalho artístico cuja origem se perde na noite dos tempos.

Três colunas de mármore sustentam uma cúpula da mesma pedra, de bem trabalhados lavores.

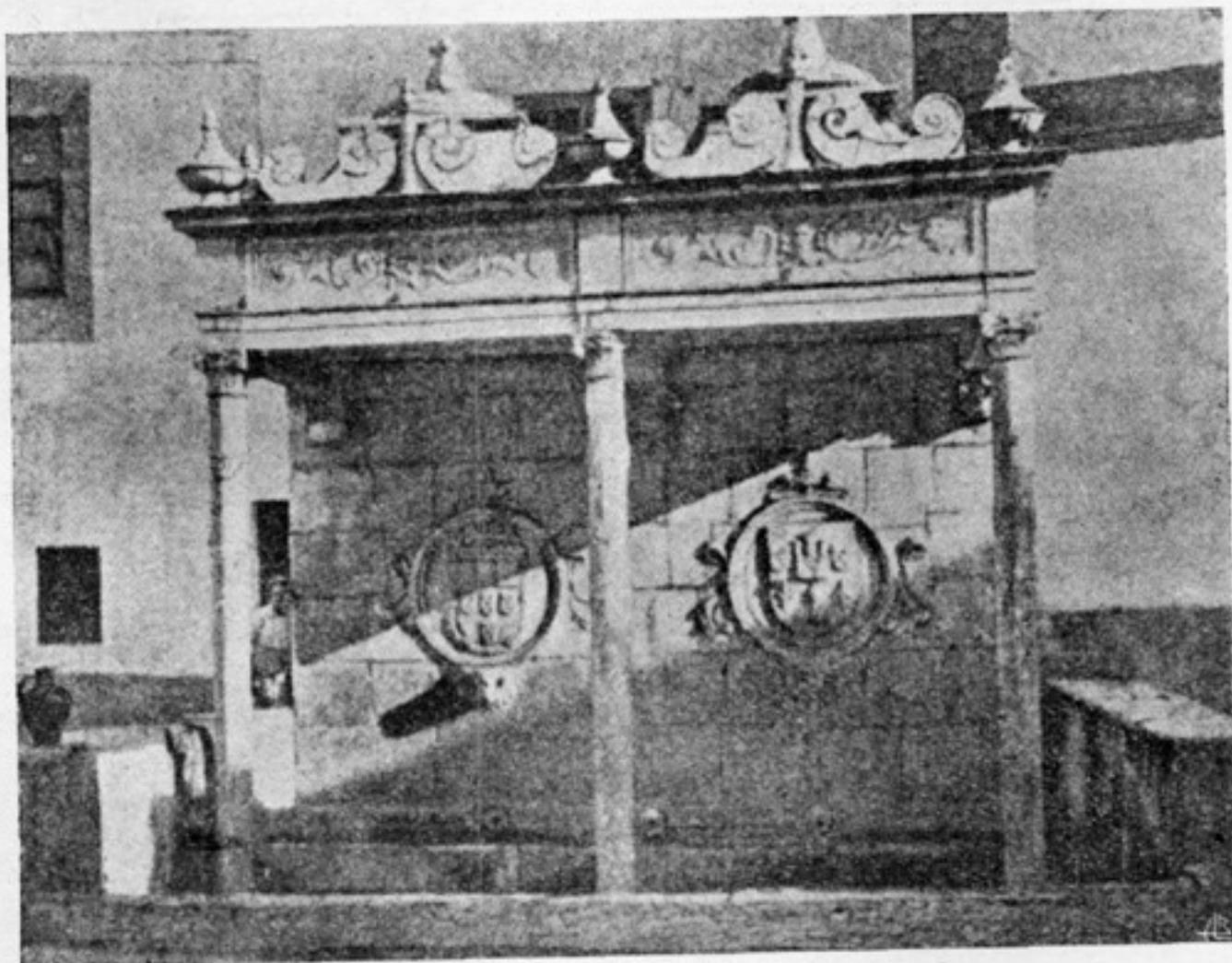
Três bicas dão curso a um abundante manancial de água. Esta fonte estava primitivamente no Terreiro havendo sido mudada para o local onde hoje se encontra, no ano de 1556».

«O Concelho de Alter do Chão» — Dr. João Rafael Mendes Dona, 1900.

...«uma fonte de mármore branco alabastrino, quasi translucido, que é uma verdadeira joia do Renascimento».

«Alter do Chão uma das vilas mais importantes do Alto Alentejo» (Conferência) — Rafael Salinas Calado, 1944.

Não a refere Albrecht Haupt no seu esplêndido trabalho *A Arquitetura da Renascença em Portugal* e, no entanto, ela é, sem dúvida, no seu aspecto tão clássico e tão



Fonte Renascença — Datada de 1556

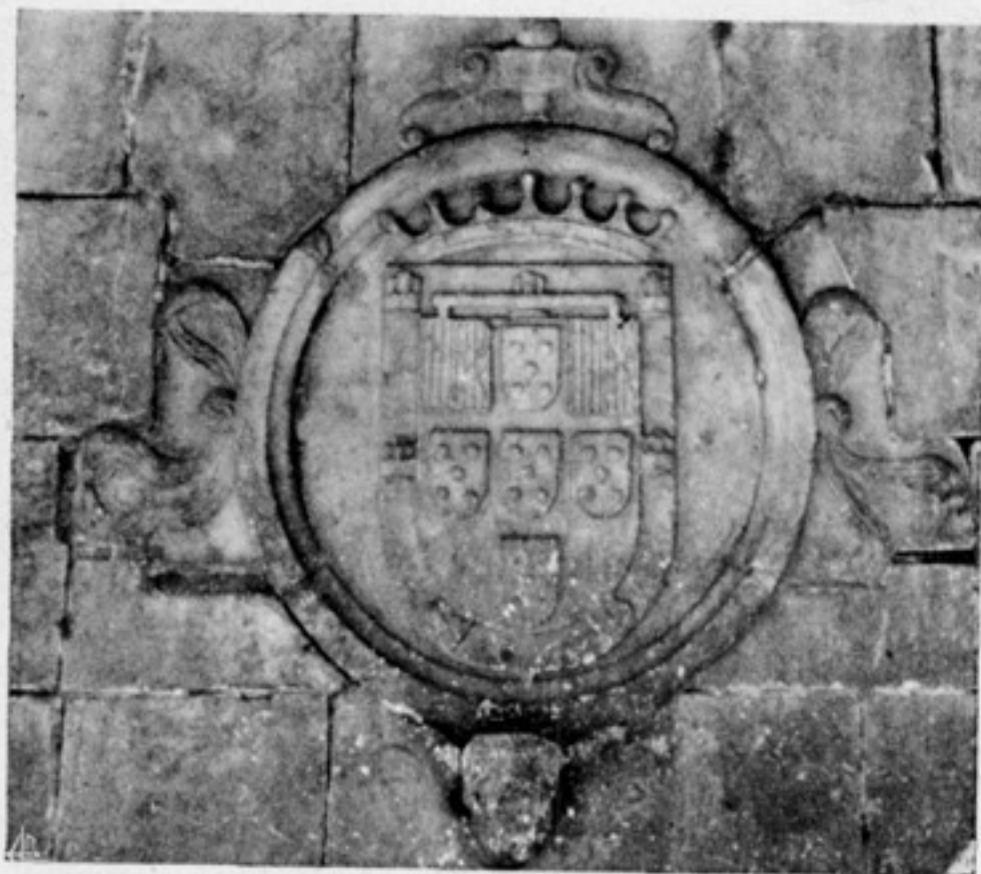
elegante, a mais bela construção civil renascentista portuguesa.

Não existem pedreiras de mármore em Alter, e nela não houve arquitectos ou canteiros artistas, que me conste; e, assim, a jóia architectónica que ela é significa a deliberada intenção da sua realização e a alta cultura artística não só de quem a mandou edificar, mas principalmente de quem a construiu.

A data que nela está gravada deve corresponder ao seu acabamento, no local onde se encontra, como se pode

concluir da legenda «*Facius*» e da data de 1556 que nela estão esculpidas.

Sendo como se lê, terá que se pôr em dúvida a afirmação do cónego Novaes, quando diz que a fonte estava no Terreiro, e dele foi mudada para o local onde hoje se encontra ainda.



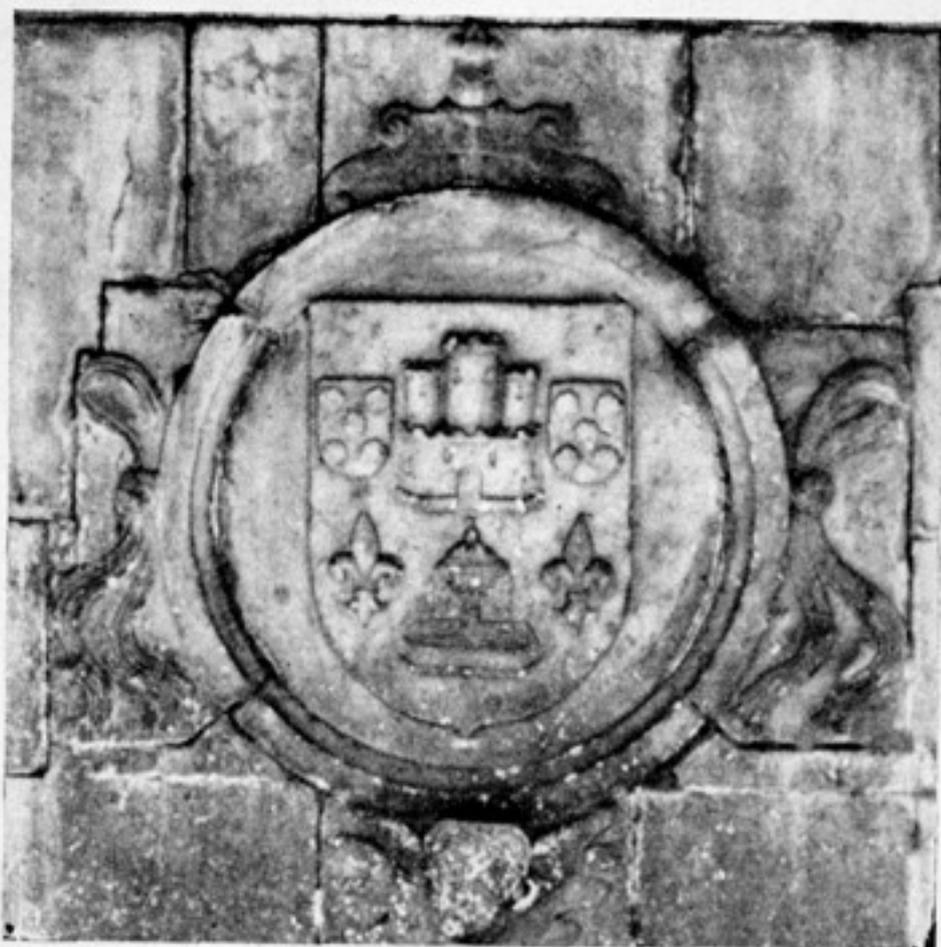
Brazão do v Duque de Bragança, D. Teodósio I,
na Fonte Renascença tendo sobre o medalhão
a legenda: «*Facius*»

O caudal abundantíssimo de água que a alimentava foi desviado no final do século XVIII para o chafariz da Barreira, aparatoso e vasto, que, incidindo obliquamente contra a fachada do castelo, obliterou nos alterenses a ideia exacta dessa fachada, obstruindo com a sua massa monumental a entrada medieval da fortaleza.

O desvio da água, em cano fechado, que passa rente ao alizar do castelo, de dois metros de alto, em grandes blocos de pedra aparelhada, fez entaipar a porta, fechada então a alvenaria, sobrepojada por uma tijoleira simples e provincial, para deixar passar a luz.

Quando foi construída esta fonte e quem a mandou construir?

O cónego Novaes afirma impensada e indesculpavelmente que esta fonte assistiu à disputa entre as mulheres de Alter, em que uma chamou à outra «reussada» (violentada), motivando assim um inquérito sumário e o consequente desencadear da justiça, pronta, bárbara e implacavelmente medieval do rei D. Pedro I.



Brazão da Vila de Alter tendo sobre o medalhão a data de 1556

O que levou a afirmar, em 1635, que nessa data ela já existia e estava no Terreiro, e «esteve até o ano de 1556 em que se mudou para onde hoje está».

Teria o Relator das Constituições Synodais, o autor da Relação, visitado as vilas que descreveu, ou fez as suas curiosas monografias baseando-se em informações colhidas?

«... me mandou V. S.... fizesse hũa Relação sumaria... das terras Igrejas que tem... E posto que com algũa pouca diligencia que fis (porque o tẽpo foi tambem

pouco) achei tanto que dizer, que se o houvera de escrever, fora necessário ir em livro apartado...»

Por estas expressões do prefácio se deve inferir que o relator das Constituições percorreu apressadamente as terras que descreveu, como lhe fora ordenado pelo antístete D. Sebastião de Mattos Noronha, não lhe servindo, no entanto, a curteza do tempo, de atenuante para as afirmações em que ressalta um muito grande desconhecimento da cronologia dos estilos architectónicos.

Custa a crer que o escrivão do Bispado, tendo visitado a Fonte de mármore, desconhecesse a sua época, e admitisse que no romano-gótico coevo de D. Pedro ela pudesse já existir, num anacronismo artístico impossível de aceitar.

Há nele tanta naturalidade e convicção, quando faz as suas afirmações e quando constata «que os muros do Castelo nunca se acabarão e ficaram em mea altura como hoje estão», que temos que aceitar a ideia dum exame directo feito pelo próprio monógrafo.

Se escreveu baseado em informações colhidas, foi induzido em erro; mas se efectivamente, como parece, visitou as terras que descreveu, cabe-lhe a responsabilidade dos erros, dos escritores que, não prestando ao precioso monumento a atenção devida, o seguiram e reproduziram fielmente.

Custa a crer que seja esta fonte um monumento único em Portugal, mas o que é certo é que nem é cópia de qualquer outro, nem foi reproduzido, não obstante a graciosidade elegantíssima, clássica e harmoniosa da sua composição.

Vamos dividir em três partes o notável monumento para tentarmos descrevê-lo melhor: — cúpula, parede posterior ou do fundo e colunas.

A cúpula tem a base no entablamento rectangular, com frisos iguais, em baixo relevo, um fronteiro e dois laterais que se apoiam à frente em três colunas e atrás numa parede de mármore também, de largas pedras aparelhadas.

A parte superior da cúpula, ou tecto, é formada por duas pirâmides quadrangulares, de arestas curvas e vasias,

fazendo de abóbada para a parte inferior, rematadas cada uma com o seu tampo abaulado e em escamas tendo sobre ele um corucheu torneado.

À frente e aos lados, sobre os frisos rectangulares, cinco pináculos, em forma de taça coberta, separam os grupos de ornamentos em curva aberta virada ao alto, com os extremos enrolados, ladeando com simetria outros pináculos cilíndricos e esguios, de topo aguçado e torneado também.

Esses ornamentos são quatro: dois à frente e um de cada lado, pisando os frisos.

Estes representam uma quimera ladeada de «*rinceaux de feuillages*». A parede posterior é formada por pedras iguais aparelhadas, em mármore também, tendo a meia altura a decoração ornamental de dois braços monumentais, magnificamente esculpidos, simétricos, incluindo círculos rebordados, decorados dos lados com laços simples, de uma só volta e de fitas pendentes, os quais poisam sobre cabeças de querubins, dominando as três bicas cilíndricas.

As colunas em que à frente se apoia a cúpula são esguias, cilíndricas e primorosamente lavradas, tendo as laterais, ao cimo, argolas donde pendem panejamentos, donde saem frutos e fitas compridas atadas a frutos também.

A coluna central tem uma decoração semelhante, com a variante das fitas se atarem às máscaras e a instrumentos de música.

As três colunas nascem a meia altura de folhas de acanto dobradas para fora, nas pontas curvas, e ascendem aos capitéis jónicos de volutas duplas, enroladas, ligando ao entablamento e suportando o peso dos frisos e da cúpula, num equilíbrio perfeitíssimo e encantador de graça arquitetural.

Não foi, pois, esta fonte da mais pura renascença francesa, que assistiu à rixa entre as mulheres de Alter, que motivou a cólera e a justiça crudelíssima de D. Pedro, em 1359.

O Tombo da Misericórdia local, que o padre Afonso Boroa reformou, «por o toambo velho estar já muito gastado», reza a páginas 97: «No ano seguinte foi provedor Nuno Fernandes da Rua do Crato... neste ano se gastou nesta Casa quarenta e hum mil e doze reis e trezentos e quarenta alqueires de trigo; *neste ano se começou a fonte desta Vila e se acabou no ano seguinte*».

Esta cota tem à margem a data de 1355, ano a que corresponde, vendo-se da informação lançada pelo padre Boroa, na sua reforma do Tombo, que a data da construção da fonte foi um acontecimento local digno de ser arquivado, como felizmente foi.

A data aposta no momento condiz, assim, com a cota do padre Boroa e estas duas afirmações completam-se e de tal modo, que nenhuma dúvida pode mais subsistir sobre a época exacta em que a notável fonte foi construída.

Fica, porém, em suspenso e sem resposta a tradição de ela ter sofrido uma mudança, sem que se descortine o fundamento dessa tradição.

Há uma circunstância intrigante no monumento, que me fez admitir a possibilidade de haver duas épocas architectónicas na sua construção e assim a possibilidade de ter havido uma mudança de outro local para ali: a aparente diferença das pedras empregadas.

Ao passo que a cúpula e as colunas sujeitas aos estragos do tempo são duma pureza alvinitente, a parte interior, que o sol não queima e a chuva não flagela, tem uma cor castanho carregada, dando a impressão de ser uma pedra de origem diferente da empregada na cúpula e nas colunas, permitindo tirar-se a ilação de que existindo primeiramente, apenas, as colunas e cúpula, situadas em local diferente, se lhe teria acrescentado a parede posterior, quando da mudança a que a tradição local se refere.

A esta suposição só poderia contrapor-se a unidade architectónica do monumento. Existirá ela porém?

Conquanto o traçado da cúpula propriamente dito seja apenas linear e menos artístico que o resto do monumento,

todo o restante acusa a influência da escola da arquitectura francesa da Renascença.

Os medalhões circulares que envolvem os braços de Alter e da Casa de Bragança são decorados com laços laterais de uma só volta e fitas pendentes, como se vê nos lambris Francisco I, existentes no Museu de Artes Decorativas de Paris.

Os ornamentos das colunas são semelhantes e, como eles, os frisos e as sacras dominantes dos braços aos motivos ornamentais do túmulo do Bispo D. Jorge de Melo, existente no convento da Conceição de Portalegre. Ora este túmulo «um dos mais sumptuosos que existem em Portugal» é atribuído por Luís Keil («Inventário Artístico de Portalegre», pág. 143) «à série de monumentos atribuídos a Nicolau de Chanterene». Este túmulo deveria ter sido começado a construir em 1540 (autor referido), ou seja, quinze anos antes que a fonte de Alter.

Poderemos, pois, atribuir a Nicolau Chanterene, um dos gloriosos renascentistas franceses que trabalharam em Portugal no reinado de D. Manuel, para onde vieram depois de Sanzovino, que veio no tempo de D. João II, a fonte maravilhosa de Alter do Chão.

Pois nesse monumento aparece, ao lado direito do braço da vila, o braço decorativo de D. Teodósio I, quinto Duque de Bragança, o segundo braço da série opulenta, extraordinária, de Alter.

Este braço, encimado pela coroa de sete pérolas visíveis, apresenta o banco de pinchar, atributo principesco do Infantado, e a dupla diferença de Aragão-Sicília, usada nas armas brigantinas.

Quem foi este quinto Duque de Bragança?

«O quinto Duque de Bragança, D. Teodósio I, era de carácter extremamente bondoso e afável». (B. Guerra Conde Júnior).

Não é compatível com a intuição da beleza da arte uma índole perversa e, antes pelo contrário, é de supor que uma índole de amável affectividade, se presta mais à protecção e

estímulo dos artistas e artífices, quer pela generosidade correspondente, quer pela tendência reflexa para apreciar tudo que é belo, tanto em sentimentos como em realizações.

«Verdadeiro Príncipe da Renascença» lhe chama João Maria dos Santos Simões no seu esplêndido trabalho *Os Azulejos de Vila Viçosa*.

A figura do Duque de Bragança destaca-se notavelmente entre os grandes senhores do seu tempo.

«Presava a sua preciosa livraria, que fez mais preciosa pelos manuscritos que nela se guardavam e considerava os livros como as peças mais preciosas do seu tesouro.

A sua afeição pela pintura e escultura, testemunha-a ele mandando vir da Itália e da Flandres quadros e tapeçarias riquíssimas.»

Assim descreve, com a sua destacada autoridade, o quinto Duque de Bragança o Engenheiro Santos Simões, focando a notável figura do opulento grande senhor da Renascença.

Merece uma divulgação em separata a viagem do Cardeal Alexandrino, sobrinho do Papa Pio v e seu Legado, extraída do sexto volume dos *Opusculos*, de Herculano, para assim se poder apreciar, como merece, a figura de D. Teodósio i que tornou possível a sumptuosidade com que mais tarde seu filho D. João, sexto Duque, veio a receber o Cardeal Legado no seu Paço de Reguengo.

D. Isabel, irmã de D. Teodósio, veio a casar com o Infante D. Duarte, nascido em 1551, nono filho do Rei D. Manuel, e seu irmão, para aumentar o seu estado e grandeza, «resignou nos noivos o Ducado de Guimarães, tendo festejado com deslumbramento esse casamento a que foi assistir o próprio Rei D. João III».

D. Teodósio «passeava muitas tardes a cavalo e distraia-se conversando amigavelmente com os operários das suas obras» (B. Guerra Conde Júnior). «Gostava imenso de leitura e... «reunia uma grande livraria que destinava para a instrução dos sucessores da sua casa» (do mesmo autor).

Temos assim muito bem retratado na descrição da sua cultura e das suas predilecções espirituais e no sentimento da grandeza da sua casa e tradições o quinto Duque de Bragança, que foi um verdadeiro príncipe da Renascença.

Corresponde a data de 1556, da Fonte de Alter, à vida deste Duque de Bragança de tão nobres e dignas qualidades de carácter e de espírito, que nasceu em 1504 e veio a falecer em 1563; e seria fácil de supor que, com todos esses predicados de espírito, lhe seria bem possível a compreensão e verdadeiro apreço pela fonte monumental de Alter do Chão, que mandou construir.

Assim o confirma o seu altivo escudo nela esculpido, em que o lambel ou banco de pinchar, atributo principesco de infantado, aparece pisando a orla dos sete castelos de ouro, em campo vermelho, circundando o escudo de prata com os escudetes das quinas em campo azul, carregado com a dupla diferença Aragão-Sicília.

BRAZÕES SOBREPOSTOS

O do Chafariz da Torrejana

O da fachada da Câmara Municipal

O BRAZÃO DO CHAFARIZ DA TORREJANA

Segundo a opinião autorizada de Luís Keil, no *Inventário do Distrito de Portalegre*, presume-se que tenha sido mandado construir pelo Duque D. Teodósio de Bragança.

Não pode haver dúvidas sobre este assunto, pois que este braço é exactamente igual ao da Fonte Renascença, tendo como ele a encimá-lo a coroa de sete pérolas visíveis. É em granito rude da região, dominando em sobreposição, numa pedra esguia e sem grandeza, as armas da vila de Alter, sendo da série de braços brigantinos aquele sobre que o tempo exerceu maior poder destrutivo.

Este Chafariz da Torrejana é uma construção de certo aparato, com o alçado de dez metros de comprimento por cinco de alto, servindo de parede posterior a um tanque mais extenso ainda.

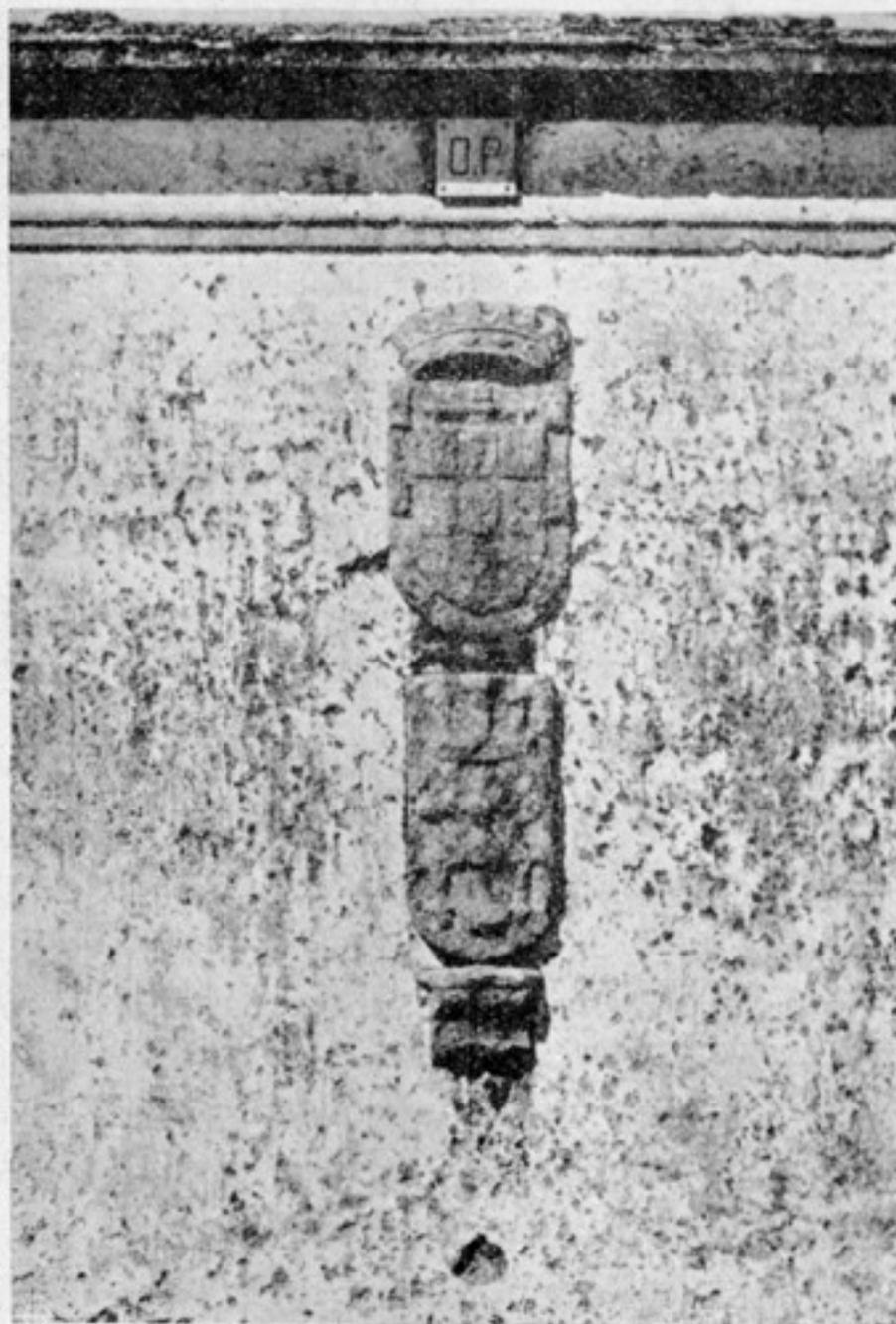
O seu arranjo setecentista não conseguiu esconder os cunhais de granito da primitiva construção.

Fica situado à direita da estrada para Sêda, do antigo senhorio da Ordem Militar de São Bento de Aviz, e, como está no caminho de uma grande propriedade chamada a Torrejana, em Benavila, concelho de Aviz, tomou assim o nome que ainda conserva de Chafariz da Torrejana ou da estrada da Torrejana.

O BRAZÃO DA CASA DA CÂMARA MUNICIPAL

Alter do Chão — «tem uma boa praça onde estão os paços do Concelho e o pelourinho, orlada de casas de muito sofrível aparência» («Corografia» de João Baptista d'Oliveira — 1876).

O edifício da Câmara é uma construção de moderna aparência, que ostenta sobre a porta de entrada, também em sobreposição, na mesma configuração heráldica, dois lindíssimos braços magnificamente esculpidos: as armas



Brazões sobrepostos

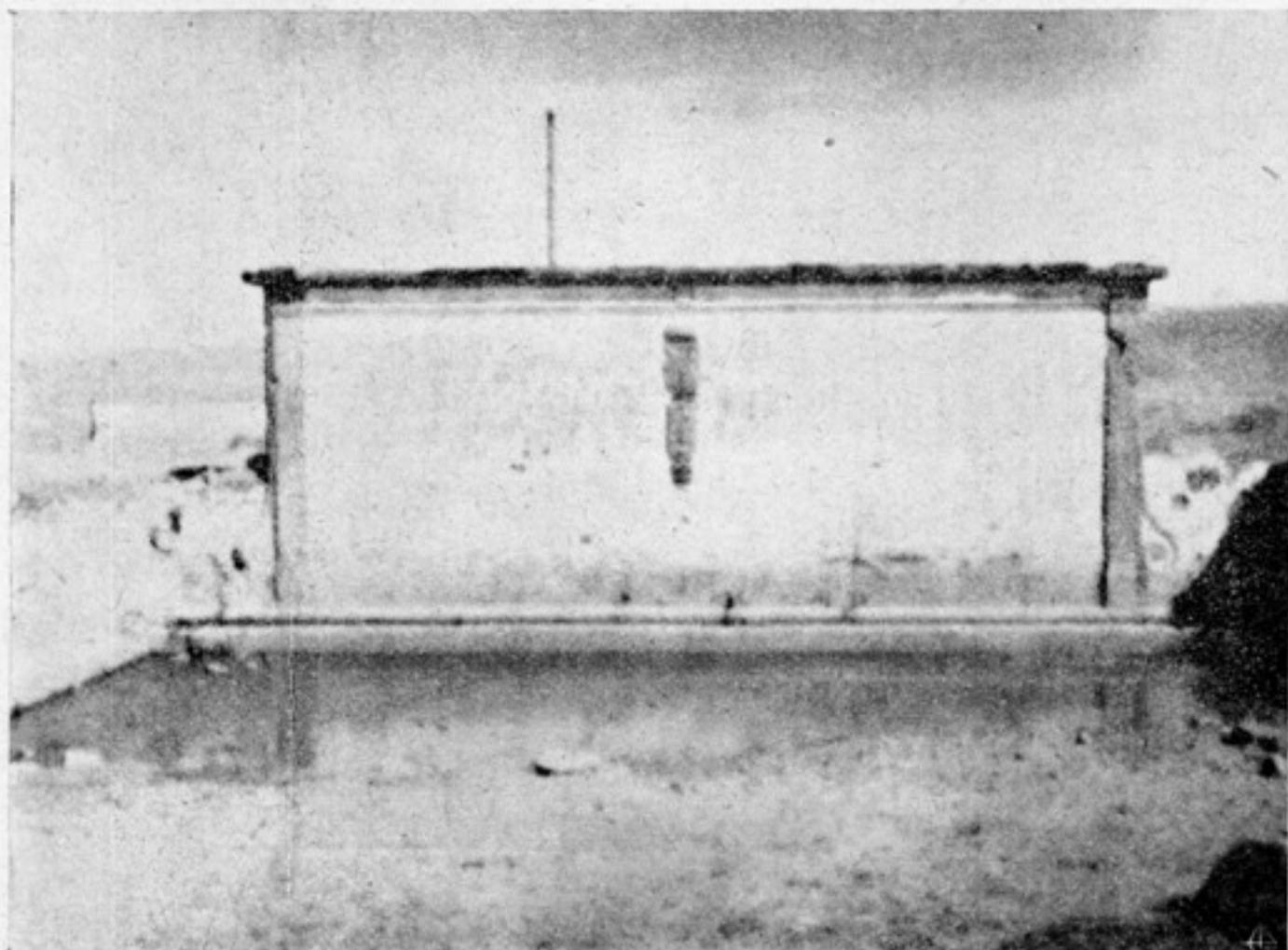
explendorosas dos Duques de Bragança sobre as armas da vila lavradas em mármore precioso.

Este braço, possivelmente da antiga alcaidaria, difere do da Fonte Renascença por a coroa ser ducal em cinco florões aparentes. Esta pedra de armas de notabilíssimo lavor, é altamente decorativa e o melhor de todos os bra-

zões brigantinos da série extraordinária de Alter do Chão e o último dos brazões do esplendoroso século XVI.

É uma peça formosíssima emoldurada em belo mármore negro, mas a que falta no espaço entre os dois brazões qualquer coisa que ali deveria ter estado.

Uma inscrição?



No Chafariz da Torrejana: da Casa de Bragança
na Vila de Alter do Chão

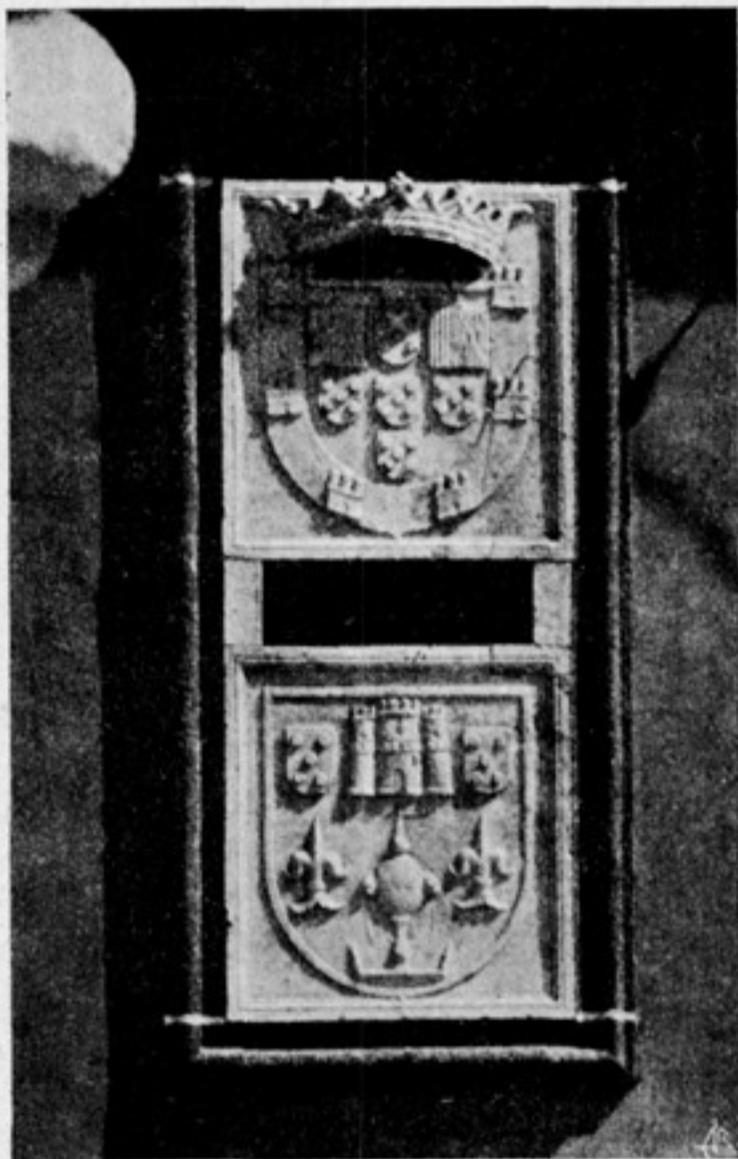
Teria a pedra de armas sido construída com a intenção de ficar um intervalo-abertura entre os dois brazões?

Para que efeito?

O espaço vazio destaca-se nesta peça armoriada, de rara beleza, ricamente emoldurada, dando-nos a impressão que ela teria sido feita com especial cuidado para dar esplendor a uma sala e não para o exterior de qualquer edifício.

Este braço mais moderno que os dois quinhentistas anteriores é enriquecido, como acima dizemos, com a coroa

ducal; e toda a pedra não apresenta a mais pequena fractura ou mutilações que teria se tivesse estado exposta às intem-



Na fachada da Câmara

Brazões sobrepostos: da Casa de Bragança
na Vila de Alter do Chão

péris dos quatro séculos que por ela passaram, sem o agravo de uma escarificação ou de um desgaste no seu magnífico relevo.

SÉCULO XVIII

BRAZÕES PARALELOS

no Chafariz dos Bonécos

no Chafariz da Barreira

«S. Pr. da Camara / Fran. Ant.º de Moraes
Seixas e Lemos / se fez esta obra / 1799». (Chafariz da Barreira).

«Sendo Pr. da Camara / Fr. A. de Seixas
e Lemos / Se abriram esta / Agoas e se
fez / esta obr / 1799» — (Chafariz dos Bonécos)

O CHAFARIZ DOS BONÉCOS

Este chafariz monumental é assim conhecido na tradição popular pelas pequenas esculturas que hoje já se não sabe o que teriam sido, e que estão colocadas como pináculos no bordo alto da parte superior do seu alçado, e fica situado ao Sul e distante do centro da vila, à esquerda da estrada para Fronteira, sendo uma peça de aparatosas dimensões, com o fundo tripartido, dividido por fachas verticais tendo como remate, ao tampo, duas curvas onduladas e moldadas.

As linhas de todos os ornamentos vigorosos, de alvenaria saliente, os remates e toda a restante traça arquitetural fazem dele uma peça característica do século XVIII.

Todo ele é caiado de branco com exceção das molduras e ornamentos que, de tempos a tempos, nas frequentíssimas caições provinciais, são carregados a cores vivas.

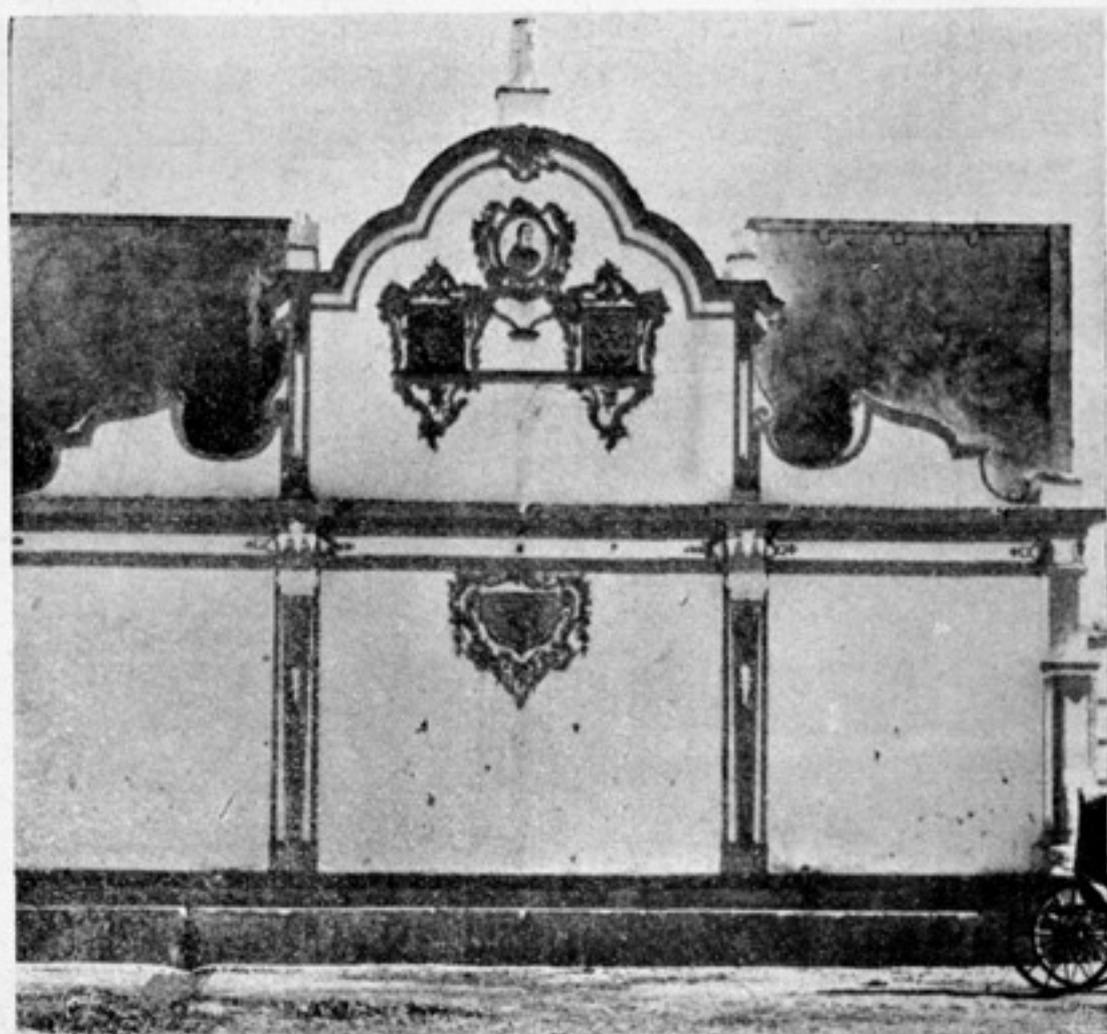
O alçado está dividido em duas partes: parte superior e base. Tanto uma como outra estão divididas em três espaços, separados por fachas salientes de alvenaria imitando colunas.

Na base, ao centro, ligada à linha do remate, pendurada dela, vê-se, como metida numa sacra, de alvenaria também, a legenda em pedra da sua construção.

Na parte superior tem, na secção central muito mais elevada, três medalhões emoldurados com o preciosismo acentuado do século XVIII; ao alto o do Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, dominando dois braços paralelos e afastados um do outro, o da vila de Alter e o dos Duques de Bragança, numa reviviscência do antigo senhorio ducal.

Estes brazões são iguais aos anteriormente descritos, do século XVI, tendo apenas a diferença de a coroa, que encima as armas de Bragança, ser decorada com três florões aparentes.

O Chafariz da Barreira é quase idêntico a este; é das mesmas proporções, ostenta escudos e medalhão iguais e



Brazões paralelos: da Casa de Bragança
na Vila de Alter do Chão

No Chafariz dos Bonecos — Aspecto geral

difere do anterior apenas na parte superior do alçado e em ser menos cuidado de remate, pois é em curvas seccionais contínuas, ao passo que o dos Bonecos é em curvas e contra-curvas não ligadas.

Estes dois monumentos, de aparatoso e decorativo aspecto, ostentam os últimos dois brazões da série extraordinária de seis da Casa Sereníssima de Bragança, na sua vila senhorial de Alter do Chão, cujos párcos apresentava,

que tinha assento em Cortes, no banco décimo, e cujo foral reformado por D. Manuel, em 1513, encadernado em carneira, com super-libros de esferas armilares em bronze dourado, nobilita as tradições de Alter, esplendendo ainda nas iluminuras policromadas e cançadas do seu pergaminho enrugado e multiseccular.

A alcaidaria, propriedades, azenhas e aforamentos e destacadamente a Coutada do Arneiro, génese da famosa



No Alçado do Chafariz do Largo da Barreira

Coudelaria instituída por D. José, o decoro, amor do trabalho e do progresso da vila alto-alentejana, rodeada de siderais e ricas terras de olivedo e de trigo, explicam a amizade secular da casa de Bragança por ela, e a circunstância excepcional e extraordinária agora descrita de ela se poder orgulhar de possuir seis braços da Casa Sereníssima (vide nota 2).

Notas finais comunicadas pela muita gentileza do Ilustríssimo Sr. Dr. Ruy de Andrade a quem nos cumpre teste-

munhar os nossos melhores agradecimentos pela sua amabilidade e a nossa sincera admiração pela sua tão elevada cultura.

Nota I— «Confirmação de doações, que ElRey Don Fernando fez ao Condestabre, Dalter do Chão e Vila Formosa e Assumar.

Dom Joham, por graça de Deos Rey de Portugal, edo Algarve, A todas as Justiças nos nossos Reynos, e a outras quaes quer, que elle tem privilegios delRey Don Fernando nosso Irmão aque Deos perdoe em que lhe fez merce Dalter do Chão, e de seu termo, ede Vila Formosa, e Chancellaria, e do Assumar, ede seus termos e das jurdidicoões dos ditos Lugares, edas rendas, edireitos delles segundo todo esto diz que mais cumpridamente nos ditos privilegios, e nos privilegios, e nos veendo oque nos pedia, equerendolhe fazer graça, emerce Teemos porbem, e confirmamoslhe os ditos privilegios, equeremos, eoutorgamos que lhe sejam cumpridos, eguardados pella guiza, qe em elles he contheudo, equenon lhevaadas contra ellos emparte, nem emtodo em nenhuma guiza que seja, eem testemunho desto lhemandamos dar esta nossa carta assihnada por nos esellada de nosso sello dante em Santarem em doos dias de Julho ElRey omandou Gil Ayres a fez era de mil quatro centoa vinte e oito annos».

Nota II— «Eu o Duque — Faço saber aos que esta virem, que pela boa informação, que tenho de Nuno Fernandes Garcia, Escrivão da Camara da mesma Villa d'Alter do

Chão; e por lhe fazer mercê em atenção ao que me pede, hei por bem, e me apráz, possa trazer as suas Egoas e Bois de Arado no meu Couto do Arneiro da mesma Villa; sem que lhe possam ser impedidos em quanto eu o houver por bem, e não mandar o contrário. O que todos assim terão entendido.

Escrito em Villa Viçosa a 15 de Setembro de 1638
— O Duque».

RAFAEL SALINAS CALADO

DOM JOÃO VALERA E AS LETRAS PORTUGUESAS DO SEU TEMPO

Quem não souber que D. João Valera tinha o gosto da contradição, muito se há-de espantar com a leitura das cartas por ele escritas de Lisboa ao seu dilecto amigo Menéndez y Pelayo.

Valera ganhara nome de enternecido amante das coisas portuguesas. Viveu aqui rodeado de mimos. Oliveira Martins consagrou-lhe admirativamente a *História da Civilização Ibérica*, presenteava-o com os seus livros, cultivava a sua amizade, tinha-o na conta de o mais latino dos espanhóis daquele tempo. A todos os outros achava defeitos, só este o contentava.

Menéndez y Pelayo, apesar do «saber prodigioso e do talento de excepção» parecia a Oliveira Martins um velho frade caturra, encerrado no fundo escuro de solitário mosteiro; Castelar era uma espécie «de Gongora vestido à Victor Hugo com uma sobrecasaca democrática, engravatado em lugares comuns liberais»; aos estudos críticos do padre Fita e de Amador de los Rios notava faltar «esse largo horizonte psicológico que a Alemanha abriu ao nosso século»; a Echegaray via-o só a floretear a turbulenta espada, arrastando soberbamente a vasta capa, já em farrapos, dos autos calderonianos!

Por seu lado, Valera considerava Oliveira Martins «*uno de los más fecundos, discretos, fáciles y doctos escritores de la Peninsula*». E estas aduladoras palavras, que nenhum outro português ouviria, davam brio ao desalentado autor da *História de Portugal* e das *Cartas Peninsulares*.

Ninguém como Valera soube cultivar com tão fina malícia a flor venenosa de insinceridade, nem houve ainda

em Espanha quem tratasse os canteiros do jardim de Epicuro com mais suave deleite. Ensinara-lhe o bom senhor de Holbach a triste lição de confiar na dúvida. A ironia era o supremo encanto do seu espírito, o espelho em que a sua consciência regaladamente se mirava.

Grande amador da vida, Valera é o tipo de humanista moderno de sazoadura cultura, cético, tolerante, dissimulador, dia a dia apurando a sensibilidade na lembrança das sombras galantes de Versalhes, quando o século XVIII triunfava. Novelista, poeta, crítico, tinha no culto da arte pela arte a sua religião. E confessava agradadamente: «*siempre fui yo partidario del arte puro*».

Palácio Valdez, em conversa com Angel Cruz Rueda, assegurava que nem nos mais escolhidos clássicos se encontraria quem manejasse melhor do que Valera o idioma castelhano, e a essa língua, que parece feita com armaduras de aço, tivesse dado tanta graça, tanta simplicidade, tanta flexibilidade. Mas escrevendo a Clarín — «o provinciano universal», na definição glorificadora de João António Cabezas — já o romancista voltérianos da *Hermana San Sulpicio* e de *Los Majos de Cadiz* abrandam o entusiasmo, e ele, que escrevia com a mais insuportável vulgaridade burguesa, observa que o estilo de Valera estava feito, afinal, com pós de goma! A austera verdade, porém, manda confessar ter sido Valera o mais diáfano e sóbrio dos estilistas espanhóis do seu tempo.

Longa e brilhante foi a sua carreira. Não houve troféu que lhe escapasse. Nos salões de Washington, pela amena graciosidade que dele se desprendia, chamavam-lhe aromáticamente *Sr. Bouquet*. Tão diversas facetas oferecem para o estudo a sua vida e as suas obras, que certo crítico, renunciando a defini-lo, exclamou: — «*Valera es la esfinge de nuestra literatura actual*».

Nascido em 18 de Outubro de 1824, na sumida cidadezinha de Cabra, da província de Cordova, onde o ar cheira a mel e a rosas, e o céu, na embriaguez da luz, cobre de ouro a água, caiu morto com 80 anos de idade, aos 18 de Abril de 1905, coberto de honras e verdejantes louros.

Logo de menino tudo foram atenções para ele. Por volta dos 13 anos já eram celebrados os versinhos inocentes em que procurava acender a perturbante chama da glória e do amor.

Ungiu-o Espronceda, desesperado espectro de Byron, e, desvanecido, cortando nos poucos gastos caseiros, entregava-lhe o pai a quantia precisa para pagar a impressão do volume.

Ficou inédito o livro, quase pode dizer-se, de todo esquecido, oculto nos poeirentos armários da tenda. Nem um exemplar sequer foi vendido!

Já pendia murcha a primeira ilusão. Mas a mãe bondosa, encorajando-o, escreve-lhe: «*Pensabas que los españoles son gente para gastarse diez o doce reales en un libro? Esto no marchita tu gloria ni tu talento*».

Ao calor do beijo materno a esperança reverdece. Vai para Madride tentar a sorte. E sem demora a sorte lhe sorri. Amorios, festas, bailes, fúteis prazeres entre anedoctas leves, — como é doce a vida! Dizendo mal das mulheres, conquistava-as «*a la cosaca*», quer dizer, com rijo desembaraço. E elas rendiam-se-lhe, desprevenidas e extremosas...

Depois de ter estado como adido, junto do Marquês de Rivas, na Embaixada de Espanha em Nápoles, onde romanesicamente a pálida Marquesa de Bedmar o teve cativo, foi em 1850 nomeado secretário da Legação de Sua Majestade Católica em Lisboa.

Pouco tempo lhe deram para deitar raízes em Portugal, — só o bastante para prometer casamento a uma rica menina do Ribatejo e apressadamente faltar à palavra da boda. No ano seguinte, aumentado o soldo, era transferido para o Rio de Janeiro. A cidade pareceu-lhe mal calcetada, ruim a comida, as carruagens desconjuntadas, cheias as casas de lacraus, de aranhas, de mosquitos, de lagartixas «*y otros monstros horribes y asquerosos*!» Nem bons edifícios, nem estátuas, nem quadros. Grosseiras as mulheres, e os homens apenas preocupados com negócios e política.

O calor transtorna-o. Uma quase contínua dor de estômago a tudo tira o brilho. «*Me fastidio ferozmente, — diz. Paso dias enteros solo, encerrado en mi quarto; leo, fumo, y me entristezco.*»

Quem assim negava o esplendor da luz do Brasil, como haveria de ter olhos para enxergar miúdas coisas?

Em Nápoles conhecera ele o estranho senhor Don Serafín Estébanez Calderón, grande artífice de palavras, que juntamente com o amor aos livros velhos encontrou a arte de lhe ensinar a heresia do Iberismo.

Era de baça decadência aquela hora na Espanha. Só na união peninsular — cuidavam cá e lá os que se ufanavam de encarnar o espírito do século — se poderia descobrir ainda o claro caminho da grandeza e da abastança. E no regresso do Rio de Janeiro, pelo outono de 1853, mal desembarcado em Lisboa, Valera ajusta com Latino Coelho a publicação de um mensário bilingue, chamado *Revista Ibérica*, que seria, com seu fino punhal de oiro preso à cinta, o amavioso trovador do iberismo.

Não vingou o ardil, mas a semente estava lançada. Daí a dois anos saía em Lisboa a *Revista Peninsular*, com o programa e a colaboração do projecto de Valera, e sob os auspícios tenebrosos de Sinibaldo de Más, — o teimoso propugnador da união ibérica.

Ao lado de Latino, de Herculano, de Vicente Ferrer, de Lopes de Mendonça, apareciam Valera, Amador de los Rios, A. Alcalá Galiano, Avellaneda y Romea, Maldonado Macanaz, Carlos Rubio, Campoamor, todos com o secreto pensamento de que a unidade de cultura conseguisse levar à unidade de Poder.

Nunca o desamparou o sonho ambicioso de encadear Portugal à Espanha. Logo ao ser recebido na Academia, Valera deixa transparecer no seu discurso o turbado sentimento que o guiava, e apressa se a disfarçá-lo, afirmando: «*una lengua algo diversa de la que hablamos y un gran monumento escrito en esa lengua, Os Lusíadas, son el mayor obstáculo á la fusión de todas las partes de esta Penín-*

sula: Camoens se levanta entre Portugal y España, qual firme muro, más difícil de derribar que todas las plazas fuertes y los castillos todos».

A união ibérica não se faria já em som de guerra, com os tambores rufando e as bandeiras soltas ao vento abrasador da vitória. Aos modos violentos da conquista, era prudente agora dar o jeito afável que enlaça os sentimentos e ata os corações.

Na existência da Dinastia portuguesa achava D. João Valera uma das maiores dificuldades para o bom acolhimento do ideal ibérico. E escrevia: «*El advenimiento al trono de la casa de Braganza fué más popular que el de la nobilísima y heroica dinastia de Avis. Desde entonces la división entre España y Portugal se ha hecho cien veces más honda, la rotura más difícil de soldar, los signos característicos de ambas nacionalidades más prominentes y diversos».*

Por que assim era, podia ele informar regosijadamente ao seu bom colega Menéndez y Pelayo: «*El iberismo progresa aquí, sobre todo entre republicanos».*

Belo momento aquele da unificação da Itália para trazer de novo à liça o problema da unidade peninsular! Não o perdeu Valera. Era preciso seguir cautelosamente o exemplo italiano, — recomendava. Mas em Itália a literatura era a mesma, e a mesma era, em todas as províncias, a língua literária. Não se encerra em Nápoles a glória de Tasso. Mais do que florentinos, Dante e Maquiavelo são italianos. O sentimento de uma só nacionalidade prendia ali os diversos estados. Na península ibérica, pelo contrário, — ele próprio o reconhecia — existiam pelo menos duas nações distintas: Portugal e Espanha. «*La historia de Portugal es tan grande, que no puede confundirse en la historia de outro pueblo»*, — confessava.

Não era esse, contudo, o maior embaraço para levar a bom termo a desejada anexação. Também a história de Aragão lhe aparecia cheia de lances heróicos, de épica grandeza. E não obstante lá se fundira no abrasado cadinho castelhano. A dificuldade, entendia Valera, estava em que a

boa ocasião a deixaram perder os três Filipês. Depois — não cessava de acentuar — as diferenças tornaram-se cada vez mais profundas. Em lugar de nos unir, a política filipina separou-nos irremediavelmente. «*La dominación de los Felipes en Portugal — declarava ele — quitó á aquel pueblo libertad, y no le dió fuerza ni amparo*». Tinha assim de concluir que a Revolução de 1640 foi indispensável: «*fué el renacimiento de un pueblo que gemía esclavo*». E vendo aluírem-se os cimentos da sua cobiça, doridamente suspirava. «*Perversa dominación y peor administración de los Felipes*»!

Ao ouvi-lo em público, parecia assim coisa arrumada a independência de Portugal. Mas o secreto desígnio não o abandonava. Indulgente ou lisongeiro quando escreve e fala para que todos o escutem, é malévolos, cruel, se espera que venham a ficar encobertas as suas opiniões. «*Esto es hermosísimo como país; pero, francamente, y dejando a un lado diplomacias, de lo más aburrido que puede uno imaginarse*», confidenciava de Lisboa a Menéndez y Pelayo. E, desabafando, exclamaria: «*que diferencia esto a Madrid! Esto es la muerte y eso la vida*». Faltavam-lhe os companheiros de conciliábulo, as ninfas da sua devoção, — Corina, Melisa, Lídia, Hipatia, Catalina, Raquel... «*Estos portugueses — malignamente repizava, sentindo fugir-lhe a preza — me parecen unos descastados, aborrecedores de su propia gente y deseosos de parecer ingleses; pero los ingleses hallan, en su vanidad, que de los portugueses a ellos hay más grados en la escala de los seres que de los portugueses a los macacos. Mucho se han enojado contra usted porque usted ha dicho que son españoles. En efecto, no lo son; quieren ser ingleses, y no son más que gallegos*».

Já o assalta o receio de que seja conhecida a judiaria, e açodadamente recomenda a Menéndez y Pelayo: «*No divulgue usted, con todo, esta opinión mía, porque estoy aquí de ministro de España, y no es diplomático decir tales verdades*».

Talvez a saudade da folgada vida de Madrider, — «*aquí me aburro de un modo feroz*», «*esto es aburrido de veras*»;

a doença, — «estoy mal de salud, y de perversísimo humor», «Estoy casi siempre mal de salud, desde que estoy aquí», «mi humor es de los más negros», «cada día estoy peor de humor y de salud», «la tos no me deja parar, la bilis me ahoga»; a falta de dinheiro — «estoy desesperado, materialmente desesperado», «estoy apuradísimo y con más dificultades económicas que quando era un mero caballero particular», «aquí me aburro, gasto doble de lo que me dan y todo me parece pésimo», «esta vida de angústia económica es a modo de castración intelectual»; as arrelias domésticas, — «mi casa es el rigor de las desdichas. No me ha valido la posición que aquí tengo, los dineros, tal vez más de lo conveniente, que gasto, ni nada, para que mi mujer esté alegre e satisfecha y no me muela», «no se case usted nunca», «no se case por nada del mundo»; — o seu pendor satírico, a fatal propensão para fazer sempre da sinceridade jogo das escondidas, fosse o que fosse, o certo é que Valera perdia as ilusões, deixava-se ficar atrás, e já vencido arrumava: «Cada día estoy más desencantado del iberismo y, sobre todo, de los portugueses».

Não se agastará com tão destemperados juízos quem souber que de igual modo sentenciou muitas vezes sobre a bem amada Espanha e a sua gente o laureado autor de *Pasarse de Listo*. Que importa que de Portugal dissesse: «Portugal me hace el efecto de um gran baratillo, donde todo se vende», se de Espanha escreveu: «Aquí nadie gana dinero sino con la usura, el robo, la estafa, la corrupción, la trata de negros, el contrabando y otras abominaciones. Casi todo el capital tiene por origen un montón de basura, cuando no un arroyo de lágrimas y de sangre!» Às madrilenas, que me parecem de tão sedutora graça, tinha-as como «ignorantes y mal educadas», e achava os homens «sucios y pedantes». Se alguns havia «limpios y cortesanos», eram esses «tan mentecatos que no hay medio de poderlos aguantar». Daí queixar-se de que em Espanha se lesse pouco, ou, o que é peor, que não se soubesse ler, nem se encontrasse contentamento na leitura. Para quê consumir-se a engendrar livros? «En España — chasqueava ele desconsoladamente — un escritor de

mediano sentido común me parece un sastre bueno de París que se fuese a hacer elegantes fraques, levitas, chalecos y pantalones al centro de Nueva Zelanda, donde la gente anda aún con taparrabos, si acaso, pues tal vez anden sin eso. Não ia longe o tempo em que o romântico Larra, da beira da sepultura que tão fundo abriu, desesperadamente soluçara: — «Escrever em Madride, é chorar».

Embrenhara-se Valera na tumultuosa política do seu país. Está triste, «*muy triste*». Mandado para a legação de Dresde, pára em Paris, viaja pela Alemanha, descobre a música de Handel, de Mozart, de Beethoven, e deslumbra-se: «*En el conjunto sinfónico (páseme usted la palabrilla — dirá submissamente ao artificioso D. Serafín Calderon, que se pavoneava com a rôxa pluma de Gongora) de la música alemana se cree oír la voz misma del espíritu del mundo*»!

Vai à corte da Rússia na luzida embaixada do Duque de Osuna. Enleia-se em caprichos de amores e brincos de palavras. É eleito deputado. Recebem-no entre aclamações na Real Academia Espanhola e aí disserta donairosamente sobre a poesia popular, de que não alcançará, contudo, nem a beleza nem o sentimento, porque, sujeito aos rígidos preceitos de Horácio, lhe escapa o livre sentir medieval. Leva a Francfort a representação de Espanha. Passa pelo Ministério de Estado como Subsecretário, na companhia do general Serrano. Trabalha na Direcção Geral de Instrução Pública. Procura em Florença o Duque de Aosta para lhe oferecer o trono de Isabel. Toma lugar no Senado. E por fim, em 1881, volta a Lisboa, investido agora nas inchadas funções de ministro de Sua Majestade Católica. Tem 57 anos. Está na plenitude do talento e da glória. Andava no galarim da Fama. A sua graciosa *Pepita Jimenez*, que acendera fogueiras de entusiasmo, corria triunfalmente as sete partidas do mundo. Para português a traduziu Luciano Cordeiro com primorosa diligência, tendo Júlio César Machado escrito o laudatório prefácio e Rafael Bordalo Pinheiro a embonecado graciosíssimamente.

Ajeitada a casa, feitas as visitas de cerimónia, D. João Valera retoma a sua correspondência. É datada de 30 de Março de 1881 a primeira carta que de Lisboa dirigiu a Menéndez y Pelayo. Nela conta que o Conde de Ficalho, «*de la aristocracia de aquí y muy letrado a la vez*», e de quem El-Rei Dom Carlos dizia com amável murmuração, que era conde entre os lentes e lente entre os condes, lhe pedira os discursos por ambos proferidos na Academia Espanhola quando ali foi recebido o glorioso autor da *História das ideias estéticas*, e logo regaladamente promete falar das coisas literárias portuguesas.

Mal cumprida promessa. São breves, superficiais, ligeiríssimas as apreciações ao que em Portugal ocorria nos domínios da Inteligência.

Nas cartas que durante os dois anos da sua enviatura em Lisboa João Valera endereçou a Menéndez y Pelayo, apenas se encontram referências rápidas e ensossas a Pinheiro Chagas e a Serpa Pimentel — na ocasião Ministro dos Negócios Estrangeiros — de quem só dirá merecerem ser conhecidos e apreciados; ao paciente e laborioso Inocêncio, porque está hesitante em comprar o seu grande *Diccionario*, que custava 26 mil reis; a Cristóvão Aires, para pedir a Menéndez y Pelayo lhe envie um exemplar das suas poesias; a Thomaz Ribeiro, ainda visto, depois da tempestade do *Bom Senso e do Bom Gosto*, entre «*flores d'alma que se alteiam belas, puras, singelas*», como «*uno de los más famosos y celebrados poetas que aquí hay*», para lembrar a conveniência de o elegerem sócio correspondente da Academia Espanhola, porque, sendo ele Ministro do Reino, lhe interessa tê-lo propício, tanto mais que «*tiene muchísima gana de ser academico*»; a Gomes de Amorim, ao descobrir que fora premiada a sua composição poética em louvor de Calderón de la Barca, para a classificar desenfadadamente de «*architonta*»; a Andrade Corvo, para, queixando-se de que fosse repelida qualquer aliança com a Espanha, achar abominável e estúpido que ele inspirasse artigos nos diários governamentais em defesa da aliança inglesa, que, sempre guiado pela maligna tendência

de ver as coisas portuguesas às avessas, considerava, ao contrário do que é, «odiosa, impopular, perniciosa», e que na turbacão desta hora importa reconhecer e proclamar como sendo, com a amizade brasileira, a mais forte e útil, — direi, a única realidade da política externa de Portugal.

A par com estes, de onde a onde, algum outro comentário pitoresco ou mordaz a respeito de Latino Coelho, de Gonçalves Crespo, de Guerra Junqueiro, de Teófilo Braga. E é tudo!

Nem uma palavra a propósito de Camilo, que irradiava clarões de génio e levava ao tablado da novela o coração amoroso de Portugal e de quem Unamuno disse que os seus livros parecem escritos com lágrimas de fogo, que escaldam, considerando o *Amor de Perdição* como um dos livros fundamentais da literatura ibérica — castelhana, portuguesa e catalã, — já em 1872 traduzido para o castelhano e com cinco edições quando Valera estava em Portugal; nem uma alusão a Eça de Queiroz, que fazendo tinir o guizo de cristal da ironia tomava lugar entre os grandes romancistas europeus, superior, sem dúvida, em intensidade e em profundidade, a qualquer dos espanhóis de então, com marcada influência em Leopoldo Alas, quando compôs *La Regenta*, em D. Emília Pardo Bazán, ao escrever *Los pazos de Ulloa*, em Ramón del Valle Inclán no giro alado da frase e no arranjo da melodia verbal, em Venceslau Fernandez Flores no brando modo de concertar o sorriso! E porque não diremos com o escritor brasileiro, José Mesquita de Carvalho, dando pouca atenção às datas, que o próprio Valera parece ter imitado na *Pepita Jimenez* o Eça de *O Crime do Padre Amaro*?

Nada a respeito de Ramalho Ortigão, que andava a espanar as teias de aranha da velha casa lusitana; nem uma invocação de Antero de Quental, a mais atormentada alma que ainda embalou a música dos versos, de quem Miguel de Unamuno assegurou: «*En España no tenemos nada que se le parezca*»; nem uma lembrança de João de Deus, que levava à extrema candura a forma de contar os segredos da tristeza e do amor!

Só aqueles pareciam merecedores da atenção de Menéndez y Pelayo e eram dignos de por ele serem lidos e julgados. Rigorosamente, apenas Latino Coelho e Oliveira Martins lhe agradavam. Tanto para Menéndez y Pelayo como para Valera, Latino Coelho significava uma luz de Espanha em Portugal. «*Aquí conozco a varios literatos y poetas. Todo es medianejo o menos que medianejo, salvo Latino*», informava D. João.

Valera considerava Latino Coelho esta coisa estupenda: «*singular sábio*», e Menéndez y Pelayo perguntava interessadamente: — «*Qué hace Latino?*»

Latino Coelho não aparecera na Legação a cumprir o Ministro e Valera estranha e queixa-se da sua falta. Pronto compreenderá que o tradutor de Demóstenes é pessoa esquisita, com quem não pode contar-se. E esclarece o amigo: «*Aun no he visto a Latino Coelho, que vive hecho un hurón. Aquí se admiran de su talento, pero se burlan de él y le menosprecian por su miserable carácter*».

Não há forma de o avistar. Vai passado ano e meio, e outra vez D. João Valera deplora, já mal humorado: «*El intratable Latino Coelho es un ridículo personaje, a pesar de su ciencia y de su talento de escritor. No hay quien le veyá, no hay quien le saque de su casa, tiene miedo de los gatos y otras mil extravagancias. No extrañe usted que no le escriba. Iré a verle, y si le hallo, haré por que me regale para usted los Scriptores, de Monumenta*».

Entretanto aparecia o primeiro volume do livro de Latino sobre Vasco da Gama. Imediatamente Valera o apreciava: «*Latino Coelho acaba de publicar su primer tomo de Vasco da Gama. Trata de los precursores. No me parece que en este primer tomo diga cosas nuevas ni peregrinas, pero el tomo está bien escrito. Supongo y espero que el segundo tomo, sobre el propio Vasco, tendrá más sustancia y hondura. No es esto decir que no valga el primer tomo como compendio y resumen y vulgarización*».

Para «*singular sábio*» não era muito. Declinava o entusiasmo. Menéndez y Pelayo ainda lhe chama carinho-

samente «*nuestro Latino*», mas já também lhe descobria os defeitos: «*Acabo de leer el libro de nuestro Latino sobre Camoens, y — acá para entre nosotros — diré a usted que no me satisface ni trae, a mi entender, novedad alguna en datos ni en juicios, reduciéndose sólo a una repetición elegante y agradable de lugares comunes, patrióticos y literários. Nuestro amigo es un grán retórico, y en estas amplificaciones y exortaciones triunfa. Lo que llevo leído del libro de Vasco de Gama y sus precursores me contenta más, quizá porque me coge más de nuevas el asunto*».

Não demora João Valera em confirmar o acerto do confidente. Quebrado o feitiço, já pouco valem os livros do arisco secretário da Academia. Estava «*muy tonto*». Então conta a Menéndez y Pelayo: «*Supongo que pensará como yo, y como veo que piensa usted, por lo que me dice de los libros de Latino, que todas estas cosas de aquí son menos que medianejas. Ahí somos más bárbaros, pero hay algo de original, proprio y castizo en esa barbarie. Campoamor, Ortega Munilla y otros así disparatan a la española, y aquí se disparata a la francesa*».

Era de mais puro quilate a admiração de D. João Valera por Oliveira Martins. «*Oliveira Martins — anota — es un hombre notabilísimo por su fecundidad, por su talento de escritor didáctico y por sus variados conocimientos. Merece, por todos estilos, que le elijan ustedes pronto correspondiente*». E por sua banda consagra três bem polidos artigos à *História da civilização ibérica*, — o livro fraudulento que os espanhóis sempre entusiásticamente apreciaram, tão carregado de exageros que umas vezes atribui a berberes e celtas importância que não tiveram e outras se entretêm a avolumar com sombrio deleite falsos motivos de decadência.

Achando-o admirável, Miguel de Unamuno ia a ponto de querer que esse desgraçado volume fosse o breviário de todos os espanhóis cultos. E o *Guia del estudiante* ainda em 1918 indicava esta obra entre os compêndios úteis ao aluno de História!

Menéndez y Pelayo considerava Oliveira Martins o historiador mais artista que no passado século teve a Penín-

sula, e Unamuno só rectificava essa opinião para acentuar que fora o único historiador artista que nela houve, o mais artista e o mais penetrante.

Entre os novísimos líricos portugueses Valera distinguia Gonçalves Crespo. Queria que Menéndez y Pelayo o lesse e estudasse. Nisto morre o poeta. Então Valera insiste: «*Ha muerto el poeta Gonsalves Crespo. Usted tiene sus Nocturnos y sus Miniaturas. Escriba ahora algún artículo critico sobre él*». E explica: «*Era elegante en la forma, conciso, brioso, sentido casi siempre. Su defecto capital, muy común a los demás poetas portugueses del día, era la imitación servil de los franceses, su falta de ideal y su carencia de ser propio de la nación y de la casta*». Dois dias depois voltava: «*Siempre con la idea de que escriba usted — para La Ilustración, por ejemplo — un artículo sobre Gonsalves Crespo, le envío lo que dice de él hoy, y de su entierro, O Diário das Notícias. Mi empeño de que alguien, usted más que nadie, escriba sobre este poeta, no es porque yo me entusiasme grandemente por él, sino porque a los españoles nos conviene hacernos cargo de lo que por aquí pasa. Esto es un pedazo de nuestra Península. De haber desgajado este pedazo, esta rama, de su tronco, resulta marchita y sin carácter propio*». Tomava assim o seu tema constante e com ele vinham as cautelosas recomendações: «*Importa decir esto con suavidad. Gonsalves Crespo es un mulato, medio indio o medio mono, que remeda con cierta habilidad y primor a Musset y a Heine*». E depressa generalizaria: «*Lo que pasa con Gonsalves Crespo pasa aquí con todos los autores. Carencia absoluta del sello nacional y castizo, cándida admiración de lo francés, adopción irreflexiva de cuanto se piensa por allí de filosofía al alcance de todos, historia, civilización, etc., lugares comunes de la gente culta francesa, considerados como prodigios de descubrimientos y como artículos de la fe nueva. De todo ello, algo de antipático para usted y para mí, que desdeñamos la vulgaridad metida a sabihonda y adoramos lo castizo, original y propio*».

Assente isto, aclara: «*Con todo, o por lo mismo, conviene hacer artículo sobre Gonsalves Crespo. Creo que se puede elo-*

giar al individuo, hasta dentro de ciertos límites, y hacer resaltar el defecto general que yo aquí noto y que usted notará como yo».

É curioso observar que o tão encarecido Oliveira Martins não tinha diferente conceito da literatura espanhola daqueles dias. Agradecendo a D. João Valera o oferecimento da novela *Las ilusiones del Doctor Faustino*, escrevia o feiticeiro evocador da *Vida de Nun'Alvares*: «Ha muito tempo que não leio obra espanhola que me fizesse tanta impressão — porque não conheço livro mais genuinamente peninsular entre os modernos. A literatura espanhola contemporanea produziu sempre em mim uma impressão enfaçonada. Os escritores de hoje parece-me inscreverem-se em duas categorias: os *nacionais*, ainda porém filiados numa tradição já anacrónica, e os *estrangeirados* que se não filiam em cousa nenhuma, reduzindo-se a pôr francês em linguagem castelhana».

Também sabia D. João que tão feia galicagem não era pecado só de portugueses: os escritores espanhóis do seu tempo embebecidamente molhavam a emperrada pena nos fáceis tinteiros de Paris. Ele o escreveu: «*Nuestros sabios y nuestros periodistas apenas hacen más que imitar y traducir las ideas de los libros franceses; y alimentados y criados en la lección y consideración de estos libros, toman, sin querer, hasta su lenguaje, desvirtuando la hermosura y empañando el esplendor del nuestro*». E estudando especialmente o alvoroçado poeta lírico Manuel José Quintana, observou que «*las ideas que popularisa son las más vulgares de la filosofía francesa del siglo pasado*». Ao dar conta da publicação do poema de Salvador Rueda, *Himno à la carne*, não foi «*a la vaga lección de malos libros franceses*» que Valera pôde attribuir os extravios e disonâncias de que os versos vinham abarrotados? Sempre contraditório, alguns anos depois arrebatava-se a louvar Rubén Darío — inspirador e mestre de poetas, a quem a Espanha ficou a dever um esplêndido renascimento lírico — precisamente por ter assimilado todos os elementos do espírito francês! E para seu castigo não tardaria Eugé-

nio d'Ors a vir dizer que Valera fora o escritor menos nacional possível.

Já agora era tentador comparar o estado e as tendências do espírito nas duas pátrias, suas curiosidades mentais e seus modos de pensar e de sentir. Então o engenhoso, subtil namorado de *Doña Luz* resume: «*En esta tierra quizá haya menos juicio que en España, pero en general se estudia más, y en las Letras prevalece menos la brutalidad*». Mais detidamente, precisa: «*En esta tierra hay talento, pero los hombres están aquí mil veces más pervertidos y estragados que entre nosotros. Tal vez se estudie aquí un poco más, tal vez esté esto más abierto y en comunicación con la civilización europea; pero, en cambio, aquí ha quedado mil veces menos que en España de lo que da el terruño o de lo que debiera dar*». E enfadado, conclui: «*Se diría que toda raíz de cultura propia o castiza ha sido arrancada de cuajo*».

Como poeta, procura nos poetas o exemplo de suas asserções: «*De aquí en los poetas líricos o épicos del día no sé qué delirios malsanos, no sé qué frenético victorhuguismo que me deja patidifuso y me hace reír y apesadumbra a la vez*».

Para justificar a apaixonada sentença aproveita as impressões ainda em flor, colhidas nesse instante na leitura dos versos de Guerra Junqueiro. Com gostosa malignidade, refere ao doutíssimo confrade: «*Acabo de leer un poema de un sr. Guerra Junqueiro que pasa por un prodigio. Se titula el poema La muerte de Don Juan. No se puede imaginar nada más sin pies ni cabeza, y, sin embargo, ¡qué facilidad, qué facultades de poeta y qué varia, aunque vaga y mal digerida lectura! Guerra Junqueiro vale cien veces lo que vale Grilo, y, sin embargo, prefiero a Grilo, con toda su ignorancia*».

Ainda haverá quem recorde o canto deste Grilo? Aquele seu verso tão gabado, em que definiu a onda chamando-lhe — *hoja de plata arrancada del árbol del infinito* — haverá quem lhe encontre sentido? O sr. Guilherme Diaz-Plaja, professor da Universidade de Barcelona, consagrou meticoloso estudo à poesia lírica espanhola, e em vão

o nome do escolhido bardo se procurará no rechiado volume. E nem os cuidadosos coordenadores do *Epistolário* de Valera, tão atentos sempre em identificar as personalidades citadas nas cartas, deram sobre ele qualquer informação. Verdade é também que sendo a poesia o enlevo constante de Valera, a suprema aspiração do seu espírito culto, e a tal ponto que parece a colocava acima dos claros dons de novelista e de crítico, talvez perdido no fumo da lisonja de Cánovas e de Menéndez y Pelayo, não conseguiu despertar a curiosidade de Diaz-Plaja, que o envolveu em silêncio igual ao do triste Grilo, apesar de no erudito comentário às *Canciones, Romances y Poemas* Menéndez y Pelayo entender que a poesia do amigo «*tiene su nota lírica, propia, original y característica*».

Lição de humildade: não têm mais vida que as rosas os viridentes loiros académicos. Ai! como é breve a imortalidade!

De Guerra Junqueiro passaram alguns versos — é bom não os lembrar — mas a sua poesia continua viçosa como quando foi lida pela primeira vez. Em Espanha, Eduardo Marquina guarda o éco daquela voz, e Valle Inclán tomou a cadência de *Os Simples* para os *Aromas de Leyenda*.

Mas João Valera não deixa fugir o ensejo de brincar e a Menéndez y Pelayo anuncia chocarreiramente: «*Pronto saldrá a la luz otro nuevo poema de Guerra Junqueiro, titulado La muerte de Jehová: A lo que parece, para que triunfe al fin el Progreso y la Humanidad realice sus ideales, es menester que mueran tres obstáculos abominables que a tanto bien se oponen. 1.º — El señorito elegante y aristocrático, el Don Juan. Por eso el Poeta empieza por matarle en su primer poema. 2.º — El Dios terrible y vengativo. Por esto su segundo poema, que va a salir, es La muerte de Jehová. Y 3.º — No sé quién hade morir, pero nos ofrece tercera muerte, y tercer poema, formando toda una trilogia épica*».

Em vez, porém, do prometido mortório surgem as rimas ternas e gaiatas de *A Musa em Férias*. Logo o severo crítico se inclina bondosamente e o juízo se lhe adoça. E como Menéndez y Pelayo pretenda escrever uma história da lite-

ratura espanhola, Valera, louvando o projecto, recomenda: «*Apruebo que en la Historia de la Literatura Española, que se propone usted escribir, llegue hasta nuestros dias, y diga con franqueza su opinión, incluyendo a los portugueses. De estos Guerra Junqueiro, apesar de sus extravagancias, es de lo mejor. Si no tiene usted A Musa em Férias, le enviaré un ejemplar*».

A Teófilo Braga, que trazia alarmado meio mundo, não conheceu Valera pessoalmente. Menéndez y Pelayo tanto ouvira falar dele que já levava lidos 14 ou 15 volumes da *História da Literatura Portuguesa*. Estava tolhido dentro daquela babilónia. Ancioso e curioso, perguntava: «*Qué especie de hombre es? Tiene crédito ahí?*» Não lhe escapa a feição arbitraria do talento de Teófilo, e adverte: «*Me parece un enfant terrible del positivismo y de la demagogia, y es lástima, porque debe ser extraordinariamente laborioso y sus colecciones de poesia popular son buenas*».

Tão meditada leitura dera ao egrégio autor de *Ciencia Española* todas as provas precisas para um julgamento definitivo: «*La erudición es copiosa, aunque indigesta, tumultuaria y con grandes lagunas. Los juicios me parecen de un delirante frenético, sin gusto ni entendimiento de la hermosura literaria. Sabe algo de literaturas comparadas, pero todo lo trabuca y de todo hace un miscuglio abominable*».

Esse era o conceito íntimo, sincero, mas recônditas conveniências levavam a cantar em público festivos salmos. E Valera e Menéndez Pelayo juntavam-se a Cánovas del Castillo para abrir a Teófilo as portas de bronze da Real Academia Espanhola, juncando o chão com lírios mansos e encendidos cravos.

Teófilo está extasiado, desbarata elogios, admira a tolerância com que o tratam, apesar do seu republicanismo truculento. E Valera, esfregando as mãos, apressa a eleição, escreve regalado: «*Procédase, pues, a la elección de Teófilo Braga, que será un golpe muy político, sin haberle querido dar*».

Nunca Teófilo Braga conseguiu em Espanha verdadeiros admiradores, nem os seus livros mereceram sério exame.

Miguel de Unamuno chama-lhe «*latoso pedante*», «*insoportable escritor y horrendo poeta*». Para ressarcimento do ingénuo vate das *Tempestades sonoras*, seja dito que também este cruel censor, tomado de inteiro desprezo pela beleza das palavras, se mostrou em versos duríssimos de uma primária incapacidade formal.

Era na roda dos políticos governamentais que Valera procurava os escritores dignos da atenção de Menéndez y Pelayo. Tomaz Ribeiro, Serpa Pimentel, Pinheiro Chagas, — todos ministros — são os escolhidos, os apontados para a sagaz análise do estudioso insigne dos *Heterodoxos*.

Menéndez y Pelayo regressara de Lisboa, onde fora passar com Valera as férias da Páscoa de 83. De novo aquietado em Madride, retoma o estudo e acode ao amigo a pedir a remessa do que lhe pareça melhor, ou menos mau, de literatura contemporânea, porque o apaixona a ideia de escrever a história das Letras peninsulares e quer ir reunindo tudo o que surgiu depois de Garrett e de Herculano. Agradado, Valera promete enviar notícias e livros. «*Envío a usted varios libros portugueses novísimos que le pondrán al corriente de la actividad intelectual de aquí*», deliciadamente informa em Maio de 1883.

Já está fechado um grande caixote. Que vai dentro? Nada vai de Ramalho Ortigão, nem de Eça de Queiroz, nem de Antero de Quental, nem de João de Deus!

Maio de 1883! É desse ano *A Holanda*; *As Farpas* publicavam-se desde 1871; *O Crime do Padre Amaro* era de 1875, pela segunda vez editado em 1880; *O Primo Basílio* apparecera em 1878, e poucos meses depois estava reimpresso; de o *Mandarim* havia as edições de 1879 e de 1880; datavam de 1865 as *Odes Modernas*, de 1871 as *Primaveras Românticas*, e de 1881 os *Sonetos*, celebrados por «*Clarín*» em *El Dia* que, se acreditarmos Unamuno, era o único escritor espanhol que fazia pensar, e colecionados por Joaquim de Araújo com uma formosa carta sobre a poesia na actualidade, dirigida a João de Deus, que em 1876 vira divulgadas as suas *Folhas Soltas*.

A relação dos livros enviados a Menéndez y Pelayo revela estar D. João Valera mal informado sobre o que se imprimia em Portugal, apesar do convénio por ele assinado com o nosso Governo para todos os meses a folhas oficiais dos dois países trazerem a lista das obras aparecidas num e noutro.

Foram estes os livros escolhidos por Valera como sendo os mais representativos do espírito português naquela época: *Phantasias d'Alma*, de Ariosto Machado; *História de Jesus e A Traição*, de Gomes Leal; *A Indiana*, de Thomaz Ribeiro; *Miniaturas e Nocturnos*, de Gonçalves Crespo; *A Flora dos Lusíadas*, do Conde de Fialho; *A Morte de D. João*, de Guerra Junqueiro; *A Poesia Filosofica e Philosophia da Existencia*, de Tarrozo; *As tradições populares de Portugal*, de Leite de Vasconcelos; o *Eusebio Macario*, *A Brasileira de Prazins*, *A Corja* e o *Perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo; *Tres Mundos*, de D. António da Costa; *Portugueses na India*, de Bulhão Pato; *Mocidades*, de Fernando Caldeira; as *Rimas*, de João Penha; *Os Fidalgos da Casa Mourisca* e *Uma Família Inglesa*, de Júlio Diniz; *Collecção de Negocios de Roma*, de Bicker; *Questões de Literatura*, de Teófilo Braga; *Alexandre Herculano e o seu tempo*, de Serpa Pimentel.

Como se explicará a omissão nesta lista justamente daqueles nomes e daqueles livros que à literatura portuguesa iriam dar novo rumo, abrir-lhe novas prespectivas e até alterar-lhe o espírito?

Com outro estilo, despertava em Portugal outra sensibilidade. Partira-se em mil pedaços o antigo espelho da alma lusíada para que a reflectisse agora a água das levadas, espadanando irada entre barrancos.

Seria motivada a falta por desagradar a João Valera o que tinha a ler ou porque andava aborrecido e desatento? O segredo da resposta pode talvez estar na pueril mania de esconder os verdadeiros valores para se divertir exaltando insignificâncias. Foi assim que, agrilhado a esta inclinação, se debruçou uma vez sobre os livros de Shakespeare — o maior e mais alegre inventor de homens — e presumidamente determinou: — «*Me veo, pues, en la precisión de*

rebajar el mérito deste autor! A Gil Vicente, cuja graça lírica inspira as últimas escolas poéticas da Espanha nas suas mais subversivas manifestações, — o super-realismo, o neo-popularismo —, collocava-o a par ou abaixo de João del Encina, rude e triste!

Rafael Alberti — Prémio Nacional de Literatura, riquíssimo temperamento de poeta, que tão galhardamente occupou as linhas avançadas do moderno lirismo espanhol — confessava ter tido em Gil Vicente o seu primeiro guia, e Dámaso Alonso, buscando para os próprios versos a ingenuidade popular do ritmo vicentino, sua primaveril virgindade, diz ser dele a poesia mais puramente bela da língua castelhana.

Deverei lembrá-la aqui. Mal trasladada para saudosas palavras portuguezas, por minha culpa agora mais ribeirinhas da prosa do que do verso, seria assim a cantiga que Gil Vicente escreveu em castelhano e tanto seduz os novos poetas espanhóis:

Bem gentil é a donzela,
Tão graciosa e tão bela!

Diz-me tu, ó marinheiro,
Que nos leves barcos vives,
Se o teu barco, ou a vela,
Ou a estrela, é tão bela!

Diz-me tu, ó cavaleiro,
Que as claras armas vestes,
Se o cavallo, ou as armas,
Ou a guerra, é tão bela!

Diz-me tu, ó pastorzinho,
Que o meigo rebanho guardas,
Se a ovelha, ou o prado,
Ou a serra, é tão bela!

Não se achará em toda a opulenta literatura espanhola quem sentisse a natureza por modo tão directo e tão intenso como Gil Vicente. Nem Garcilaso, nem Fr. Luis de León,

nem S. João de la Cruz — para não sair do século áureo — tiveram do mistério poético mais clara adivinhação. Menéndez y Pelayo, sem chegar a compreender o altíssimo significado de Gil Vicente como dramaturgo, não teve dúvida alguma em considerá-lo muito superior a João del Encina.

Encina apenas balbucia: é uma voz no crepúsculo, tímida e apartada, entre colunas góticas. Nos versos do genial autor de o *Auto da Alma* todas as aves de céu vêm cantar como no cristalino azul da madrugada!

Já Pérez Galdós alcançara a celebridade, e ainda Valera se gabava de não o ter lido.

Nas cartas particulares achava que as poesias políticas de Núñez de Arce eram, sem exceção, maus artigos de fundo de jornal, declamatórios e ôcos, mas subindo à tribuna da Academia não poupa louvores ao «glorioso poeta», e atrevidamente afirma que, tercetos como os seus, nem Dante os faria melhores, se reaparecesse entre os vivos!

Chama a Campoamor, na intimidade, «barbaro extravagante»; acusa-o, «*con todo sigilo*», de falso sentimentalismo, de prosaismo ridículo na expressão, que quer passar por simples e é afectada; classifica de «*desatinadísimo*», «*disparatadísimo*» o livro *El Ideísmo*; culpa-o de escrever poemas absurdos e néscios, que parecem prosa, mas tomando a pena para o público, então considera-o «*egrégio poeta*», nos versos de quem havia «*un singular y pasmoso atractivo*»!

Tudo contradições!

Reconhece que é necessário revelar em Espanha a novíssima literatura portuguesa, e oculta ou ignora o que melhor a definia. Com os que iam na primeira fila, também lhe passaram despercebidos outros que se assinalavam garbosamente à volta dos anos da sua estadia em Lisboa, como Simões Dias, o lírico de enternecida candura de *As Peninsulares* (1876), sempre seduzido pelas manifestações do sentimento espanhol; como Teixeira de Queiroz, que no *Amor Divino* (1877), nos *Noivos* (1879), no *António Fogueira* (1882) trouxera uma nova expressão para os encober-tos modos de querer; como Fialho de Almeida, na *Cidade*

do *Vício* (1882) estridentemente juntando, em notas de fanfarra, o som e a cor; como o Conde de Monsaraz, que nas *Crepusculares* (1876) e na *Catarina de Ataíde* (1880) levava à máxima perfeição o cuidado parnasiano da forma; como Alberto Pimentel, de tão doce timbre nos *Contos da minha lavra* (1878) e nos *Contos de aldeia* (1880); como Guilherme de Azevedo com os românticos, lúgubres anatemas das *Radiações da Noite* (1871) e da *Alma Nova* (1874); como Silva Pinto, amargo e rebelde nos seus *Combates e Críticas* (1882); como Silva Cordeiro nos *Ensaio de Filosofia da História* (1882) ou Luís Garrido nos *Ensaio Histórico e Crítico* (1871) e nos *Estudos de História e Literatura* (1879).

Tinha de facto muito que ler, porque em Portugal — ele o observara — se escrevia o dobro do que em Espanha. Só de poetas líricos vivos contava D. João Valera quatro ou cinco dúzias, de quem seria preciso falar. É certo — dizia com a costumada mofa — que esses mesmos são os historiadores, os filósofos, os dignos pares, os conselheiros, os ministros, porque todos começam e os mais persistem por e em fazer coplas. Todos, desde Coimbra, quando estão a formar-se, «*se ponen a tocar la lira, y no paran hasta que mueren, aunque los hagan archipámpanos*».

Era fácil recordar, com igual travessura indiscreta, que a Núñez de Arce não estorvou ser deputado, senador, governador civil, ministro do Ultramar, para que a Morte o encontrasse octogenário, a desferir o sonoro pletro. E o próprio Valera, sem embargo das altas funções políticas a que fora chamado, cantava com juvenil ardor, ao entardecer da vida, os olhos meigos de certa dama, tão distante dos versos que nem sequer os entendia! E ele fitando-a, glosava enamorado na verdura dos seus setenta e muitos anos: «*Ai! todo o gozo de amor em mortal veneno se dissolve!*»

Valera achava que de tantos poetas que atravancavam Portugal, todos eram «*victorhuquetes entecos*». E acusava-os não só de copiarem os pensamentos do poeta da *Légende des Siècles*, mas de lhe imitarem até as frases e a versificação. Para corrigir o excesso da censura, basta ler os versos de

Antero de Quental, de João de Deus, de Simões Dias, de Gonçalves Crespo, de João Penha, de António Feijó, de Cristóvão Aires, do Conde de Monsaraz, de Luís Osório, de Fernando Caldeira.

Verdadeiramente só em Cláudio José Nunes, em Narciso de Lacerda, em Gomes Leal, em Guilherme Braga e em Guerra Junqueiro lançara Victor Hugo as suas algemas de ouro.

Mas Valera está amargurado. Ele, que sobre todas as coisas amava a literatura — «*yo gusto más que nada de literatura*» — sentia fugir-lhe a luz dos olhos. Há dias que nada pode fazer. «*No hago nada*, lamentava-se. *Hasta escribir una carta me fatiga*». E soltando o coração, confiava a Menéndez y Pelayo: «*Aquí estoy tan aburrido, porque la vida es tan difícil, económicamente, porque mi mujer tiene poco arte para gobernar una casa, el país no es barato, la posición de ministro español muy ocasionada a gastos, y el sueldo que da el gobierno, proporcionalmente mezquino, que no tengo humor para nada más que para echar cuentas*».

Por onde iria o sonho de escrever e publicar uma série de artigos sobre a «Literatura portuguesa de agora», anunciada nas vésperas da viagem de Menéndez y Pelayo a Lisboa?

Não valia a pena cortejar quem teimava em mostrar-se contrário a adulações. «*Yo me inclino a creer que de estos gallegos rebeldes, enfatuados y enemigos de su propia casta no sacaremos jamás partido con halagos*», avisava ao companheiro amado. E segredava-lhe: «*Yo estoy bastante desengañado y cansado de mi misión en Portugal*».

Porque os portugueses não se rendiam dócilmente à disciplina castelhana, nada encontrava em Portugal merecedor da sua atenção. Também Eça de Queiroz levaria o leviano Fradique a escrever a *Madame S.* que se o filho já sabia o castelhano necessário para entender os *Romances*, o *Don Quixote*, alguns dos «Picarescos», vinte páginas de Quevedo, duas comédias de Lope de Vega, um ou outro

romance de Galdós, — aí tinha tudo quanto bastava conhecer da literatura espanhola!

João Valera parece não ter lido a *Eça de Queiroz*, e *Eça de Queiroz* julgava sem interesse a leitura de João Valera. O mesmo sarcasmo, a mesma propensão para amesquinhar homens e factos, a ambos por fim enlaçava no mesmo desdém!

E esta é, talvez, a moralidade que, à maneira dos velhos contos de proveito e exemplo, pode tirar-se de tão desarrazoada perlenga. A sinceridade, a verdade, não são apenas palavras. A verdade é o esplendor da beleza moral e a sinceridade o casto encanto dos corações fortes. Não julgará rectamente nem a si nem aos outros quem não for sincero, quem não for verdadeiro!

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

O LIMIANISTA DOUTOR LIMA BEZERRA

ESBOÇO BIO-BIBLIOGRÁFICO

Hum patricio honrado tem por obrigação o antepôr as conveniencias e a gloria da sua patria em tudo aquillo que for licito e decente.

Lima Bezerra, *Os Estrangeiros no Lima*,
tomo I, pág. 3.

(...) que em qualquer arte ou officio, a que os homens forem destinados, tenham por primeira obrigação o mostrar que são bons patricios (...)

Ibid., tomo II, pág. 103.

ADVERTÊNCIA

Lembramo-nos bem. No dia 10 de Junho de 1907, momentos antes de se iniciar a sessão solene do Ateneu Popular de Paredes de Coura, em que iríamos proferir o elogio histórico do preclaro e benemérito alto-minhoto, Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira, foi-nos mostrado pelo Bibliotecário do mesmo organismo um livro de Manuel Gomes de Lima que nunca havíamos visto e defronte do qual estivéramos bastantes vezes, ignorando contudo a sua existência ali e nem sequer pressentindo quanto ele viria a interessar-nos.

Sendo o Presidente da Direcção daquela casa, foi-nos fácil requisitá-lo para o lermos, atentamente, em nossa residência, e isso fizemos. Trouxemo-lo e percorrêmo-lo com avidez, felicitando-nos ao cabo desta leitura pela resolução que tomáramos.

Recordávamo-nos de ter ouvido a Miguel Roque dos Reis Lemos, na sua aula de Literatura, no Liceu de Viana do Castelo, referências justiceiras ao autor de *Os Estrangeiros no Lima* e sabíamos por isso que esta obra era do mesmo

Gomes de Lima, nosso conterrâneo. De aí, o empenho com que, após aquela breve digressão, resolvemos estudar a vida e publicações do notável limarense.

Consagramos a esta tarefa algumas das horas que a função burocrática nos deixava livres, conseguindo concluir em 1910 um documentado estudo, que mais tarde apresentámos ao Instituto Histórico do Minho (1) e do qual demos à estampa um excerto no *Almanaque de Ponte de Lima* de 1927 (2).

Publicamo-lo agora na íntegra, por estarmos convencido de que nunca será demais evocar e exaltar os grandes vultos, que o foram pela inteligência ou pela virtude, pois assim se desperta não só a boa memória e legítimo orgulho, que também o bom e estimulante exemplo, o qual é, sem dúvida e como já se disse, o fruteador do Futuro.

Escreveu, algures, um distinto publicista contemporâneo (3) que «as grandes personalidades apaixonadamente estudadas em todo o tempo suscitaram imitadores». E Lima Bezerra, «patrício honrado», imperecível figura da longa e brilhante teoria de insignes varões da vilazinha em que fomos nado, bem merece ser imitado na sua linha moral e mental.

O LIMIANISTA DOUTOR LIMA BEZERRA

Como ele próprio escreveu (4), Manuel Gomes de Lima — que, mais tarde, adicionaria ao seu nome o apelido de

(1) Sessão ordinária de 31 de Dezembro de 1921.

(2) Págs. 117 a 125.

(3) Emídio de Oliveira in *Jornal de Notícias*, artigo respeitante a Garrett.

(4) *Os Estrangeiros no Lima*, tomo I, pág. 239. Além da Ponte, segundo Bezerra, «foi sempre reputada arrabalde e parte da Villa», — a «muito illustre Villa», como lhe chamou na dedicatória das *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia* (1779).

Bezerra (1) — nasceu na Rua da Alegria, além da ponte, freguesia de Arcozelo, arrabalde de Ponte de Lima (2), sendo seus pais, como também declarou (3), João Gomes de Lima e Rosa da Silva Bezerra, filha natural de Manuel Bezerra da Mesquita, senhor da Torre de S. Gil de Perre, concelho de Viana do Castelo (4).

Eis o que consta do registo baptismal: — «Manuel, filho legitimo de João Gomes, e de sua mulher Rosa da Silva, do Arrabalde de Além da Ponte, desta freguesia de Santa Mari-

(1) No *Receptuario Lusitano*, como em todas as suas obras, com excepção de *Os Estrangeiros no Lima*, usou do nome de Manuel Gomes de Lima. No termo de matrícula na Universidade assinou: Manuel Gomes Lima (1764). Na carta de Hábito de Cristo é assim nomeado: Dr. Manuel Gomes Bezerra de Lima (1804).

Lê-se nos *Anais Municipais de Ponte de Lima* por Miguel Roque dos Reys Lemos, que teve três homónimos, a saber: Manuel Gomes de Lima, Padre, natural de Beiral do Lima (Ponte de Lima), citado a pág. 61, v. do códice 56 da Chancelaria de D. Maria I (1779); Manuel Gomes de Lima, natural de Ponte da Barca, Familiar do Santo Officio (fins do século XVIII); e Manuel Gomes Bezerra, Lente da Universidade de Coimbra, citado a pág. 259 do códice 70 da supradita Chancelaria (1804).

(2) Nasceu, como dizemos, na Rua da Alegria, à qual foi dado o nome de «Manuel de Lima Bezerra», por deliberação camarária de 13 Agosto de 1904. Adiante se transcreve, nessa parte, a respectiva acta (Doc. n.º 1).

A *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (Calpe) di-lo natural de... «Ponte de Luna!» (tomo xxx, pág. 752).

(3) *Os Estr. no Lima*, tomo I, pág. 240.

Em seu postal de 26-x-909, informava-nos o Dr. L. de Figueiredo da Guerra: «A família do pai de Bezerra era de Santa Cruz do Lima, e descendente de um Ab.º desta freg.ª, não tendo pessoa alguma notável. Teve irmãos o nosso Cirurgião; as três irmãs faleceram solteiras; e dos três irmãos: Domingos Gomes casou em Viana e teve ao Dr. João Gomes de Lima, o *Faúla*, Juiz de Fora até 1834, e recolheu a Viana, onde advogou e foi muito conhecido, vivendo na Ribeira com a filha D. Catarina; e João António, formado na Universidade, onde foi Professor de Eloquência; casou com D. Ângela Maria Pereira, deixando sucessão».

(4) A notícia desta família encontra-se n' *Os Estr. no Lima*, tomo II, págs. 121 a 124.

nha de Arcozelo, nasceu aos quatro dias do mez de Janeiro, do anno de mil setecentos e vinte e sete e foi baptisado nesta egreja por mim o padre Pedro Barbosa, cura d'ella, aos doze dias do dito mez e anno. Foram padrinhos Miguel de Mattos e Felicia de Abreu sua enteada, que aqui se assignaram. Do que fiz este assento que assigno. Dia mez e anno ut supra. Cura Padre Pedro Barbosa. Felicia de Abreu. Miguel de Mattos» (1).

Habilitado, na vila natal, em Latim e Filosofia, praticou em Viana a Cirurgia com os mestres Manuel de Amorim Dantas e José Custódio da Costa (2), indo depois aperfeiçoar-se em Lisboa, no Hospital Real de Todos os Santos (3), onde pouco permaneceria, porque em breve era admitido à frequência do Hospital Inglês do Porto, para trabalhar sob as vistas dos célebres cirurgiões Nicols e Werton.

(1) Livro dos Assentos dos Baptizados de Santa Marinha de Arcozelo, a fl. 132, no Cartório dos Livros findos da Comarca Eclesiástica de Valença. Foi Miguel de Lemos quem descobriu este termo, como regista o Dr. Cândido da Cruz in *Anuário de Viana*, pág. 52.

(2) O licenciado Capitão José Custódio da Costa, natural de Viana, foi Cirurgião Mor dos Regimentos da Província do Minho, do Hospital Real e da Misericórdia de Viana, Juiz Comissário do Cirurgião Mor do Reino nas comarcas de Viana, Barcelos e Valença, etc., tendo escrito e imprimido o opúsculo *Epilogo de varias observações aureas* (1731). Apreciando-o, diz Cunha Brandão: «É bem escrito. Linguagem castiça e elegância de forma, o que é para admirar no período de decadência, em que então decorria a literatura pátria, e ainda a pouca distância da nefasta influência do Cultismo». *Almanaque de Ponte de Lima* de 1927, pág. 173.

(3) Vulgarmente, Hospital d'El-Rei, fundado por D. João II e destruído pelo terramoto (1755).

Mais tarde, Hospital Real de S. José.

No livro *O Hospital de Todos os Santos*, pelo Dr. Alfredo Luís Lopes (1890), há uma relação dos médicos e cirurgiões que passaram por aquele estabelecimento. Entre esses 348 cultores da ciência de Hipócrates, não vem citado Lima Bezerra.

Uma vez naquela cidade, onde se estabeleceu em 1743 (1), votou-se inteiramente à profissão que abraçara e é admirável o muito que fez no exercício da mesma.

Aí, seis anos depois, sendo já Professor de Anatomia, instigado por D. André Garcia Vásquez, a quem considerava «hum dos mais herculeos talentos, que hoje venera Espanha, Portugal aplaude, e o mundo admira» (2), publica o *Receptuario Lusitano, Chymico-Pharmaceutico, Medico-Chirurgico ou formulário de ensinar a receitar em todas as enfermidades que assaltão ao corpo humano* (3), o que já potencialmente inculca predicados de escritor e de polemista.

Escrita na aurora da juventude — tinha 18 anos — esta obra devia compor-se de três tomos, como consta do respectivo prólogo e conteria «huma nova Cirurgia, arregrada aos preceitos modernos, estabelecida em principios racionaes». Completou dois desses tomos (4): um abrangendo as letras A, B e C; o outro, as três letras imediatas, mas somente imprimiu o primeiro, o qual fora examinado pelos seus colegas do Real Colégio Cirúrgico de Madrid, o licenciado Dr. João Baptista de Arroio, Cirurgião Mor dos Hospitais Reais da Família Real de Espanha, e D. João Quer, Cirurgião Consultor dos Exércitos e honorário do Rei da mesma nação.

Esse primeiro tomo traz a censura do sobredito Colégio, ao qual o autor pertencia, firmado pelo seu Secretário Perpétuo, D. João de Deus López, examinador do Real Proto Medicato de Espanha e Cirurgião da Rainha e, ainda, do Santo Offício, subscrita pelo Qualificador Frei Eusébio de Santa Maria, além da censura do Ordinário, lavrada pelo Padre Mestre da Companhia de Jesus, Vitorino Pacheco.

(1) Dr. Maximiano Lemos — *O Jornalismo Medico em Portugal* in «Revista Scientifica», ano 1.º, pág. 307.

(2) *Receptuário Lusitano*, Prólogo.

(3) In-8.º de XL — 216 págs., Porto, 1749. Oficina Prototipa Episcopal. Com todas as licenças e privilégio real. Dedicado a Carlos Alvo Brandão Godinho Pereira Perestrelo e Azevedo.

(4) Barbosa Machado menciona o 3.º tomo. *Bibliotheca Lusitana* (1752), tomo III, pág. 279.

O tribunal de inquérito reconhece que o *Receptuario* é para «utilidade publica» e «credito da nação»; os Jesuítas confessam que «este Apollo da Medicina bem mostra em si mesmo a sua grande eminencia».

O *Receptuario* — di-lo o autor — «finalizaria com o alfabeto».

Como então era da praxe, este trabalho, com que Lima Bezerra noviciou nas Letras, é também precedido de poesias altissonantes por autorizadas individualidades, entre as quais o P.^o João Saraiva Valente, os médicos portugueses Dr. João de Carvalho Salazar e Dr. Manuel Freire da Paz, o Sargento Mor António Antunes Lima e seu primo, o pregador jubilado Frei Domingos da Conceição e Penha.

Numa dessas hiperbólicas composições (1), o autor é assim celebrado:

.....
 «O mais egregio Heroe da Cirurgia,
 Entre todos os doutos mais perito.
 Tão perito, ingenhozo, e tão discreto
 Das letras e dos Sabios tão amigo,
 Que fundando no Porto Academias
 A todas solicitou nobres principios.

 O doutissimo Heroe, que ha de ser honra
 Da provincia fatal do nosso Minho
 E lá na excelsa *Ponte* do seu *Lethes*,
 Se fará mais lembrado, que esquecido.

 Finalmente tão douto, que seu nome
 Se verá sempre enobrecido
 Pelas continuas obras, que compoem
 Elegantes, discretas, e peritas.

 Não podem dos mortais ser comprehendidos
 Os relevantes meritos, que o fazem
 Merecedor de grandes elogios.»

(1) Contém 76 decassílabos.

Na censura de que o Dr. José Rodrigues de Abreu (1) foi incumbido e que é positivamente de um erudito, reconhece-se que a capacidade que o autor manifesta é «tanta que se fas distinta, muito mais em 22 annos de idade, em que se acha». E, ao rematar, este médico deixa cair dos bicos da pena o seguinte: «Hum homem nosso, e saturado já de tão bellas letras, he para estimarse. Necessitava buscarse, para credito. Em tão boas disposições pode vir o tempo a fazelo muito maior. Esta primeira obra assim o da a entender; as mais, que promete, o virão a comprovar». Não desmentiu o futuro os vaticínios do censor.

Vistas as licenças, a Mesa da Consciência e Ordens autorizou a impressão do *Receptuario* em 19 de Maio de 1749; e, nesta altura, já Lima Bezerra era Professor de Anatomia e tinha instituído a Academia Cirúrgica Prototipo Lusitânica-Portuense (2), que a breve trecho abandonava e em cuja Presidência passou como um meteoro o Cirurgião Mor da Corte e Relação do Porto, Domingos de Freitas Mendes. «Doutissimo» lhe chama Bezerra, a pág. 66 do livro de que até aqui nos ocupamos.

«Os estatutos desta sociedade scientifica — diz o Dr. Maximiano Lemos (3) — foram approvados em Setembro de 1740 (4). (...) Duas vezes por ano se reunia extraordinariamente (...), para que os academicos dessem

(1) Cavaleiro de Cristo, Fidalgo da Casa Real e Médico da Câmara de D. João v. Autor da *Historiologia Medica fundada e estabelecida, em que se contem as suas instituições incluidas na Phisiologia, Pathologia e Semiologia, primeiras partes da Medicina*, 1733, quatro grossos vols. in-fólio.

(2) Data de 8 de Setembro de 1748 e foi fundada para «curar as queixas chirurgicas executando as operações que forem adequadas para este fim, sem se adherir a sistema particular mais que ao da razão, tudo para augmento da chirurgia e bem do Reyno». Compreendia não apenas Portugal, mas também a Espanha.

(3) *Revista Scientifica*, pág. 308.

(4) Aqui há erro, presumivelmente de tipógrafo desatento. Datam de 1748, como consta da nota anterior.

conta dos trabalhos a que haviam procedido; e as reuniões ordinarias realizavam-se todas as terças-feiras, discutindo, sobre os assumptos que a sociedade se propunha resolver, dous dos seus membros nomeados pelo presidente. N'estas reuniões davam-se consultas aos pobres que demandavam allivio aos seus padecimentos e nomeavam-lhes assistentes dentre os sócios, quando a enfermidade não obrigava a solicitar o parecer de muitos, caso em que se realisava uma conferencia em que tomavam parte todos os seus associados». — Estes, ao entrar na Academia, juravam defender a Imaculada Conceição; e prestavam os seus serviços, no justo dizer de Raúl de Caldevilla, «grátis et amore Dei». (Janeiro de 8 de Set. de 1946).

José Silvestre Ribeiro, na *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literários e Artísticos de Portugal*, dá os referidos estatutos aprovados em 5 de Setembro de 1748 (1), o que não está certo quanto ao dia, mas condiz com o que se lê em Maximiano Lemos quanto ao mês e ano, ao asseverar, noutro ponto, que aquella Academia fora fundada em 1748 (2).

As duas reuniões anuais e solenes, a que alude o douto historiador da Medicina Portuguesa, deveriam efectuar-se a 23 de Fevereiro e 30 de Agosto.

Esta Academia, que, como expusemos, facultava consultas gratuitas aos pobres não só do Porto como de fora, compunha-se de 50 sócios, divididos em três classes: — De número (eram-no os seus 14 fundadores); de exercício; e de honor, possuindo para seu uso uma esplêndida biblioteca (3).

(1) Tomo I (1871), pág. 17. Mas, a pág. 173, o mesmo Autor dá-nos a data de... 1731. Gralha, decerto.

(2) *Historia da Medicina em Portugal* (1899), tomo 2.º, pág. 215. Vem a ponto confessar que colhemos neste monumental trabalho vários apontamentos para a presente notícia.

(3) Num relatório publicado em 1885 e citado pelo Professor Dr. Hernâni Monteiro, na sua magistral obra *Origens da Cirurgia Portuense* (1926), lê-se isto: — «Quem dirá que na ephemera Academia Cirurgica Prototypo-Lusitânica se desenhava o embrião do

Dois dos seus membros, movidos de emulação e inveja, com tal malevolência atribularam o fundador no decurso da discussão de um dos seus trabalhos, que este teve de se afastar, quando não estavam ainda aprovados os estatutos. A decepção foi mui amarga, porque os zoilos lhe deviam obséquios e benefícios. Nas páginas preambulares do *Receptuario* estão os seus nomes perpetuados: foram eles os cirurgiões Lourenço José de Melo e Alberto da Silva Freire.

Queixando-se, refere Bezerra: — «Não se contentavam com me imputarem todo o genero de atrocidades, que pode inventar hum appetite, mas querem que eu em estatua seja pabulo do fogo da sua inveja. Como o mundo me atribue a fabrica daquella já declinante Sociedade, querem com eclipsar o meu nome fazer ostentação de ingratos, como que se não fosse mayor gloria para mim o luzir com a sua emulação». E conforta-se com o que lhe diz, na sua carta de 5 de Setembro de 1748, o Dr. José Rodrigues de Abreu (por ele qualificado «o mayor Coripheu da Apollinea sciencia»): que — «os ingratos castigam com o esquecimento, ao que lhes deu o que não merecião; e que já senão estranha pelo costume, serem dezagradecidos os mais beneficiados».

Como deixamos dito, apartou-se Bezerra da Academia Cirúrgica, despedindo-se de ela por sua carta de 28 de Junho de 1748 ⁽¹⁾.

Esta dissidência obrigou-o a retirar do *Receptuario* a sua *Dissertação do Parto Cesareo*, com que este livro fecharia e que estava impressa e já censurada — dissertação «curiosa, cheia de noticias, e de doutrinas, que deffendeu na Academia Chirurgica Portuense (...) em que acaba de confirmar

ambulatorium e da policlinica que opulentam hoje o ensino dos grandes centros allemães?»

No *Jornal do Médico* (n.º 119, de 15-v-943), escreveu o Professor Dr. Luís de Pina: — «O certo é que — nem a tal intento se deu ainda devido mérito — Gomes de Lima e a sua sociedade foram os precursores do estabelecimento do ensino médico-cirúrgico no Porto, 66 anos antes de ser criada a *Real Escola de Cirurgia* nesta cidade».

(1) Cfr. Prólogo do *Receptuario*.

o grande conceito que formei delle em toda a mais obra», como aquilata o Dr. Rodrigues de Abreu, no parecer que lavrou por determinação do Desembargo do Paço (1).

Do conflito havia circunstanciada notícia no prelúdio da aludida dissertação, que se não distribuiu por conselho do Secretário Perpétuo do Real Colégio de S. Fernando, de Madrid, em sua carta de 7 de Novembro de 1748 (2).

No *Zodiaco Lusitano*, de Bezerra, há uma peça, que vai de páginas 10 a 13 e que constitui a Observação IV das seis que esse jornal insere sobre Medicina e Cirurgia, intitulada *Uma Secção Caesarea*. Versando o mesmo assunto, não se trata daquela peça que originou o seu afastamento da Academia Cirúrgica e a que se seguiu idêntica fundação, em Dezembro de 1749, com o título de Academia Médico-Portopolitana. Esta companhia (3), que ele secretariou, tinha por objecto a cultura da medicina experimental. A sua Junta de Governo era assim constituída:

Presidente — Dr. Manuel Freire da Paz, opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra, médico da Relação e do Hospital Geral.

Vice-Presidente — Dr. Pedro Browne, formado pela Universidade de Lovaina, médico honorário da Relação e da Feitoria Inglesa.

1.º Adjunto — Dr. Eusébio da Nóvoa Sarmento.

2.º Adjunto — Dr. António Pereira Cortez.

Secretário — Manuel Gomes de Lima Bezerra.

(1) Censura do *Receptuario*.

(2) Cfr. Prólogo do *Receptuario*.

(3) Era formada por seis círculos e outros tantos semi-círculos, abrangendo Portugal e Espanha e respectivas colónias. Os seus sócios distribuíam-se por quatro classes: *ilustres* (pessoas nobres dos dois países escolhidas pelo Arcebispo de Braga); *colectores* (médicos dos dois países); *eruditos* (os que professassem qualquer ciência relacionada com a Medicina); e *experimentais* (médicos, anatomistas e farmacêuticos de reconhecido merecimento). Um de eles era o «Sócio Universal Erudito», o qual seria sempre um teólogo, incumbindo-lhe a função de rever as obras dos Académicos.

Colector — Dr. Pantaleão da Costa Lima, médico da Relação.

Fiscal — Dr. António Vilaça de Carvalho.

Académico de Erudição — P.^o João Saraiva Valente, Abade de Minhocelos.

Procurador — Jerónimo da Costa Pessoa.

Gozando de favor junto do Infante D. José, Arcebispo de Braga, colocou-a Bezerra sob os auspícios deste Prelado (1). Apesar disso, teve efémera duração. Desta feita, as desavenças foram motivadas pela eleição do Presidente, provocando a ruína de tal organismo.

Atinentemente aos seus estatutos, datados de 14 de Abril de 1749, escreve o Professor Dr. Hernâni Monteiro: — «Na Biblioteca Pública de Braga mostrou-me o Dr. Alberto Feio os Estatutos da Academia Médico-Portopolitana, reformados em conferência de Janeiro de 1750. Foram escritos pelo punho de Gomes de Lima e dirigidos ao Arcebispo Primaz D. José. Estão assinados pelo Dr. Eusébio da Nóvoa Sarmiento (Vice-Presidente), Pantaleão da Costa Lima (Adjunto), António Vilaça de Carvalho (Fiscal), Jerónimo da Costa Passos (Tesoureiro) e por Manuel Gomes de Lima (Secretário) (2).

O supra mencionado jornal *Zodiaco Lusitano* — e foi este que iniciou a imprensa médica no nosso país — tinha um título comprido: *Zodiaco Lusitanico, Delphico, Anatomico, Botanico, Chirurgico, Chymico, Dendrologico, Ictyologico, Lithologico, Medico, Meteorologico, Optico, Ornithologico, Farmaceu-*

(1) Era irmão bastardo de D. João v e morreu em Ponte de Lima, onde fora em visita pastoral, no dia 3 de Junho de 1756. — *Serie Cronologica dos Prelados Conhecidos da Egreja de Braga* pelo P.^o José Correia, da Congregação do Oratório (Coimbra, 1830), a pág. 92. Este sereníssimo senhor Arcebispo «morria por jogar o pião no paço arquiiepiscopal». — Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V*. Ficou retratado, não é verdade?

(2) *Origens da Cirurgia Portuense*. Publicação comemorativa do 1 Centenário da Régia Escola de Cirurgia do Porto. 1926. Pág. 354.

tico e Zoologico, e era também chamado *Zodiaco Medico Delphico* e moldado pelo *Zodiacus Medico Gallicus* de Nicolau Blegny (Genebra, 1680-1685); saiu a lume em Janeiro de 1749 (1) e deveria ser mensal, mas apenas se publicou este primeiro número, 4.º de 8 páginas inumeradas (dedicatória ao Arcebispo de Braga, prólogo e relação dos Académicos) e 18 páginas numeradas. Inculca-se «Obra da Academia dos Escondidos da Cidade do Porto, Imitadores da Natureza». Estes académicos eram Apolo (Presidente), Jason (1.º Adjunto), Argos (1.º Colector), todos três médicos, além de cirurgiões e farmacêuticos da sede.

Inocência classifica esta espécie, de «oração académica» (2). Com efeito, nela se inclui um desses discursos de Bezerra.

Em 1752, deu à estampa as *Reflexões Criticas sobre os Escriptores Chirurgicos de Portugal*, oferecidas e consagradas ao preclaríssimo Dr. José Pedro Esmauz — «Reflexam I (definia o A.) que comprehende o Universal e parte do livro primeiro de António Ferreira Lisbonense». Este trabalho refuta o aludido livro e foi recitado na Real Academia Médico-Portopolitana (3), originando o opúsculo *Resposta ás reflexões do dr. Manuel Gomes de Lima* por José Camilo, que nunca nos foi dado ver.

(1) *Revista Scientifica*, pág. 310.

Figurou na Exposição dos Jornais de Medicina, realizada na Sociedade de Ciências Médicas, de Lisboa, em 18 de Maio de 1944, bem como na Exposição dos Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias, do Porto, de 20 de Março ao 1.º de Abril de 1945. Foi mencionada no livro «Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias» pelo Dr. Zeferino Paulo. (Lisboa, 1944).

(2) *Dic. Bibl.*, tomo v, pág. 444.

(3) 50 pág. + 4 inum. Inocência diz que nunca encontrou ex. algum desta obra. Max. Lemos descreve-a, atribuindo a sua impressão à oficina de Eugénio Garcia Honorato y S. Miguel, de Salamanca, tipógrafo da Universidade. O dicionário *Portugal* (fasc. 185, pág. 786) data-a de 1750. O Dr. Luís de Pina, de 1752. Tendia a rebater o livro *Luz verdadeira e recopilado exame de toda a cirurgia*, por António Ferreira Lisbonense, como notou M. Lemos in *Revista Scientifica*, pág. 308.

Quatro anos depois, fez imprimir *O Praticante do Hospital Convencido*, diálogo sobre a inflamação, fundado na teoria de Hermann Boerhave, ao qual chama «incomparável». Oferecida a Diogo Mendonça Corte-Real, esta obra foi reproduzida pelo Dr. Virgílio Machado no *Correio Médico*, anos XII e seguintes. Apreciando-a, refere o Dr. Maximiano Lemos que o autor teve em vista expor as doutrinas do famoso holandês (1), «o que conseguiu com exactidão e clareza», mostrando conhecer as aplicações do termómetro, o microscópio, os glóbulos sanguíneos, as vantagens das injeções das veias para o seu estudo anatómico, etc.

Devia ter continuação, esse trabalho, como se depreende da provisão de D. Maria I, de 4 de Agosto de 1779 (2), mas nunca se soube que o autor a houvesse elaborado.

Em 1759, de parceria com o Dr. João de Carvalho Salazar, fundou Lima Bezerra a Academia Real Cirúrgica Portuense, movendo-o a esta empresa a elevação de António

(1) *O Praticante Convencido* foi impresso no Porto, Oficina Episcopal do Capitão Manuel Pedroso Coimbra. Com todas as licenças e privilégio real. In-8.º de 208 + 46 inum. Termina a pág. 154, seguindo-se o *Appendix de Observações Cirúrgicas*. Tem duas toscas figuras a págs. 184 e 190.

Boerhave, Prof. da Universidade de Leyde, era considerado, no seu tempo, «o oráculo da Medicina». Offício de 24 de Novembro de 1728 do diplomata D. Luís da Cunha a Henrique de Carvalho. — *Archivos da Historia da Medicina Portuguesa*, n.º 2, Abril de 1910, publicação dos Drs. Max. Lemos e João de Meyra.

A propósito, escreveu o primeiro destes catedráticos: «Enchia então o mundo com a sua fama Boerhave, que D. João v convidou sem resultado a vir formar medicos habeis no nosso paiz; Gomes de Lima foi um dos nossos escritores que mais se resentiram da influencia das suas doutrinas. Provam-no exuberantemente o *Receptuario Lusitano* e o *Praticante Convencido* que deu á luz em 1749 e 1756, mas especialmente o ultimo, em que a theoria da inflamação do grande medico de Leyde é exposta com toda a clareza e desenvolvimento». — *Revista Scientifica*, págs. 307-308.

(2) Este diploma foi reproduzido nas *Memorias Chronologicas e Criticas* (1779) e acha-se registado a fl. 240 do códice 12 da Chancelaria de D. Maria I.

Soares Brandão a Cirurgião Mor do Reino e suas Conquistas, lugar que, até aí, sempre fora desempenhado por médicos⁽¹⁾.

Os estatutos desta Academia — em cuja redacção o seu fundador foi auxiliado pelo Dr. Manuel Freire da Paz, Médico da Relação do Porto e pelo P.^o João Saraiva Valente, Abade de Minhocelos — estão datados de 8 de Janeiro de 1859 e acham-se reproduzidos no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo III, pág. 211 e seguintes, até ao tomo xxxi, pág. 64⁽²⁾.

António Soares Brandão era oriundo do concelho de Paredes de Coura e, por conseguinte, quase vizinho de Bezerra, que dele se ocupa a pág. 22 das suas *Memorias Chronologicas e Criticas para a história da cirurgia* (1762).

Nasceu Brandão na freguesia de Rubiães, em 1704, sendo filho do cirurgião do mesmo nome e neto materno de outro cirurgião⁽³⁾.

Foi cirurgião da Real Câmara, dos cárceres da Inquisição, do Senado de Lisboa, do Tribunal do Conselho de Fazenda, Cirurgião Mor do Exército e, mais tarde, Coronel honorário, com foro de fidalgo e hábito de Cristo, Provedor e Guarda Mor de Saude, Tesoureiro do Desembargo do Paço, etc.

Era bom latinista, como consta das inquirições *de vita et moribus*⁽⁴⁾, feita para a sua nomeação de Familiar do Santo Officio.

(1) Dr. Max. Lemos — *Historia da Med. em Portugal*, tom. 2.^o, pág. 219.

(2) Brito Aranha — *Supl. ao Dic. Bibl.*, pág. 221.

(3) Dr. Narciso Cândido Alves da Cunha — *No Alto Minho — Paredes de Coura* (1909), pág. 344.

(4) Cunha Brandão in *Voz de Coura*, n.^o 391, de 4 de Nov. de 1911.

Diz o General Francisco Augusto Martins de Carvalho, no seu livro *Algumas horas na minha livraria* (1910), a pág. 51: «Uma das maiores honrarias que podiam ter os cidadãos do tempo do Santo Officio, era serem *familiares da inquisição*.

«Os familiares da inquisição usavam ao peito uma medalha de prata, com o emblema daquele tribunal, que era uma cruz no cen-

Homem ilustradíssimo e muito aceito ao Infante D. Francisco, irmão de D. João v, foi por igual assaz considerado por este e depois por D. José (1).

Estimando e apreciando Bezerra, investiu-o no cargo de Juiz Delegado do Cirurgião Mor do Reino no Porto.

Soares Brandão ocupou a Presidência da Academia Real Cirúrgica, como era natural sucedesse, pela sua posição e porque Bezerra o tinha na mais alta conta. Nas *Memorias Chronologicas e Criticas* (1762), refere-se-lhe nestes termos: — «Antonio Soares Brandão (...) a quem eu venero como mestre e como portuguez a quem a Patria deve infinitas obrigações (...). E, noutro lugar da mesma obra, insere um curioso *Elogio lapidario* do mestre, escrito em

tro, um ramo de oliveira de um dos lados da cruz e uma espada do outro lado.

«Quando a inquisição mandava prender qualquer desgraçado, era incumbido da prisão um dos seus *familiares*.

«De noite entrava o *familiar* em casa do accusado, e intimava a acompanhá-lo por ordem do *Santo Officio*.

«Ao ouvir o nome do *Santo Officio*, apoderava-se o maior terror do preso, e ninguem ousava resistir ou evadir-se (a).

«Desapareciam de suas casas os individuos presos, e as suas familias tinham de guardar a este respeito um profundo silencio».

Eloquentes periodos estes, que Martins de Carvalho escreveu sobre o nefando tribunal da fé, «por blasfémia chamada Santo Officio», como lemos em Sampaio Bruno, n' *A Questão Religiosa* (1907), pág. 358.

Segundo Camilo, familiar do Santo Officio era «qualidade com que o maior numero de medicos d'aquelle tempo se nobilitava». *O Olho de Vidro* (1866), pág. 31.

Os privilégios dos Familiares da Inquisição constam da carta de 14-xii-1562 e apostila de 20-iii-1566.

(1) Cunha Brandão — *Galeria de Courenses Illustres* in «Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro» de 1911, pág. 167.

(a) É deveras elucidativo o livro do Dr. Carlos Olavo *A vida amargurada de Filinto Elysio* (1945), ao descrever a fuga do notável escritor à perseguição do... *Santo Officio*.

latim por seu irmão, o Dr. João António Bezerra de Lima (1).

Dos sentimentos de Bezerra pelo Cirurgião Mor existem outros testemunhos, como o *Diario Universal*, a que adiante nos referiremos.

A primeira sessão solene da Academia Real Cirúrgica efectuou-se em 9 de Junho de 1760. Regista Maximiano Lemos que, havendo sete oradores inscritos, foi Lima Bezerra — Director da mesma Corporação (2) e Consultor de Anatomia Teórica — quem lhe deu o início com o trabalho intitulado *Oração inaugural com que se abriu a conferencia publica que a Real Academia de Cirurgia da cidade do Porto fez celebrar aos felicissimos annos de El Rei nosso Senhor D. José I* (3).

(1) A biografia deste limarense lê-se nos *Estr. do Lima*, tomo I, págs. 240-241.

Nasceu em Arcozelo, a 18 de Set. de 1737 e morreu em Coimbra, a 2 de Agosto de 1812. Estudou humanidades no Porto e concluiu a sua formatura em Direito a 26 de Julho de 1768. Foi leitor no Tribunal do Desembargo do Paço e Prof. de História e Antiguidades (cadeira por ele criada) no Real Colégio de Humanidades, de Gramática Latina (nomeação de 29 de Agosto de 1759) e de Eloquência (nomeação de 26 de Set. de 1764). Examinador de todos os que houvessem de matricular-se na Universidade. Entre outros, deixou os seguintes trabalhos: *Declamação Sagrada na ruina de Lisboa causada pelo Terremoto do primeiro de Novembro de 1755 e pelo incendio que se lhe seguiu* (1757); *Elogio do P. D. Luiz Caetano de Lima, Clerigo Regular* (1759); *Quatro odes* (4) (1773); *In Natalem Mariae I Lusitanorum Reginae Fidelissimae* (1778); *Discurso sobre o uso da Critica* (1778); *In Natalem Mariae I Lusitanorum Reginae Fidelissimae* (1780); *In Natalem Petri III* (1780). Todas estas publicações constam dos *Estr. no Lima*, pág. cit. na presente nota.

(2) Brito Aranha chama-lhe «Sabio director» no tomo 9.º do *Supl. do Dic. Bibl.*, que é o 16.º desta obra.

(3) Porto. Oficina Episcopal do Capitão Manuel Pedro Coimbra. Com todas as licenças necessárias — In-4.º de 32 págs.

Porto. Of. Episcopal do Cap. M. P. Coimbra. Com todas as licenças. In-4.º de 35 págs.

«Foi a primeira Associação de médicos consultada oficialmente pelos tribunais», segundo o Prof. Dr. Costa Sacadura.

(4) Relativamente a este trabalho, lemos que Filinto Elfsio o meteu a ridículo, dizendo que, convidando o A. os seus amigos para o ouvirem, quando acabou de o ler, estavam todos a dormir. — *Encyclopédia Portuguesa*, vol. 6.º, pág. 486.

Houve mais sessões solenes.

Uma foi em 20 de Janeiro de 1761. Bezerra recitou a *Oração inaugural com que se abriu a Conferencia publica da Real Academia Cirurgica do Porto* (1).

Outra em 6 de Junho de 1763, pronunciando o seu fundador e impulsionador a *Oração academica inaugural sobre os principaes progressos, que a cirurgia da Europa tem feito nos ultimos annos*, composta «em obsequio aos felicissimos annos de El Rey Nosso Senhor D. José I» (2).

Na sessão solene de 20 de Janeiro de 1765, também Lima Bezerra proferiu uma *Oração*, esta «em obsequio do nome do Mecenas» daquele cenáculo, o então Conde de Oeiras, egrégio estadista que ficou na História com o título de Marquês de Pombal (3).

(1) Porto. Of. Episcopal do Cap. M. P. Coimbra. Com todas as licenças. In-4.º de 35 págs.

«Foi a primeira Associação de médicos consultada oficialmente pelos tribunais», segundo o Prof. Dr. Costa Sacadura.

O censor, Fr. João da Natavidade, escreve: «mostra o autor quam bom he em tirar as cataratas aos olhos dos portuguezes da sua profissão, para que aprendão em não curar tanto ás cegas» (Extracto do *Dic. Bibl.*).

(2) Inserta no 1.º vol. do *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia, etc.*, págs. 151 a 180.

(3) Porto. Of. Ep. do Cap. M. P. Coimbra. Com todas as licenças. In-4.º de 36 págs. Não traz data da impressão. Inocência não a descreve, e o Dr. M. Lemos di-la proferida em 1762, o que se explica pelo facto de o illustre Prof. ter visto o ex. que existe na Faculdade de Medicina do Porto, o qual não tem frontispício.

Esta *Oração* principia assim: «No meyo das acclamaçoens, e dos applausos, com que todo o Portugal celebra os acertos, e a gloria do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor conde de Oeyras»... (Pág. 3).

O último parágrafo principia destarte: «Oh queira o Ceo que o nosso Augusto Rey, lhe perpetue o governo (...)» Pág. 32.

E termina com três vivas, sendo o penúltimo: «Viva o grande conde de Oeyras columna, e ornamento de Portugal». Pág. 33.

Nas três páginas restantes há uns versos em italiano para a *serenata da musica* que se seguiu à recitação do discurso de Bezerra.

Já nas *Memorias Chronologicas e Criticas para a historia da cirurgia moderna*, publicadas três anos antes, o sábio orientador da Academia rendera o seu preito ao grande Ministro, dedicando-lhas em termos excessivamente laudatórios. Dizia ele: «Eu particularmente, Excellentissimo Senhor, devo sacrificar todos os instantes da minha vida para fazer glorioso o ministerio de Vossa Excellencia; pois que á sua generosidade devo o ser levantado do nada que sou ao honorifico lugar de Criado de El-Rey nosso Senhor e Cirurgião de sua casa. Esta mercê e aquelle agrado que devia a Vossa Excellencia todas as vezes que a fortuna de prostrar-me aos seus illustrissimos pés (...)

A penúltima destas orações ocasionou polémica com o Cónego secular evangelista Francisco Bernardo de Lima, autor da *Gazeta Literária* (1), na qual usava do pseudónimo de Francisco Mendes Lima e a cujos reparos acudiu Bezerra, defendendo-se. Tinha a tèmpera dos lutadores e a consciência dos seus méritos; por isso, longe de se acobardar com os ataques dos detractores, saía-lhes ao encontro, de viseira erguida e com o denodo irredutível dos fortes.

(1) O título desta publicação é: *Gazeta Litteraria ou Noticia exacta dos principaes escritos que modernamente se vão publicando conforme a Analogia que delles fazem os melhores Criticos e Diaristas da Europa. Obra periodica para o anno de 1761*. Dois tomos. Cfr. Inocência, *Dic. Bibl.*, tomo II, pág. 352. O 1.º tomo contém vinte e seis números e foi impresso no Porto, na officina de Francisco Mendes Lima, em 1761; o 2.º, seis números e foi impresso em Lisboa, na officina de Miguel Rodrigues, em 1762. In-8.º grande. Primeiramente semanal, foi depois mensal. «Vasto repositório de monographias sobre todas as sciencias», segundo o Dr. Max. Lemos in *Rev. Scientifica*, pág. 311. O Dr. Hernâni Cidade qualifica-a «a primeira tentativa de imprensa realmente culta, alerta às novidades da vida intellectual do estrangeiro». E acrescenta: «Impressiona a amplitude das suas curiosidades, que se estendem à Dinamarca e à Rússia, ao Novo Mundo e à Lapónia». *O Porto e a Cultura Humanistica* in «Janeiro» de 1 de Jan. de 1946. O Cónego Lima tinha reais méritos e, segundo Rocha Martins, morreu novo: com 37 anos apenas. Vid. «A Paixão de Camilo» (1925), pág. 223.

Entrou na contenda seu irmão, o Dr. Bezerra de Lima, com o opúsculo *Resposta ao sabio author da «Gazeta Litteraria», sobre o extracto da Oraçam inaugural com que se abriu a Conferencia publica da Real Academia de Cirurgia do Porto* (1).

A oração controvertida foi também objecto das censuras de Leandro Moniz da Torre, cirurgião portuense, que exercera por muito tempo a sua profissão na Inglaterra. O seu folheto intitula-se *Duas cartas, uma a João Antonio Bezerra de Lima, e outra a Manuel Gomes de Lima, que servem de resposta ás que elles escreveram ao author da «Gazeta Litteraria», sobre uns reparos que este fez a alguns logares de um papel que se imprimiu com o titulo de «Oraçam inaugural». Escritas por um Cirurgiam Portuguez, assistente em Londres* (2).

Como já vimos, Bezerra era homem resolutivo: não se intimidava, nem perturbava sequer, com as arremetidas dos seus rivais ou antagonistas (3). Repliou, portanto, mas desta feita sob o anagrama de Lino da Gama e Lemos, rotulando o seu trabalho de *Resposta ás duas cartas com que o cirurgião portuguez assistente em Londres fingiu responder ás outras duas, que se tinham escrito ao A. da «Gazeta Litteraria» sobre os reparos que este fez á «Oraçam inaugural»* reci-

(1) Em duas cartas: a 1.^a do autor, e a 2.^a de Manuel Gomes de Lima. Lisboa, 1762. Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno. In-4.^o de iv-35 págs., cfr. Inocêncio, *Dic. Bibl.*, tomo III, pág. 287. As cartas, sem assinatura, começam no n.^o 18 do 1.^o vol. (Nov. de 1761) e terminam no n.^o imediato.

(2) Londres. Oficina de Joam Johnson. In-4.^o de 88 págs., cfr. Inocêncio, *Dic. Bibl.*, tomo 3.^o, pág. 287. As cartas de Moniz da Torre são datadas de 12 e 15 de Jan. de 1763.

(3) Nos seus *Estr. no Lima* (tomo 1.^o, pág. 305), um dos interlocutores (ele próprio, sob o nome de *Lami*) observa: «Muito grande he a influencia, que tem os climas nos costumes dos homens. O desta freguesia (fala de Santa Marinha de Arcozelo, seu berço pátrio) e suas vizinhanças he tal, que faz os seus naturais intrepidos, resolutos e valerosos».

tada na Real Academia de Cirurgia Portuense em 20 de Janeiro de 1761 (1). É datada do Porto, a 8 de Nov. de 1761 e foi publicada no ano seguinte.

As Academias que Bezerra fundou — «com excessivo trabalho e despesa em beneficio do Reino», como ele próprio frisara na petição que fez à Rainha D. Maria I para lhe ser prorrogado, ao cabo de 10 anos e por igual período de tempo, o privilégio (2) da impressão e venda das suas obras — essas Academias, dizíamos, foram causa de constan-

(1) Barcelona. Oficina de Pablo Serrás. Con licença. In-4.º de 208 + 4 inum., constando estas de uma *Carta que escreve L. C. M. J., Praticante de Cirurgia del Real Hospital de Barcelona, à L. da G. e Lemos, Praticante de Cirurgia en la ciudad de Porto.*

(2) Este privilégio foi-lhe dado por provisão de 9 de Nov. de 1790, como consta do Códice n.º 38 da Chancelaria de D. Maria I, a págs. 115 v. e 116. O requerimento de Bezerra foi informado pelo Desembargador Corregedor Cível da Corte da Relação do Porto, Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca, e pelo Provedor da Real Coroa, apreciando-se o «excessivo trabalho» do A. de tantas obras e a sua «despesa em beneficio do Reino». A Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros foi favorável na sua consulta. A Rainha mandou deferir pelos Deputados da aludida Comissão de Exame e Censura, cujos nomes arquivaremos, a título de curiosidade. Eram eles: António Pereira de Figueiredo, o sapientíssimo tradutor da *Bíblia* e Fr. Luís de Santa Clara Póvoa. Como se entendia, naqueles tempos, a inviolabilidade da palavra! Que complicações e embaraços à livre expressão do pensamento! E, no entanto, conhecemos atitudes da Real Mesa Censória que nos deixam vislumbrar a repugnância com que alguns censores exerciam a sua missão retrógada e fanática. Há um edital daquela Mesa, de 30-IV-1772, no qual se diz ser o fanatismo *pernicioso á Republica!* Mas... receavam-se tanto os autores menos ortodoxos e menos conformistas!

Sobre o assunto, eis como Bezerra se manifesta: — «(...) a liberdade nas Artes, e Sciencias, sendo prudente e comedida, he unicamente quem as promove, e illustra; e que pelo contrario as restriçoens geraes privão a patria de algumas obras, que lhe podião ser uteis.» — *Os Estr. no Lima*, tomo I, Advertencia Preliminar. Compreendia o nosso biografado os prejuízos que resultavam de tolher o passo à liberdade de pensamento e de expressão.

tes fadigas e amarguras para o seu nobre espírito e só lhe suscitaram inimigos rancorosos, o que tudo contribuiu para lhe azedar fortemente o ânimo e lhe dar uma fisionomia dura.

Não ficaram por aqui as lutas com os aristarcos que a sua actuação despertara. Entrebatiavam-se as opiniões encarniçadamente, mas Bezerra sustentava as suas, intrèpidamente, com perfeita lucidez e austera dignidade.

Com o aludido anagrama de Lino da Gama e Lemos, subscreveu no *Jornal Encyclopedico* (Caderno de Maio-Junho de 1789, págs. 322 a 395) a *Memoria I remettida por hum zeloso patriota residente na cidade do Porto aos Senhores Editores do «Jornal encyclopedico» sobre o conceito que elle forma da sua obra Bibliotheca elementar noticiada no caderno do mesmo jornal do mez de Agosto deste anno de 1788* (1).

O mesmo *Jornal* (Caderno de Abril de 1790, págs. 6 a 27 e Cad. de Maio, págs. 143 a 182) inseriu — mas firmada apenas com as iniciais do predito anagrama — a *Memoria II dirigida da cidade do Porto aos Senhores Editores do «Jornal Encyclopedico» sobre o conceito da obra Bibliotheca Elementar annunciada no caderno de Agosto de 1788*.

Viril, destemido, Bezerra rebate nesses dois escritos o Cirurgião Mor de Infantaria no 2.º Regimento do Porto, Manuel de Sá Matos, pela sua *Bibliotheca Elementar Chirurgico-Anatomica, ou Compendio Historico-Critico e Chronologico sobre a Chirurgia e Anatomia em geral* (2), «estomagado, — conta Inocência — por tal ou tal desfavor ou ironia com que este o tratava por vezes naquela obra».

Em 1762, depois de consultar a Sociedade Real das

(1) É datada do Porto, em 28 de Dez. de 1778. Há aqui *lapsus calami*. Deve ser 1788.

O *Jornal Encyclopedico* era um mensário em 8.º, que durou muitos anos e fora fundado pelo médico Félix António Castróto. Dedicado à Rainha, visava a instrução geral, dando notícia dos novos descobrimentos em todas as artes e ciências.

(2) Vol. em 4.º Porto, 1788.

Ciências de Sevilha, da qual era sócio, deu a lume as *Memorias Chronologicas e Criticas para a historia da Cirurgia moderna, ou Noticia da origem, principais Progressos, Revoluções, Descobrimentos, Seytas, Privilegios, Academias, Obras impressas e Varoens famosos da Cirurgia desde a conquista de Constantinopla pelos Turcos, até o tempo prezente* (1).

A respeito desta obra (e «com manifesto exagero», como opina o Dr. Cândido da Cruz) (2) observa Inocêncio no tomo v do seu monumental *Dicionário*: «As 340 paginas d'este livro poderiam sem inconvéniente, nem falta de doutrina, reduzir-se á nona ou decima parte do volume. Contudo, não deve negar-se ao autor o merecido elogio pelo seu trabalho e curiosidade. A paginas 11 e seguintes vem transcripto o *Regimento* dado por el-rei D. Afonso 5.º ao cirurgião mór do reino, passado a favor do mestre Gil em 25 d'outubro de 1448».

Na censura do Ordinário, cometida ao Dr. Bartolomeu Soares de Lima Brandão, Abade de S. Mamede de Coronado (Santo Tirso), afirma-se que nesta obra «egualmente brilham a extensa e interessante erudição, a solida madureza no discernir, a vehemente nervosidade no convencer, o bem fundado magisterio no decidir e a eloquente e bem ordenada clareza no dispor e no dizer».

O Cirurgião Mor, António Soares Brandão, apologiza destarte: «O auctor (...) tem-se feito tam conhecido na republica das lettras, que se acha superior a qualquer elogio».

Em 1764, lançou Bezerra o seu segundo periódico médico, *Diario Universal de Medicina, Chirurgia, Pharma-*

(1) Porto. Offcina Episcopal do Cap. M. P. Coimbra. Com as licenças do Santo Offcio, do Ordinário e do Paço. In-8.º de 32 inum. + 340 págs. e mais 12, sendo seis de índice dos autores e coisas notáveis e seis com o catálogo alfabético dos assinantes, cfr. Brito Aranha, *Supl. ao Dic. Bibl.*, t. v, pág. 221.

(2) *Um notável cirurgião do século XVIII* in «Anuário do Distrito de Viana do Castelo» de 1932, pág. 58.

cia, etc., o qual contém os discursos e observações pelos académicos das duas Academias por ele fundadas, o extracto de livros e descobrimentos que iam aparecendo na Europa sobre a arte de curar e um catálogo de plantas do nosso país. Oferecido a D. José, dele saíram apenas três números, que formam outros tantos volumes em 8.º pequeno. No 1.º volume, dedica quatro páginas a António Soares Brandão, Presidente Perpétuo da Real Academia do Porto, enalteçando-o e pedindo-lhe que apresente ao Rei aquela publicação e lhe solicite o seu alto patrocínio (1).

Inocência regista esta espécie sob o título de *Diccionario Universal* (...) Não a viu, decerto, porque também anota que foi impressa no Porto. Viria a inexactidão de haver lido a referência de Bezerra ao tomo 2.º do «nosso» *Diccionario Medico Universal*, exarada no *Receptuario*, livro este em que promete que em tal dicionário — que havia de ter vinte volumes — «se acharão notaveis receitas» (2)?

No sobredito ano de 1764, sendo Cirurgião da Casa Real e sócio da Academia de N. Sr.ª da Esperança, do Real Colégio de S. Fernando e da Academia Real dos Médicos de Madrid e ainda da Sociedade Real das Ciências de Sevilha, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (3). Contava, então, 37 anos de idade! Edificante coragem, da qual já dera exemplo, em 1755 — como se lê em Camilo, no seu *Perfil do Marquez de Pom-*

(1) Lisboa. Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno. Com licença da Real Mesa Censória. O 1.º vol., de Janeiro, consta de 10 págs. inum. + 230; o 2.º, ainda de Janeiro, consta de 2 inum. + 231 a 388; e o 3.º e último, de Fevereiro, de 2 inum. + 389 a 506. Este foi composto na Régia Oficina Tipográfica em 1772. Em 12.º, cfr. o *Dic. Bibl.*; mas segundo o Dr. Cardoso Bettencourt, ilustre funcionário da Biblioteca da Ajuda, em 8.º pequeno, formato que também Cunha Brandão lhe atribui. A dedicatória a António Soares Brandão é datada do Porto, em 20 de Dez. de 1763.

(2) *Receptuario*, pág. 66.

(3) Arquivo da Secretaria da Universidade, livro n.º 82 de matrículas, a fl. 396 v.

bal — José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, que se doutorou em Direito aos 35 anos!

Pela provisão régia de 7 de Janeiro do ano seguinte, eram-lhe concedidos três anos para fazer os actos de Medicina e se graduar. Precedera esta mercê consulta da Mesa de Consciência e Ordens, possuindo nós a cópia do respectivo parecer, que adiante reproduziremos⁽¹⁾. Tal documento é sobejamente honroso para o nosso patricio, que recebia o grau de Bacharel a 16 de Junho de 1765⁽²⁾ e concluiu a sua formatura a 13 de Maio de 1767, obtendo plena aprovação cinco dias depois⁽³⁾.

Dissera Rodrigues Lobo, em *A Corte na Aldeia*, que o conhecimento da Medicina é «mui dino de homem sabio e bem nacido» e que tal «oficio é de tanta importancia que nenhum outro demanda mais cabedal de partes da natureza e das adquiridas por experiencia». Pois todos estes attributos exornavam o novo facultativo.

(1) Torre do Tombo — Códice 366 da Mesa da Consciência e Ordens, pág. 107 v. e 108. (Doc. n.º 2).

(2) Arq. da Secretaria da Univ., livro n.º 99 de actos e graus, a fl. 182 v.

(3) Cit. Arq. da Univ., livro 101 de actos e graus, desde fl. 176 a fl. 178.

Foram muito difficeis as pesquisas dos elementos existentes na Secretaria da Universidade de Coimbra, devido ao «embroglio que são os livros antes da reforma pombalina», como se exprime, em sua carta de 31-xii-909, o Sr. José Albino da Conceição Alves, digníssimo Official Maior daquela repartição. Obtivemos aquelas investigações por intermédio do illustre Prof. catedrático Dr. Mendes dos Remédios.

O Dr. F. de Abreu Maia (*Almanaque de Ponte de Lima* de 1909) afirma que Bezerra se conservara em Coimbra até 1770. O Dr. Cândido da Cruz (*Anuário do Distrito de Viana do Castelo* de 1932) dá-lo dali regressado «por volta de 1770». E o Dr. Luís de Pina (*Isagoge Histórica do Jornalismo Médico* in «Jornal Médico», n.º 118, de 18-iv-945, escreve que ele se diplomou «por volta de 1770». São inexactas estas afirmações. Naquela ano, residia o nosso biografado no Porto.

Nos registos da Universidade, ainda se encontra averbada outra provisão respeitante a Bezerra:—é a de 7 de Março daquele último ano ⁽¹⁾, pela qual lhe foi permitido fazer os actos da 1.^a e 2.^a tentativas. As tentativas consistiam na discussão de nove conclusões no fim do 3.^o ano e de outras nove no fim do 4.^o ano.

Fruto de aturadas vigílias, deu à estampa em 1779 as *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia ou Noticias das origens, principais progressos, revoluçoens, descubrimentos, seitas, privilegios, Academias, obras impressas e varoens famosos da Cirurgia desde o principio do Mundo até ao presente* ⁽²⁾.

Neste volume, relata os seus esforços no sentido de divulgar os estudos cirúrgicos em Portugal e reproduz as cartas com que o honraram várias sumidades científicas estrangeiras: uma do Dr. Francisco Buendia, médico da Casa Real de Castela, Secretário e, depois, Vice-Presidente

(1) Esta provisão acha-se anotada no Arq. da Univ., livro n.^o 110 das provas de curso, a fl. 227.

As provisões de 7 de Janeiro de 1765 e de 7 de Março de 1767 não aparecem registadas nem nos códices da Chancelaria de D. José nem nos da Mesa da Consciência e Ordens.

(2) Lisboa. Oficina de António Rodrigues Galhardo. Com as licenças necessárias. In-8.^o de 50 inum. + 100 + 276 págs. Obra dedicada ao Ministro do Reino, D. Tomás Xavier de Lima Brito Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, 14.^o Visconde de Vila Nova da Cerveira, Alcaide Mor de Ponte de Lima e ornada com o retrato deste, cuja família exalça ao máximo. Era corrente, naquela época, descerem os plumitivos às mais aviltantes lisonjas.

No aposto de Bezerra lêem-se vários títulos e, entre eles, o de «Doutor filosofo». Trás o retrato do autor.

Do requerimento em que pedia lhe fosse concedido privilégio para as suas obras «pelo tempo que á Rainha fosse servido» e que obteve pela provisão de 4 de Agosto de 1779 (Torre do Tombo — Códice n.^o 12 da Chancelaria de D. Maria I, a pág. 240) concluímos que ao vol. das *Memorias* publicado naquele ano, segundo o A., «se seguirão os restantes». Não apareceu mais nenhum.

Vai no final aquela provisão. (Doc. n.^o 3).

da Real Sociedade Médica e das Ciências de Sevilha; outra de Salvador Moraud, Doutor em Medicina, Professor de Cirurgia no Colégio de Paris (este dirige-se-lhe em Latim); outra de Mr. Lecat, 1.º Cirurgião do Hospital de Deus, em Ruão, Demonstrador Real de Anatomia e Cirurgia, Secretário-Perpétuo da Academia de Ciências da mesma cidade; e outra de Mr. Jean de La Fosse, Doutor em Medicina, Sócio da Academia Real das Ciências de Mompilher, Demonstrador de Anatomias e Fisiologia da Universidade daquela cidade. Desta última aspamos a seguinte expressiva passagem, em tradução fiel: «Recebi com muito reconhecimento as obras impressas que teve a bondade de me enviar pelo Sr. Gomes dos Santos; percorri-as àvidamente, embora escritas numa língua que não é a minha: pareceram-me repletas de profunda erudição e sobretudo ditadas pelo gosto da boa doutrina e dos conhecimentos verdadeiramente filosóficos». (É datada de 23 de Set. de 1773).

Sócio honorário da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, de Ponte de Lima, eleito logo após a fundação deste organismo — verdadeira Academia Regional, como a classifica o Prof. Miguel Roque dos Reys Lemos (1) — de semelhante título se desvanecia,

(1) *Anais Municipais de Ponte de Lima*, pág. 106.

«O projecto da instituição da *Sociedade Económica* — escreve Miguel de Lemos — em verdade com foros de Academia, a sua criação em Ponte de Lima o seu exercício e aprovação régia são de datas anteriores ao projecto, criação e aprovação da *Academia Real das Ciências*.

«A Sociedade foi inaugurada em 8 de Maio de 1779 e aprovada em seu Estatuto por alvará de 5 de Janeiro de 1780 (...).

«A *Academia Real das Ciências*, projectada também em 1779, meses depois da criação daquela, data, quanto à confecção do seu Estatuto, do duodécimo mês deste último ano, mas só teve existência legal desde 1781. É de 24 de Dezembro de 1779 o alvará pelo qual a Rainha mandou pôr em prática o seu Estatuto, para vêr se teria algum inconveniente que se emendasse antes da confirmação

como se reivindicava Pontelimense, qualidade que ostentava no frontispício dos seus livros, aposta a seu nome, no que, mais tarde, o imitavam o 1.º Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa ao assinar o seu retrato no *Livro de Crítica*: «Luciano Cordeiro, Transmontano», e António Augusto Teixeira de Vasconcelos, inscrevendo no rosto das suas publicações: «Natural do Porto» (1).

Ocupando-se da mesma Sociedade, escrevia D. Santiago Garcia de Mendoza, no seu opúsculo *Memoria ofrecida á Il.ª Camara Municipal e Habitantes do Concelho de Ponte de Lima*: — (...) «a ela pertenceram Limarenses de subido merecimento, e entre estes Manuel Gomes de Lima Bezerra, conhecido pelos seus *Estrangeiros no Lima* — como por outros escriptos, que hoje difficilmente se encontram» (2).

official. É de 22 de Março de 1781 a data do alvará da efectiva criação e aprovação.» (Cap. xxx dos *Anais*).

— Em carta ao Dr. João de Abreu Maia, um dos organizadores daquela Sociedade, o 1.º Secretário da Academia (P.º Teodoro de Almeida) reconhece ter sido aquela a precursora desta. (Cit. *Anais*, pág. 108).

— Os *Anais Municipais de Ponte de Lima*, escritos pelo A. em 1887, foram publicados a expensas da Câmara daquela vila em Set. de 1938.

(1) Sampaio Bruno, *Portuenses Illustres*, tomo I, pág. 293. Neste vol. (pág. 237), *Os Estr. no Lima*, do nosso biografado, são considerados «obra hoje rara e sempre apreciada».

À circunstância de Bezerra, numa das suas publicações, declinar a sua qualidade de sócio da Academia Limarense, alude o Dr. J. Leite de Vasconcelos nestes termos: — (...) «posso acrescentar que Manuel Gomes de Lima Bezerra, no frontispício da sua obra *Os Estrangeiros no Lima* (...) se declarara com patriótico desvanecimento «Sócio honorário da Sociedade Económica de Ponte de Lima». — «Medalha da Sociedade Económica de Ponte de Lima. — Século XVIII», Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, separata de *O Archeologo Português*, vol. XVIII. Folheto de 7 págs., com 3 gravuras.

(2) Braga, 1867. Tip. Lusitana, 36 págs.

Mendoza transcreve os Estatutos da Sociedade, por serem «geralmente ignorados». Foram também reproduzidos em *O Comér-*

Entre os manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa, acha-se catalogado um relatório, intitulado *Memoria pela qual se dá conta á Academia das Ciencias de Lisboa das transacções da Sociedade Economica da Villa de Ponte de Lima no anno de 1780, primeiro depois da sua installação*, o qual é do punho de Bezerra, que o não assinou. Trata do cultivo das amoreiras, promovido pela Sociedade, do viveiro respectivo, havendo já 3.000 pegadas no termo da vila; da distribuição da semente de luzerna; da cultura do cânhamo e outros linhos, tendo vindo linhaça do Báltico, de Riga, da Irlanda e campos de Coimbra; de uma escola de fiação em rocas de roda para meninas, com 86 matriculadas, de teares, etc. Datado de Ponte de Lima, em 8 de Jan. de 1781, este relatório é importantíssimo sob o ponto de vista da Agricultura e outras indústrias (1).

Limarense de gema, amando arraigadamente o seu rincão, Bezerra devotou-se à Sociedade Económica e ofereceu-lhe todas as obras de sua autoria, como consta do relatório social de 1783 (2).

Com pouco mais de 40 anos e na plenitude das suas faculdades, empreendeu e compôs, ao cabo de árduas investigações, a obra *Os Estrangeiros no Lima ou conversações*

do Lima, em folhetins, n.ºs 137 a 143, de 3 de Abril a 22 de Maio de 1909.

(1) In-4.º de 7 págs. «Muito curioso», dizia-nos Cunha Brandão, no seu postal de 27-v-910.

(2) Disse-nos o Dr. F. de Abreu Maia: — «Em uma carta d'elle (Bezerra) que possuia o Alfredo Mancio, havia uma referencia elogiosa á Sociedade». Carta de 18-ii-914.

No corpo de *Os Estr. no Lima*, é aquella agremiação citada mais que uma vez. A págs. 18-19, chamando-lhe: «Sociedade Economica dos Amigos do Lima»; a pág. 327, chamando-lhe: «Sociedade Economica dos Amigos do Paiz». (Reportámo-nos ao tomo 1).

Bezerra amava tanto a sua terra, que, referindo-se ao seu colega o académico Manuel Alves da Costa, lhe chamava: «Anatomico celebre, Cirurgião optimo, Practico excelente, e Operacor acerrimo, Partidista na Villa de Ponte de Lima». (*Receptuario*, pág. 114).

eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Geografia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias, com huma Descripção de todas as Villas, Freguesias, e Lugares notaveis da Ribeira Lima, suas producçoens, industrias, edificios, familias nobres, filhos illustres em virtudes, armas ou lettras; e com a Nobiliarchia Portugueza de Villasboas illustrada com todos os escudos de armas dos appellidos das Familias do Reino por ordem alfabetica, e huma breve noticia das Casas, que ha no mesmo Reino, dos ditos appellidos, sem serem Titulares (1).

«Com o intento — segundo escreve — de fazer menos tediosas as digressões», porque «teve assim maior facilidade de se explicar», figurou um diálogo entre o filósofo Raulin, francês; o comerciante Clarck, inglês; o viajante

(1) Só para a notícia das casas nobres gastou 12 anos (de 1770 a 1782)! Justifica-se, por isso e pelo mais, que ele tivesse escrito: — «Não posso soffrer, que haja no mundo homens tam desgraçados, que voluntariamente se martirizem com o estudo da arida e fastidiosa Genealogia; sendo de ordinario o fruto de todo o seu trabalho nutrir vaidades, engrandecer chimeras, e dar motivo, a que muitos homens, flados no luzimento alheio, não procurem brilhar com luzes proprias» (tomo I, pág. 8).

Na dedicatória, assevera que foi «grande o trabalho que lhe custou esse genero de composição»; e, na *Advertencia Preliminar*, confirma que «o seu trabalho (...) foi grande, penoso, e acompanhado de despesas, que sempre enfadão».

Sousa Martins, num folhetim do *Janeiro* (n.º de 23-VI-932), emite a opinião de que Bezerra «muitas vezes obedecia mais aos impulsos da fantasia do que aos rigores da investigação». Apesar dele haver afirmado, em certo passo de *Os Estr. no Lima* (tomo I, págs. 114), que a Verdade era o seu norte, esta arguição do jornalista portuense já se deduzia dos escritos do Prof. Miguel Roque dos Reis Lemos, publicados na imprensa periódica de Ponte de Lima.

Talvez o douto escritor houvesse previsto estes juízos, quando assim se exprimiu: — «que as pessoas sabias desculpem as suas (*dele, Bezerra*) imperfeições; e que as interessadas subministrem no futuro as noticias mais authenticas, que tiverem, para serem publicadas com verdade nos artigos a que pertencem». (*Os Estr. no Lima*, tomo I, *Advertencia Preliminar*).

Júlio, italiano; o genealogista D. Hugo, espanhol; e o médico Lami, português (anagrama do autor, como é fácil inferir). Estes cinco letrados, «mettidos em huma livraria e dentro do proprio territorio, que se propoz descrever», procurou Bezerra que «conservassem todos o seu character, ramo de instrução, e genio nacional».

Observou, pois, o conselho de Rodrigues Lobo, que, em *A Corte na Aldeia*, recomenda que o «melhor meio de escrever (...) os dialogos em prosa é com figuras introduzidas que se disputem e tratem materias proveitosas, sendo a primeira figura da obra o autor dela». (Já Garcia de Orta o fizera nos *Coloquios dos Simples e Drogas da India* — 1563).

E, explicando os seus objectivos, diz o glorioso filho de Ponte: — «Para introduzir no commum dos seus nacionaes o gosto das Bellas Artes, e com especialidade as noticias mais interessantes, que achou sobre o Commercio, e a Agricultura, embrulhou estas noticias com as da Historia, e Genealogia; porque se persuadio ser esta a melhor maneira de serem todas lidas, quando não seja com satisfação, ao menos sem enjôo».

Segundo o respectivo prospecto, este trabalho devia constar de doze volumes, sendo o primeiro distribuído em Junho de 1785⁽¹⁾. Com efeito, appareceu neste mês esse volume⁽²⁾, dedicado ao Presidente e Sócios da Academia Real das Ciências, da qual o autor era Sócio Supranumerário desde 2 de Out. de 1780 e Correspondente desde 22 de Maio do mesmo ano.

No segundo volume⁽³⁾, apparecido em 1791, lamenta,

(1) Existe um ex. destes prospectos na Biblioteca Pública de Évora, apenso a uma carta de Bezerra a D. Fr. Manuel do Cenáculo, na qual se ocupa da impressão da sua obra.

(2) Coimbra. Real Oficina da Universidade. In-4.º de XII — 438 págs. Com três estampas a talhe doce, gravadas por F. S. Bruno. Com licença da Real Mesa Censória e privilégio real.

(3) Coimbra. Real Oficina da Univ. In-4.º de VIII + 357 págs. Com um retrato do Príncipe do Brasil, D. José e três estampas dobráveis.

na *Advertencia* que lhe antepõe, o desdém com que em diferentes estações eram acolhidas as suas diligências no sentido de dar minuciosas notícias:

«Oxalá — diz — que dos Archivos respectivos se tivessem remettido ao Autor as noticias e memorias, que tantas vezes tem pedido, para se escrever dignamente de cada huma das povoaçoens! Muitas coisas parecem inuteis a humas certas pessoas, que nas mãos de outras tem algum merecimento e valor.»

Informa, depois, a maneira como lhe foi possível elaborar esta obra:

(...) «o Autor tem as complicadas obrigaçoens, que são notorias (...) Aproveita só aquelles momentos que lhe restão dos seus diarios exercicios, que outros empregão ou na diversão, ou na folga, e lhe não permittem, que trabalhe nella seguidamente.» E aproveitou-os bem, de passo afirmando o claro sentido do limianismo. Fácil nos é imaginar o prazer com que ele declararia: — «tenho visto poucos (*países*) que sejam comparaveis, e tam apraziveis como as veigas, e deliciosas campinas, que se achão nas margens deste rio que elle mesmo he todo alegria e contentamento» (1).

Podia assim falar quem, em verdes anos, viajara pela Espanha, França, Inglaterra, etc., como no-lo certifica o Dr. José Rodrigues de Abreu, na censura do *Receptuario*.

Os Estrangeiros no Lima, de cujo 1.º volume nós vimos o original, há anos, no Porto (2), tiveram como principal fonte um manuscrito de 1752 — *Memorias antigas da Villa de Vianna foz do Lima desde o seu principio* pelo P.º António Machado Vilas-Boas, citado da «Chronica da Conceição»

(1) *Os Estr. no Lima*, tomo II, pág. 74.

(2) Foi na livraria «Camões», de Fernando Passos, que o vimos. Era um grosso vol. in-fólio, pelo qual pediam 2\$00. Estudante do Liceu, não dispúnhamos, então, desta quantia, a esse tempo, para nós, quase uma... fortuna. Por isso o não adquirimos; — e com que pesar!

(pág. 513) deste modo: *Antiquidades do Lethes e fundação da mui notavel villa de Vianna* (1).

A obra capital de Bezerra contém inexactidões, que nosso Avô paterno corrigiu em numerosos artigos, dispersos na imprensa provinciana e que a mor parte dos estudiosos de hoje desconhecem. Posteriormente a este labor rectificativo do Prof. Miguel Roque dos Reys Lemos (2), escreveu José Caldas: que o tratado referido — ao qual chama «compêndio de curiosidades» — tem de o «ler de sobreaviso e com rara precaução» quem «tenha em vista informar-se com segurança» (3).

Quanto ao seu valor literário pròpriamente dito, comunicava-nos o erudito escritor e bibliófilo Dr. Rodrigo Veloso: — «é pouco o que lhe vejo attribuido, sendo lhe inherentes os defeitos proprios da epocha em que escreveu» (4). Achamos severíssimo este juízo, o que nos não impede de lealmente o reproduzirmos.

Quanto ao seu valor bibliográfico, observa Inocêncio: — «Os exemplares desta obra são estimados e raros, sendo o segundo volume muito mais que o primeiro. Diz-se que a falta provem de se haver estragado e inutilisado um grande numero d'elles por occasião da invasão franceza no ano de 1810» (5).

(1) Dr. Luís de Figueiredo da Guerra, *Esboço Historico — Vianna do Castello* (1878), nota da pág. 31.

No tomo II de *Os Estr. no Lima*, pág. v, confessa Bezerra que deve algumas notícias ao Cronista da Ordem de Cister, Fr. Manuel de Figueiredo.

(2) De lamentar é que se achem esparsos por folhas que hoje difficilmente se encontrarão. Pela nossa parte, temos a fortuna de possuir os folhetins que Miguel de Lemos fez inserir em *O Commercio do Lima* (1871-1880).

(3) *História de um Fogo-Morto*, 2.^a ed. (1919), pág. 119.

(4) Carta de 28-v-1910.

(5) *Dic. Bibl.*, tomo v, págs. 441 e seguinte. Brito Aranha (*Supl.*, págs. 221 e seg.) confirma: «*Estrangeiros no Lima* ainda é obra estimada e procurada».

A raridade do 2.^o vol. é também confirmada pelo *Diccionario Popular* de Pinheiro Chagas (1876), pág. 332 e pelo *Manual Bibliographico Português* de Ricardo Pinto de Matos (1878), págs. 308-309.

Regista ainda Inocêncio: — «Merece ser lida a respeito desta obra uma carta que o autor escreveu ao (então Secretario da Academia das Ciencias) abbade Correia da Serra, em 22 de Julho de 1780 (antes da impressão do tomo 1.^o): a qual se conserva no tomo 1.^o das *Correspondencias dos Academicos*, que existem archivadas na respectiva Secretaria, onde as vi» (1).

Guarda-se na Biblioteca Pública de Évora outra carta de Bezerra, datada do Porto em 23 de Abril de 1785, na qual pede a D. Frei Manuel do Cenáculo, então Bispo de Beja, «a mercê de mandar por hum dos seus Cappelaens vulgarisar a folha das subscriçoens (...) da obra que trabalhei, e vou continuando (...) pois que só o favor, e protecção de V. Excia a poderá dar a conhecer nessa Provincia» (2). Nesta carta, diz ter obtido igual favor do Secretário da Academia, Visconde de Barbacena.

(1) Vê-se desta carta — dá-la-emos no final (Doc. n.^o 4) — que Bezerra foi um Mecenas da Arte da gravura «numa época em que — como frisa Sousa Martins (*Janeiro* de 23-vi-932) — ela fazia as suas primeiras tentativas, desconhecidas como eram e foram, durante muito tempo, os processos químicos de agora».

— As estampas que ilustram *Os Estr. no Lima* são as seguintes:

No 1.^o vol. — Alegoria gravada por F. S. Bruno; gravura em chapa de cobre por Ventura S.^a (*sic*) (a), desenho de Tomás Campos; vista de além da ponte e freguesia de Arcozelo; e uma folha dupla, gravura em chapa de cobre, com a Nobiliarquia Portuguesa Ilustrada, contendo 36 brasões. Foi intenção de Lima Bezerra, como abertamente declara, «corrigir» a *Nobiliarquia* de Villasboas.

No 2.^o vol. — Gravura em chapa de cobre de D. José, Príncipe do Brasil; vista de Santa Comba, gravura de F. S. Bruno, desenho de Campos (b); vista meridional de Viana, gravura de Ventura Silva; e uma folha dupla com a continuação da *Nobiliarquia Portuguesa Ilustrada* (outros 36 brasões).

(2) Códice 127-2-8. Devemo-la ao nosso finado Amigo Cónego Bernardo Chouzal.

Na mesma Biblioteca arquivam-se também várias cartas do Dr. João Bezerra a Cenáculo, escritas entre 1771 a 1802.

(a) Silva, como se vê da assinatura da gravura do 2.^o vol.

(b) Tomás Campos, sem dúvida.

Tendo requerido, como já vimos que o fizera para outros livros seus, o privilégio exclusivo para a impressão dos *Estrangeiros no Lima*, foi pela Mesa da Comissão de Censura dado parecer favorável em 25 de Set. de 1787, o qual é antecedido de elogiosas informações do Corregedor do Cível na cidade de Lisboa, Joaquim José Jordão, e do Procurador da Coroa. Vai transcrito no final (1).

Renovou mais tarde este pedido, para todas as suas obras, pelo tempo de mais dez anos, o que lhe deferiram em 9 de Nov. de 1790 (2). Reproduzimos no final as respectivas autorizações. (Doc. n.º 6).

Sete anos depois, era nomeado Médico de Número da Casa Real, como reza a portaria de 20 de Março de 1797, que vai também no final (3). (Doc. n.º 7).

No septénio seguinte, isto é, por decreto de 17 de Maio de 1804, foi agraciado com o Hábito de Cristo, sendo digno de reparo que o dispensassem das provanças e habilitações do estilo, como consta da competente carta, expedida por portaria do mesmo mês e ano, assinada pelo Ministro Secretário de Estado, Conde de Vila Verde (4). O leitor curioso encontrará-la-á no final. (Doc. n.º 8).

(1) Torre do Tombo — Códice 364 da Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura de Livros, págs. 24, 25 e 25 v. (Doc. n.º 5).

Devemo-lo, como tantos outros valiosos elementos, ao notável filho de Paredes de Coura, tenente coronel Manuel José da Cunha Brandão, nosso sempre lembrado Amigo.

Bezerra tinha razão, procurando defender-se dos abusos dos que reeditavam e vendiam fraudulentamente as obras alheias.

N'Os *Estrangeiros no Lima*, tomo I, pág. 22, dizia ele:—(...) «hum Impressor cabal, de procedimento sincero, e de sentimentos patrióticos he coisa mais difficil de encontrar, que a quadratura do circulo».

(2) Torre do Tombo — Códice 364, já citado, págs. 66 v. e 67 e código 38, págs. 115 v. e 116.

(3) Torre do Tombo — Portaria do Mordomo Mor, livro de registo n.º 28, a fl. 351.

Bezerra figura na lista dos Cirurgiões da Real Câmara na obra *Nobiliarchia Medica* de Martins Basto, pág. 60.

(4) Torre do Tombo — Códice 41 da Chancelaria de Cristo no reinado de D. Maria I, pág. 186.

Erudito como os que mais, era de par e passo um assíduo cultor dos «estudos serios e bem fatigantes e da sombria profissão Medica» (1) e um acrisolado amigo das belas letras. Sabendo «escrever de jacto e sem moderação do impulso» (2), produziu num fluxo abundante, com gosto, confessando já no início da sua carreira, que «nenhuma couza melhor me parecia que hum escritor aplicado» (3). Foi esta, efectivamente, a manifestação dominante da sua invulgar actividade. Tinha o principal requisito dos plumitivos: facilidade de redacção, e a isto reunia o conhecimento dos idiomas, pois que se familiarizara com o Latim, o Francês, Inglês, Italiano, Castelhana, Holandês, etc., como deixou exarado, num seu escrito, o Dr. José Rodrigues de Abreu. Fortalecia-o ainda o seu entranhado amor à vilazinha natal.

Tem sido objecto de várias críticas o seu estilo, considerando-o a mor parte dos que se lhe referem, *empolado*,

(1) *Os Estr. no Lima*, tomo I, pág. 3.

Na conferência de encerramento da Exposição de Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias, que o Prof. Dr. Costa Sacadura realizou na Faculdade de Medicina do Porto, em 11-iv-945, disse S. Ex.^a que Bezerra «foi homem inteligente e culto, ousado e combativo». — *Jornal do Médico*, n.º 119, de 5-v-945.

(2) *Receptuario* — Prólogo.

(3) *Receptuario* — Prólogo.

Além das obras indicadas no decurso da presente notícia, Bezerra escreveu ainda, segundo o *Dicionário Portugal* (vol. 2.º, pág. 331):

Panegyrico do Real Collegio Cirurgico Matritense, sobre a benigna acção del-rey catholico D. Fernando VI, a proteger e nobilitar. — Madrid, 1748.

Ecphasi Cirurgica sobre la suppuración, ó Empyrema, etc., a qual saiu impressa com outros trabalhos do sobredito Colégio.

Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana* (1752, tomo III, pág. 279), cita mais as obras:

Glorias do Douro nas calamidades do Lima.

Helocaustos ao menino Deos nascido em Belem.

O Amor Convencido (três novelas).

Dialogo Satisfatorio Critico-Apologetico.

enfático, repolhudo, campanudo, rebuscado, etc. e até «prolixo e fastidioso» (1). «Fraldoso e dilatado» o diria o seráfico P.^o Manuel Bernardes. Todavia, julgadores menos severos reconhecem que Bezerra escrevia à moda do tempo, como disse Sousa Martins, ou nos moldes do tempo, como opinou o Dr. A. de Magalhães Basto, na sua sempre brilhante secção do «Janeiro», *Falam velhos manuscritos...* (2).

O elevado engenho e a copiosa leitura do nosso biografado são-nos revelados exuberantemente logo nas primeiras laudas que fez imprimir, ressumantes de conceptualismo, como tudo mais que nos legou, e onde mostra conhecer Homero, Aristóteles, Séneca, Ovídio, Juvenal, Virgílio, Santo Agostinho, São João Crisóstomo e ainda os nossos clássicos, dos quais cita passagens de Fernão Lopes, Conde D. Pedro e outros (3). Nas *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia* (1672), menciona a série de obras e autores que consultou e tem esta elucidativa confissão: «Como a minha livraria, posto que escolhida, não é tão numerosa como a de Haller» (...).

Do exposto pode afoitamente deduzir-se, segundo cremos, que o Dr. Manuel Gomes de Lima Bezerra era uma forte personalidade dotada de uma actividade, uma obstinação e uma resistência física e intelectual e moral extraordinárias — *aquela teima e dureza* de que nos fala Diogo Bernardes (4), tão característica da Ribeira Lima e que está

(1) A. J. d'Oliveira, *Homens e Livros da Medicina Portuguesa* (1885), pág. 67.

(2) N.^o de 1-VII-932.

(3) No final, arquivaremos o apontamento que tomámos da vasta bibliografia em que Bezerra se apoia, quer no seu 1.^o livro, o *Receptuario*, quer na sua derradeira produção, *Os Estr. no Lima*.

Demo-nos à tarefa de alfabetar essas fontes. (Doc. n.^o 9). Só no *Receptuario* citava ele nada menos de 103 autores!

(4) *Rimas Varias* (1770), soneto CXXXII.

Também Oliveira Martins reconhece que o Minhoto é «laborioso, tenaz, persistente», sendo de lamentar que lhe negue, com tanta injustiça, «distinção de character e elevação de espirito». — *Historia de Portugal* (4.^a edição, tomo I, págs. 25-26).

longe de ser o feitiço congénito de uma raça à qual o susurro embalador das vagas oceânicas e os ais doloridos do *fado* adormentaram as energias, tornando-a apática e contemplativa. Aquelas qualidades, excepcionais no povo português, são unânimemente reconhecidas a Bezerra por quantos dele se têm ocupado. O Dr. Maximiano Lemos, por ex., exprime-se destarte: «formam-se á voz de Manuel Gomes de Lima as sociedades medicas, e, como testemunho da prodigiosa actividade daquele homem, o jornalismo medico, esse extraordinario cooperador da ciencia que cultivamos, aparece entre nós» (1).

Manifestou logo de tenros anos esta rara capacidade de trabalho e de organização e a sua indomável persistência. No *Receptuario*, confessava ele: — «Dotou-me a natureza de um genio tão incansável» (...) E, nesse mesmo livro, o Dr. José Rodrigues de Abreu o confirma: — «Este Autor no seu retiro não se occupa em outra cousa, que em continuar os seus estudos». Tais predicados eram realçados nesta personalidade exuberante pelo seu amor à Verdade, faceta que reivindica no seguinte passo de uma das suas obras: — «Eu não tenho empenho algum, em que se appropriem a Ponte de Lima glorias e antiguidades, que lhe não competirem. A verdade he unicamente quem sempre regerá os meus discursos. Oxalá que eu pudesse descubrilla sempre, como desejo!» E, noutra ponto, reforça essa afirmação: — (...) «a falsidade sempre deve ser aborrecida e vergonhosa, principalmente para os homens de probidade e honra» (2).

(1) *Revista Scientifica* — «A Medicina em Portugal no seculo XVIII», pág. 197.

(2) *Os Estr. no Lima*, tomo 1, págs. 114 e 295. A noção da «pureza da verdade», de que fala o cronista João de Barros e de «nua verdade», que teve Fernão Lopes — autores que Bezerra leria em idade já madura, deve ter fortalecido o seu culto daquela virtude.

É do segundo daqueles cronistas este expressivo passo: — «Mas nós... leixados os compostos e afeitados razoamentos, antes pomos

Tendo visto mundo e enriquecido o seu espírito com o cabedal do saber, acompanhando e desposando, tanto quanto lho permitia a nossa resistência ao intercâmbio com os grandes centros culturais da Europa, o movimento renovador que nela se sentia nos ramos a que se destinara, polarizando nesse sentido as suas inquietações, depressa se elevou acima da vulgaridade, depressa ganhou situação destacante no exercício da arte hipocrática, que para ele foi, sempre, um puro e dinâmico sacerdócio e nunca mera e cómoda sinecura rendosa.

A contumaz animosidade e diatribes dos seus émulos e opugnadores, a quem jamais deixou de fazer rosto, corajosamente, tinham-no nauseado, obdurando-lhe o coração, como é natural e humano ⁽¹⁾, tornando-o rígido no trato e menos sensível, como é tradição na freguesia de Fornelos, do seu concelho natalício, onde se instalou em 1797. O Dr. F. de Abreu Maia, em carta ao ilustre Prof. Dr. Hernâni Monteiro, recolheu ainda esta nota: «Bezerra finou-se obscuramente como qualquer lavrador» ⁽²⁾. E, na verdade, não deixou de ser lavrador, olhando pelos seus campos e prados, desempenhando tarefas agrícolas, gozando a fresquidão das árvores murmurosas, contemplando os montes pensativos, fruindo a doce cavatina dos passarinhos, elevando a alma nos espectáculos bucólicos da sua terra, a que consagrou ternura filial, bem podendo dizer, como o Abade de Jazente:

Outros bens não pretendo, e deste outeiro
Ao mundo enganador as costas viro ⁽³⁾.

a simples verdade, que a aformosentada falsidade» (*Crónica de D. João I*). Assim procedessem todos os nossos modernos historiadores!

⁽¹⁾ É de Séneca este asserto: *a infelicidade endurece aqueles que vexa*.

O sr. Dr. Costa Sacadura di-lo «homem considerado teimoso e de génio irascível (...) mas que devia ter sido, e foi, homem notável» — *Jornal do Médico*, n.º 119, de 5-v-945.

⁽²⁾ *Origens da Cirurgia Portuense*, nota à pág. 138.

⁽³⁾ Soneto *Vida Aldeã* in *Poesias*.

Foi casado com D. Isabel Caetana da Divina Providência, que deixou viúva. Faleceu com 79 anos de idade, na Quinta do Outeiro, lugar da Oliveira, da sobredita paróquia de Fornelos, aos 6 de Março de 1806, como reza a certidão que, no final, reproduzimos (Doc. n.º 10) e sepultou-se na capela da Senhora da Luz, da freguesia de Arcozelo, dois dias depois, conforme disposição testamentária, donde se conclui que quis que os seus despojos mortais fossem dados à terra no lugar onde nascera — e não naquele aonde viera domiciliar-se, nove anos antes de morrer, na citada Quinta, que havia comprado em 1790, para aí ter um refúgio ao desmoronar da vida, repoisando e retemperando-se *sub tegmine fagi* (¹) de ímprobos e patrióticas fadigas.

No Porto — onde colhera assinalados triunfos, graças ao seu «grande talento e prodigiosa actividade» (²) e onde também experimentara o travo de cruciantes desgostos, provocados pelos medíocres, que o invejavam, denegriam e perseguiam, infernando-lhe a existência, alquebrando-lhe o físico, roubando-lhe sossego e tempo em sucessivas brigas e controvérsias e aos quais, mercê do seu génio fogoso, sempre fez frente — no Porto, vínhamos a dizer, havia Bezerra residido a maior parte da sua acidentada vida, ou seja: durante 52 anos, ali fundando, como vimos, não só as primeiras sociedades médicas, mas também o jornalismo médico, notáveis empreendimentos que dizem eloquentemente da sua obstinada tenacidade e do seu acendrado zelo pela profissão em que fizera carreira e que lhe grangearam uma justa universalidade.

Reportando-se à criação de uma daquelas colectividades,

(¹) Escrevendo ao Arcebispo de Évora, diz-lhe o Dr. João Pedro Ribeiro, no 1.º de Jan. de 1798, que Bezerra «se retirou do Porto e vive em Ponte de Lima, sua Pátria». — *Cartas de João Pedro Ribeiro ao Arcebispo Cenaculo* (Extracto do «Boletim de Bibliografia Portuguesa»), Coimbra, 1880.

O *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas, dá Bezerra a exercer clínica no Porto «até fallecer», o que é inexacto.

(²) Max. Lemos, *Revista Scientifica*, pág. 310.

escreveu o Dr. Maximiano Lemos: — «Imagine-se que somma de esforços não custou a realização d'esta idéa, n'uma epocha em que a dignidade profissional era uma palavra vazia de significação, e em que os clinicos menos cuidavam em se acreditar do que em deprimir os meritos dos outros» (1).

O nome de Lima Bezerra ainda hoje é alvo de respeitadas referências, tanto quanto à sua acção profissional e social, como às suas lucubrações de escritor.

No Congresso Científico Luso-Espanhol do Porto, de 1921, o Prof. Francisco de las Barras de Aragón asseverou que os trabalhos de Bezerra e seus colegas da Academia foram «acogidos con el entusiasmo y afecto que merecian fuera de su pais» (2).

São inumeráveis os autores que citam o infatigável publicista e académico, ocorrendo-nos estes nomes: D. André Garcia Vázquez (3), o cirurgião Manuel José Leitão — que, no seu *Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia*, qualifica de «excelentes» as obras do seu colega (4) —, Camilo (5), Pinho Leal (6), Figueiredo da Guerra (7), José Augusto

(1) Max Lemos, *Revista Scientifica*, pág. 308.

(2) Dr. Hernâni Monteiro, *Origens da Cirurgia Portuense*, págs. 47 a 63.

Nesta importante obra, deparou-se-nos a seguinte magnífica síntese: — «A Medicina Portuguesa (...) deve a Gomes de Lima a criação das primeiras sociedades e periódicos de Medicina que houve em Portugal. Ao mesmo facultativo e a Sá Matos a publicação das primeiras obras de conjunto sobre história da Cirurgia portuguesa».

Em Março de 1788, aquele segundo cirurgião, referindo-se a Bezerra, escrevia que este «gozou de distinctos creditos em Cirurgia e Medicina» (*Biblioteca Elementar Chirurgico-Anatomica*, cit. pelo sr. Prof. Hernâni Monteiro).

(3) Prólogo da tradução do 2.º tomo de Lourenço Heistero, *Físico Mor do Duque de Brunswich* (1748).

(4) Lisboa, 1788.

(5) *Cavar em ruínas* (1867), pág. 175.

(6) *Portugal Antigo e Moderno* (1876), vol. 7.º, pág. 175.

(7) *Celtiberos* (1877), pág. 15; *Limia e Britonia* in «A Aurora do Lima» de 6 e 10 de Junho de 1898; *Limia e Brutobriga* in

Vieira (1), Albano Belino (2), Leite de Vasconcelos (3), Cunha Brandão (4), Pinto Osório (5), José Caldas (6), D. Joaquín Arias Sanjurjo (7), D. Marcelo Macias (8), J. A. Pires de Lima (9), António Ferreira (10), Miguel Roque dos Reys Lemos (11), Baptista de Lima (12), Artur Maciel (13), Conde da Aurora (14), Veiga Pires (15), etc.

Também o citam a *Encyclopedia Portuguesa*, de Maximiano Lemos (16), o *Dicionário Portugal*, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (17), e *Espasa-Calpe* (18).

O malgrado jornalista portuense Sousa Martins, naquela sua tão curiosa secção do «Janeiro», intitulada *Talvez os lei-*

«O Archeologo Português» (1900), vol. v, pág. 4; *Notas Historicas sobre o Concelho de Val-de-Vez* in «Districto de Vianna» de 24 de Fev. de 1900; *Limia e Britonia* in «Almanach de Ponte de Lima» (1910), pág. 87.

(1) *O Minho Pittoresco* (1886), tomo I, pág. 267.

(2) *Inscrições Romanas* (1895), pág. LXVIII.

(3) *Religiões da Lusitania* (1905), vol. II, pág. 232; *Na Ribeira do Lima* in «Almanaque de Ponte de Lima» de 1923, pág. 275; *Etnografia Portuguesa* (1941), vol. III, pág. 32.

(4) *A Voz de Coura*, n.º 350, de 21-1-911.

(5) *Figuras do Passado* (1915), pág. 198.

(6) *História de um Fogo-Morto* (2.ª ed., 1919), pág. 554.

(7) *El Reino de Aregia* (1928), pág. 12.

(8) *Aportaciones a la Historia de Galicia* (1929), págs. 25, 147 e 153.

(9) *Fora da Aula* (1929), pág. 199.

(10) *O Rio Lima* in «Almanaque de Ponte de Lima» de 1933, pág. 15; *Limianas* (1934), págs. 262, 263 e 288 a 290; *Itinerário Histórico do Rio Lima* in colectânea literária e artística «Minho», do Rio de Janeiro (1934), pág. 24; *Forum* (1935), pág. 11.

(11) *Anais Municipais de Ponte de Lima* (1938), pág. 141.

(12) *Terras Portuguesas* (1938), vol. v, pág. 378.

(13) *Viana — Centro de Turismo* (1938), págs. 31 e 48.

(14) *Roteiro da Ribeira Lima* (2.ª ed., 1939), págs. 209 a 213; *Monografia do Concelho de Ponte de Lima* (1946), págs. 8, 11 e 13.

(15) *Biologia e História* (1947), pág. 15.

(16) Vol. 8.º, pág. 779.

(17) Vol. 5.º, pág. 881.

(18) Tomo xxx, pág. 752.

tores não saibam... e que firmava com o pseudónimo de João Fernandes, reconhecia a Bezerra a «sua erudição, patenteada em obras de valor ainda hoje consultadas» e que ele «foi um dos cirurgiões mais notáveis da época e professor de anatomia no Pôrto, onde desempenhou outros cargos importantes» (1).

Em suma: O Dr. Manuel Gomes de Lima Bezerra foi *alguém* no século de Voltaire, sendo de justiça reconhecer que se desvelou em servir o País, a Ciência e a sua região natalina.

O emérito limianista poderia, com inteira razão, mandar inscrever na pedra da sua campa este verso do portuguesíssimo poeta quinhentista:

(...) a minha terra amei e a minha gente (2).

(1) N.º de 23-vi-932.

(2) António Ferreira, *Poemas Lusitanos* (1598): «Aos bons engenhos».

DOCUMENTOS

DOCUMENTO N.º 1

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Proposta apresentada pelo Vereador Snr. João José Reis de Sequeiros, em sessão de 13 de Agosto de 1904.

O senhor vereador João de Sequeiros, referindo-se á Rua da Alegria em reconstrucção, e ao facto de nada significar tal designação a não ser um capricho de phantasia, propõe que a esta rua seja dado o nome de um insigne portuguez, que n'ella nasceu, na casa reconstruida, ao que consta, que foi do notavel compositor Jeronimo Varella. Esse Limarense, a quem alludia, chamou-se Manuel Gomes de Lima Bezerra, veio ao mundo em Arcozello na era de mil setecentos e vinte e sete, era medico cirurgião, deixou varias obras de grande valor sobre medicina e escreveu *Os estrangeiros no Lima*, apreciabilissima obra pittoresca em dous volumes. Era o bastante para a legitima consagração que propunha, mas além do que fica dito, Lima Bezerra fôra o fundador, no Porto, e secretario de duas Academias-cirurgicas, que tiveram vida ephemera e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de diferentes sociedades scientificas estrangeiras. — *Approvada plenamente esta proposta, foi deliberado que a rua da Alegria do bairro d'Além da Ponte passe a chamar-se «Rua Manuel de*

Lima Bezerra», e que esta designação seja indicada por placas de ferro ou esmalte, como as da «Rua João Rodrigues de Moraes» ou «Rua Visconde de Amoroso Lima».

.
 João Mendes de Barros — P.º João da Costa Carneiro
 — João Luiz Gonçalves Carneiro — João José Reis de
 Sequeiros — Narciso Alves dos Santos — Antonio Marcelino
 da Costa.

Livro de Actas de 1902-1904, a fls. 176 v.º e
 seguinte.

DOCUMENTO N.º 2

Parecer da Mesa da Consciência e Ordens

Manuel Gomes Lima, cyirurgião da Real Casa e Socio das Academias de Hespanha, pertende graduarse na Medicina, perdoando-lhe Vossa Mag.º para esse fim dous, ou tres an.º da material residencia, em atenção a haver já exemplo em Ignacio Thomaz de Castro e á distincta capacidade do Sup.º, que é graduado em Philosophia pela mesma Universidade de Coimbra, e tem composto varias obras em Anatomia, Cirurgia e Medicina e fundado hũa Academia na d.ª cid.º para utilizar os da sua Arte.

Ao Reitor Reformador da Universidade Gaspar de Saldanha Albuquerque que na informação e parecer que deo refere; que era de parecer que attendendo V. Mag.º não só ás rasões que o supp.º expunha, ao exemplo que offerecia, e as circumstancias de ser m.º bom estud.º pelos actos de Philosophia, que lhe vira fazer, e que a residencia de tres annos, que pertendia, o não utilisaria mais p.ª o fim que intentava; sendo certo que a mayor p.º dos Estudantes da sobredita Faculd.º, se formara com muito menos pratica do que o supp.º allegara, e que só esta os podia e devia habilitar, porquanto o que aprendiam nas Aulas não era o que

lhes bastava para o aproveitamento que necessitavam, se persuadiam que sem prejuizo do Publico podia V. Magestade fazer esta graça.

Parece á Mesa o mesmo que ao Reitor Reformador da Universidade pelas razoens de sua Petição. Lisboa, 14 de Nov.º de 1766.

S. Magestade como parece. Nossa Sr.ª da Ajuda, a 18 de Nov.º de 1766.

Código 366 da Mesa da Consciência e Ordens, a págs. 107 v.º e 108.

DOCUMENTO N.º 3

Concessão do Privilégio exclusivo para a impressão e venda das obras de Bezerra

Dona Maria, por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem Mar, em Africa, Senhora de Guiné, etc. Faço saber que o Doutor Mauuel Gomes de Lima, Medico na cidade do Porto e Cirurgião da Minha Casa, me representou por sua petição, que elle tinha composto varias obras da sua profissão com applauso dos Escriutores deste Reino, e dos Estrangeiros; merecendo algumas dellas as aprovações de varias Academias de Sciencias; e porque alem do muito trabalho, que tinha tido na composição das referidas obras, tinha sido tambem excessiva a despesa, que fizera nas impressoens dellas; a saber, no *Dialogo da inflamação, fundado no systema de Boerhaave*, que terá continuação; nas *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia*, de que já corria no publico um tomo, e estava outro no prelo, e se seguião os restantes; no *Diario de Medicina Universal*, dedicado ao Augustissimo Senhor Rei Dom José I, que está em gloria, que principiou a imprimir-se no anno de 1764 e tinhão sahido varias partes, que tambem devião continuar e constarão de varios

Discursos trabalhosos pelos Academicos das duas Academias Medica e Cirurgica Portuenses, que o supplicante fundara com excessivo trabalho e despesa em beneficio do Reino: Desejava o supplicante, que em attenção ao referido lhe concedesse o Privilegio pelo tempo que Eu fosse servida, d'ebaixo das penas, que me parecessem justas, para que, nenhum Impressor ou Livreiro, sem auctoridade do supplicante podesse imprimir, nem vender as referidas obras, e as mais, que o supplicante tinha impresso á sua custa com licença e fosse continuando e entre ellas o *Diccionario Medico-Universal*, de que tinha composto os tres primeiros tomos, como já se declarava na Bibliotheca Lusitana tomo III pág. 279, impressas no anno de 1752. Pelo que me pedia lhe fizesse mercê conceder o dito Privilegio para a impressão, e venda das referidas obras, e suas continuacões pelo tempo, e com as comminações, e penas, que Eu fosse servida. E visto esse requerimento e informação, que se houve do Civel da primeira Vara da Relação do Porto e resposta do Procurador da Minha Real Corôa, a quem se deo vista, que não teve duvida: Hei por bem fazer mercê ao supplicante de lhe conceder o Privilegio, de que trata, pelo tempo de dez annos, para que, durante elles, nenhuma outra pessoa de qualquer qualidade, que seja, possa imprimir, vender, nem mandar vir de fora do Reino os referidos livros, de que faz menção, sem licença do mesmo supplicante, pena de lhe serem tomados por este todos os volumes, que lhe forem achados, e de pagar sessenta cruzados, metade para o accusador, e a outra metade para a Minha Camara Real. E esta Provisão se cumprirá, como nella se contém e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do liv. 1.º tit. 40 em contrario. De que pagou de novos direitos quinhentos e quarenta reis, que se carregarão ao Thesoureiro delles a fol. 304 do Liv. 5 da sua receita, e se registou o conhecimento em forma no livro 35 do registo geral a fol. 27. A Rainha Nossa Senhora o mandou por seu especial mandado pelos Ministros abaixo assignados, do seu Conselho, e

seus Desembargadores do Paço. André António d'Almeida a fez em Lisboa a 6 de Setembro de 1779. Desta oitocentos reis, e de assignar mil e seiscentos reis. Gonçalo José da Costa de Soto Maior a fez escrever. João de Oliveira Leite de Barros. Manuel Gomes Ferreira.

Por resolução de Sua Magestade de 4 de Agosto de 1779, tomada em conselho da Mesa do Desembargo do Paço. Jose Joaquim Esmauz. Pagou quinhentos e quarenta reis, e aos officiais novecentos e vinte e oito reis. Lisboa 7 de Setembro de 1779. Dom Sebatião Maldonado. Registada na Chancelaria Mór da Corte, e Reino no livro de Officios e Merces a fol. 240. Lisboa 8 de Setembro de 1779. Francisco Jose de Sá.

Código 12 da Chancelaria de D. Maria I, pág. 240.

DOCUMENTO N.º 4

Academia Real das Ciências de Lisboa

Secretaria

Carta de Lima Bezerra

Ill.^{mos} e Ex.^{mos} Senhores

A piedosa Nomeação que Vossas Excellencias fizeram de mim, para corresponçal da Inclyta Academia das Sciencias novamenta estabelecida nessa corte, me deixa tão penetrado de reconhecimento p.^a com as Ill.^{mas} e Exc.^{mas} Pessoas de V.V. Ex.^{as} e de obrigação para com tam Augusta, e tam respeitavel Sociedade, que todas as expressoens de que poderia valer-me p.^a ponderar a grandeza de huma tal mercê, serão reputadas, por mim mesmo, diminutas e insignificantes. Vossas Exc.^{as} que em similhante nomeação consultarão mais a grandeza, e a clemencia de que são dota-

dos do que o meu proprio merecimento, se dignarão disfarçar o desalinho e a rusticidade com que subo á Alta Presença de V.V. Exc.^{as} para lhes beijar muito humilde, e muito respeitosaente as maons pela singular honra, que me fizeram.

Ha muitos anos Ill.^{mos} e Exc.^{mos} Senhores que Portugal estava clamando pela fundação de huma Academia das Sciencias. A causa publica fazia indispensável o seu estabelecimento. Os Estrang.^{ros} notavão a nossa inacção sobre ponto tam essencial e importante á felicidade do Estado, e aquelles, que liamos as suas obras, e nellas a censura da nossa indolencia sentiamos dentro no Peito hum nobre e forte estimulo de trabalhar pela gloria e pela celebridade da nossa amada Patria. Patria, que não he menos fecunda em talentos, e com produçoens naturais, que as d'aquelles mesmos Estrangeiros, que nos censurão e accusão. Chegou porém a feliz epoca em que o nosso Reino ve estabelecida a desejada Academia por hum modo tam magnifico, e solido, e com o concurso de sabios tam qualificados, e tam famosos, que eu me prometto que todas as nasçoens do mundo sem a menor hesitação respeitem a mesma Academia, e se persuadão que se o sol das Sciencias teve trabalho para vencer a altura do Pirineos foi somente para alumiar a nossa Monarchia com rayos mais activos e brilhantes. O nome a grandeza, e a sebedoria de cada hum de VV. Exc.^{as} bastará somente, para impor silencio a todos os censores do Universo, e para animar os bons patricios e promover o augmento, e o esplendor de huma Sociedade, que ao mesmo tempo que nasce excede já em grandeza todas as outras.

Eu pela minha parte (sem embargos dos meus limitadissimos talentos) empregarei todos aqueles que Deos foi servido dar-me, depois da aquisição do glorioso titulo com que VV. Exc.^{as} me honrarão, para o desempenho dos sabios projectos da Academia, em que tam interessada vai a honra e a conveniencia da Nação e da mesma humanidade.

Para esse fim continuarei sem interrupção e com desvelo (se VV. Exc.^{as} forem servidos) huma obra com bas-

tante adiantamento sobre a Historia Natural, Civil, Literaria e Genealogica de huma boa parte desta Provincia do Minho. Nella escolho a forma dialogal porque ao menos nesta parte desejei seguir o exemplo que nos deu o nosso benemerito portuguez o P. M. Theodoro de Almeida no seu Felis Independente, e nas suas Recreaçoens Philosophicas; e constituindo o Lugar das conferencias a Ribeira Lima, minha patria, fazem nellas figura, hum Philosopho frances, hum Commerciante ingles, hum Viajeiro italiado, hum Castelhana Genealogico, e hum Medico Portugues; e propondose em primeiro Lugar o descrever o Rio Lima com as suas margens, e produçoens, tratãose muitos pontos de Antiguidades, Geographia, Historia Natural, Genealogia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias. Cada Dialogo mostra o assumpto que nelle deve ser tractado, e aquelle conferente a que em razão da profissão pode tocar a materia do mesmo Dialogo descorre nella como foi possivel ao Auctor de todos.

Entendi que devia adornar a dita obra com estampas não só do Lugar das conferencias, das Villas notaveis, e do mesmo Rio Lima, mas com as daquelles sitios, arvores, animais e escudos de armas que melhor facilitassem a intelligencia das materias sobre que se discorre; e succedendo apparecerem nesta cidade dous mancebos que tinham aprendido o Desenho na Aula dessa Corte estabelecida pelo Sñor Rey D. José I, que santa gloria havia e sabendo eu que erão instigados a deixar o Buril para seguirem outros destinos, os animei a perserverar na sua primeira vocação, assas necessaria a estas Provincias, e depois de mandar tirar pela camara optica, e á vista de olhos os Prospectos de algumas terras, os vou encarregando da abertura delles em Laminas de cobre soccorrendo por esta forma a sua indigencia.

Não obstante porém o adiantamento e a applicação que me deve esta obra cujo primeiro tomo desejo concluir logo para ser remetido á alta presença, e sabia correcção de VV. Exc.^{as} se comtudo VV. Exc.^{as} forem servidos, que eu

interrompa, e me aplique a outra, que a Academia julgar mais conveniente e proprio dos meus pequenos talentos, eu só devo oferecer aos pés de VV. Exc.^{as} a minha resignada obediencia, e protesto que será tam prompta a execução como o preceito. Deos prospere os utilissimos projectos de tam Nobre, e tam Augusta Sociedade e Guarde as Ill.^{mas} e Exc.^{mas} Pessoas de VV. Exc.^{as} como Portugal necessita por muitos annos.

Porto 22 de Julho de 1780.

Ill.^{mos} e Exc.^{mos} Senhores

Beija as maons de VV. Exc.^{as}

Manoel Gomes de Lima Bezerra

NOTA:

Infere-se desta carta o interesse que o autor tomou em que a sua obra saísse ilustrada e como ele exerceu, quanto à arte da gravura (em que os nossos davam então os primeiros hesitantes passos) um como mecenato.

DOCUMENTO N.º 5

*Concessão do Privilégio exclusivo para a impressão
de Os Estrangeiros no Lima*

Por ordem do Desembargo do Paço, onde o Supp.^o havia requerido este Privilégio, foi mandado informar o Corregedor do Cível da cidade Joaquim José Jordão, e satisfez dizendo. Que pelo primeiro Tomo, que já corria impresso, desempenhava a titulo instructivo da Recreação; e que concebe e principia a desempenhar hum Plano de immenso trabalho, vasta erudição e de grande despesa, mis-

turando sempre o util com o agradavel, e dando ao publico huma obra de merecimento: devião animarse semelhantes Escriptores, aos quaes Sua Mag.^o concedia Privilegios Exclusivos; pelo que não achava inconveniente, antes lhe parecia justo, e util ao Publico, que se lhe concedesse.

Dandose Vista ao Procurador da Corôa respondeo: Que para se animarem aquelles Authores, que trabalham a beneficio do Publico se costuma em todos os Países civilizados daremse Privilegios Exclusivos, de elles só poderem mandar imprimir as suas obras; comminando se pena aos que fraudarem este Direito de pura concessão dos Soberanos. O trabalho, o zelo, o amor Patriotico devem ter incentivos, sem os quaes nada se adiante e nada se promove; e trabalhandose sempre com este fim se fazem dignos de serem animados. A vista de que o Author he digno da Graça do Privilegio Exclusivo, que supplica, com a pena de serem confiscados todos os Exemplares, que se imprimirem no tempo de dez annos, e das mais que V. M.^o for servida declarar.

Havendo este requerimento sido remettido daquelle Tribunal para a Real Mesa da Commissão Geral, com o dito Informe, e resposta; e sendo tudo visto:

Parece á Mesa o mesmo que ao Ministro informante e Procurador da Corôa; por estar o supp.^{to} justam.^{to} nos termos de se lhe conceder pelas razoens sobreditas, o Privilegio Exclusivo, para só poder imprimir a referida obra por tempo de dez annos, e debaixo da pena de cem mil reis, pela primeira vez, aos transgressores, e de duzentos mil reis pela segunda; e também da perda de todos os Exemplares, que forem apprehendidos; sendo ametade para o Denunciante, e a outra para o Hospital Real de S. José.

Mesa, em 10 do Setembro de 1787.

Sua Mag.^o como parece. Cintra 25 de Setembro de 1787.

Código 364 da Mesa da Commissão Geral do Exame e Censura dos Livros, a págs. 24, 25 e 25 v.

DOCUMENTOS N.^{os} 6 e 6-A

O Dr. Bezerra pede o Privilégio para ninguém poder imprimir durante mais dez anos os seus livros

Parece á Mesa que o supp.^o está nos termos de V. Mag.^o lhe mandar reformar o seu Privilegio pelo tempo de mais dez annos, sendo isto conforme ao Real Agrado de V. Mag.^o Mesa, 15 de Julho de 1790.

S. Mag.^{do} como parece. Queluz, 9 de Novembro de 1790.

Códice 364 cit., a págs. 66 v. e 67.

— Dona Maria, etc, Faço saber que o D.^{or} Manuel Gomes de Lima Bezerra, Medico na Cid.^o do Porto e Cirurgia da m.^a Casa, me repres.^{to}u por sua petiçam que elle tinha composto varias obras da sua profissão, com aplauso dos Escriitores deste R.^{no} e dos Estrangeiros merecendo algũas dellas as aprovações de varias Academias de Sciencias; e porq. além do m.^{to} trabalho q̄ tinha tido na composição dellas, tinha tambem a da excessiva despesa q̄ tinha feito nas suas impressões: A saber no Dialogo da inflamação fundado no sistema de Boerhave, q. tem continuações; nas Memorias Chronologicas e Criticas p.^a a Historia da Cirurgia; no Diario de Medicina Universal, de q. já tem publicadas varias p.^{tes}, e sua continuação, que deve constar de varios discursos, trabalhados pelos Academicos das duas Academias, Medica e Cirurgica, Portuenses, q. o sup.^o fundara com excessivo trabalho e despesa em beneficio do R.^{no}, e porq. se achavão findos os prim.^{es} dés a.^s do Privilegio q. Eu fora servida concederlhe, e por vender a maior p.^{te} das Edicoens já feitas, e q. hia compondo, e imprimindo: Me pedia fosse servida em attenção ao ref.^o, concederlhe privilegio por mais dés an.^s, debaixo das penas q. me parecessem justas, p.^a q. nenhũ impressor ou Livreiro, sem authoridade do supp.^o, possa imprimir, nem vender as referidas obras, nem as mais que o supp.^o tem impresso á

sua custa com licença e fosse continuando a imprimir entre ellas o Diccionario Medico Universal, de q. já se achão compostos os tres primeiros volumes. E visto o seu requerim.^{to} e inform.^{ção} q. se houve do Dez.^{or} Correg.^{or} do Civel da Corte da R.^{am} do Porto Firmino de Mag.^{es} Seqr.^a da Fon.^{ca}, e resp.^{ta} do Prov.^{or} da m.^a Real Coroa a q.^m se deu V.^{ta} o q. tudo Me foi pres.^{to} em consulta da M.^a Real Mesa da Commissão G.^{al} sobre o Exame, e Censura dos Livros: Hey por bem fazer m.^{co} ao supp.^e, de conceder lhe por mais dés a.^s o privilegio de q. se trata, p.^a q. durante elles nenhũa pessoa de qualq.^{er} qualid.^o q. seja, possa imprimir, vender, nem m.^{dar} vir impressos de fora do R.^{no} os L.^{os} de q. aqui se faz menção, sem licença do m.^{mo} supp.^e, pena de lhe serem tomados p.^a este todos os exemplares q. lhe forem achados, e de pagar sessenta cruzados, metade para o acusador, e outra metade p.^a o Hospital Real de S. José desta cid.^e: E esta Prov.^{ção} se cumprirá como nella se contém, e valerá posto q. seu effeito haja de durar mais de hũ anno sem embargo da Ord. do L.^o 2.^o tit. 40 em contr.^o; de que pagou de novos direitos dois mil cento e sessenta reis que se carreg.^{ão} ao Tesour.^o delles a fl. 44 v. do L.^o 11 de sua recceita e se registou o conhecim.^{to} em f.^a no L.^o 47 do reg.^o g.^{al} a pg. 169 v. A R.^a N. Snr.^a o mandou pelos Deputados da Real Mesa da Commissão g.^{al} sobre o Exame e Censura dos L.^{os} abaixo assinados. José Thomaz de Aquino Barradas a fez em Lx.^a aos 2 de M.^{co} de 1691 — Felis Jose Leal Arnau a fez escr.^{or} — Antonio Pereira de Figueiredo — Fr. Luiz de Santa Clara Povia — Por Rez.^{am} de S. Mag.^o de 9 de Nov.^o de 1790 — José Ricalde Pereira de Castro — Pagou dois mil cento e sessenta reis, aos off.^{es} mil e seiscentos rs. Lx.^a 31 de M.^{co} de 1791 — Jer.^o José Correia de Moura.

Conf.^o

Antonio Joaq.^m Serrão

Códice 38 de Chancelaria de D. Maria I, a págs.
115 v. e 116.

DOCUMENTO N.º 7

Nomeação de Médico da Casa Real

Eu A Rainha Faço Saber a Vos Dom Thomas de Lima Vasconcellos Nogueira Telles da Silva Marquez de Ponte de Lima, do meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, o Presidente do Conselho de Minha Real Fazenda, Real Erario, e Real Junta do Commercio, e Meu Mordomo Mór: Que attendendo a Manuel Gomes Lima, natural da cidade do Porto, Filho de João Gomes, se achar á muitos annos provido em Cirurgião de Minha Caza: Hey por bem, e por se achar habilitado na Faculdade de Medecina, de o tomar por Medico do Numero de Minha Caza, e Familia Della, com dois mil reis de Moradia por mez, e hum alqueire de Cevada por dia paga segundo Ordenança, e quatro mil duzentos e quarenta reis de Vestiaria por anno, e he o mesmo que vencem os mais Médicos do Numero. Mando o façaes assentar no Livro da Matricula dos Moradores de Minha Caza, em seu Titulo com o que dito he: de que pagou de Novo Direito dezasseis mil trezentos, e dez reis, que se carregarão ao Thesoureiro delle no Livro segundo de sua receita a folhas cento oitenta, e oito verso como constou de hum conhecimento em forma. Lisboa vinte de Março de mil setecentos noventa, e sete.

Principe.

Marques Mordomo Mor

Praz a Vossa Magestade pelos motivos assima declarados fazer Merce a Manoel Gomes Lima de otomar por Medico do Numero de Sua Real Caza e Familia Della, com dois mil reis de Moradia por mez e quatro mil duzentos e quarenta reis de Vestiaria por anno, e he o mesmo que vencem os mais Medicos do Numero; e se porão as Verbas necessarias.

P. P. Portr.^a do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Marquez Mordomo Mor
de 20 de Março de 1797.

Registado no L.^o 3.^o da Matricula a fl. 189 e pagou
seis centos reis. Lisboa 23 de Agosto de 1797. 600 rs.

José Caetano Sergio de Andr.^e

Nesta Secr.^a do Reg.^{to} G.^{al} das M.^{es} fica reg.^{do} este
Alvara. Lx.^a 19 de Ag.^{to} de 1797; e pag. seis centos rs.

Pedro Ant.^o Pinto de Moraes Sarm.^{to}

José Victorino ofes escrever.

Registado no Livro do Ponto a fl. 16.

Lisboa 25 de Ag.^{to} de 1797.

José Joaquim de Mattos.

Fica assentada a Vestr.^a no L.^o de a fl. 4.

Lx.^a 25 de Ag.^{to} de 1797.

Bernardo Borges da Silva.

DOCUMENTO N.^o 8

Carta de Hábito de Cristo

Em cota: Ao dr. M.^{el} Gomes Bezerra Lima,
Hab.^o

Dom João, etc. Faço saber a Vos Prior do Mosteiro
de Nossa Senhora da Luz da dita ordem extramuros desta
cidade de Lx.^a ou a quem o vosso cargo servir que o
Dr. Manuel Gomes Bezerra de Lima Me pedio por Mercê

que porquanto desejava e tinha por devoção de servir a Nossa Senhora e a Mim na dita ordem: Houvesse por bem de o receber e o mandar prover no Hab.^o della; e antes de lhe fazer a d.^a M.^{co} e o receber a Ordem Fui servido dispensalo das provanças e habilitações de Sua Pascoa e havelo p.^r abilitado p.^a receber o Hab.^o da d.^a Ordem: e p.^r esperar q. na m.^{ma} fará m.^{to} serviço a Nosso Senhor e a Mim: Hey por bem e me praz de o receber na Ordem, e p.^r esta vos mando e dou poder e correição p.^a q. lhe lanceis o Hab.^o dos Noviços della nesse Mosteiro seg.^{do} fórma das Definições da d.^{ta} Ordem: e de como assim lho lançares, lhe passareis certidão nas costas desta com declaração do dia mez e anno q. no termo de 15 dias remeterá ao Conv.^{to} de Thomar da m.^{ma} ordem, para se assentar no L.^o de matricula, e se guardar na arca que está reputada para guarda das cartas dos Hab.^{os} q. Mando lançar no m.^{mo} Convento, e o Prior mor delle lhe passará a certidão do estillo: e esta se cumprirá sendo reg.^{da} no Reg.^{to} G.^{al} das Mercês, e passada pela chancellaria da Ordem. Lx.^a 5 de Junho de 1804. O Principe com guarda. Por decreto de S. A. R. de 17 de Maio de 1804 e Portaria do Min.^o Secret.^o de Estado o Conde de Villa Verde. 19 do d.^o mez e anno. Domingos Pires Monteiro Bandeira. José Cardoso Ferreira Castello. José Joaquim Ollemborg a fez escrever. José dos Santos Pato a fez. Franc.^o Fel.^o Velho da Costa Mesq.^{ta} Castelbr.^o Pag. 100 rs. e aos off.^{es} 1.060 rs. Lx.^a 12 de Junho de 1804. Antonio do Canto Quevedo Castro Mascarenhas.

(Seguem-se os alvarás de Cavaleiro e profissão, ambos na data supra. No primeiro autoriza-se que seja armado cavaleiro na Real Capela de N. Sr.^a da Ajuda ou na igreja da Conceição dos Freires, Lisboa; no segundo, que professe no mosteiro da Luz, extramuros).

Código 41, a pág. 186, na Chancellaria de Cristo no reinado de D. Maria I.

DOCUMENTO N.º 9

*Autores citados por Bezerra no seu primeiro livro,
Receptuario Lusitano*

Actuário — Aécio — Ammano — Aricena — Bagner —
Bateau — Beaumonte — Berhaave — Brumero — Calmeteo
— Carlos Musitano — Carpzovio — Cassani — Celso — Daniel
Senuerto — Dionis de Acouchero — Dionisio Daza — Fabrício
Hildano — Feijóo — Félix Platero — Fondano — Foresto
— Frederico Hoffmano — Galeno — Gerbezio — Glandorpio
— Goelick — Gottfredo — Guainer — Heitero — Helfrico —
Henrique ob Heer — Hildano — Hipócrates — Hofferro —
Homberk — Jungk — João Dóleo — João Hartman — João
Jacob — João Murato — João Ródhio — Laguna — Langio
— Lázaro Rivério — Lemery — Lemon — Lemortio — Lera
— Luís Mercado — Mangero — Mangeto — Martinez — Mar-
tinho Rolando — Mateus de Grade — Menóchio — Mercurial
— Miguel de Ellmmullero — Mourava — Moreri — Musitano
— Mynsichti — Pascoal — Paulo Agineta — Paulo Berbete
— Paulo Zachias — Pedro Herédia — Pichey — Pinello —
Raiberti — Ramazino — Rasis Holerio — Riberio — Rietlin
— Riolano — Robled — Rondoleio — Samuel Clark — Schenki
— Schulteto — Senuerto — Skenki — Sílvio de Leboé —
Strychio — Tomás Bertholin — Tomás Fuller — Tomás Willis
— Thomero — Timeo — Torreblanca — Túlpio — Varehein
— Vechero — Velsshio — Vidorido — Vigério — Weinhart —
— Wolfany — Zaguias — Zwingero —

São também citados os nossos Amato Lusitano, Manuel
Rodrigues Coelho, Reys Franco e Zacuto Lusitano — Total,
103 autores.

*Autores citados por Bezerra na sua derradeira obra,
Os Estrangeiros no Lima*

Agostinho da Cruz — Alarcon — Alonso de Herrera —
Amador Arrais — António Galvão — António Pons — Antó-
nio de Sousa Macedo — António de Vilasboas e Sampaio —

Apiano — Argais — Argote de Molina — Barão de Ffchondi
 — Barbosa Machado — Barel — Baudrant — Bayard — Beau-
 fobre Templeman — Befentero — Beleforest — Benites de
 Lugo — Benjamim Carrardi — Berganza — Bernardo Alde-
 reti — Bernardo de Brito — Bernardo Ward — Berrera —
 Bispo de Guardix — M.^{me} Bocage — Boccone — Bonomy —
 Bronsorio — Brossard — Bourgeois — Buffon — Ab.^e Bunier
 — Buricelli — Chalotais Roris — Campomanes — Carlencas
 — P.^e Carvalho — Carvalho Botelho — Cavaleiro de Jau-
 court — Cílio Itálico — Cipião Amirato — Cirilo de Gro-
 ninga — Clermont — La Cleve — Columella — Combles —
 Conde da Ericeira — Conde D. Pedro — Contador de Argote
 — P.^e Cordeiro — Cosme Trinci — Damião Góis — Duver-
 nant — Diogo Bernardes — Dion Cássio — Ab.^e Dodwel —
 Doody — Duarte Nunes de Leão — Duhamel — Dumont de
 Montygne — Echard — Estação — Estrabão — Fernão Lopes
 — Filipe Ferrari — Ab.^e Fleury — Florião do Campo —
 P.^e Fontaneya — Fornélio — Francisco Apulino — Francisco
 Coelho — Francisco Fernandes — Francisco Home — Fran-
 cisco Sanches — Fúlvio Ursini — Gândara — Garcin — Gari-
 bary — Geoffroi — Gregório Turonense — Grutero — Haller
 — Henrique Florez — Hilmon — Homero — Horning —
 Huerta Vega — Hume — Isaac Casambono — S.^{to} Isidoro —
 Jacob Ângelo — Jaucourt — S. Jerónimo Roman — Dr. Jeró-
 nimo Sudiel — Jorge Cardoso — Dr. José Quer — João Antó-
 nio Estrada — Dr. João de Barros — João Bidurense — João
 de Ferreras — João Lawrence — João Luis Roche — Fr. João
 Muñoz de Lacueva — Fr. João Pacheco — João Schenkin —
 João Valverde de Aneta — João Vasco — João Venero —
 Jussier — Cardeal Lambertini — Larramendi — Lavanha —
 Fr. Leão de S. Tomás — Lemery — De Leuze — Fr. Luís
 dos Anjos — Luís Liger — Luís de Lima Teatino — Luís de
 Salazar e Castro — Lúcio Floro — Maleão — Manuel de Faria
 e Sousa — Dr. Manuel da Purificação — Fr. Manuel dos San-
 tos — Marquês de Montebelo — Martinieri — Mirandela — Mon-
 tesquieu — Morales — Moraud — Moreri — Mothe de la Cunha
 — Nicolau António — Nicolau Dinis — Novioni — Ocam —

Ohuti — Pacheco — Padilha — Papelrochio — Paulo Festo Avieno — Paulo Orósio — Payan — Pedro António Michel — D. Pedro da Cunha — Pedro Pomet — Picard — Plínio — Pluche — Plutarco — Pompónio Mella — Prevost — Ptolomeu — Pynrheimero — Redi — Resende — Ricciolo — Rusceli — Sá de Miranda — Sale d'Etung — Samuel Pitisco — Savary — Séneca — P.^e Sousa — Spon — Suell — Tácito — Tamayo — Tito Lívio — Tomás Bartolino — Tomás Erémio — Dr. Tomás de Freitas — Trelles — Turselino — Ab.^e de Vallemont — Valmont de Bomare — Varcarcel — Veleio Paterculo — Ab.^e Velly — Virgílio — Voltaire — Zurita — Walu — Total, 186 autores.

DOCUMENTO N.º 10

Certidão de óbito

Thiago de Lourdes Barbosa, parcho da freguesia de S. Vicente de Fornelos do concelho de Ponte do Lima:

Certifico que n'um dos livros de obitos desta freguesia, a fl.^{as} 48 v., encontrei o assento do theor seguinte:

«O Doutor Manuel Gomes de Lima, marido de Dona Ezabel Caetana da Divina Providencia, do lugar d'Oliveira, Quinta do Outeiro, falleceu, com todos os sacramentos, aos seis de Março de mil oito centos e seis e foi sepultado na capella da Senhora da Luz, da freguesia de Santa Marinha de Arcozello, aos oito do sobredito mez e anno. E por verdade se fez este assento. Era ut supra. O Re.^{or} João Francisco dos Reis.» Nada mais consta no assento supra, que fiel e litteralmente copiei. S. Vicente de Fornelos, 17 de Janeiro de 1910 e dez.

O Parcho

Thiago de Lourdes Barbosa.

BIBLIOGRAFIA

- Abade de Jazente — *Poesias*.
A. J. de Oliveira — *Homens e Livros da Medicina Portuguesa*.
Albano Belino — *Inscrições Romanas*.
Alberto Pimentel — *As Amantes de D. João V*.
Alfredo Luís Lopes — *O Hospital de todos os Santos*.
António Ferreira — *Poemas Lusitanos*.
António Ferreira — *Limianas*.
— *Itinerário Histórico do Rio Lima*.
— *Forum*.
A. de Magalhães Basto — *Falam velhos manuscritos...* in «Janeiro».
Baptista de Lima — *Terras Portuguesas*.
Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana*.
Camilo — *Cavar em ruínas*.
— *O olho de vidro*.
— *Perfil do Marquez de Pombal*.
Cândido da Cruz — *Um notável cirurgião do século XVIII*.
Carlos Olavo — *A vida amargurada de Filinto Elysio*.
Conde da Aurora — *Roteiro da Ribeira Lima*.
— *Monografia do Concelho de Ponte de Lima*.
Costa Sacadura — *Jornal do Médico*.
Cunha Brandão — *Almanaque de Ponte de Lima de 1927*.
— *Galeria de Courenses Illustres*.
— *A Voz de Coura*.
Diogo Bernardes — *Rimas Varias*.
Emídio de Oliveira — *Jornal de Noticias*.
Fernão Lopes — *Crónica de D. João I*.
F. de Abreu Maia — *Almanaque de Ponte de Lima de 1909*.
Francisco Augusto Martins de Carvalho — *Algumas horas na minha livraria*.
Francisco de Las Barras de Aragón — Cit. por Hernâni Monteiro.
Garcia de Orta — *Coloquios dos Simples e Drogas da India*.
Hernâni Cidade — *O Porto e a Cultura Humanistica* in «Janeiro».
Hernâni Monteiro — *Origens da Cirurgia Portuense*.

- Inocência e Brito Aranha — *Diccionario Bibliographico Portugues.*
 João Pedro Ribeiro — *Cartas ao Arcebispo Cenáculo.*
 Joaquin Arias Sanjurjo — *El Reino de Aregia.*
 J. A. Pires de Lima — *Fora da Aula.*
 José Augusto Vieira — *O Minho Pittoresco.*
 José Caldas — *História de um Fogo-Morto.*
 José Correia — *Serie Chronologica dos Prelados Conhecidos da
Egreja de Braga.*
 J. Leite de Vasconcelos — *Etnografia Portuguesa.*
 — *Medalha da Sociedade Económica de Ponte de Lima.*
 — *Religiões da Lusitania.*
 José Silvestre Ribeiro — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos,
Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da
Monarchia.*
 Júlio Dantas — *Um illustre europeu* in «O Comércio do Porto».
 L. de Figueiredo da Guerra — *Celtiberos.*
 — *Esboço Historico — Vianna do Castello.*
 Luís de Pina — *Isagoge Histórica do Jornalismo Médico.*
 P.^e Manuel Bernardes —
 Manuel José Leitão — *Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia.*
 Marcelo Macias — *Aportaciones a la Historia de Galicia.*
 Martins Basto — *Nobiliarchia Medica.*
 Maximiano Lemos — *O Jornalismo Medico em Portugal.*
 — *Historia da Medicina em Portugal.*
 — *Archivos da Historia da Medicina Portuguesa.*
 — *Encyclopedia Portuguesa.*
 Miguel Roque dos Reys Lemos — *Anais Municipais de Ponte de
Lima.*
 Narciso de Azevedo — *Restauro de um quadro antigo* in «Janeiro».
 Narciso C. Alves da Cunha — *No Alto Minho — Paredes de Coura.*
 Oliveira Martins — *Historia de Portugal.*
 Pinheiro Chagas — *Diccionario Popular.*
 Pinho Leal — *Portugal Antigo e Moderno.*
 Pinto Osório — *Figuras do Passado.*
 Raúl de Caldevilla — «Janeiro».
 Ricardo Pinto de Matos — *Manual Bibliographico Portugues.*
 Rocha Martins — *A Paixão de Camilo.*
 Rodrigues Lobo — *A Corte na Aldeia.*
 Sá Matos — *Bibliotheca Elementar Chirurgico-Anatomica.*
 Sampaio Bruno — *A Questão Religiosa.*
 — *Portuenses Illustres.*
 Santiago Garcia de Mendoza — *Memoria offerecida á Il.^{ma} Camara
Municipal e Habitantes do concelho de Ponte de Lima.*
 Sousa Martins — *Talvez os leitores não saibam...* in «Janeiro».

Zeferino Paulo — *Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias.*

- *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* de 1911
- *Almanaque de Ponte de Lima* de 1909, 1910, 1923, 1927 e 1933.
- *Anuário do Distrito de Viana de Castelo* de 1932.
- *A Aurora do Lima.*
- *Boletim de Bibliografia Portuguesa.*
- *Dicionário Portugal*
- *Districto de Vianna.*
- *Enciclopédia Espasa-Calpe.*
- *Gazeta Litteraria.*
- *Jornal Encyclopedico.*
- *Jornal do Médico.*
- *Jornal de Noticias.*
- *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas.*
- *O Archeologo Portugues.*
- *O Comércio do Lima* de 1871-1880 e de 1909
- *O Comércio do Porto.*
- *Minho (Rio de Janeiro).*
- *O Primeiro de Janeiro.*
- *Revista Scientifica.*

JÚLIO DE LEMOS

DURANTE O OSTRACISMO

DOCUMENTOS SOBRE O OUTEIRO DE ASNAS, DEPOIS CHAMADO CASTELO DO OUTEIRO DE MIRANDA, OUTEIRO DE MIRANDA E OUTEIRO

(Continuado do vol. 108.º, pág. 238)

Quando nos dias 14, 15, 16 e 17 do mês de Junho do corrente ano de 1948 visitei o *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, pude encontrar lá com o proficiente auxílio da minha antiga aluna, D. Dalma Pereira, que está a concluir o curso da Faculdade de Letras, e do velho amigo, Sr. Inspector Candeias Duarte, documentos ainda inéditos acerca daquele Outeiro que actualmente pertence ao concelho de Bragança com o simples nome de Outeiro.

Como vai ver-se, alguns vêm confirmar hipóteses e afirmações minhas constantes do capítulo «*Dois Outeiros e nem um Outer*», publicado desde páginas 220.^a a 238.^a do volume 108.º d'*O Instituto de Coimbra*.

São numerosos nos *Índices da Torre do Tombo* os Outeiros do país. Em terras de Bragança e Miranda só conheço, porém, os dois de que continuo a tratar: o de *Miranda* e o de *Muas* que nas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* se confundiram.

No livro *Castro de Avellãs Mosteiro Benedictino, Separata de «O Instituto», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910*, afirma-se na página 104.^a: «*Na freguesia de Santa Maria de Outeiro foram achadas estas verbas de inquirições*» — verbas que publiquei no capítulo citado (págs. 231.^a e 232.^a). E do «*Índice dos nomes de povoados por ordem alfabetica*» do tomo III daquelas *Memórias* consta na página 450.^a: — «Outeiro

(Santa Maria) (antigamente Outeiro de Asnas — Outeiro de Moas, junto a Outeiro de Miranda». Ora à face de documentos já ficou provado que o *Outeiro (Santa Maria)* é que foi o *Outeiro de Muas* e o *Outeiro de Asnas* o *Outeiro de Miranda* — o que é confirmado por este passo do foral concedido por D. Manuel, em 11 de Novembro de 1514, ao então já chamado Outeiro de Miranda: «*Foi primeiramente imposto nome douteiro dasnas ao lugar que se ora chama outeiro de miranda depois que do termo de miranda foi tirada certa parte para a darem por termo ao dicto Castello*».

Quando passaria *Outeiro de Asnas* a chamar-se *Outeiro de Miranda*? Num documento de 1187 e noutro de 1194 é chamado apenas *Outeiro*; mas num de 1290 já se chama *Outeiro de Miranda*. E de crer é que as *Inquirições* ou qualquer outro documento que venha a encontrar-se esclareçam o assunto.

Doação do Castello de Outeiro de Miranda

18 de Agosto de 1321

«Carta per que o dicto senhor mandou entregar o seu castello de Outeiro de Mjranda a Joham Rõiz de Basto que lhe delle fez menagem e etc. Em Vjlla Vjçosa xviiij dias dagosto de mjl iii^o LRix annos.» — Chanc. de D. Pedro 1, Liv. 1, fol. 65, v.^o

Outra doação do Castello dOuteiro de Miranda.

2 de Dezembro de 1362

«Carta per que o dicto senhor mandou entregar o seu Castello dOuteiro de Mjranda a Rodrigo Aluafez de Bornes seu vassallo que lhe delle fez mensagem etc. Em Euora ij dias de Dezembro de mjl iiiij.^o annos.» — Chanc. de D. Pedro 1, Liv. 1, fol. 80, v.^o

Doação do Castello d Outeiro de Mjranda.

27 de Fevereiro de 1367

«Carta porque o dicto senhor fez mercee do seu castello d Outejro de Miranda a Rodrigo Alvarez de Bornes e fez delle menage a xxvij de Feuereiro de mjl iiij^o e v annos.» — Chanc. de D. Fernando, Liv. 1, fol. 19.

Doação d aldea do Outeyro de Mjranda a Martim Gonçalvez.

19 de Dezembro de 1385

«Carta per que o dicto senhor fez doaçom enquanto sua mercee fosse a Martim Gonçalvez de Macedo seu scudeiro d aldea do Outeiro de Mjranda e etc. Em Ujlla Real XIX dias de Dezembro de mjl iiij^o annos.» — Chanc. de D. João 1, Liv. 1, fol. 171, v.^o

Confirmação dos privilégios, liberdades, foros e costumes do concelho e moradores do Outeiro de Miranda.

10 de Dezembro de 1387

«Dom Johan etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao concelho e moradores douteiro de miranda Hemos por bõe e confirmamoslhe e outorgamoslhe todollos priuilegios e liberdades e todos seus foros e bões... e custumes que lhe foram dados e outorgados por nos e per os rreis que ante nos foram e de sempre gosaram e costumaram ataa morte delrrey dom fernando nosso irmão a que Deus perdoe e queremos e outorgamos que lhe sejam aguardados como em elles he contheudo. Porem mãdamos aos juizes ou alcaides da dita billa e a todallas outras justiças e pessoas quaaesquer a que esta carta for mostrada que lhas cumpram e façam compyr e aguardar como dito he E nom consentam a nenhũu que lhe comtra elles vaa Em testemunho desto lhe man-

damos dar esta nossa carta Damte em bragaa dez dias de dezembro. El Rey omandou per martym da maya seu vassallo e veedor da sua fazenda Estevam domingues a fez era de myll ccccxxv annos», *Além Douro*, liv. 2, pág. 134, v.

*

Na página 77 de *O meu Apelido e a minha Terra* afirmei que «Outeiro procede de *altariu* latino que pela vocalização do *l* e metátese do *r* deu *autairo*, de que pela transformação dos ditongos *au* em *ou* e *ai* em *ei* resultou *Outeiro*». Também *Montouto*, povoação do concelho de Vinhais, evolucionou: *Monte* + *alto* = *Montalto* > *Montauto* > *Montouto*. E, a confirmar aquela origem, verifiquei a existência da forma *auteiro* em documentos da *Torre do Tombo*.

das portageens e dizimos de Bragança.

20 de Fevereiro de 1392

«Carta perque o dicto senhor fez doaçam enquanto sua mercee fosse a Martim Gonçalvez de Macedo seu scudeiro das dizimas e portageens de Bragança e d aldea d Outeiro de Mjranda e etc. Em Viseu xx dias de Feuereiro de mil iiij.^oxxx annos.» — Chanc. de D. João I, Liv. 2, fól. 65, v.

Na carta de 19 de Dezembro de 1385 chama-se aldeia a Outeiro; mas na de 10 de Dezembro de 1387 já se lhe chama vila e na que antecede, datada de 20 de Fevereiro de 1392, volta a chamar-se-lhe aldeia. Isto que, à primeira vista, parece não ter explicação, tem-na. É que Viterbo no suplemento ao *Elucidario* diz no fim da palavra *villa*: «Desde o tempo d'ElRei D. Affonso III se começou a chamar *Villa* hum lugar grande, ou Cabeça de Concelho, na qual se decidiam as Causas na primeira instancia, e isto he o que hoje em Portugal dizemos *Villa*». E Outeiro em 10 de Dezembro de 1387 já era «Cabeça de Concelho».

As aldeas de pinhello, santilhaao e alguesello pedem o regresso ao termo de Miranda.

22 de Janeiro de 1396

«Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que os moradores das aldeas de pinhello de santilhaao e dalguesello nos enuiaram dizer que as ditas aldeas foram sempre de termo de miranda E que em esta guerra que ora foy amtre nos e castella foram pedidas as ditas aldeas para o outeiro de miranda por termo no que ellas dizem que recebem ora muy grande agravo e perda e dagño E ãuiaramnos pedir por mercee que lhe ouvessemos aello rremedio com dito. E nos vendo o que nos assy diziam E queremdo lheets fazer graça e mercee teemos por bẽẽ e mandamos que as ditas aldeas sejam tornadas por termo do dito logo de myranda como e pella graça que ãte erã. E em testemunho desto lhe mãdamos dar esta nossa carta. Dãnte em braguamça xxij dias de janeiro E el Rey o mandou per gollcanees seu vassallo e corregedor na sua corte a quem esto mamdou livrar nom sendo hy os do seu desembarguo Joham Afonso a fez era de mil iiijxxxiiij annos», L.º 2 de *Além Douro*, pág. 141.

As aldeias de *Pinello*, *Sanctiulliano* e *Ulgosello*, a que se refere o documento precedente, aparecem várias vezes associadas: na troca que delas fizeram no ano de 1187 D. Sancho I e o Mosteiro do Castro de Avelãs pela herdade de Benquerença, em cujo termo assenta a cidade de Bragança; na carta de 1 de Abril de 1319 em que D. Dinis diz que, «esguardando como a minha villa de Miranda, em cujo termo essas aldeas som, estão em fronteyra de meu Senhorio, e poderia a minha terra damno receber per aquelle logar, se os moradores dessas aldeas nom fossem subjectos ao concelho da dita villa de Miranda e da sa jurisdicom para viir com elles a vellar e defender a terra, quando mester fezer; tenho por bem e mando que essas aldeas, como erãõ já minhas por direito, e as eu já dera com todo o seu termo a Miranda por suas, que assy as hajãõ pera todo o sempre e sejãõ suas de Miranda»; na guerra entre Portugal e Castela no fim

da 1.^a dinastia « foram pedidas para o outeiro da miranda por termo no que ellas dizem que recebem ora muy grande agravo e perda e dano» e, por isso, D. João I, deferindo-lhes o pedido, manda que «sejam tornadas por termo do dito logo de myranda como e pella graça que ãte erã»; na carta régia de 23 de Fevereiro de 1418 em que com outras povoações passaram a constituir o termo da vila do Castelo do Outeiro de Miranda e, finalmente, pelo decreto de 22 de Junho de 1853 que extinguiu o concelho de Outeiro, passaram elas a fazer parte do concelho de Vimioso a que pertencem ainda.

Doaçam do lugar douteiro acerqua de mjranda a fernandafonso.

24 de Março de 1387

«Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a fernandafonso alcaide de nosso Castello douteiro demjranda por mujto servjço que delle recebemos e entendemos de receber teemos por bem e de nossa livre vontade e certa prevencia e poder absoluto lhe damos e doamos e lhe fazemos e livre pura doaçam antre vivos valledoura deste dia para todo o sempre para ele e para todos seus filhos e netos lidimos que dele descenderem por linha direita do nosso lugar que jaz apar do sobre dito castelo com todollos seus direitos e pertenças rendas e foros pella guisa que o nos avemos e devemos daver e os ouverom os reis que ante nos foram reservando pera nos a correiçam e as alçadas e jurdiçam Porem mandamos que elle per ssy ou por seu procurador possa tomar a posse do dito lugar e das ditas rendas e direitos e foros delle e as aia logre e possua e faça dello o que lhe pruver assy como de sua cousa propria sem embargo nehũu que lhe sobrello seia posto nom embargando que nos ouvessemos feita mercee do dito lugar e rendas del a martin Gllz demacedo ou a outra algua pessoa per quanto nossa mercee e vontade he que o aia o dito fernandafonso e outros nehũu nome pella guisa que dito he E pormetemos de nom revogar esta servidam nem ir contra ella. E rogamos aos reis que depois de nos vierem que lha nom contra-

digam e lha façam guardar. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assignada por nossa mão dante em brave xxiiij de março elrrey o mandou PeroStez a fez era de mil iiijxxb annos.» — Chanc. de D. João I, Liv. 1.º, pág. 199.

Quando as tropas inglesas do comando do duque de Lancastre e as portuguesas comandadas pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira acampavam no planalto da Lombada, foi que D. João I na aldeia de Babe — donde avistava o seu *Castelo do Outeiro de Miranda* — assinou — por sua própria mão no dia 24 de Março de 1387 — a carta por que doava o «lugar doureiro que jaz a par» (ao lado, ao par — alcandorados ambos no cume de elevação de 812^m) «do sobredito Castelo» ao seu alcaide Fernando Afonso. E na mesma aldeia, dois dias depois, assinavam el-rei e o duque — que já era seu sogro — o *Tratado de Babe*, de 26 de Março de 1387, pelo qual (como se diz na página 71.^a do tomo I das *Memórias de Bragança*) o segundo «desistiu de todos os direitos que pudesse vir a ter à coroa portuguesa». E D. João I continuou a patentear, como vai ver-se, grante interesse pela povoação que ainda continuaria a chamar-se *Castelo do Outeiro de Miranda*.

*

Dos direitos d Outeiro de Mjranda.

27 de Dezembro de 1400

«Carta perque o dicto senhor fez doaçam emquanto fosse sua mercee a Martim Goncalvez de Macedo seu uassallo e alcaide do seu Castello d Outeiro de Mjranda de todallas dizimas dos panos que veem de Castella ao dicto lugar d Outeiro de Mjranda e de todollos outros djreitos que o dicto senhor no dicto lugar ha e etc. Em Guimaraaes xxvij dias de Dezembro de mjl iiij.^e xxxviiij annos.» — Chanc. de D. João I, Liv. 2, fol. 170.

Que os que fizerem casas na cerca do Outeiro de Miranda não paguem por elas tributo a El-rei.

26 de Julho de 1414

«Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos auendo por seruiço de Deus e nosso e mjlor defensom da nossa terra mandamos fazer hũu cerco da villa a par do nosso castello d Outeiro de Mjranda a qual cerca he ja feita boa parte e ora nos he dicto que algũus moradores do dicto lugar e de fora del queriam fazer casas em a dicta cerca pera morarem e pobrarem em ella e que se temendo as fazesem nossa licença e mandado porque os chaaos som nossos e porque lhes poderia despous seer posto tal foro que elles o nom poderiam pagar e perderiam o que fizesem e nos veendo esto e porque nossa tencom foe e he de a dicta cerca seer facta pera os moradores do dicto lugar e de fora del e que os que quiserem fazer as dictas casas morasem e pobrasem em ellas porem fiando nos de dom abade de Crasto d Auellãas alcaide do dicto Castello per esta carta lhe damos poder e lhe mandamos que elle possa dar e de os chãaos de dentro da dicta cerca aos do dicto lugar e de fora delle que hi quiserem fazer casas e morar e pobrar em ellas repartindo lhes os chãaos segundo uyr que cada hũu merece e que as casas seiam feitas em boa hordenança pera as ruas vijrem bem feitas e que estes chãaos de aos que assy quiserem morar e pobrar em o dicto lugar pera sempre pera elles e pera todos seus herdeiros e descendentes que depos elles vierem sem pagando a nos e aos reis que depois de nos vierem nehũa cousa das dictas casas e cada hũu aia do dicto abade carta ou aluara assignado per sua mãao do chãao que lhe der e outrossy o trellado desta nossa carta pera ao diante seer sabudo como lhe foe dado e teer pera sua guarda e porem mandamos a todollos corregedores jujzes e justiças dos nossos regnos e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer per qualquer guisa que leixem repartir os dictos chãaos ao dicto dom abade e auer aquelles a que os elle assy der per suas cartas ou aluaraes pera sempre em a maneira suso dicta sem pagando a nos nem aos reis que depos nos vierem nenhũa cousa das dictas casas.

Vindeal nom façades Dante em Bellas xxvj de Julho el rrey o mandou Rodrigo Afonso a fez era de mjl iiij.^o e iij annos». — Chanc. de D. João 1, Liv. 3, fol. 170.



Em 1355 os moradores do «logo douteiro» pediram a El-rei que mandasse fazer dele «bila cercada». Não foi então deferido o pedido; mas, como se vê do documento precedente, em 26 de Julho de 1414 D. João 1, deferindo-lho, afirma: «mandamos fazer hũu cerco da villa a par do nosso Castello d Outeiro de Mjranda a qual cerca he ja feita boa parte». E depois de Outeiro ser feito vila — e vila cercada — o mesmo monarca concede gratuitamente aos seus habitantes e aos estranhos que queiram vir morar, dentro ou fora da cerca, chãos para a construção de moradias, de que não pagariam tributo algum e que transmitiriam aos seus descendentes. Justo e liberal rei que assim protegia o povoamento e a defesa do país e galardoava os serviços do patriótico e heróico povo que soubera elevá-lo ao trono e mantê-lo nele!



Confirmação da carta, pela qual D. João I deu por termo ao lugar do Castelo do Outeiro de Miranda várias aldeias circunvizinhas.

23 de Fevereiro de 1418 e 18 de Janeiro de 1434

«Dom Duarte etc a quantos esta carta virem fazemos saber que por parte do conçelho e homees boons da villa de outeiro de mjranda nos foy apresentada hũma carta do muy virtuoso rrey dom Joham meu senior e padre cuja alma Deus seja da quall o theor he este:

«Dom Joham etc a quantos esta carta virem fazemos saber que nos avemos per çerta emformação que o nosso castello douteiro demiranda he muyto despobrado e esto per o dito lugar ter muy pequeno termo e de muy poucas gentes porque em os tem-

pos das gerras nom he bem denfemsado por meenguadas gentes que em elle nom ha pera o aver de deffenssar e guardar e nos convem de olharmos por ello e provermollo de moor termo e mais gentes per nosso seruiço e guarda do dito lugar E mandamos em elle ora fazer obras e cousas que cumprem ao dito castello desse em elle fazer per bem da terra. E porem nos de nosso proprio movimento e poder absoluto que avemos e entemdemolas por nosso seruiço e bem da nossa terra Teemos por bem e damos-lhe por seu termo estas aldeas que se adiante seguem (S): a aldea e lugar de pinidello e aldea e lugar dalgosello e de samtulham que ora sao pobradas E aldea de garçom E de vall de pina que estam acerca do dito castello e som despobradas que som em termo de miranda E aldea e lugar de paradinha E aldea e lugar de paaço e aldea e lugar de rrio frio E aldea e lugar de mjilhor que sam em termo debragança E aldea e lugar de quimiela E as veigas que ora estam despobradas as quaaes aldeas e lugares sam bem açerqua do dito lugar e moram em ellas ao tempo dora cem homês E queremos e mamdamos que de aquy em diante pera todo sempre as ditas aldeas e lugares ssuso ditas sejam termo proprio e ssento do dito lugar douteiro de miranda E tiramollos aos ditos lugares de miranda e Bragança E mamdamos e defendemos que os moradores das ditas aldeas e lugares nom sejam mais theudos e obrigados de servirem mais com os ditos concelhos de miranda e bragamça nem sirvam em nenhũus encarguos e servidoões dos ditos concelhos nem paguem nem peitem com elles em nenhuma peitas nem fintas nem talhas nem em outras nehũuas cousas nem sejam citados nem chamados a juizo perante os juizes das ditas villas nem arespondam em nenhũus feitos crimes nem civees salvo perante os juizes do dito lugar douteiro de miranda nem sirvam em obras nem aduas que se fezerem em as ditas villas salvo as obras do dito lugar nem ajam daquy em diante saber com elles em nenhuua cousa assy come sse numqua fossem de seus termos porque nossa mercee e voontade he de tirarmos de todo as ditas aldeas e lugares dos termos das ditas villas de miranda e bragamça E as damos por termo proprio e ssemto ao dito lugar douteiro de miranda E mandamos e outorgamos que o dito lugar se aproveite e possa apro-

veitar das ditas aldeas e lugares e moradores dellas como seu termo proprio e da sua juridiçam E porem mandamos a todollos corregedores juizes e justiças que esta carta birem que acumpram e guardem como em ella he comtheudo sob penna da nossa mercee que aquelles que o contrairo fezerem sejam çertos que nos lho estranharemos gravemente como aaquelles que nem cumprem e guardã mamdato de seu rrey e suñor E em testemunho desto mandamos ser feita esta nossa carta Damte em a çidade devora vinte e tres dias de fevereiro Elrrey o mandou Joham lançaão a fez era de mill e quatro çentos e cimquoemta e seis annos. E pediramnos por parte do dito conçelho que lhe outorgassemos e confirmassemos a dita carta. E nos visto seu rrequerimento E querendolhe fazer graça e mercee teemos por bem e confirmamoslhe e aprovamos lhe a dita carta. E porem mandamos a todollos corregedores juizes e justiças E a quaaes quer outros a que esto pertencer que esta carta de confirmaçam for mostrada que cumpram e guardem e façam cumprir e guardar daquy em diante a dita carta do dito señuor assy compridamente come em ella he comtheudo E como sse sempre gradou ataa o tempo dora porquanto ssy he nossa merçee vin all nõ faaçades Damte em Santarem xbiiij dias de janeiro ElRey omandou Alvaro affonso araujo a fez era de mjl iiijxxxiiij», L.º 2 de *Além Douro*, pág. 67.

A carta confirmada é da era de 1456 — ano em que já não vivia o seu autor — e a confirmante da de 1434. Quer dizer: se a era fosse a mesma, cair-se-ia no absurdo de o ano da confirmante ser anterior ao da confirmada — o que equivaleria a confirmar-se o que ainda não existia; mas a era da confirmada era a de César que, reduzida à de Cristo, passou a ser a de 1418 — ano em que ainda vivia D. João I.



Nas páginas 229 e 230 do volume 108.º de *O Instituto* demonstrei que o termo de Outeiro no ano de 1187 não chegava ainda nem ao rio Sabor nem ao rio Maçãs e que seria talvez

então um terço do seu termo actual. E o documento antecedente, comprovando-o, diz: «o nosso castello douteiro de miranda he muito despobrado e esto per o dito lugar ter muy pequeno termo e de muy poucas gentes porque em os tempos das gerras nom he bem defemsado por meenguadas gentes». E por isso lhe foram dadas por termo as aldeias e lugares de: *pinidello*, *algosello*, *santulham*, então povoadas; *garçom* e *vale de pina*, despovoadas, as quais eram no termo de *miranda*: *paradina*, *paaço*, *rrio frio* e *mijlhor*, no *debragança*: *quimtiela* e as *veigas*, então despovoadas. Viviam ao tempo cem homens nas ditas aldeias que têm hoje o nomes de: *Pinelo*, *Argoselo*, *Santulhão*, *Carcão*, *Vale de Pena*, *Paradinha*, *Paçó*, *Riofrio*, *Milhão*, *Quintanilha* e *Veigas*.

Na formação de *pinidello* entrou a palavra primitiva *pinido* (ou penedo) e o sufixo geográfico *ello*: *pinido* + *ello* = *pinidello*. Significando *penedo* ou *pinido* *pena* ou *penha*, a tendência para a redução das palavras levou à forma actual: *pini* + *ello* = *pinello*. Note-se que na sua vizinha *Vale de Pena* existe *pena* que também existe em *Penella*; mas o *pini* também se encontra em *Pinella* — que também teve a forma *Penella* — povoação do concelho de Bragança.

Algosello procedeu de *Ulgosello* que se formou de: *ulga* + *oso* + *ello* = *Ulgosello*. Lendo-se procliticamente o *a*, que o antecedia, com o *u* inicial, deu-se a evolução de *Ulgosello* para *Algosello* que pela passagem, por dissimilação, do *l* da primeira sílaba para *r*, se transformou no actual *Argoselo*. À palavra primitiva *ulga* que entrou na formação deste toponímico e que é feminina, juntaram-se as formas masculinas dos sufixos *oso* e *ello* como também sucedeu em *Pinelo* com o último e em *Ulgoso* e *Avelanoso* com o primeiro. A falta de concordância gramatical explicam-na a necessidade de se evitar a redução ao mesmo nome de toponímicos próximos uns dos outros e a influência (chamemos-lhe psicológica) que leva por vezes à concordância com os vocábulos lugar e aldeia que as antecedem. Haja vista o que se deu com *Santulhão* e *São Julião*, procedentes de *Sanctu Iuliam* que, evolucionando diferentemente, originou toponímicos diferentes.

Quintiela que nas *Inquirições* aparece com a forma *Quintana*, apareceu com a de *Quintanilha* por regresso à forma anterior em virtude do renascimento cultural operado no país nos séculos xv e xvi.

Em 23 de Fevereiro de 1418 tinham as mencionadas povoações apenas 100 homens; mas segundo o censo da população de Trás-os-Montes feito no ano de 1530, ou seja quase um século depois, já tinham elas: Outeiro, 62 moradores; Santulham, 111; Carçam, 76; Algoselo, 84; Pinello, 44; Val de Pena, 10; Veygas, 15; Milham, 41; Rio Fryo, 39 e Paço, 43.

Da página 234 daquele volume consta ainda:

«Pela carta de 28 de Junho de 1449 D. Afonso v doou ao Duque de Bragança a «*villa de Bragança com seu Castello, o Castello douteiro de Miranda e Nozelhos* com todos os seus termos e rendas e padroados e direitos novos e antigos» e no foral de Outeiro afirma-se: «*Foi primeiramente pruposto* (da cópia do foral existente no Museu do Abade de Baçal consta *imposto e não pruposto*) *nome douteiro dasnas ao lugar que se ora chama outeiro de miranda depois que do termo de miranda foi tirada certa parte para a darem por termo ao dicto Castello... o qual foi dado de foro para sempre aos povoadores da dicta aldea e aos sobcessores o dicto lugar do outeiro dasnas*» e ainda: «*Além do qual foro tem mais de Renda o dicto Castello hũa aldea que chamam de veigas*».

«Pelo primeiro documento vê-se que foi doada *Bragança com o seu Castelo e o Castelo do Outeiro de Miranda* — que não o *Outeiro de Miranda com o seu Castelo* — e, no foral, *Castelo* não é tomado no sentido mais usual da palavra, mas como nome de povoação, visto que lhe foi aforada como termo parte do termo de Miranda para ser usufruída pelos seus povoadores e sucessores e tinha, além doutro foro, a renda da aldea das Veigas — coisas estas só próprias de povoações que não de Castelo tomado no sentido militar. E de tudo isto conclui-se: Outeiro chamou-se primeiramente *Outeiro de Asnas* ou *de Asnal* por estar assente num elevado outeiro — lugar próprio para a defesa das feras e doutros agressores — e, possivelmente, por o transporte de pessoas e coisas através da sua grande subida ser feita

por asnas: depois *Outeiro de Miranda* — *Castelo do Outeiro de Miranda* e simplesmente *Castelo*, como agora se chama só *Outeiro*».

E da página 237:

«A par da importância militar de praça fronteiriça aumentava a importância administrativa de Outeiro, cujos moradores, no meados do século XIV, pediam a El-rei «*que mandasse cercar e fazer bila cercada no logo douteiro*».

Ora, na carta de D. João I atrás transcrita na de D. Duarte afirma-se logo no seu começo: «o nosso castello douteiro demiranda he muyto despobrado e esto per o dito lugar ter muy pequeno termo e de muy poucas gentes». Esta parte mostra por si só que o «Castello douteiro de miranda» foi um «lugar» — uma povoação muito despovoada e de mui pequeno termo — o que plenamente confirma e prova as minhas anteriores afirmações sobre o assunto. E tudo isto mostra bem ser errada a interpretação que no fundo da página 42.^a do tomo I das *Memórias do Distrito de Bragança* se dá a «Castello», quando se diz: «se bem que em 1438 já o seu castello existia».

E que a vila de Outeiro foi cercada, comprova-o esta carta: «Dom Affonso etc. Carta em forma que elRey faz mercee aos moradores do termo da billa do outeyro de miranda que nom bellem no castello. mays que guardem a porta da billa. dada na billa de santarem xxiiij dias dabil. rrey mendes a fez anno de nosso senhor Jesus Cristo de mill e 449», *Inquirições de Além Douro*, L.^o 4.^o, pág. 191, v.

Os moradores do termo da vila do Outeiro de Miranda deixavam, pois, de ser obrigados a «bellar», ou seja, a prestar serviço militar dentro do Castelo; mas, sim, a guardar a porta da vila sita, repita-se, no cume do outeiro.

Carta para ser Conto de homisiados a vila do Outeiro de Miranda.

15 de Março de 1421

«Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugal e do algarve e senhor decejta a quantos esta nossa carta virem faze-

mos saber que o infante dom pedro meu filho nos enviou dizer que a nossa villa d'outeiro de mjranda he muy despobrada per aazo das guerras e pestalencias pertanto que hi non ha gente qua possa vellar nem roldar e defender bem da guerra E que nos pedia por mercee que desemos lugar e licença a cinquenta homziados que puderem viver e estar contados no dito logo. E nos veendo o que nos dizer e pedir envjam E querendo fazer graça e mercee ao dito concelho d'outeiro de mjranda a seu Rogo Teemos por bem e mandamos que ataa L^{ta} homens homziados posto que seiam culpados em quaaesquer malleficios que sejam Com tanto que esses maleficios em que forem culpados não seiam da leive ou de traiçom se possam hir para o dito lugar d'outeiro de mjranda e vivam contados assy como o seriam stando no sabugal ou em cada hũu dos outros lugares que per nos som feitos coutos E queremos e mandamos esses omziados que hi steverem de dentro dos nossos regnos contados ataa o sobre-dito conto de L^{ta} aiam em cacada hũu ano dous meses de lecença para hirem aos lugares de dentro dos nossos regnos buscar seus mantjmentos E que esta lecença aiam para alvara nelas fectas per nossa carta e asinados per diogo Guttierrez o Rombo alcaide do castello da dita villa ou per aquele que estiver por alcaide do dito castello d'outeiro de mjranda E mandamos que per esta licença elles possam andar per nossos regnos per onde lhes prou-ver em quanto lhes a dita licença durar que non sejam presos nem lhes seja feito nenhũm outro desagrado com tanto que elles nom entrem nos lugares onde fizeram os ditos malleficios e em seus termos. Porem mandamos a todollos mejrinhos e correge-dores juizes e justiças de nossos regnos que aiam o dito lugar d'outeiro de mjranda por aos ditos L^{ta} homens homeziados e lhes compram e guardem assy esta nossa carta e os alvaraaes da licença que lhe foram dados em cada hũu ano pollo dito diogo Guttierrez ou por outro qualquer que hi stever por alcaide e nom vão nem consentam hir contra ello e nehũa guisa que seia da nossa mercee e vontade e de lhe seerem compridas e guardadas e mal nom façades dante em acidade devora xb dias demarço elrrey mandou Joham dabarca afez era de mil iiijLix anos.» — Chanc. de D. João I, Liv. 4.^o, pág. 21.

Julgado do outeiro de miranda — Capitulos especiaes per hũm dos quaes manda elRey que rrequeryram ao escriuam que benha hiy morar e nom o querendo fazer o daraa a outra pessoa.

Ano de 1459

«Dom affonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que estando ora nos em açidade de Lixboa em as cortes que ora em ella fizemos per affonso fernandez procurador do julgado do outeiro de miranda nos foram dados çertos capitulos E ao pee de cada hũu delles lhe mandamos poer nossa rreeposta segundo sse adiamte segue: Senhor os juizes e vereadores e procurador e comçelho e homens bõos do julgado do outeiro de miranda humilldosamente enviamos beijar vossas mãaos e nos em comendamos emvossa merçee a quall praza que dee lomguo tempo foy costume avermos escrivam das ssisas e comtenuadamente vivia e moraua em odito jullgado Pella quall rrazom todos aquelles que ssisa fagiam hiam prestemente escprever e fazer suas rrecadações aos termos do artygo em tall guiza que nosso serviço era comprido e nos nom rreçibiamos trabalho nem damgno per rrazom dos achaquees dos rrendeyros e rreçebedores das ditas ssisas que pellos tempos eram. E ora senhor o escrivam das ditas ssisas he morador em braguamça adomde ha trees e quatro e cimque legoas do dito julgado e fazessenos grande agravo por comtia de hũu rreal ou mais ou menos andar tres e quatro e cimquo legoas e outras tamtas de rretorno em tall guiza que por cada vez sse perde hũua geyra de hida e outra de vymda o que he pouco vosso serviço e gramde destroiçom e perda de nos outros Pydimos aavossa alteza que sobre tam gramde damyno nos proveiaaes derremedio e mandees que o dito escrivam more continuamente no dito lugar do outeiro que he acabeça do iulgado como sempre foi custume, seendo sempre prestes e bem dilligente em seu officio e formasees em ello merçee A esto rrespondemos que lhe rrequeriram que venha morar ao dito lugar E nom o querendo ele fazer que nos odaremos a pessoa que seia pera elo pertencente Senhor outro muy grande damyno que açerqua deste caso sentimos assi he que ora novamente os rren-

deiros e escrivam das ditas ssisas poserom custume que nehũu do dito julgado nom seia ousado vender seus bens posto que tenha delles dado vareio sem primeiramente aver alvara de licença feito pelo escrivam e assijnado pellos rrendeiros levam-donos de cada licença dous rreaaes Este homem tem sete ou oito ou dez vasilhas com vinho de cada huãa leva o dito escrivam dous rreaaes E posto que avindos seiamos todavia nos levam per força os ditos dous rreaaes E per muytas vezes sse açerta vijrem carreteiros de fora da comarqua pera comprarem nossos vinhos e em quanto hijmos buscar o dito escrivam e rrendeiros pera nos darem a dita licença os ditos carreteiros se partem e vam buscar os ditos vinhos per outras comarquas por nom estarem detendos em o que fomos muyto agravados e mais sentimos o dinheiro que nos assi o dito escrivam leva e o dano que per adita licença rrecebemos que toda a ssisa que dereita pagamos Pedimos aa vossa senhoria que a tam grande damyno e perda nos ajaaes rremedio com dito e mandees esquivar tam mao e danoso custume E em esto nos fazees merçee A esto rrespondemos que sobre esto tem seus artijguos e declarações feitas as quaaes mandamos que sse cumpram E sse lhe o dito escrivam e rrendeiros nom comprirem ou taaes custumes fezerem como nom devem que sse ssocorram ao comtador da comarqua que lho carregua ao quall mandamos que sse emforme dello e lho mandamos lho faça correger em maneira que nom rrecebam agravo. Pedimdonos por merçee o dito affonsofernandez por parte do dito comçelho que lhe mandassemos dar huãa nossa carta com o theor dos ditos capitullos com nossas rrespostas porque lhe eram necessarias e sse emtendiam delles a judar ElRey o mandou per fernam da Sillveyra Diego lopez o fez anno de (Cristo) de mill e quatro centos e cinquenta e nove», L.º 4 de *Além Douro*, pág. 291, v.

Carta de perdão aos moradores do Outeiro de Miranda.

18 de Janeiro de 1481

«Dom Affonso etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querendo ffazer graça e mercee aos mora-

dores da villa do Outeiro de Mjranda por allguas rrazões que nos a esto moueram Temos por bem e lhe rrelleuamos por esta qualquer pena e penas em que ajam emcorrido por averem passado guados contra nossa defessa e ssem nossa liçença pera os rregnos de Castella e assy pera Gaalliza que nos he dicto que pasaram antes da guerra passada e durando ella e queremos e nos praz que lhe non sseja por ello fecto nehũu enbarguo nem costrangimento assy em elles como em sseus beens nem em outra nehũua coussa em maneira allguuma que sseja aleendoos de todos os directos priuados e cada hũua dellas todas e cada hũu delles por liures e quites e rrelleuados porem mandamos a todallas nossas justiças e pera a quem certo de fecto pertencer que assy o cumpram e guardem e ffacom cumprir e guardar sem mjngoamento allgũu porquanto assy he nossa mercee. Dada em Allmeirim xviiij.º dias de Janeiro Nicolao Annes a ffez anno de mill iiij.º LXXXj annos.» — Chanc. de D. Afonso v, Liv. 32, fol. 169.

TERMO DA VILLA D OUTEIRO

A villa d Outeiro tem hũu boon castello omde nam vive majs que o alcaide e he do duque de Bragamça com toda jurdjcam djreitos e remdas suas e vyvem na djta villa sesemta e dous moradores Lxij

E nas aldeas do termo os segujntes

Item em Samtalham vyvem cento e doze	C. ^{to} xij
Item Carçam setemta e sejs	Lxxbj
Item Algosello oytenta e coatro	Lxxxiiij
Item Pynello correnta e coatro	R iiij
Item Val de Pena dez... ..	x
Item Paradjnha trinta e coatro	xxxiiij
Item Quimtanjlha dezasejs... ..	xbj
Item Veygas quimze	xb
Item Mjlham correnta e hũ	R j
Item Rjo Fryo cjnqoenta e nove	Lix
Item Paçço correnta e tres	R iiij

Soma por todos os moradores da djta vila e termo quinhentos e noventa e sejs b^e LRbj

E da djta soma sam vyuuas sesenta e cinco ... Lxb

E da djta soma sam mocas solteiras que vivem sobre sy dezasete xbij

e da djta soma sam clerygos omze xj

E este concelho e vila e seu termo he em comprido de hũa cabo do termo ao outro coatro legoas boas e em largo hũa e parte e confjna com os concelhos segujntes.

Item Parte e confjna com a villa do Vymjoso que he de hũa villa a outra duas legoas.

Item Parte e confjna majs com a villa d Algozo que he de hũa villa a outra coatro legoas.

Item majs e confjna com a cjdade de Braganca que he da djta vila a djta cjdade tres legoas.

Item parte e confjna majs com a villa de Bemnvente que he de hũa villa a outra catorze legoas a saber ao extremo duas e doze a bemnvente. He senhor de Benavente o conde dy de Benavente.

Item Parte e confjna majs com a villa d Alcanjças que jaz nos djtos regnos de Castella e he de Dom Francisco Amrrjgez e he de hũa villa a outra coatro legoas a saber ao extremo hũa e do extremo Alcanjcas tres e quy se torna a juntar o termo desta villa com a do Vymjoso

A quall emformaçam eu esqriuam tomey por fee de Francisco Pjmtell e Afonso Pjrez jujzes e Pedro Rojz e Jorge Diaz vereadores e Pedro Lujs procurador do concelho e Antonio de morajs tabeliam e com dous homeens de cada aldea do termo que todos juraram em os Samtos Avangelhos ser verdade o aquy esprito Njcolao de Sejxas o esqrevy.

Cota :

A. N. T. T., Liv. 44 do Tombo das demarcações dos lugares de Trás-os-Montes, fol. 46, v.^o

DOCUMENTOS SOBRE O OUTEIRO DE MUAS

Carta de escambo com El-Rei da aldeia de Outr de Muas pelas aldeias de Gostei e Caſtanheira.

14 de Setembro de 1290

Dom Deus pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarve
 A quantos esta carta vyrem faço assaber que eu receby hua carta
 daffonso rodriguez e do abade e do convento do mosteyro do
 Castro davellãs da qual o teor tal é: Conhoscam todos quantos
 esta carta vyrem que eu Afonso Rodriguez procurador del-Rey
 em terra de Bragança e de Miranda faço tal camblo com ffrey
 Paayo abade do moesteyro de Castro davellãs e com o convento
 desse lugar em nome do dito senhor que desse parte e dam
 anosso Senhor ElRey aldeya que chama Outer, de muas a qual
 aldeya ias apee douteyró de miranda como parte com ulgosello e
 com paaço e com paredina da outra salvo que reteem pera assy
 a Eygregia com sas dizimas e o casal em que ora mora lopo fer-
 nandez e com sas casas e com sas terras as quaes ora ha o dito
 casal E eu sobredito afonso rodriguez por esta camblya lhys dou
 em nome do dito senhor as aldeyas que am nome gostey e casta-
 nheyra as quaes aldeyas partem com o dito moesteyro de hũa
 parte e com Filmir e com Nogueira da outra e com o isey outrossy
 com todolos dereytos que nosso senhor ElRey à dereyto deve
 aaver nas ditas aldeyas E por esto seer mays firme e que poys
 non possa vyr em duvyda da hua parte nem da outra nos de
 susoditos Afonso Rodriguez e Abade e Convento seelamos esta
 carta de nossos seelos pendentos E no sobredito convento por-
 que seelo proprio non avemos rogamos o dito abade que seelasse
 esta carta no seu nome e no nosso. Feito em Bragança xiiij dias
 andados dagosto Era de mil cccxxviiij E eu Rey desuso dito
 outorgo e dou per firme todas estas cosas e mandey ende fazer
 duas cartas hua que Eu tevesse em testemuyo e esse abade

e convento a outra Feita em Lixboa quatorze dias de Setembro. ElRey a mandou e Duram Perez a fez era de mil cccxxviiij. Chancelaria de D. Dinis, L.º 1, pág. 272.

*

Aforamento da aldeia de Outer de Muas a seus povoadores.

7 de Dezembro de 1290

Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta vyrẽ faço a ssaber que Eu dou e outorgo aforo pera todo sempre A uos pobradores da mha Aldeya douter de muas e a todos uossos successores essa mha Aldeya per tal preyto e per tal cõdiçõ que uos seiades tãtos per todos assy per aqueles que ora hy sodes como per aqueles que hy veerẽ que façades en essa mha Aldeya Cẽ casaaes e que cada hũu dedes a mj e a todos meus successores cadano pola festa de pascoa x soldos e pola festa de sam Martinho outros x soldos de Portugal e senhas oytauas de centeo e no nouo e voz e coomha e todalas outras cousas pelo foro de Bragãça e deuedes A mj fazer seruiço e a todos meus successores cõuenhauilmente quando pela terra passar e sayr cõ uossas armas ã meu seruiço come uossos vezinhos quando mj for mester. & uos deuedes meter uossos joyzes cada ano e seerdes Concelho per uos e os joyzes que meterdes nõ pagarẽ foro aquel ano que forẽ joyzes. E aqueles que eles emprazarẽ ou mãdarẽ ãprazar pera vyrẽ fazer deryto e nõ veerẽ ao prazo deũ peytar quatro morabitanos dos quaes deuo eu auer e todos meus successores as duas partes e os joyzes a terça parte e aquel ou aqueles que ueerẽ contra a pessoa dos joyzes en feyto ou ã dicto deue peytar A mj e a meus successores o meu ã Couto e ficar por meu ãmygo. E sse pervõtuyra eu der essa terra ou a dicta Aldeya a Ricomẽ deue leuar esse Ricomẽ os sobreditos foros e nõ mays. Esse Ricomẽ passar per essa terra nõ deue estar na dicta Aldeya mays dũu dia e comer por seus dinheiros. E uos deuedes auer uossa Eygreia e uossas dizimas assy como as oues-

tes e posoistes ata aquj. E todo homẽ ou molher que for maninho possa a ssa morte mãdar o seu a quẽ quyser. E mãdo que aiades e possuades uos e todos nossos successores pera todo sempre a dicta Aldeya per aquelles marcos e devisoẽes per hu volos demarcou e poz Domjgos martyz meu porteyro e uos nẽ uossos successores nõ deuedes uẽder os herdamentos da dicta Aldeya nẽ parte deles a Caualeiro nẽ a Moesteyro nẽ a Creligo nẽ a escudeyro nẽ a dona filha dalgo nẽ a nẽhũa pessoa religiosa mays se os uẽder ou dõar quiserdes vẽdede os aa tal ou a taaes pessoas que façã A mj e a todos meus successores comprydamente os dictos foros ã testemoyngo desto dou ende a uos esta carta seelada do meu seelo do Chũbo. Data ã Soyre vij dias de Dezẽbro El Rey o mãdou frãcisco eanes a fez Era M^a CCC^a xx viij — Torre do Tombo, *Doações de D. Diniz*, L.^o 1, fol. 281, v.

Nestes dois documentos a aldeia de *Outeiro de Muas* é chamada *Outer de Muas*. Tratando do assunto, disse eu na pág. 228.^a do volume 108.^o desta Revista: «Só por erro de copista e por se não tomar o *Outer* como abreviatura que era de *Outeiro*, se pode explicar que uma povoação — que é chamada no seu foral *Outeiro* — passe vinte anos depois a chamar-se *Outer* nos documentos da sua troca, em que se diz ser ela «a aldeia que chamam *Outer de Moás*, jaz a pee do *Outeiro de Miranda*, como parte com *Ulgosello* e com *paço* e com *Paredina*.

Até o «do» que precede *Outeiro de Miranda* deixa ver que se trata de *outro Outeiro*. E depois de confirmada a troca do *Outeiro de Muas* por D. Dinis em 14 de Setembro de 1290, este mesmo monarca concedeu-lhe novo foral em 7 de Dezembro do mesmo ano. E naquele artigo cito ainda outros documentos — com datas posteriores às daqueles dois — de que sempre consta *Outeiro de Muas* que não *Outer de Muas*.

Segundo o foral de 4 de Janeiro de 1270 dado pelo Mosteiro do Castro de Avelãs, o *Outeiro de Muas* era constituído apenas por 22 famílias e, segundo o concedido 20 anos depois por D. Dinis, podia vir a sê-lo por 100 casais — concessão que só depois de dois séculos foi feita ao seu vizinho *Outeiro de Miranda*. E isto testemunha a importância agrícola que *Outeiro de Muas* ia tendo, devido ao seu termo que confinava com o de

Ulgoselo — no dizer do seu primeiro foral — e do segundo consta:

«E mado que aiades e possuades uos e todos nossos successores pera todo sempre a dicta Aldeya per aqueles marcos e devisões per hu volos demarcou e poz Domigos martyz meu porteyro.»

Esta demarcação está certamente correlacionada com o assunto da carta de composição entre D. Dinis e o Convento do Castro de Avelãs, datada de 11 de Julho de 1288 (L.^o 1 da sua Chancelaria, pág. 246, v.), de que consta: «sobre contenda que era perante minha corte antre my per meu portador da hua parte e dom ffrey Paayo abade domosteiro de Castro de Avellaas e o Priol e o Convento desse mesmo logar da outra sobre termos e erdamentos e terras que o meu portador em meu nome demandava, dizendo que esses davanditos traziam muyta terra filhada e negada e asconduda... E entom o dito abade e Priol e convento disserom... queriam trazer composição e avença começo... e veemos aa tal amigavel composicom assaber que esses abade e Priol e convento dessa boa e livre voontade de seu prazer se partirosse e quitaromsse e derom e outorgarom amy e a todos meos successores para todo sempre as aldeyas de pinelo e de ulgoselo e desta vila com todos seus termos novos e velhos e com todas sas pertenças e com sas entradas e saydas.»

Pela mais antiga delimitação conhecida de Ulgoselo — que é do ano de 1187 — o limite-norte do seu termo junto do Sabor com o terreno que viria a ser termo do Outeiro de Muas, era Vale Covo que veio a perder depois. Aquela contenda só podia ser, pois, sobre terras sitas na fronteira-norte de Ulgoselo e antes de os contendores terem feito a troca do Outeiro de Muas, isto é, antes de 1290. E, como a composição amigável entre eles teve lugar em 11 de Julho de 1288, a demarcação do Outeiro de Muas — a que se refere o seu segundo foral — só se deve ter realizado depois desta data.

Pena é que tal demarcação não haja sido mais explícita para se poder esclarecer completamente um problema, a que terei de me referir ainda posteriormente.



À Igreja do Outeiro de Muas — designada por *Santa Maria de Outeiro* — referem-se as *Inquirições* de 1258, documento de composição entre o arcebispo de Braga D. Tello e o Convento do Castro de Avelãs, datado de 5 de Dezembro de 1287, o foral de 1290 e o *Catalogo de todas as igrejas que havia nos Reinos de Portugal e Algarves pelos annos de 1320 e 1321* de que consta ter sido lotada em 70 libras, equivalendo então a libra «aproximadamente a 1\$550 réis» (*História da Igreja em Portugal* por Fortunato de Almeida, tomo II, pág. 609.^a e 646.^a).

Pelo confronto das lotações vê-se que a Igreja de Santa Maria do Outeiro era mais importante do que outras da Terra de Miranda que tinham lotações de 10, 20, 30 e 50 libras.

Do catálogo de *todas as igrejas de Portugal* não consta, porém, o *Outeiros de Asnas* já então chamado de *Miranda*. A omissão do seu nome é, pois, a melhor prova de que no ano de 1320 ainda ele não tinha igreja. E o facto é de fácil explicação:

A primeira referência feita a este *Outeiro* consta de documentos de 1187 e 1194 sobre a delimitação de *Ulgosello* e por ela se vê que o seu termo de então era formado por um quadrilátero de dois a três quilómetros de lado. Com tão pequeno termo e vivendo no cimo dum outeiro de 812^m de altitude, situado na fronteira, para se defender a si e ao país, não podia ser de vulto o «logo» aí formado. E tanto assim é que em documento de 23 de Fevereiro de 1418 — atrás publicado — se lê: «o nosso castello douteiro de miranda he muyto despobrado e esto per o dito lugar ter muy pequeno termo e de mui poucas gentes» e no de 15 de Março de 1421: «fazemos saber que o iffante dom pedro meu filho nos enviou dizer que a nossa villa douteiro de myranda he muy despobrada per aazo das guerras e pestalencias pertanto que hi non ha gente qua possa vellar, nem soldar e defender bem da guerra», sendo-lhe por isso permitido ser couto de 50 homi-ziados.

Pela carta régia de 22 de Janeiro de 1396 — datada de Bragança — mostra-se que «em esta guerra que ora foy antre nos e Castella foram pedidas as aldeas do pinhello, santilhaao e alguesello para o outeiro de miranda por termo no que ellas recebem ora mui grande agravo e perda e dagno», pedindo por isso o regresso ao termo de Miranda. Ora se as ditas aldeias pertenceram naquela guerra ao termo do Outeiro de Miranda, por maioria de razão, devia pertencer o Outeiro de Muas que lhe ficava ao pé. E a reforçar a afirmativa vem o facto de — quando aquelas e outras aldeias passaram depois a constituir o termo do Outeiro de Miranda, o Outeiro de Muas não foi nelas incluído. É porque já lhe pertencia... Outeiro de Miranda, por sua posição geográfica antiga fortaleza militar, julgado, cabeça de concelho e vila, não podia deixar de ver aumentada a sua diminuta população com os respectivos elementos oficiais — alguns vindos de longe — e daí a necessidade dum templo para alimentar as suas crenças e as dos nactivos que, certamente, haviam frequentado a vetusta Igreja do vizinho Outeiro de Muas que lhe ficava ao pé. Testemunha-o a cópia do desenho do *Livro das Fortalezas*, de Duarte Armas, que existe no *Museu do Abade de Baçal*. E, na verdade, nela vêem-se o elegante Castelo, muralhas e cerca; a vila, porta de entrada e porta falsa; a Igreja e as casas de morada, situadas a leste e a oeste, e ainda alguns renques de árvores. O número de casas era, porém, insufficiente para alojar os 62 fogos atribuídos em 1530 e 1538 à vila de Outeiro, tendo por isso de se admitir que naquele número estavam englobados os fogos do Outeiro de Muas — já àquela ligado administrativa e econòmicamente. E tanto mais que o Outeiro de Muas não consta dos documentos daquelas datas que *tratam do censo da população e das demarcações dos lugares de Trás-os-Montes*. A omissão é bem eloquente.

Segundo o foral que lhe foi dado em 11 de Novembro de 1514, o Outeiro de Miranda podia vir a ter cem casais no seu termo. Ora este número de casais era excessivo para o seu antigo termo, visto que ao Outeiro de Muas — que tinha termo muito maior e era constituído por população exclusivamente agrícola — fora concedido séculos antes número igual. Perante o exposto

temos de admitir que já então estivesse realizada ou em via de se realizar a junção dos dois termos. E a junção fez-se, como também se fez a unificação dos seus nomes, desaparecendo o «*de Miranda*» e o «*de Muas*» e ficando só *Outeiro*.

Outeiro de Muas não morreu, pois, totalmente. É que perdeu o seu nome antigo, a sua autonomia administrativa e eclesiástica e o nome do seu orago *Santa Maria* que foi substituído pelo de *Nossa Senhora da Assunção* que deveria ter sido o da Igreja do *Outeiro de Miranda*; mas continua a viver como componente do actual *Outeiro* à volta do seu antiquíssimo templo — que ainda é a *Igreja matriz* da freguesia — no chamado *Bairro da Igreja*, distanciado e separado por um ribeiro do moderno *Outeiro*.

*

Após a vitória dos liberais, pelo decreto de 7 de Agosto de 1835, foram criados no país 133 julgados, ficando o concelho de *Outeiro* a constituir conjuntamente com os de *Vimioso*, *Algoz* e *Miranda* o julgado de *Vimioso*, com sede nesta vila e, pelo decreto de 28 de Dezembro de 1840, ficou pertencendo *Outeiro* com *Santalha* e *Vinhais* à comarca de *Bragança*; por decreto de 22 de Junho de 1853 foi suprimido o seu concelho, sendo incorporadas no de *Bragança* as freguesias de *Outeiro*, *Paradinha*, *Quintanilha*, *Veigas*, *Paçó*, *Riofrio* e *Milhão* e no de *Vimioso* as de *Avelanoso*, *Angueira*, *Carção*, *Argoselo* e *Santulhão* (exceptuando as de *Avelanoso* e *Angueira*, as outras freguesias ainda eram as que *D. João I* havia dado por termo ao seu *Castelo do Outeiro de Miranda*) e, finalmente, pelo decreto de 31 de Dezembro de 1853, artigo 2.º e mapa n.º um, foi suprimido o seu julgado e, novamente, o seu concelho.

Do grande passado militar e administrativo de *Outeiro* — que já existia no ano de 1187 — falam ainda uma peça de artilharia, os restos de muralhas existentes no cume do outeiro — onde moraram durante séculos antepassados seus — muralhas que foram destruídas juntamente com a sua Igreja e as moradias

que estavam à sua volta, pelas tropas espanholas no ano de 1762; e na povoação, modernamente edificada no seu sopé, ao norte e ao poente, o pelourinho e a casa da cadeia. E na *Torre do Tombo*, no *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas, há o desenho do seu Castelo como existia ainda no princípio do século xvi, do qual se encontra uma cópia no *Museu do Abade de Baçal*. E no *Arquivo Distrital de Bragança* também existem alguns livros notariais e do registo paroquial e um da sua Câmara Municipal.

E resta-lhe ainda o majestoso templo do *Santo Cristo* — testemunha viva do passado religioso e artístico da sua antiga vila e concelho — no qual foram sepultados filhos seus e governadores do seu castelo, a alguns dos quais me referirei no capítulo intitulado *Notáveis do extinto concelho de Outeiro*.

Como fica dito no primeiro capítulo deste trabalho, este artístico templo foi construído nos dois últimos anos do século xvii e nos primeiros do século xviii e, ainda antes de estar concluído, já nele se exerciam funções paroquiais, como se têm continuado a exercer, não obstante ser ainda hoje Igreja matriz do actual Outeiro a vetusta Igreja matriz do Outeiro de Muas — há mais de sete séculos edificada.

BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA EM 3 DE DEZEMBRO DE 1947

Aos 3 de Dezembro de 1947 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente depois de se referir ao valor dos trabalhos de Adolfo Coelho e à colaboração por ele prestada ao Instituto de Coimbra propôs que o Instituto de Coimbra se associasse às homenagens que lhe vão ser prestadas para comemorar o 1.º centenário do seu nascimento. Esta proposta foi aprovada por todos os membros presentes da Direcção.

O Professor João Pereira Dias congratulou-se com o êxito alcançado pelo vol. 109.º de *O Instituto* consagrado a Eugénio de Castro, organizado pelo sócio Campos de Figueiredo, e propôs que se consignasse na Acta um voto de agradecimento, proposta à qual se associaram os membros da Direcção presentes.

Foram aprovadas as seguintes propostas para sócios do Instituto de Coimbra: D. Dionísia Camões de Mendonça, D. Virgínia Faria Gersão, Francisco da Silva Morais, Afonso de Melo Pinto Veloso, José Júlio César, Hilário Veiga de Carvalho y Sellin Pais de Villas-Boas, Júlio Augusto Teixeira, Inácio José Veríssimo, Serafim da Silva Neto, Manuel dos Santos Stevens e António Cruz.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA
DE 3 DE DEZEMBRO DE 1947

No dia 3 de Dezembro de 1947, reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por se referir com palavras de profundo pesar ao falecimento dos sócios Abade de Baçal, D. Maria Madalena de Martel Patrício, e do diplomata Valentim Pinto da Silva, sendo resolvido exarar na acta um voto de sentimento pela perda destes sócios que prestaram valiosa colaboração a esta Academia.

Depois, o Presidente propôs que o Instituto de Coimbra promovesse uma homenagem a Adolfo Coelho, visto passar agora o 1.º centenário do seu nascimento. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se por fim à eleição dos novos sócios, que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

Dionísia Camões de Mendonça
Virgínia Faria Gersão
Francisco da Silva Morais

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Afonso de Melo Pinto Veloso
José Júlio César
Hilário Veiga de Carvalho y Sellin Pais de Villas-Boas
Júlio Augusto Teixeira
Manuel dos Santos Stevens
António Cruz

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Inácio José Veríssimo
Serafim da Silva Neto

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-
sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA
DE 12 DE MAIO DE 1948

Assumi a presidência o Presidente do Instituto de Coimbra Professor Anselmo Ferraz de Carvalho Secretariado pelo Governador Civil Dr. Eugénio de Lemos e pelo representante da Relação de Coimbra, Desembargador Jorge Horta e Vale.

O Presidente ao abrir a sessão lembrou que esta conferência se realizava já na nova casa destinada à nova sede, que, porém, ainda não estava concluída, faltando principalmente o mobiliário, mas esperava que em prazo relativamente curto, a casa seria definitivamente entregue. Dirigindo-se ao Engenheiro Reis Gonçalves da Comissão das Obras da Cidade Universitária, que se encontrava entre a assistência disse que aproveitava aquela ocasião para lhe apresentar os seus agradecimentos em nome do Instituto de Coimbra pela atenção com que sempre tinha atendido aos pedidos desta Academia.

A seguir o Presidente saudou o conferente, Dr. Luís de Almeida Braga, e pediu ao sócio Torquato Brochado de Sousa Soares para fazer a apresentação do conferente.

O sócio Torquato Brochado de Sousa Soares proferiu as seguintes palavras:

Apresentar o Dr. Luís de Almeida Braga em Coimbra, onde formou o seu espírito e onde — presente em espírito — tanto contribui para a formação dos que aqui continuam a vir formar

o seu, seria, se não uma impertinência, pelo menos uma inutilidade.

Mas, aceitando gostosamente a honrosa incumbência do Ex.^{mo} Presidente do Instituto, eu não me posso furtar ao prazer de dizer da minha admiração pela vida e pela actividade mental do insigne conferente desta sessão — exemplo vivo, edificante, de oblação a um ideal que se segue e se defende corajosamente, como a um imperativo categórico de consciência que passa a constituir a razão primeira e última da própria vida.

Homem de um só parecer, de um só rosto e de uma só fé, aquecido ao «calor da antiga lareira», no «verde sacrário de Portugal», o Dr. Almeida Braga tange «o florido cristal da fala portuguesa», sabendo tirar dele sonoridades que se não perdem no borbório da vida acomodática e rastejante. Pelo contrário: apuram-se e acrisolam-se ao serviço daquela realidade que é a primeira a defender «para todo o homem zeloso da sua dignidade e da sua ventura».

Na verdade, de há muito, de sempre, o Sr. Dr. Luís de Almeida Braga tomou partido por essa realidade, que é Portugal.

E foi fiel a esse *partido*, vítima dele, que, bem moço ainda, sentiu o travor do exílio. Assim, percorrendo em plena primavera da vida, a «longa estrada erma e saudosa onde o outono entra rezando o rosário das folhas derrotadas», pôde dizer — pôde sentir — que essa paisagem, rimando com o seu desejo, lhe fazia, enfim, compreender o sentido das coisas.

Por isso, continuou—e continua—a lutar por Portugal com o mesmo denodo, a mesma isenção, a mesma fé com que, num grupo generoso de rapazes generosos, soube sacrificar nobremente «as quimeras do pensamento ao desígnio de restituir Portugal a Portugal».

E é ainda e sempre fiel a esse espírito que o Dr. Almeida Braga veio até nós e aqui se encontra para nos falar de Dom Juan de Valera e das letras portuguesas do seu tempo.

O conferente leu a seguir, a sua conferência, intitulada «Dom João Valera e as letras portuguesas do seu tempo», que foi muito apreciada.

No final da sessão o Presidente felicitou o conferente e apresentou-lhe os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO
DE COIMBRA EM 13 DE MAIO DE 1948

Aos 13 de Maio de 1948 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por se referir ao início da instalação do Instituto de Coimbra na nova sede, que teve lugar em Março último, de harmonia com o plano das Obras da Cidade Universitária e focou a grande importância que este facto representava para a vida desta instituição. Lembrou depois a dedicada intervenção que teve para esta realização o Reitor da Universidade, Professor Maximino Correia propondo que fosse eleito sócio honorário.

Igualmente, disse, são credores da gratidão do Instituto de Coimbra os membros da Comissão Administrativa da Cidade Universitária: o Engenheiro Sá e Melo e architecto Cottinelli Telmo. A nova instalação tem sido merecidamente elogiada e por isso propunha, que fossem eleitos, os dois últimos, sócios beneméritos.

Propôs depois o Presidente que se agradecesse ao Sr. José Vitorino de Seiza e Santos o grande auxílio que prestou durante a mudança; e ao Sr. Humberto Cruz por de bom grado se ter prestado a um trabalho suplementar, propôs que se aumentasse neste mês a remuneração, e que se desse gratificação ao guarda das Obras da Cidade.

O sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo comunicou que o Presidente vinha de prestar mais um grande serviço ao Instituto de Coimbra, dirigindo sem interrupção, infatigavelmente, a mudança do Instituto de Coimbra, o que permitiu que tudo se realizasse metódicamente e sem que nada se perdesse.

Propunha portanto que se consignasse na Acta um voto de agradecimento ao Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, voto a que todos os membros se associaram.

Os membros da Direcção testemunharam igualmente o seu regosijo pelas novas instalações do Instituto de Coimbra, asso-

ciando-se às palavras do Presidente e aprovando as suas propostas.

O sócio Torquato Brochado de Sousa Soares, depois de informar que em breve seria aposentado o Professor Manuel Paulo Merêa, individualidade de que, disse, não era necessário fazer o elogio, propôs que este Professor fosse eleito sócio honorário. Todos os membros da Direcção se associaram, com grande admiração por aquele Professor, às palavras e à proposta do sócio Torquato Brochado de Sousa Soares.

O Presidente referiu-se depois à organização dum Museu do Instituto de Coimbra, e o sócio António Gomes da Rocha Madahil expôs as linhas gerais da ideia que tinha quando começou a reunião de alguns objectos no Instituto de Coimbra. O Presidente pediu a este sócio que elaborasse um relatório para se apresentar à Assembleia Geral.

O Presidente apresentou depois um questionário: «Que é uma edição original?» enviado pelo Sr. António Ferrão propondo que se respondesse de acordo com a resposta do sócio Professor Lopes de Almeida, o que foi aprovado.

Foram depois aprovadas as seguintes propostas para eleição de sócios, na próxima Assembleia Geral.

SÓCIOS HONORARIOS

Maximino José de Moraes Correia
Manuel Paulo Merêa

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo
José Ângelo Cottinelli Telmo

SÓCIOS EFECTIVOS

Guilherme Braga da Cruz
Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa

Armando Tavares de Sousa
César Pegado
António do Amaral Cabral
Vitor Monteiro Simões
Jorge Manuel Horta e Vale
Tomás Bandeira da Gama Pessanha
Agostinho Fontes Pereira de Melo
Jacinto Amado Vasconcelos Raposo
Carlos Augusto Fontes Saavedra
João de Barros Morais Cabral
José Perestrelo Botelho

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Luís de Almeida Braga
Luís Forjaz Trigueiros
Simeão Pinto Mesquita
Conde de Aurora (José de Sá Coutinho)
António Jorge Dias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Jean Colomés
René Brisse
P. Bourgeois
Pierre Hourcade
Jean Rousé
José Filgueira Valverde
Alonso Zamora Vicente
Giovanni Battista Pighi
José Pedro Leite Cordeiro
V. Cocco
Joseph Maria Piel

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DE 8 DE JUNHO DE 1948

Presidiu a esta sessão o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Secretário Geral do Governo Civil, Dr. A. Costa Rodrigues e pelo Presidente da Relação, Desembargador António do Amaral Cabral.

O Presidente saudou o conferente, Pierre Berrés e pediu ao sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo para fazer a apresentação.

Este sócio disse: «Je ne pensais pas diriger ses quelques mots au conférencier, mais, sollicité par notre illustre President le Professeur A. Ferraz de Carvalho, je suis heureux, je dois le dire, d'exprimer ici à Mr. Berès toute notre satisfaction de le voir, accédant à notre invitation, à l'Instituto de Coimbra. Il a bien voulu proférer sa première conférence au Portugal à l'Instituto de Coimbra, vieille institution de presque un siècle créée par des professeurs de l'Université de Coimbra, fondée en cette région du pays que à travers les ages a conservé l'apanage de l'étude. Mr. Berès licencié ès Lettres et Droit est une de ces individualités qui honorent le genre humain, sachant profiter de ses hautes qualités pour perfectionner et pour développer le vaste monde des lettres, des arts et de la bibliophilie. Il à commencé sa carrière très jeune (à 19 ans on lui a écouté une conférence dont on me parlait encore il n'y a pas longtemps). Très rapidement il s'est faite une situation brillante en France et a l'étranger si connue dans les milieus intellectuels que toute présentation de ma part serait inutile. Je me ferais encore le plaisir de rappeler ici que sa mère avec sont esprit délicat et intelligent a été sa première

colaboratrice, collaboration continuée plus tard par sa femme M^{me} P. Berès qui l'a accompagné en ce voyage et a qui je présente mes très respectueux hommages.

Je termine, ne desirant pas vous retarder le plaisir d'écouter Mr. P. Berès qui va vous parler de l'illustration du livre français moderne avec une parfaite compétence, ayant vécu auprès des artistes dont il a propagé les oeuvres, en exprimant à Mr. P. Berès l'expression de notre gratitude.»

O conferente, na sua conferência intitulada «Le livre illustré moderne français et l'intervention de grands peintres dans l'illustrations des livres», começou por salientar que o gosto pelos livros se encontra muito espalhado, por serem simultaneamente o veículo do pensamento humano e um objecto material que nos atrai, afirmando depois que de todas as espécies de livros, o ilustrado, tal como se concebe em França, é o que mais nos satisfaz, decidido a conseguir uma harmonia perfeita entre a tipografia e a imagem. Esta associação da imagem e do texto acha-se realizada sob as mais diversas formas, desde os antigos manuscritos com iluminuras. E o que mais impressiona — acrescentou — é o facto dos mais belos manuscritos não terem a colaboração dos maiores pintores.

A seguir observou que no decurso do século xv o livro ilustrado encontrou em França harmonias inteiramente completas no estilo de cada época, sendo importante verificar que a intervenção dos grandes pintores foi no entanto, quase insignificante, pois eles limitaram-se, na generalidade dos casos, a entregar ao editor uma ou várias imagens e não se preocuparam em adaptá-las ao aspecto gráfico das obras. Porém, desde o começo do presente século todos os categorizados pintores, desde Toulouse Lautrec e Bonnard se têm preocupado muito com a construção material harmoniosa do livro.

O Presidente no final da conferência fez o elogio do trabalho apresentado nesta sessão e agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

A Direcção do Instituto de Coimbra ofereceu um almoço a Mr. Pierre Berès e a sua esposa.

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA
DE 11 DE JULHO DE 1948

A 11 de Julho de 1948 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por comunicar com palavras de muito pesar o falecimento dos sócios Henry Deslandres e Lucien Jonas.

O sócio Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo associando-se às palavras do Presidente evocou o período em que esteve a trabalhar no Observatório de Astrofísica de Meudon em 1923, então sob a direcção de Henry Deslandres, a quem ficou a dever inesquecíveis atenções e lembrando a sua individualidade cheia de distinção, e o seu grande valor científico, disse: tendo o seu antecessor Janssen, fundador do Observatório de Meudon, dado, com Lockyer, o primeiro passo para o grande desenvolvimento dos estudos de física solar, especialmente pelo aproveitamento dos métodos espectroscópicos, Henry Deslandres possuidor de grandes qualidades de investigador, depois dos seus trabalhos de espectroscopia, justamente considerados, teve a glória de descobrir em 1891, independentemente de Hale mas por forma a pertencer-lhe a prioridade, a maneira de estender a toda a atmosfera do Sol (excepto a coroa solar) a observação descoberta por Janssen depois do eclipse, das protuberâncias fora dos eclipses. A colaboração que H. Deslandres estabeleceu para estas investigações com seu pai o Professor F. da Costa Lobo, que levou à criação da secção de Astrofísica no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, deu uma inestimável contribuição à ciência portuguesa.

O sócio Torquato Brochado de Sousa Soares justificou de novo a sua proposta relativa ao pedido dum subsídio para a encadernação das revistas recebidas no Instituto de Coimbra, a qual foi aprovada.

O Presidente informou que ia mandar proceder a uma contagem para se avaliar aproximadamente a despesa.

Procedeu-se por fim à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado :

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Maximino José de Moraes Correia
Manuel Paulo Merêa

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo
José Ângelo Cottinelli Telmo

SÓCIOS EFECTIVOS

Guilherme Braga da Cruz
Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa
Armando Tavares de Sousa
César Pegado
António do Amaral Cabral
Vitor Monteiro Simões
Jorge Manuel Horta e Vale
Tomás Bandeira da Gama Pessanha
Agostinho Fontes Pereira de Melo
Jacinto Amado Vasconcelos Raposo
Carlos Augusto Fontes Saavedra
João de Barros Moraes Cabral
José Perestrelo Botelho

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Luis de Almeida Braga
Luis Forjaz Trigueiros
Semeão Pinto Mesquita
Conde de Aurora (José de Sá Coutinho)

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Jean Colomès
René Brisse
P. Bourgeois
Jean Rousé
Pierre Hourcade
José Filgueira Valverde
Alonso Zamora Vicente
Giovanni Battista Pighi
José Pedro Leite Cordeiro
V. Cocco
Joseph Maria Piel

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

POSSE DA NOVA SEDE DO INSTITUTO
DE COIMBRA

No dia 16 de Outubro, às 10 horas da manhã, o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Frederico Ulrich, com a presença do Ministro da Educação Nacional, Professor Pires de Lima, Reitor da Universidade Professor Maximino Correia, e Presidente do Instituto de Coimbra Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, em nome da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária, fez entrega da nova sede desta Academia.

Os Ministros e as pessoas da sua comitiva, começaram, acompanhados pelo Presidente do Instituto de Coimbra, por visitar todas as instalações, manifestando a boa impressão que lhe causaram.

Realizou-se uma sessão especial presidida pelo Ministro das Obras Públicas, ladeado pelo Ministro da Educação Nacional, Reitor da Universidade e Presidente do Instituto de Coimbra.

Usou primeiro da palavra o Presidente Professor Ferraz de Carvalho que depois de saudar os Ministros, lhes exprimiu a satisfação que ele e todos os sócios sentiam pela maneira porque foi resolvido o problema da sede desta Academia que tinha passado por diversas vicissitudes, ficando o Instituto de Coimbra finalmente dotado de instalação própria e condigna.

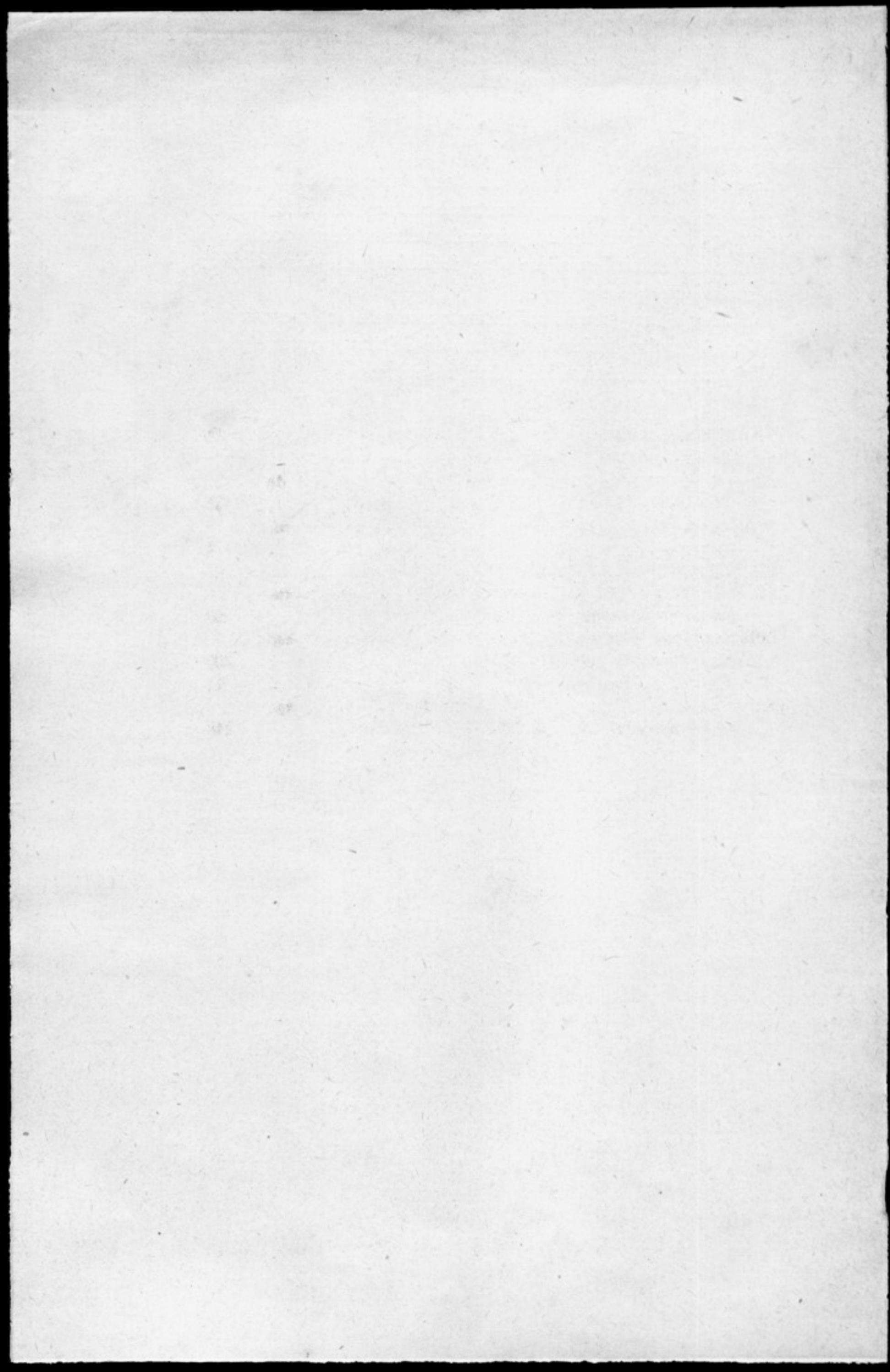
Agradecia pois aos senhores Ministros em nome do Instituto de Coimbra, e no seu próprio, os benefícios que esta Academia acabava de receber a qual tem contado entre os seus sócios, figuras de grande prestígio entre os quais o seu último Presidente o Prof. Francisco da Costa Lobo a quem rendeu homenagem. O Presidente expressou também os seus agradecimentos à Comissão Administrativa da Cidade Universitária, que homenageou na pessoa do Engenheiro Sá e Melo, e recordou com saudade o Architecto Cottinelli Telmo.

E terminando, disse: deram-nos muito mas pedimos ainda mais — pedimos pouco — que seja desafrentado o edificio do Instituto de Coimbra, demolindo as velhas casas que se encontram na sua frente, obra esta de que também beneficiará a Sé Velha. Dirigindo-se ao Ministro da Educação Nacional, disse: O Instituto de Coimbra conta cerca de 600 sócios e recebe um subsídio de Esc. 600\$00 mensais apenas; precisa de maior auxílio para que se mantenha como desejamos todo este belo mobiliário, para que os sócios possam frequentar as salas do Instituto e para que, depois de devidamente catalogadas sejam encadernados os volumes de tantas revistas que enriquecem a nossa biblioteca.

Depois dos aplausos que coroaram as palavras do Presidente, levantou-se o Ministro das Obras Públicas que agradeceu em seu nome e no do seu colega as saudações recebidas, e manifestando o seu prazer por esta inauguração, disse que mais alto

do que as palavras estava o entusiasmo com que a obra tinha sido recebida. Terminou prometendo tomar em consideração o justo pedido do Presidente, fazendo votos sinceros por que o Instituto de Coimbra ali se fixe definitivamente para realizar a sua missão.

A esta inauguração assistiram quase todos os membros da Direcção, muitos sócios do Instituto de Coimbra, Professores da Universidade e as autoridades Civis e Militares.



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ADRIÃO MARTINS AMADO — <i>Durante o ostracismo</i>	385
AMADEU FERREIRA D'ALMEIDA — <i>Cervantes em Portugal</i>	105
CAMPOS DE FIGUEIREDO — <i>El reino de Dios</i> , tradução de A. ZAMORA VICENTE	137
EM. PLANCHARD — <i>Os problemas da profissão docente e a Uni- versidade</i>	1
JÚLIO DE LEMOS — <i>O limianista Doutor Lima Bezerra</i>	323
LUÍS DE ALMEIDA BRAGA — <i>Dom João Valera e as letras portu- guesas do seu tempo</i>	299
LUÍS SAAVEDRA MACHADO — <i>Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurdo da Noruega (1109)</i>	205
M. E. PALOQUE — <i>Sur le mouvement des planètes troyennes</i>	77
RAFAEL SALINAS CALADO — <i>Brazões dos duques de Bragança no seu antigo senhorio da Vila de Alter do Chão</i>	248

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Brazões dos duques de Bragança no seu antigo senhorio da Vila de Aller do Chão</i> , por RAFAEL SALINAS CALADO	248
<i>Cervantes em Portugal</i> , por AMADEU FERREIRA D'ALMEIDA	105
<i>Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurdo da Noruega (1109)</i> , por LUÍS SAAVEDRA MACHADO	205
<i>Dom João Valera e as letras portuguesas do seu tempo</i> , por LUÍS DE ALMEIDA BRAGA	299
<i>Durante o ostracismo</i> , por ADRIÃO MARTINS AMADO	385
<i>El reino de Dios</i> , por CAMPOS DE FIGUEIREDO, tradução de A. ZAMORA VICENTE	137
<i>O limianista Doutor Lima Bezerra</i> , por JÚLIO DE LEMOS	323
<i>Os problemas da profissão docente e a Universidade</i> , por EM. PLANCHARD	1
<i>Sur le mouvement des planètes troyennes</i> , por M. E. PALOQUE	77



